

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALTO MINHO

FASE I – DIAGNÓSTICO SOCIAL INTERMUNICIPAL Relatório Intermédio de Diagnóstico Social



Julho 2022

FICHA TÉCNICA

EQUIPA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO:

Alexandrina Monteiro CIM Alto Minho

Tiago Rei CIM Alto Minho

EQUIPA TÉCNICA:

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

Vilma Silva Coordenação Geral
Licenciatura e Mestrado (pré-Bolonha) em Planeamento Regional e Urbano

Renato Dias Coordenação Técnica
Mestrado em Engenharia Civil - Planeamento

ESTRUTURA TÉCNICA

Salomé Gomes Licenciatura (pré-Bolonha) em Economia e Planeamento Regional e Urbano

Vera Santos Silva Licenciatura (pré-Bolonha) em Arquitetura e Mestrado em Arquitetura

Andreia Quintas Licenciatura e Doutoramento em Arquitetura Paisagista

Tito Ferreira Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional e Pós-graduação em Urbanismo Sustentável e Ordenamento Território

Participação Pública

Catarina Isidoro Licenciatura em Geografia e Mestrado em Planeamento Regional e Urbano

Gil Moreira Licenciatura (pré-Bolonha) em Arquitetura

Isabella Rusconi Licenciatura em Arquitetura e Urbanismo e Mestrado em Planeamento Regional e Urbano

Janaina Barbosa Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Artes Visuais, Mestrado e Doutoramento em Design

Joana Martinho Licenciatura e Pós-graduação em Ciências da Comunicação

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	14
2. ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	19
2.1. Plano estratégico de Intervenção Social da Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima (2009) 20	
2.2. Estratégia Alto Minho 2030	23
2.3. Referencial de Coesão Social (2014)	27
2.4. Pobreza e Exclusão Social em Portugal	29
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	31
4. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS	34
4.1. Demografia	35
4.2. Dinâmicas socioeconómicas	43
5. CARATERIZAÇÃO SETORIAL	54
5.1. Educação e formação	55
5.2. Saúde	61
5.3. Habitação	68
5.4. Segurança	75
5.5. Igualdade de género	77
6. GRUPOS HUMANOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS	84
6.1. Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade	86
6.2. População sénior	92
6.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade	98
6.4. Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	105
6.5. Imigrantes e minorias étnicas	115
6.6. Pessoas em situação de sem-abrigo	121
6.7. Vítimas de violência doméstica e de género	124
7. Rede de serviços e equipamentos sociais	129
7.1. Crianças e jovens	135
7.2. População sénior	143
7.3. Pessoas em situação de dependência	158
7.4. Família e comunidade	162

8. Temáticas identificadas como prioritárias a nível municipal	166
9. Contributos do processo participativo	169
9.1. Contributos prévios das entidades do GTR.....	171
9.2. Sessão participativa com o GTA.....	175
9.3. Inquérito de diagnóstico do GTA	178
10. Conclusões.....	203
Bibliografia	209

Anexos

Anexo I. Problemas e necessidades apontados pelos municípios do Alto Minho no âmbito dos Diagnósticos sociais municipais

Anexo II. Base de dados de equipamentos de resposta social no Alto Minho

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Faseamento metodológico da elaboração do PDS do Alto Minho	16
Figura 2. Perfis de coesão social para os concelhos de Portugal Continental: à esquerda: Tipologia do território; à direita: Tipologia de exclusão social	27
Figura 3. População residente nos concelhos integrantes da CIM Alto Minho, em 2021	31
Figura 4. Dinâmicas e interação do Alto Minho com os municípios vizinhos	32
Figura 5. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos concelhos do Alto Minho, em 2015 e 2019	44
Figura 6. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, nos concelhos do Alto Minho, em 2015 e 2019	46
Figura 7. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, nos concelhos do Alto Minho nos anos letivos 2014/2015 e 2018/2019	59
Figura 8. Taxa bruta de mortalidade nos concelhos do Alto Minho, em 2015 e 2020	63
Figura 9. Extensões dos centros de saúde nos concelhos do Alto Minho, em 2011	64
Figura 10. Índice de Igualdade de Género, em Portugal, em 2020, por setor	78
Figura 11. Vulnerabilidade associada a grupos de risco	85
Figura 12. Distribuição por distrito das medidas de colocação	90
Figura 13. População residente com 65 e mais anos, nas freguesias do Alto Minho, em 2021	93
Figura 14. Referencial de Coesão Social para os concelhos do Alto Minho	102
Figura 15. Prevalências de consumo de qualquer droga ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias, por região, em 2016-17	107
Figura 16. Proporção de pessoas em situação de sem-abrigo, nos concelhos do Alto Minho, em 2020	122
Figura 17. Número de vítimas apoiadas pela APAV, dos concelhos do Alto Minho, em 2020	127
Figura 18. Distribuição dos equipamentos sociais nos concelhos do Alto Minho	130
Figura 19. Equipamentos sociais por freguesia	131
Figura 20. Equipamentos sociais destinados a crianças e jovens no Alto Minho	135
Figura 21. Creches por freguesia	137
Figura 22. Capacidade das creches por freguesia	137
Figura 23. Ocupação média das creches por freguesia	138
Figura 24. Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente das Creches	139
Figura 25. Equipamentos de Educação Pré-escolar por freguesia	140
Figura 26. Capacidade dos equipamentos de Educação Pré-escolar por freguesia	141
Figura 27. Ocupação média dos equipamentos de Educação Pré-escolar por freguesia	142
Figura 28. Equipamentos sociais destinados a idosos no Alto Minho	143
Figura 29. Centros de Convívio por freguesia	145

Figura 30. Capacidade dos Centros de Convívio por freguesia	146
Figura 31. Ocupação média dos Centros de Convívio por freguesia	146
Figura 32. Centros de Dia por freguesia	148
Figura 33. Capacidade dos Centros de Dia por freguesia	148
Figura 34. Ocupação média dos Centros de Dia por freguesia	149
Figura 35. Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente dos Centros de Dia	150
Figura 36. Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas por freguesia	151
Figura 37. Capacidade das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas por freguesia	152
Figura 38. Ocupação média das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas por freguesia	153
Figura 39. Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas por freguesia.....	153
Figura 40. Equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário por freguesia	155
Figura 41. Capacidade dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário por freguesia.....	156
Figura 42. Ocupação média dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário por freguesia	156
Figura 43. Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário por freguesia	157
Figura 44. Equipamentos sociais destinados a pessoas em situação de dependência no Alto Minho.....	158
Figura 45. Unidades de Longa Duração e Manutenção por freguesia	160
Figura 46. Capacidade das Unidades de Longa Duração e Manutenção por freguesia	160
Figura 47. Ocupação média das Unidades de Longa Duração e Manutenção por freguesia	161
Figura 48. Equipamentos sociais destinados à família e comunidade no Alto Minho.....	162
Figura 49. Equipamentos de Ajuda Alimentar a Carenciados por freguesia	164
Figura 50. Capacidade dos equipamentos de Ajuda Alimentar a Carenciados por freguesia	164
Figura 51. Ocupação média dos equipamentos de Ajuda Alimentar a Carenciados por freguesia	165
Figura 52. Sessão participativa com o GTA	175
Figura 53. Problemáticas sociais mais urgentes identificadas pelas entidades do GTA	176
Figura 54. Expectativas do PDS referidas pelas entidades do GTA	177

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão), no período 2011-2019.....	25
Gráfico 2. Taxa de privação material severa e privação material e social severa por grupos etários e por género, em 2020	30
Gráfico 3. População residente nos concelhos do Alto Minho, em 2021, em percentagem.....	35

Gráfico 4. População residente nos concelhos do Alto Minho, em 2021, por grupo etário.....	37
Gráfico 5. Número de nados-vivos nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2021	38
Gráfico 6. Número de óbitos nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2021	38
Gráfico 7. Taxa de crescimento natural nos concelhos do Alto Minho, no período 2016 – 2021	39
Gráfico 8. Saldo migratório nos concelhos do Alto Minho, no período 2015 – 2020.....	40
Gráfico 9. Índices de dependências nos concelhos do Alto Minho, em 2011	41
Gráfico 10. Tipo de família face ao número total de famílias clássicas, nos concelhos do Alto Minho, em 2011	42
Gráfico 11. Taxa de atividade, nos concelhos do Alto Minho, em 2001 e 2011	43
Gráfico 12. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2019	45
Gráfico 13. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2019.....	47
Gráfico 14. População desempregada, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2021	48
Gráfico 15. Pensionistas da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020.....	48
Gráfico 16. Valor médio das pensões da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020	49
Gráfico 17. Beneficiários do subsídio social de desemprego da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2020.....	50
Gráfico 18. Beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2020.....	51
Gráfico 19. Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, em 2015 e 2020	52
Gráfico 20. Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, relativamente à população residente, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015 - 2020.....	53
Gráfico 21. Níveis de ensino da população residente nos concelhos do Alto Minho, em 2011.....	56
Gráfico 22. Níveis de ensino da população residente nos concelhos do Alto Minho, em 2021.....	56
Gráfico 23. Alunos matriculados no ensino não superior, nos concelhos do Alto Minho, em 2019-2020.....	58
Gráfico 24. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, nos concelhos do Alto Minho, no ano 2019/2020	58
Gráfico 25. Taxa bruta de mortalidade, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020	62
Gráfico 26. Número de enfermeiros por 1.000 habitantes, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020	65
Gráfico 27. Número de médicos por 1.000 habitantes, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020..	65
Gráfico 28. Número de consultas médicas nos centros de saúde por 1.000 habitantes, nos concelhos do Alto Minho, em 2011 e 2012	66

Gráfico 29. População portuguesa com ≥ 16 anos com efeito negativo na saúde mental devido à pandemia, 2021	67
Gráfico 30. Representatividade das mortes associadas a doenças pelo VIH, transtornos mentais e comportamentais, dependência de drogas e suicídios e lesões autoprovocadas	67
Gráfico 31. Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos no Alto Minho	71
Gráfico 32. Evolução da taxa de criminalidade geral (esquerda) e violenta e grave (direita), em Portugal, no período 2006-2021.....	75
Gráfico 33. Representatividade dos crimes registados pelas autoridades, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020.....	76
Gráfico 34. Proporção dos crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos registados pelas autoridades policiais, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020.....	76
Gráfico 35. Taxa de atividade nos concelhos do Alto Minho, em 2001 e 2011	79
Gráfico 36. Taxa de desemprego, nos concelhos do Alto Minho, em 2001 e 2011.....	80
Gráfico 37. População residente com o ensino superior, nos concelhos do Alto Minho, em 2011 e 2021	81
Gráfico 38. Remuneração base mensal segundo o setor de atividade, nos concelhos do Alto Minho, em 2011	82
Gráfico 39. Remuneração base mensal segundo o nível de qualificação, nos concelhos do Alto Minho, em 2011	82
Gráfico 40. Índice de envelhecimento nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020	94
Gráfico 41. Índice de Sustentabilidade Potencial para os concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020.....	95
Gráfico 42. Pensionistas da CGA em relação a população com idade igual ou superior a 65 anos, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020.	96
Gráfico 43. Perceções da discriminação com base na deficiência, 2019 (UE-28; %)	99
Gráfico 44. Proporção da população com 16 ou mais anos com doença crónica ou problema de saúde prolongado, em Portugal, em 2021.....	100
Gráfico 45. Proporção de população com muita dificuldade ou incapacitada em efetuar ações	101
Gráfico 46. Risco de pobreza ou de exclusão social, por deficiência e por sexo, 2018 (16+ans; Portugal UE27; %)	103
Gráfico 47. Prevalências de consumo ao longo da vida, por tipo de droga (%), em 2012 e 2016 – 17, em Portugal, para a população com 15-74 anos	106
Gráfico 48. Prevalências de consumo de qualquer substância ilícita, de canábis e de outras drogas que não canábis*, por região**: últimos 12 meses (%), no período 2015 – 2019	108
Gráfico 49. Prevalência de consumo de risco elevado ou dependência nas regiões de Portugal, 2012 e 2016/17	110
Gráfico 50. Tendência Evolutiva de Estrangeiros Residentes em Portugal	116
Gráfico 51. Proporção de imigrantes relativamente à população residente nos concelhos do Alto Minho	117

Gráfico 52. População estrangeira que solicitou o estatuto de residência no Alto Minho	117
Gráfico 53. Nacionalidades da população estrangeira que solicitou estatuto de residente nos concelhos do Alto Minho, em 2020	118
Gráfico 54. Número de pessoas ciganas residentes por distrito	120
Gráfico 55. Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, nos concelhos do Alto Minho, entre 2019-2021	125
Gráfico 56. Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, por perfil de agente/suspeito identificado, nos concelhos do Alto Minho, entre 2019-2021.....	126
Gráfico 57. Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, por escalão etário do lesado/ofendido, nos concelhos do Alto Minho, entre 2019-2021	126
Gráfico 58. Ocorrências de violência doméstica participadas no distrito de Viana do Castelo as forças de segurança no período 2013-2019	128
Gráfico 59. Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, em Portugal continental, no período 2000-2020	129
Gráfico 60. Número de equipamentos por tipologia de instituição gestora, no Alto Minho	132
Gráfico 61. Temáticas dos principais problemas e necessidades de intervenção referidos no inquérito do GTR	171
Gráfico 62. Principais domínios de intervenção estratégica e tipologias de respostas sociais referidos no inquérito do GTR.....	172
Gráfico 63. Principais desafios (contextuais e/ou organizacionais) referidos no inquérito do GTR.....	173
Gráfico 64. Principais carências da rede de serviços e equipamentos sociais referidos no inquérito do GTR ...	174
Gráfico 65. Concelhos de intervenção das entidades respondentes.....	178
Gráfico 66. Públicos atendidos pelas entidades respondentes	179
Gráfico 67. Representatividade dos domínios de intervenção/problemática social predominante no território onde atuam as instituições respondentes.	180
Gráfico 68. Representatividade do nível de suficiência das respostas sociais existentes no território onde atuam as instituições respondentes.....	188

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Problemas identificados no âmbito do Plano Estratégico de Intervenção Social da Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima	22
Quadro 2. Problemas identificados no âmbito da Estratégia Alto Minho 2030	24
Quadro 3. Principais características dos perfis-tipo de exclusão Social verificados no Alto Minho.....	28
Quadro 4. Indicadores Europa 2030 para a privação social e material	29

Quadro 5. Esperança de vida à nascença no Alto Minho, região Norte e Portugal continental, nos períodos temporais de 3 anos consecutivos 2013-2015, 2016-2018 e 2018-2020	61
Quadro 6. Índice de dependência de idosos, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020	95
Quadro 7. Perfil das pessoas em situação de sem-abrigo, em Portugal continental e na região norte	122
Quadro 8. Públicos-alvo a que os serviços providenciados pelas tipologias de entidades se dirigem	133
Quadro 9. Respostas sociais presentes na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais	134
Quadro 10. Anos de elaboração dos documentos relativos ao desenvolvimento social dos concelhos do Alto Minho	166
Quadro 11. Temáticas dos problemas e necessidades consideradas mais relevantes nos diagnósticos sociais de âmbito municipal nos concelhos do Alto Minho	167
Quadro 12. Temáticas consideradas mais relevantes nos planos de desenvolvimento social de âmbito municipal nos concelhos do Alto Minho	168
Quadro 13. Outras problemáticas referidas pelas instituições respondentes	182
Quadro 14. Domínios mais relevantes por hierarquia decrescente referidos pelas instituições respondentes	183
Quadro 15. Causas para os problemas sociais mais relevantes sugeridas pelas instituições respondentes	187
Quadro 16. Respostas sociais consideradas mais insuficientes por hierarquia decrescente, referidas pelas instituições respondentes	190
Quadro 17. Fatores responsáveis pela insuficiência das respostas sociais mais relevantes sugeridas pelas instituições respondentes	192
Quadro 18. Principais limitações ou dificuldades referidas pelas instituições respondentes	193
Quadro 19. Boas práticas e iniciativas sugeridas pelas instituições respondentes	198
Quadro 20. Recursos existentes no Alto Minho, que podem ser mobilizados, indicados pelas instituições respondentes	201
Quadro 21. Contributos adicionais referidos pelas instituições respondentes	202
Quadro 22. Problemas e necessidades apontados pelos municípios do Alto Minho no âmbito dos Diagnósticos sociais municipais	222

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. População residente nos concelhos do Alto Minho em 2011 e 2021	36
Tabela 2. Tipo de alojamentos no Alto Minho, em 2011 e 2021	69
Tabela 3. Alojamentos familiares clássicos nos concelhos do Alto Minho, entre 2015 e 2021	70
Tabela 4. Regime de ocupação dos alojamentos familiares de clássicos de residência habitual no Alto Minho	71
Tabela 5. Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€)	72

Tabela 6. Estado de conservação dos edifícios do Alto Minho, em 2011	72
Tabela 7. Edifícios de habitação social (N.º) nos concelhos do Alto Minho	73
Tabela 8. Tipologia dos fogos de habitação social nos concelhos do Alto Minho	73
Tabela 9. Média de processos ativos, nos concelhos do Alto Minho, no período 2018-2021	88
Tabela 10. Volume Processual Global (VPG) anual, nos concelhos do Alto Minho, no período 2018-2021	88
Tabela 11. Incidências de crianças com situações de perigo comunicadas, no Alto Minho, no período 2018-2021	89
Tabela 12. Situações de perigo comunicadas e número de diagnósticos, no Alto Minho, em 2020 e 2021	90
Tabela 13. População idosa nos concelhos do Alto Minho.....	93
Tabela 14. Utentes em tratamento na rede pública devido a problemas de drogas e toxicod dependência, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016- 2020	109
Tabela 15. Utentes em tratamento na rede pública devido a problemas de álcool, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016- 2020.....	110
Tabela 16. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e tipo de inscrição ...	111
Tabela 17. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e escalões etários	112
Tabela 18. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e habilitações literárias	113
Tabela 19. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e situação profissional	113
Tabela 20. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e substância principal	114
Tabela 21. Refugiados, requerentes de asilo e total de pessoas sob preocupação do ACNUR, em Portugal, entre 2013 e 2019.....	119
Tabela 22. Número de vítimas de violência doméstica apoiadas pelo GAV Braga, em 2020.....	128
Tabela 23. Equipamentos da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais do Alto Minho	131
Tabela 24. Resposta social Creche	136
Tabela 25. Resposta social Educação Pré-escolar.....	140
Tabela 26. Resposta social Centro de Convívio	144
Tabela 27. Resposta social Centro de Dia	147
Tabela 28. Resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	151
Tabela 29. Resposta social Serviço de Apoio Domiciliário	154
Tabela 30. Resposta social Unidade de Longa Duração e Manutenção	159
Tabela 31. Resposta social Ajuda Alimentar a Carenciados	163
Tabela 32. Respostas sociais não indicadas no inquérito, sugeridas pelas instituições respondentes, com o número de referências e classificação	189

1. INTRODUÇÃO

O presente documento, intitulado Diagnóstico Social Intermunicipal, insere-se na execução do contrato n.º 37/2021, relativo à “Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho”, constituindo, nos termos da cláusula 26.ª do Caderno de Encargos, o produto entregável da segunda fase da prestação de serviços.

Este documento contém, no presente capítulo, o enquadramento institucional, regulamentar e territorial que subjaz à elaboração do PDS de âmbito supramunicipal, bem como a metodologia de elaboração. No capítulo 2, descrevem-se os desafios de desenvolvimento social de âmbito superior, enquanto no capítulo 3 se efetua o enquadramento territorial. Os três capítulos seguintes dedicam-se à análise, partindo de uma perspetiva mais alargada, com a caracterização demográfica e dinâmicas socioeconómicas (capítulo 4), passando depois para uma caracterização setorial (capítulo 5) e incidindo depois na caracterização dos grupos humanos especialmente vulneráveis (capítulo 6).

No capítulo 7, apresenta-se a distribuição dos equipamentos da rede social existentes nos vários concelhos do Alto Minho, informação complementada pela base de dados constante do Anexo II. O capítulo 8 reflete os contributos identificados como prioritários a nível municipal, nomeadamente com a análise dos planos de desenvolvimento social e respetivos diagnósticos existentes para os vários municípios. O capítulo 9 apresenta os contributos advindos do processo participativo, com a apresentação dos resultados dos vários momentos de auscultação das diversas entidades envolvidas.

O décimo e último capítulo traduz-se numa síntese da informação compilada e das várias conclusões decorrentes da análise e diagnóstico realizados.

A elaboração do **Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Alto Minho** insere-se na execução do projeto Alto Minho Mais Inclusivo, financiado através do Norte 2020, e tem por objetivo promover o planeamento estratégico, a monitorização e a implementação de abordagens intermunicipais de desenvolvimento social na NUTS III Alto Minho.

O PDS do Alto Minho surge num contexto institucional marcado pela transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, determinada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto (com alterações pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro). Esta transferência de competências para as CIM traduzir-se-á na

participação na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, no exercício das competências das plataformas supraconcelhias (previstas no Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho) e na elaboração de cartas sociais intermunicipais para identificação de prioridades e respostas sociais ao nível intermunicipal.

O PDS do Alto Minho constitui, assim, uma oportunidade inestimável para a materialização técnica, procedimental e organizacional das novas competências das CIM, nomeadamente no que tem a ver com a elaboração da Carta Social Supramunicipal. Este instrumento de planeamento e programação das políticas públicas de ação social, cuja responsabilidade de elaboração/atualização é do Conselho Intermunicipal, deve assegurar a articulação das prioridades supramunicipais com as definidas a nível nacional e regional. Por outro lado, o conteúdo do PDS intermunicipal, tanto no que se refere à caracterização e diagnóstico, como aos objetivos e ações previstas, deverá estar alinhada com os PDS de nível municipal.

De acordo com o IDS (2002, 15), *“um Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações”*.

O PDS do Alto Minho dever-se-á assumir, no atual quadro político, institucional e regulamentar, como um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível supramunicipal, que visa, em face das necessidades diagnosticadas, a adequação, otimização e racionalização dos serviços existentes e previstos e a coerência no planeamento do alargamento da rede. Assume uma vertente de diagnóstico (problemas, desafios e recursos) e de planeamento estratégico (estratégia e ações/medidas), visando a identificação das prioridades das respostas sociais ao nível intermunicipal e o ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais. Tem como principais objetivos:

- Promover o planeamento estratégico e a monitorização das abordagens locais e intermunicipais de desenvolvimento social;
- Analisar de forma integrada a “procura” e cobertura da rede atual de serviços e equipamentos sociais, propondo ações de ampliação, qualificação e melhoria dessa mesma rede, na

observância das diretrizes e critérios de dimensionamento e parametrização das respostas sociais emanados de legislação, regulamentos e boas práticas;

- Contribuir para o reforço da articulação e coordenação das intervenções a diferentes escalas territoriais (nacional/intermunicipal e municipal/intermunicipal) e para a melhoria da comunicação e articulação em rede entre os diferentes agentes territoriais que operam no domínio do desenvolvimento social na NUTS III Alto Minho;
- Permitir o desenvolvimento de processos de aprendizagem coletiva e de transferência de conhecimento entre os diferentes parceiros da Rede Social de nível supraconcelhio.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social engloba três etapas metodológicas, que se apresentam esquematicamente na Figura seguinte.



Figura 1. Faseamento metodológico da elaboração do PDS do Alto Minho

Na primeira fase, a elaboração do **Diagnóstico Social Intermunicipal** visa construir um retrato comum da situação social concelhia, resultante dos contributos das várias entidades com intervenção na área do concelho que permita identificar prioridades de intervenção. Este retrato servirá de base para a construção do **Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Intermunicipal** (Fase II) em que estejam inscritos os objetivos e estratégias de intervenção definidos para um quadro temporal alargado (cerca de quatro anos) e sejam planeadas as formas de operacionalização do PDS tendo em linha de conta um horizonte temporal mais curto. Este processo, cujo objetivo principal é a intervenção para a promoção do desenvolvimento social local, deverá ser sujeito a processos de monitorização e

avaliação, que permitam melhorar continuamente as intervenções e aferir o impacto destas na população. A **Carta Social Intermunicipal** (a elaborar na terceira fase) consistirá na compilação, sistematização e validação dos conteúdos desenvolvidos nas fases precedentes, com a transposição para o formato Carta Social.

Na primeira fase, a que se dedica este documento, desenvolvem-se os trabalhos de contextualização, caracterização e avaliação territorial, tendo por base os indicadores sociais e a informação relativa à rede de serviços e equipamentos sociais, e de identificação dos principais problemas e necessidades de intervenção. Esta caracterização inicia de forma mais abrangente, dando uma perspetiva do enquadramento territorial, passando depois para uma caracterização demográfica e socioeconómica; segue-se uma caracterização setorial, numa perspetiva mais alargada, especificando-se depois para uma análise por grupo humano especialmente vulnerável. A caracterização setorial centra-se nos domínios relacionados o desenvolvimento social, seja numa perspetiva contextual (isto é, permitem retratar o contexto de alguns dos problemas e desafios sociais), seja em termos de intervenção. É também efetuada uma análise da rede de serviços e equipamentos sociais existentes, bem como analisados os contributos identificados como prioritários a nível municipal, nomeadamente com a análise dos planos de desenvolvimento municipal existentes.

Esta fase compreende as seguintes tarefas:

1. Caracterização e avaliação do território com base nos principais indicadores sociais e na identificação dos principais problemas e necessidades de intervenção;
2. Caracterização alargada do território, considerando os seguintes temas/domínios: território; demografia; dinâmicas socioeconómicas; educação e formação; saúde; habitação; segurança; igualdade de género; e grupos humanos especialmente vulneráveis;
3. Mapeamento e caracterização da rede (atual) de serviços e equipamentos por tipo de resposta social (infância e juventude, população adulta e família e comunidade);
4. Análise e interpretação da informação recolhida, hierarquização dos problemas/necessidades e identificação dos fatores críticos e desafios estratégicos para o planeamento e gestão da rede de serviços e equipamentos sociais de âmbito supramunicipal.

Engloba ainda uma componente participativa, descrita mais detalhadamente no “Relatório Intermédio 1 do Processo Participativo”, contemplando dois momentos participativos principais: a sessão participativa com a apresentação de metodologia de trabalho e o envio de inquérito de diagnóstico.

2. ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Na elaboração do Diagnóstico Social, é fundamental uma análise dos vários estudos e análises de caracterização territorial existentes, especialmente focados nos problemas sociais e nas insuficiências da Rede Social, a nível supraconcelhio, de forma a melhor compreender quais os desafios de desenvolvimento social que caracterizam a região, aferindo os que se dirigem especificamente ao Alto Minho.

Neste sentido, foram analisados diversos documentos a nível intermunicipal, regional e nacional, destacando-se os que, seguidamente, se descrevem de forma sucinta:

- Plano Estratégico de Intervenção Social da Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima;
- Estudos de base elaborados no âmbito da Estratégia “Alto Minho 2030”;
- Referencial de Coesão Social (2014);
- Relatório Pobreza e Exclusão Social em Portugal.

2.1. Plano estratégico de Intervenção Social da Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima (2009)

O Plano Estratégico de Intervenção Social da Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima, elaborado em 2009, constitui um documento que define prioridades de intervenção no distrito de Viana do Castelo, no domínio da ação social. Através dos problemas diagnosticados pelos diferentes CLAS, elencados no Quadro seguinte, foram identificados quatro eixos de intervenção: (1) Educação, emprego, formação e qualificação; (2) Políticas públicas, saúde e qualidade de vida; (3) Rede de equipamentos e serviços de apoio a grupos específicos, à família e comunidade; e (4) Plataforma eletrónica de planeamento prospetivo do território Minho-Lima.

Áreas temáticas	Problemas identificados
Cultura, lazer e turismo	Falta de atividades/ espaços para ocupação dos tempos livres dos jovens com idade superior a 12 anos
	Pouca dinamização das atividades dirigidas à população idosa
	Fraca valorização das tradições e dos testemunhos vivos
Demografia	Envelhecimento da população
	Interioridade
	Diminuição da natalidade
Economia local	Desertificação e isolamento populacional
	Debilidade do comércio local
	Tecido empresarial débil e pouco qualificado
	Ausência de estratégias empreendedoras e inovadoras
Educação	Rede de transportes públicos precária
	Absentismo escolar; Insucesso escolar
	Desadequação do sistema educativo para lidar com alunos com problemas comportamentais/ disciplinares/ emocionais
	Fraca motivação dos jovens para o desenvolvimento de ações de voluntariado
Políticas públicas e sociais	Baixa escolarização da população ativa (mais de 50% não concluiu o 9.º ano)
	<i>Bullying</i>
	Desconhecimento dos direitos sociais por parte dos cidadãos
Privação e baixos rendimentos	Desajustamento entre a necessidade local e as especificidades contempladas nos regulamentos dos programas e medidas propostos
	Reforçar atendimento integrado
	Existência de agregados com baixos rendimentos
	População idosa, dependente, sem retaguarda familiar e com poucos recursos (pensões de baixos valores)
Emprego e formação	Trabalho precário
	Falta de estruturas de apoio ao emprego
	Falta de motivação/ empenho na procura de emprego
	Falta de oportunidades de emprego para a população jovem
	Perfil desajustado de candidatos ao emprego

Áreas temáticas	Problemas identificados
	Falta de acessibilidades ou de transportes e insuficiente integração da população com deficiência ao nível socioprofissional
	Baixas qualificações da população empregada
	Dificuldades de acesso ao emprego, maioritariamente por parte da população feminina, na faixa etária entre os 35 e os 54 anos e com um nível de escolaridade igual ou inferior a 6 anos; Empregos instáveis, precários e mal remunerados; aumento do desemprego de longa duração; Oferta de emprego pouco qualificado
Equipamentos, serviços e respostas sociais	Respostas insuficientes para a problemática da deficiência
	Deficit de equipamentos de apoio social, nomeadamente na área da 3.ª idade
	Falta de respostas específicas a nível da doença mental
	Ausência de respostas sociais para pessoas adultas menores de 60 anos e com dependência (vítimas de acidentes, doença, etc.)
	Necessidade de respostas sociais para colhimento de emergência a pessoas vítimas de violência doméstica
	Qualidade dos serviços prestados pelas instituições
Habituação e condições de habitabilidade	Acesso reduzido e fraca qualidade da habitação
	População idosa a viver em habitações sem as condições mínimas de habitabilidade
	Rendas elevadas praticadas e sazonalidade urbanística
	Habitações clandestinas e sem infraestruturas adequadas; Insuficiência de habitação social
Outras	Rede de transportes públicos precária
	Índice elevado de situações de violência doméstica
Qualificação profissional	Falta de adequação entre necessidades do Mercado, Escolas e Centros de Formação
	Baixas qualificações e competências profissionais
	Formação profissional desajustada da oferta de emprego
	Formação técnica específica para novos mercados e novos setores de atividade
Grupos vulneráveis	Famílias com problemas de alcoolismo
	Número elevado de situações de violência doméstica
	Gestão desajustada do orçamento/ organização familiar
	Idosos em situação de isolamento e inatividade, por vezes, a viver em situação de pobreza e discriminação social
	Famílias disfuncionais: problemas ligados ao consumo de álcool, fracas competências sociais, pessoais e parentais, dificuldades de gestão da economia doméstica, rutura das relações e laços familiares, negligência parental
	População idosa: Inatividade física/ cognitiva e social, forte incidência de situações de dependência, ausente/ insuficiente suporte familiar de apoio e isolamento social
	Identificados crianças e jovens em situação de risco/ perigo; idosos; população portadora de deficiência e alcoólicos
	Elevado número de pessoas portadoras de deficiência
Saúde	Consumo elevado de álcool e tabaco nos jovens
	Alcoolismo
	Doenças do aparelho circulatório como principal causa de morte
	Elevados índices de dependência
	Dificuldade da população idosa no acesso aos cuidados de saúde
	Aumento das situações de dependência e perda de autonomia na população idosa

Áreas temáticas	Problemas identificados
	Falta de acompanhamento/ prevenção insuficiente Crónico-dependentes e doentes de saúde mental

Quadro 1. Problemas identificados no âmbito do Plano Estratégico de Intervenção Social da Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima
Fonte: Fernandes, 2009

2.2. Estratégia Alto Minho 2030

A Estratégia Alto Minho 2030 constitui uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial que visa assegurar a coerência com as intervenções de cariz sub-regional ou local, bem como com as estratégias definidas a nível das NUTS II. A Estratégia e Plano Global de Ação Alto Minho 2020, aprovados em 2015, apresentavam um conjunto de metas assentando nos domínios da competitividade (coesão regional, atividade económica, importações/exportações), atratividade (demografia, emprego, turismo e cultura), conectividade (comunicação e transportes), e resiliência (educação, saúde, ação social, inovação e conhecimento, ocupação do território, saneamento básico, criminalidade e energia).

A Estratégia Alto Minho 2030 visa a continuidade das políticas assumidas no período anterior, assentando na seguinte visão:

- *Uma região que valoriza os seus recursos para se tornar mais competitiva;*
- *Uma região que organiza os produtos do seu território para se tornar mais atrativa;*
- *Uma região que garante conectividade e exige retorno da mobilidade de pessoas, bens e conhecimento;*
- *Uma região assumidamente resiliente, que forma liza a capacidade de responder à mudança.*

De acordo com a EAM 2030 (CIM Alto Minho, 2020: 63), “os cenários traçados colocam um desafio substancial à região com implicações na definição da estratégia regional. Neste sentido, importa garantir o planeamento da oferta de equipamentos e serviços do território à procura potencial. A evolução demográfica prospetivada coloca, desde logo, uma exigência ao nível da refuncionalização de alguns equipamentos que se encontram sobredimensionados para que sejam sustentáveis num contexto de decréscimo da população. Por outro lado, o aumento do peso da população idosa requer o desenvolvimento de respostas sociais adequadas às necessidades dessa franja da população, mais premente nas zonas de baixa densidade onde as pressões sobre a oferta de serviços de proximidade se farão sentir com maior intensidade”.

Este documento identifica as principais problemáticas identificadas nos diagnósticos sociais do Alto Minho, por eixo de intervenção, os quais se encontrando elencados no Quadro seguinte.

Eixo de intervenção	Problemas identificados
Família e comunidade	Insuficiência de respostas sociais para idosos
	Insuficiência de respostas sociais para pessoas com deficiência
	Comportamentos de risco de crianças e jovens
	Retenção e insucesso escolar
	Famílias disfuncionais e carenciadas (falta de envolvimento dos pais, crianças em risco referenciadas)
	Insuficiência de respostas sociais para violência doméstica
	Condições de habitabilidade precárias
	Reduzido número de fogos de habitação social para apoio a famílias
Saúde	Número elevado de idosos em retaguarda familiar e sem apoio psicossocial (isolamento, solidão, formação insuficiente dos cuidados informais)
	Comportamentos aditivos e dependências (Toxicodependência e problemas ligados ao álcool)
	Insuficiente acompanhamento a pessoas com doenças de foro psicocognitivo
	Reduzido número de fogos de habitação social para apoio a famílias
Emprego e formação profissional	Desemprego
	Falta de oferta de emprego
	Desajuste entre a formação profissional e a oferta de emprego
	Reduzido número de fogos de habitação social para apoio a famílias
	Insuficiente acompanhamento a pessoas com doenças do foro psicocognitivo
Instituições	Sobreposição de respostas
	Sustentabilidade IPSS
	Concentração de respostas sociais nas mesmas zonas geográficas

Quadro 2. Problemas identificados no âmbito da Estratégia Alto Minho 2030

Fonte: Fernandes, 2020

A EAM 2030 apresenta os seguintes objetivos específicos, organizados por quatro eixos temáticos: (1) Competitividade; (2) Atratividade; (3) Conetividade; e (4) Resiliência.

No âmbito do desenvolvimento social, destacam-se os seguintes objetivos, no domínio da resiliência:

a) Sustentabilidade - Equilíbrio entre o ambiente e vida humana - garantindo as condições necessárias para o “usufruto”, numa lógica que privilegie a preservação e a incorporação de limites como meios para garantir a sustentabilidade do património natural.

b) Coesão - Integração dos centros urbanos com o mundo rural promovendo a concertação social e o estabelecimento de redes colaborativas que atuem num quadro de otimização de respostas às necessidades, garantindo a cobertura total do território e assegurando uma mais assertiva capacidade de garantir a coesão territorial.

c) Competitividade - Incentivo à flexibilidade e à capacidade para mudar, dos indivíduos e organizações, estimulando a reconversão profissional, o encontro de competências e a introdução de processos flexíveis de produção.

O documento “**Alto Minho – Desafio 2030**” (Marques e Maia, 2022) apresenta uma caracterização desta sub-região em quatro temáticas: Alto Minho: mais social e inclusivo; Alto Minho: mais competitivo e inteligente; Alto Minho: mais verde e resiliente; e Alto Minho: investimentos 2014-2020. No âmbito da caracterização social, verifica-se que o Índice Sintético de Desenvolvimento para a Coesão, indicador que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três dimensões (competitividade, coesão e qualidade ambiental), evidencia oscilações para o Alto Minho, no período 2011-2019. Após uma fase (entre 2012 e 2015) em que se situou acima das médias nacional e regional, no ano seguinte sofreu uma quebra, da qual começou a recuperar desde 2017, apesar de ainda não ter retomado aos valores anteriores.

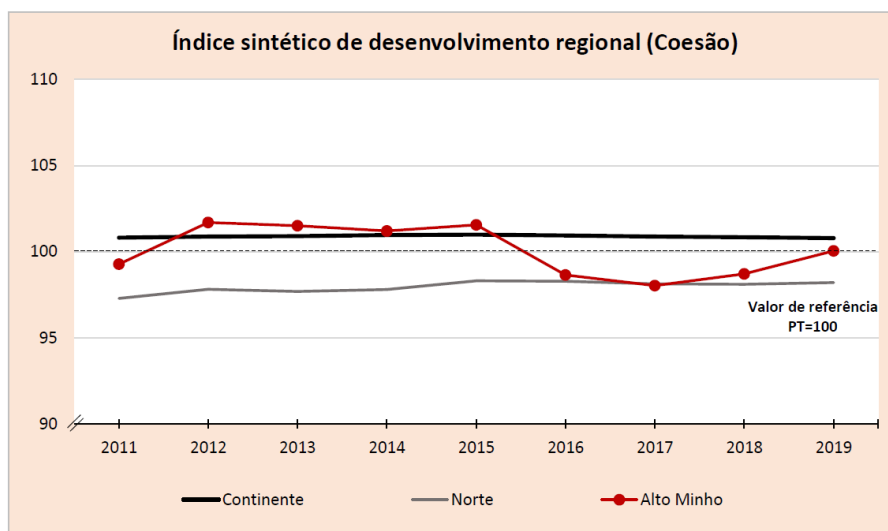


Gráfico 1. Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão), no período 2011-2019
(Fonte: Marques e Maia, 2022: 7)

A análise da situação do Alto Minho nos vários domínios e indicadores avaliados no âmbito deste estudo, mostra que os indicadores que demonstram mais melhorias são: segurança (melhoria em 3/3 indicadores avaliados); rendimentos e desigualdades (melhoria em 3/3 indicadores avaliados);

desemprego (melhoria em 6/7 indicadores avaliados); e desigualdades de género (melhoria em 3/4 indicadores avaliados).

Já os domínios em que verifica um maior decréscimo das condições são: acesso à habitação (agravamento em 4/4 indicadores avaliados); sustentabilidade demográfica (agravamento em 6/12 indicadores avaliados); e saúde (agravamento em 5/9 indicadores avaliados).

2.3. Referencial de Coesão Social (2014)

Este documento efetua uma análise tipológica de base concelhia das situações de pobreza e exclusão social e das dinâmicas territoriais, através de um sistema de indicadores, apresentando uma tipificação das situações de exclusão em Portugal continental.

A análise das tipologias do território mostra que no Alto Minho existem concelhos dos seguintes tipos: Urbano médio, Transição, Rural médio, Rural deprimido e Em Exaustão, evidenciando uma gradação litoral interior, e denotando grandes diferenças entre os vários concelhos.

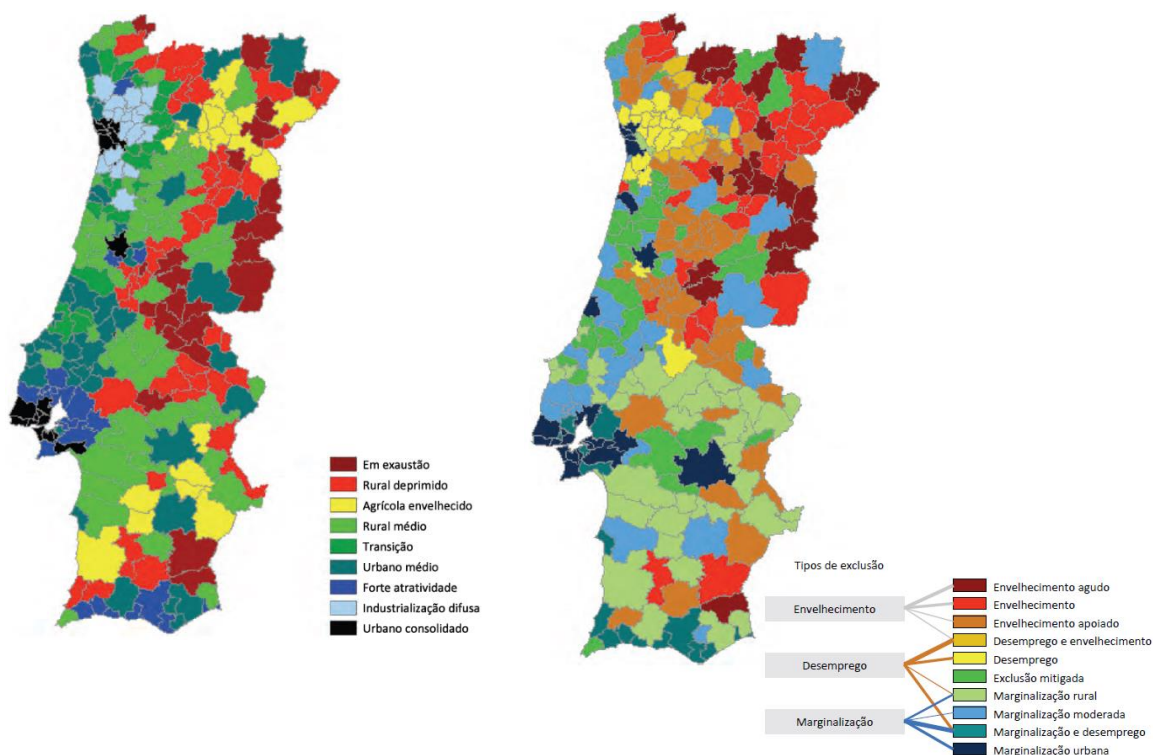


Figura 2. Perfis de coesão social para os concelhos de Portugal Continental: à esquerda: Tipologia do território; à direita: Tipologia de exclusão social
(Fonte: IESE, 2015: 41, 77 - Referencial de Coesão Social 2014)

O estudo fornece um conjunto de informação relevante, principalmente quando se procura comparar diferentes realidades no país, permitindo aferir a posição do Alto Minho no contexto nacional, no que se refere aos problemas sociais. Neste sentido, ao longo do documento, são efetuadas análises mais aprofundadas dos indicadores mais relevantes para este território. O Referencial de Coesão Social procede ainda à identificação de diferentes perfis de exclusão social, efetuada através de um sistema

alargado de indicadores, identificando a que melhor se adapta a cada concelho, os quais se distinguem em três tipologias: 1) Exclusão pelo envelhecimento; 2) Exclusão pelo desemprego; 3) Exclusão pela marginalização. Esta análise é

Nos concelhos do Alto Minho, verificam-se as tipologias de exclusão social indicadas no Quadro seguinte.

Tipo de exclusão	Caraterísticas	Concelho
Envelhecimento agudo	Fatores de exclusão muito fortes: isolamento, inatividade, baixa habilitações, desqualificação. Incapacidade, nomeadamente para o trabalho. População muito idosa. Fatores de inclusão assentes em estratégias individuais: encargos muito reduzidos, endividamento muito reduzido, forte autoconsumo e elevado grau de poupança.	Melgaço
Envelhecimento	Fatores de exclusão semelhantes aos do grupo anterior, mas menos fortes: inatividade, desqualificação, baixas habilitações. População muito idosa. Fatores de inclusão: Autoconsumo, poupança. Menor isolamento que o Grupo 1 e maior integração nos mecanismos de apoio social.	Arcos de Valdevez Monção Ponte da Barca
Envelhecimento apoiado	Inatividade e desqualificação. População idosa. Atenuam-se os sinais de isolamento e as estratégias eminentemente individuais de mitigar a pobreza e a exclusão e aumentam as formas sociais: mais importância das prestações sociais.	Paredes de Coura Ponte de Lima
Exclusão mitigada	Conjunção equilibrada e mitigada das várias dimensões de exclusão. Nenhum dos fatores de vulnerabilidade face à exclusão social tem uma expressão significativa. Também um perfil moderado em todas as dimensões de inclusão	Caminha Valença Vila Nova de Cerveira
Marginalização moderada	Grupo que representa uma versão mais ténue dos perfis de marginalização urbana mais extremada. Alguma expressão de imigração, criminalidade, grupos de risco e outras dimensões associadas à exclusão pela marginalização. Mecanismos de inclusão relativamente mais acessíveis (acesso a serviços, conhecimentos de proximidade, ...)	Viana do Castelo

Quadro 3. Principais caraterísticas dos perfis-tipo de exclusão Social verificados no Alto Minho (Fonte: IESE, 2015 - Referencial de Coesão Social 2014)

2.4. Pobreza e Exclusão Social em Portugal

O Relatório “Pobreza e Exclusão Social em Portugal – 2021”, produzido pelo Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza apresenta uma caracterização geral do risco de pobreza ou exclusão social, considerando a nova (e antiga) definição de risco de pobreza e exclusão social, assim como uma caracterização da vulnerabilidade com base na taxa de risco de pobreza.

De acordo com os indicadores da Estratégia da Europa 2030, a privação material e social severa mede a percentagem da população que não consegue aceder a 7 dos 13 itens indicados no Quadro seguinte, devido a dificuldades económicas (ONLCP, 2021).

Itens de privação material e social severa (menos que 7 dos 13 seguintes)	
Itens associados ao agregado familiar	Itens de nível individual
Capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada e próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo)	Ter uma ligação de Internet
Capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado	Substituir roupas usadas por algumas roupas novas
Capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal	Dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas)
Capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias	Gastar semanalmente uma pequena quantia consigo próprio
Capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	Usufruir regularmente de atividades de lazer
Capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)	Reunir com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês

Quadro 4. Indicadores Europa 2030 para a privação social e material
 (Fonte: ONLCP, 2021 - Pobreza e Exclusão Social em Portugal 2021)

Este estudo indica que 20% da população residente em Portugal encontra-se em Risco de pobreza ou exclusão social (representando um quinto da população), em situação de vulnerabilidade social e económica, num decréscimo de 1,1% face ao ano anterior. De acordo com os indicadores, em 2020, 4,6% da população em Portugal estava em privação material severa (Europa 2020) e 5,4% estava em privação material e social severa (Europa 2030). Destacam-se os seguintes grupos que apresentam taxas de pobreza ou exclusão social mais elevadas: as mulheres (20,9%); as crianças (21,9%) e a

população com 65 anos ou mais (21,4%); os desempregados (54,2%), outros inativos (38%) e trabalhadores por conta própria (30,4%); as famílias compostas por dois adultos e três ou mais crianças dependentes (43,12%), famílias de um adulto com crianças dependentes (32,5%) e famílias compostas por apenas um adulto (29,4%), em particular as mulheres (32,5%) e os idosos isolados (32,1%); a população com ensino básico ou nível inferior (27%); e a população com cidadania extracomunitária (20,8%).

No gráfico seguinte, apresenta-se a taxa de privação material severa e privação material e social severa por grupos etários e por género, onde se verifica a clara vulnerabilidade do sexo feminino, bem como da população idosa.

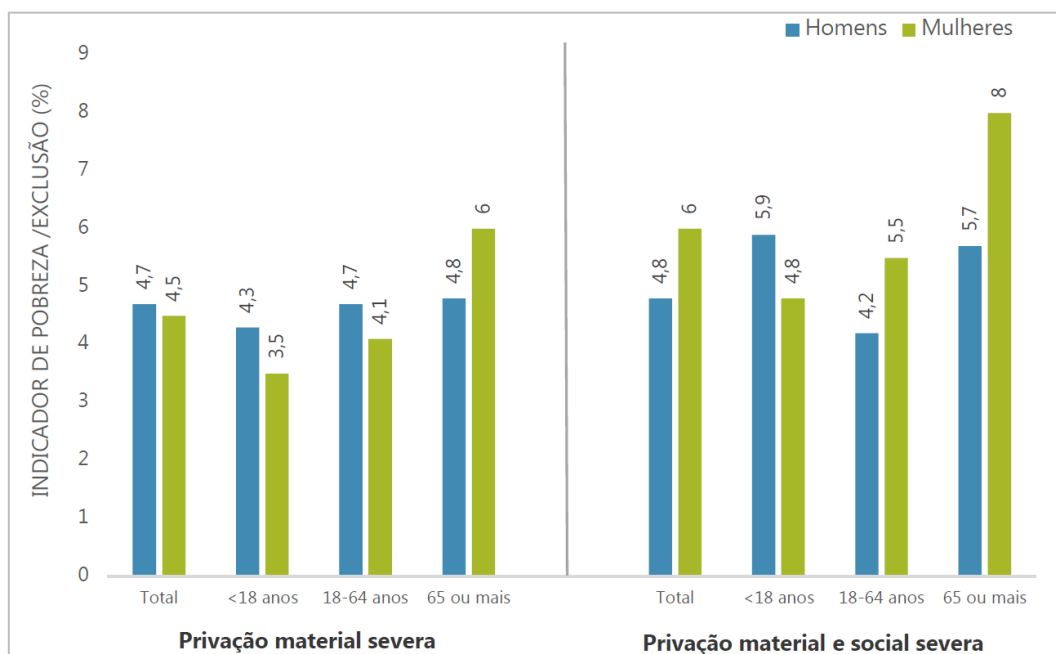


Gráfico 2. Taxa de privação material severa e privação material e social severa por grupos etários e por género, em 2020

(Fonte: ONLCP, 2021 - Pobreza e Exclusão Social em Portugal 2021: 15)

As conclusões deste estudo, bem como dos analisados ao longo deste capítulo, servirão para sinalizar alguns dos aspetos chave da exclusão social, a confirmar na análise para o território do Alto Minho e seus concelhos.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Alto Minho localiza-se na região Norte de Portugal, integrando 10 concelhos: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, e Vila Nova de Cerveira. Abrange uma área superficial de 2.255 km², onde habitam 244.836 pessoas.

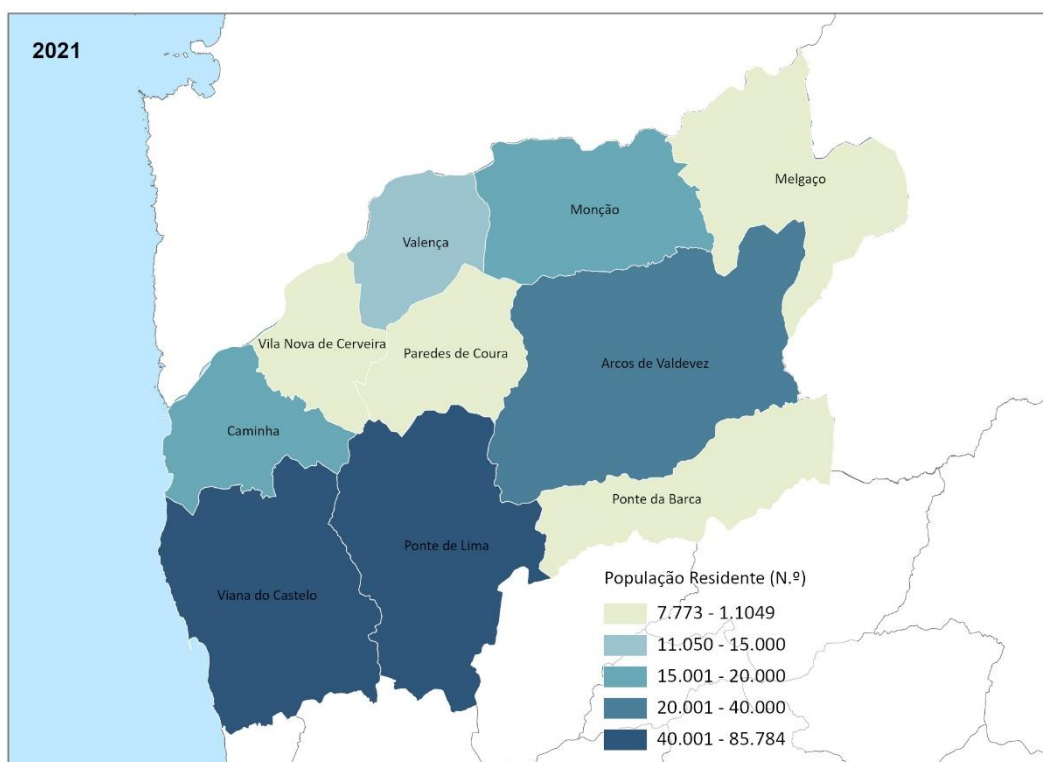


Figura 3. População residente nos concelhos integrantes da CIM Alto Minho, em 2021
(Elaboração própria; Fonte: INE – Censos, 2021)

De acordo com a EAM 2030 (2020, 19), “o Alto Minho é interpretado enquanto espaço de confluências, que combina a montanha interior, as serras, os vales e o litoral atlântico, num mosaico paisagístico variado que emerge como elemento identitário da região”, onde podem ser diferenciados dois sistemas urbanos contínuos: (a) sistema urbano de fronteira (concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço) e (b) o sistema urbano interior (concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Paredes de Coura). A nível de centralidades, denota-se a importância de Viana do Castelo, sede de distrito, onde se concentra grande parte da

população. Ponte de Lima constitui o segundo concelho mais populoso, e embora a sede adote a designação de vila, constitui um centro de elevada importância na região, a nível socioeconómico. Este eixo Viana do Castelo – Ponte de Lima, prolongando-se até Ponte da Barca que, ocorre ao longo do vale do rio Lima, constituindo uma ligação de grande importância a nível social e económico na sub-região. Mais ao norte, e ocupando uma posição litoral, Caminha possui forte ligação a Viana do Castelo, como também com Espanha. Ao longo da fronteira do país, pode verificar-se a existência de um outro eixo que marca as dinâmicas socioeconómicas da sub-região, desta vez associado ao vale do Minho, prolongando-se entre Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço. Ocupando uma posição central neste território, Paredes de Coura possui maiores complementaridades com Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo.

A EAM 2030 (2020) destaca ainda a relação do Alto Minho com os municípios e sub-regiões vizinhas, e cuja localização geográfica potencia o estabelecimento de sinergias (Figura 4).

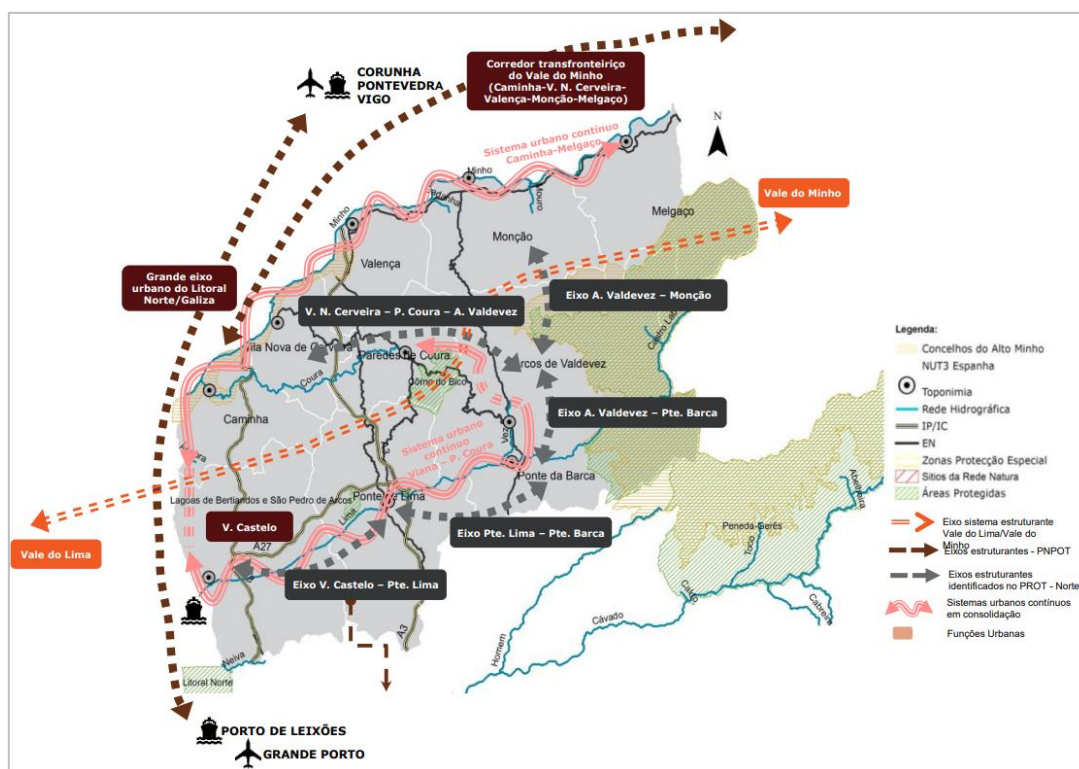


Figura 4. Dinâmicas e interação do Alto Minho com os municípios vizinhos
(Fonte: EAM 2030, 2020: 19)

Neste âmbito, evidenciam-se as seguintes interações: o Cávado e o Ave (a nível de património natural, cultural e turismo); o Cávado e Alto Tâmega (a nível de recursos naturais e turismo, em especial devido

à presença do Parque Natural da Peneda-Gerês; com as cidades do Porto, Guimarães e Braga e o Douro (a nível socioeconómico); com o Porto (ligações aéreas e marítimas), bem como com a Galiza e o Norte de Portugal.

4. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS

Neste capítulo efetua-se uma caracterização da situação demográfica e dinâmicas socioeconómicas no Alto Minho e concelhos abrangidos, visando conhecer a realidade deste território, entender as suas dinâmicas, bem como tentar interpretar as suas tendências evolutivas, de forma a aferir a adequação das respostas existentes.

Os indicadores analisados, ainda que apresentem uma perspetiva mais generalizada, são relevantes para o conhecimento da situação socioeconómica do concelho, permitindo compreender a realidade social verificada, bem como o risco de exclusão social. Na análise dos vários indicadores, é efetuada uma comparação da posição do Alto Minho com a realidade observada no contexto nacional e regional, permitindo verificar se os dados refletem situações generalizadas, bem como avaliar o comportamento da sub-região face a outros territórios. Embora, neste estudo, se privilegie em particular uma análise integrada para todo o território do Alto Minho, é fundamental uma análise da situação dos vários concelhos, de modo a identificar situações de heterogeneidade, bem como fraquezas e oportunidades a nível local.

Neste capítulo, à semelhança dos dois que seguem, serão apresentados os dados dos indicadores mais relevantes para o Alto Minho (e concelhos constituintes), sendo no último capítulo (capítulo 10) efetuada uma síntese e diagnóstico comparativo dos vários dados analisados.

4.1. Demografia

A análise demográfica consiste no estudo das populações humanas ao longo de um dado período, através da análise de um conjunto de fatores que se interrelacionam.

De acordo com dados do Censos 2021, a **população residente** no Alto Minho cifrava-se nos 244.836 habitantes, correspondendo a cerca de 6% da população da região Norte. Viana do Castelo constitui o município mais populoso, agregando nesse ano 85.784 habitantes, correspondente a cerca de 37% da população do Alto Minho, seguindo-se Ponte de Lima, com 41.169 habitantes, cerca de 18% da população. Pelo lado oposto, os concelhos de Melgaço, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira apresentam uma menor população, respetivamente 7.773 habitantes (3,4% da população total do Alto Minho), 8.632 habitantes (3,7%) e 8.923 habitantes (3,9%).

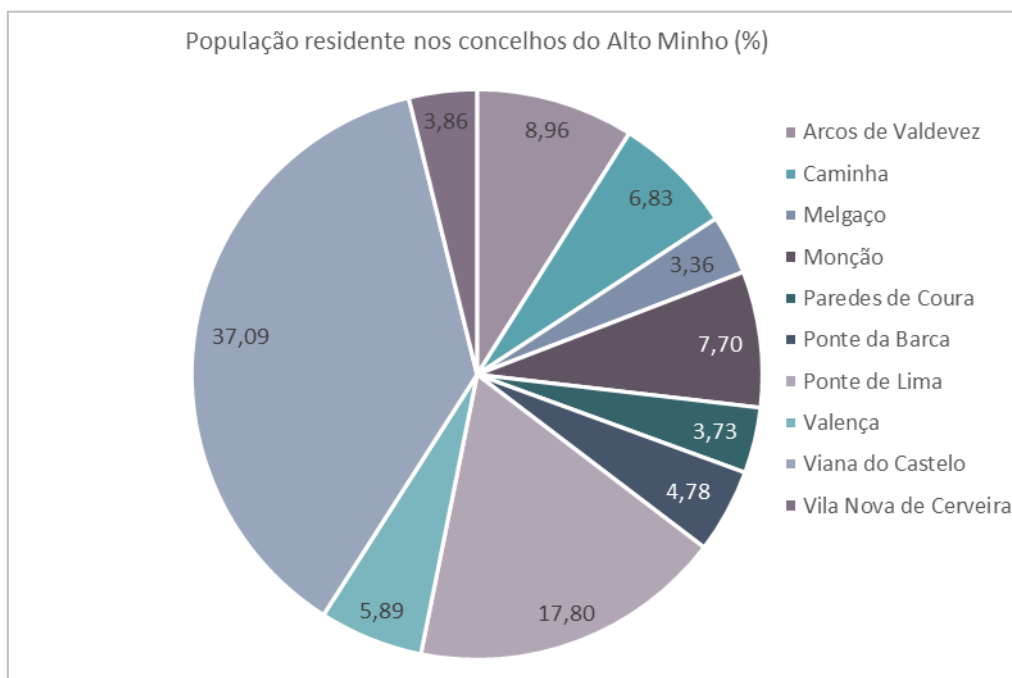


Gráfico 3. População residente nos concelhos do Alto Minho, em 2021, em percentagem
(Fonte: INE – Censos 2021)

Na Tabela seguinte, pode observar-se a variação da população no período 2011 – 2021, onde se assiste a um decréscimo demográfico no Alto Minho da ordem dos 5,5 %, superior ao verificado no contexto nacional e regional. Todos os concelhos apresentam perdas populacionais, sendo mais acentuadas em Melgaço (-15,63 %), Arcos de Valdevez (-9,31 %) e Ponte da Barca (-8,39 %), os concelhos mais

interiores. As menores perdas correspondem a Viana do Castelo (-3,31 %), Valença (-3,55 %) e Vila Nova de Cerveira (-3,57 %).

Tabela 1. População residente nos concelhos do Alto Minho em 2011 e 2021
 (Fonte: INE – Censos 2021)

Concelho	2011 (hab.)	2021 (hab.)	Varição 2011-21 (hab)	Varição 2011-21 (%)
Portugal	10562178	10344802	-217376	-2,06
Norte	3689682	3587074	-102608	-2,78
Alto Minho	244836	231293	-13543	-5,53
Arcos de Valdevez	22847	20720	-2127	-9,31
Caminha	16684	15800	-884	-5,30
Melgaço	9213	7773	-1440	-15,63
Monção	19230	17818	-1412	-7,34
Paredes de Coura	9198	8632	-566	-6,15
Ponte da Barca	12061	11049	-1012	-8,39
Ponte de Lima	43498	41169	-2329	-5,35
Valença	14127	13625	-502	-3,55
Viana do Castelo	88725	85784	-2941	-3,31
Vila Nova de Cerveira	9253	8923	-330	-3,57

A **análise populacional por grupo etário**, em 2021, mostra que, em todos os concelhos, se destaca a faixa etária dos 25 aos 64 anos. No Alto Minho, a representatividade das crianças (idades compreendidas entre 0 e 14 anos) é de 11,2%, um pouco inferior às médias nacional e regional. Embora as percentagens de crianças por concelho variem pouco, verifica-se que o concelho em que esta faixa etária é mais representativa é Valença (12%), enquanto Melgaço possui menos crianças tanto em número como em percentagem (7,4%). A população jovem (15 – 19 anos) no Alto Minho, igualmente ligeiramente inferior às médias nacional e regional, cifra-se em 9,7%, verificando-se mais disparidades entre os vários concelhos: enquanto Ponte de Lima apresenta uma maior proporção de jovens (11%), Melgaço apresenta os valores mais baixos (6,7%). No tocante à população idosa, o Alto Minho apresenta valores bastante superiores às médias nacional e regional, sendo de 28,1% do total da população. Verifica-se que esta faixa etária é superior no concelho de Melgaço (42,5%), e inferior em Ponte de Lima (24,5%).

É ainda relevante analisar a variação no período entre 2011 e 2021, em que se pode verificar que a proporção de crianças e jovens no Alto Minho decresceu (respetivamente - 2,1% e -0,8%). Embora com

um ligeiro decréscimo (-2,1%), a população em idade ativa mantém-se acima dos 50% da população. Pelo oposto, a população idosa registou uma subida de 5% entre 2011 e 2021.

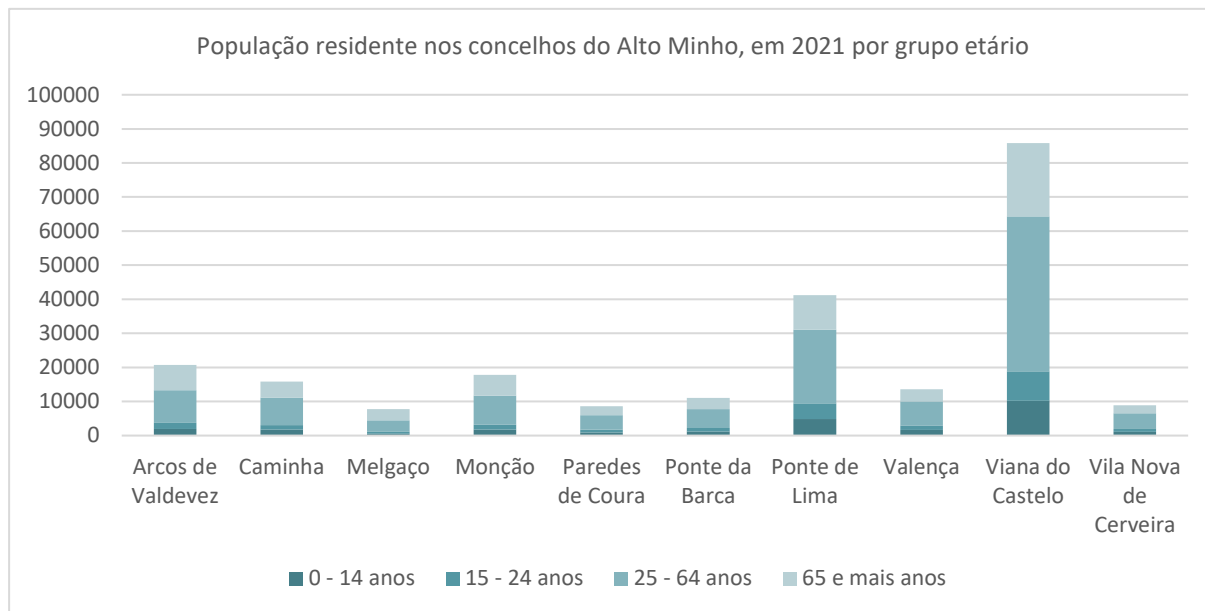


Gráfico 4. População residente nos concelhos do Alto Minho, em 2021, por grupo etário
(Fonte: INE – Censos 2021)

O número de nascimentos na sub-região do Alto Minho, traduzido pelo número de **nados-vivos**, isto é, o produto dos nascimentos vivos, é apresentado no Gráfico 5, no qual é possível observar a evolução do indicador para o intervalo 2016-2021, de acordo com as Séries Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

Nesse intervalo, no Alto Minho, verificou-se uma diminuição global progressiva do número de nados-vivos, de 1.587 em 2016 para 1.395 em 2021, representando uma variação na ordem dos -13,8%. Essa tendência foi mais acentuada nos concelhos de Melgaço (-50,0%) e Paredes de Coura (-40,5%). Por outro lado, no concelho de Valença, verificou-se a única variação positiva entre os anos de 2016 e 2020 (5,9%). A tendência apurada na sub-região traduz valores negativos mais acentuados, quando relacionados com as variações registadas na Região Norte (-13,1%) e no contexto mais vasto do território continental (-9,5%).

No Gráfico 6, encontra-se representada a evolução do **número de óbitos** no Alto Minho para o intervalo compreendido entre os anos de 2016 e 2021. Os valores apresentados demonstram uma

tendência geral inversamente proporcional à do indicador previamente analisado. Como tal, no conjunto da sub-região, assistiu-se a um aumento do número de óbitos na ordem dos 7,9%, correspondente a uma evolução de 2.939 óbitos em 2016, para 3.191 óbitos em 2021.

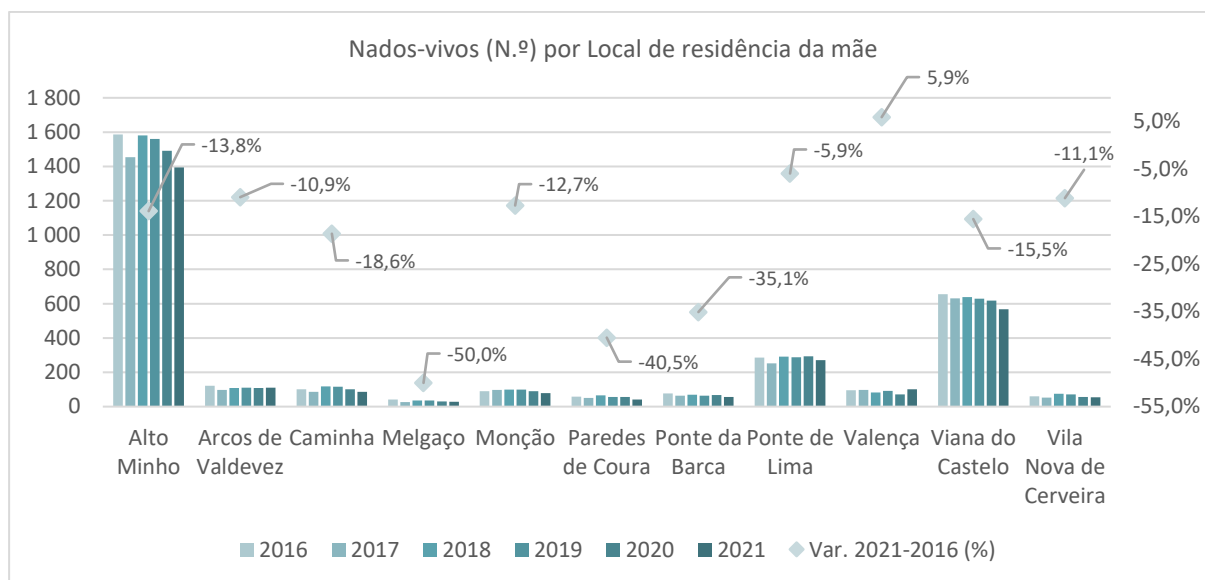


Gráfico 5. Número de nados-vivos nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2021 (Fonte: INE – Censos 2021)

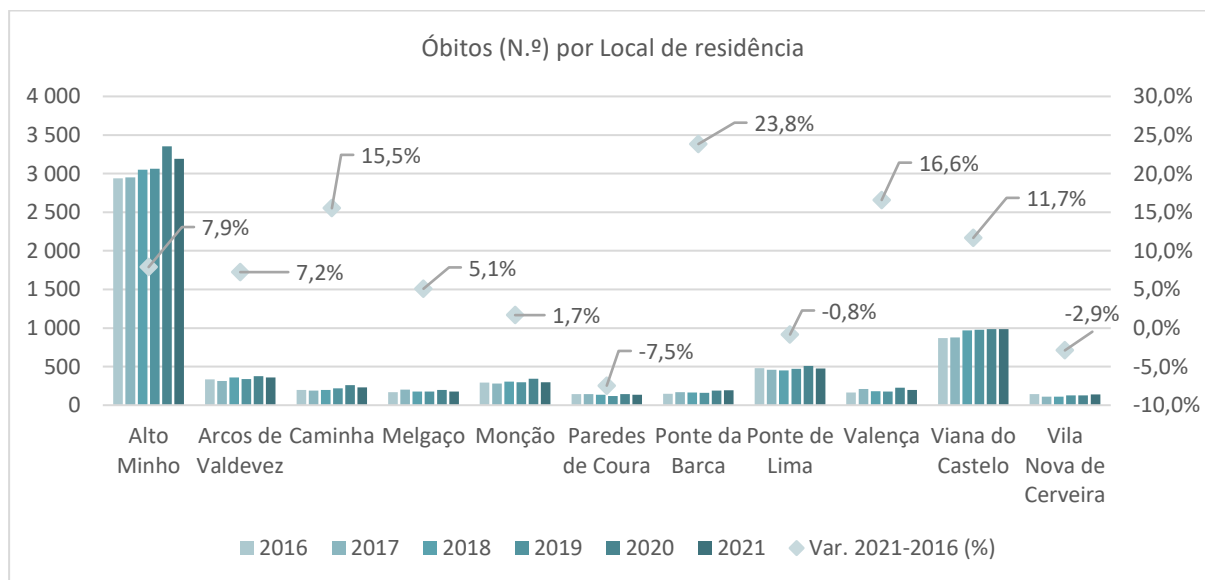


Gráfico 6. Número de óbitos nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2021 (Fonte: INE – Censos 2021)

Refira-se que, apesar do acréscimo relatado, deu-se uma diminuição entre os anos de 2020 e 2021, tendo o número de óbitos sofrido um decréscimo no ano mais recente, face ao valor máximo de 3.355 óbitos no ano anterior. A expressividade do valor registado em 2020 dever-se-á, provavelmente, ao forte impacto do contexto pandémico nesse ano.

A nível concelhio, foi em Ponte da Barca e em Valença que o aumento do número de óbitos foi superior, com uma variação de, respetivamente, 23,8% e 16,6%. Ainda para o intervalo analisado, nos concelhos de Paredes de Coura (-7,5%), Ponte de Lima (-0,8%) e Vila Nova de Cerveira (-2,9%) o número de óbitos sofreu uma tendência decrescente. Denota-se ainda que o aumento do número de óbitos no Alto Minho foi proporcionalmente inferior, tanto quando comparado com o número de óbitos da região Norte (8,3%), como com o número de óbitos do território continental (11,7%).

A **taxa de crescimento natural**, obtida a partir do saldo entre o número de nascimentos e o número de óbitos, demonstra a perda de população generalizada no contexto nacional (Gráfico 7). Ainda assim, no conjunto dos concelhos do Alto Minho o decréscimo populacional é proporcionalmente mais acentuado quando comparado com os âmbitos territoriais mais vastos em análise.

A análise por concelho permite perceber que o decréscimo do saldo natural é mais expressivo nos concelhos de Melgaço, Monção e Arcos de Valdevez, com taxas de crescimento natural no último ano de referência de, respetivamente, -2,1%, -1,4% e -1,3%.

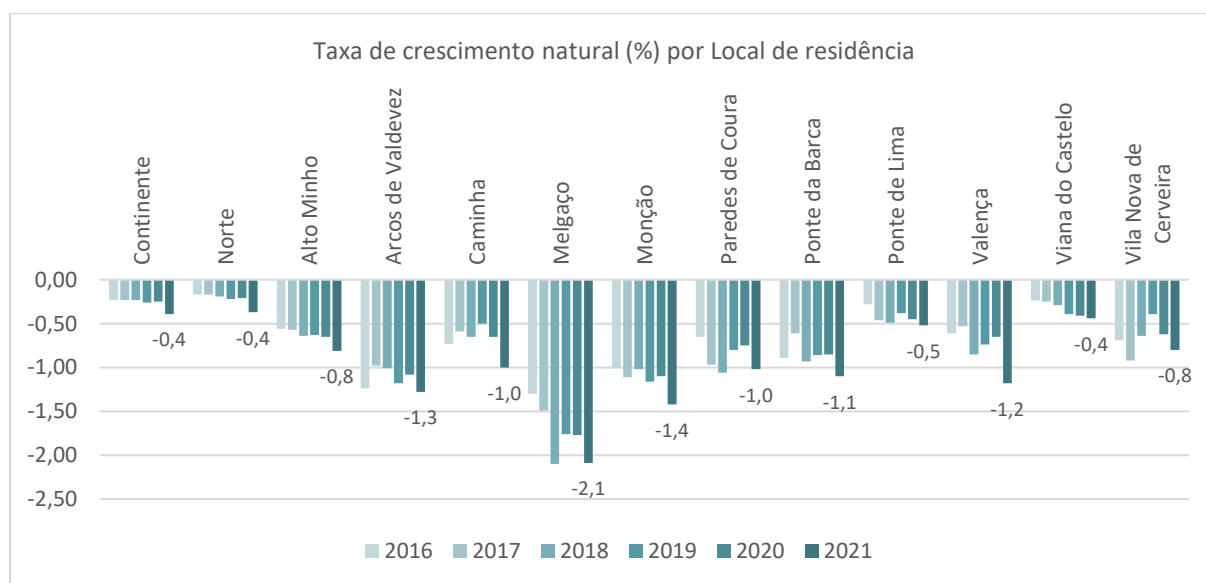


Gráfico 7. Taxa de crescimento natural nos concelhos do Alto Minho, no período 2016 – 2021
 (Fonte: INE – Censos 2021)

O influxo de **população estrangeira** poderá colmatar as perdas populacionais anteriormente aferidas. Ainda assim, o saldo migratório na sub-região do Alto Minho demonstra que os fluxos de população com destino ao seu exterior apresentam uma preponderância significativa no período em análise. Com efeito, nos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, entre 2015 e 2020, registou-se um saldo migratório negativo de, respetivamente, 854 e 573 indivíduos, devendo-se esse desempenho, em grande parte, aos valores verificados no ano de 2016. Porém, considerando o saldo migratório dos restantes concelhos do Alto Minho, no período em análise, observa-se um saldo migratório global positivo, embora modesto, traduzido pelo aumento de 146 indivíduos.

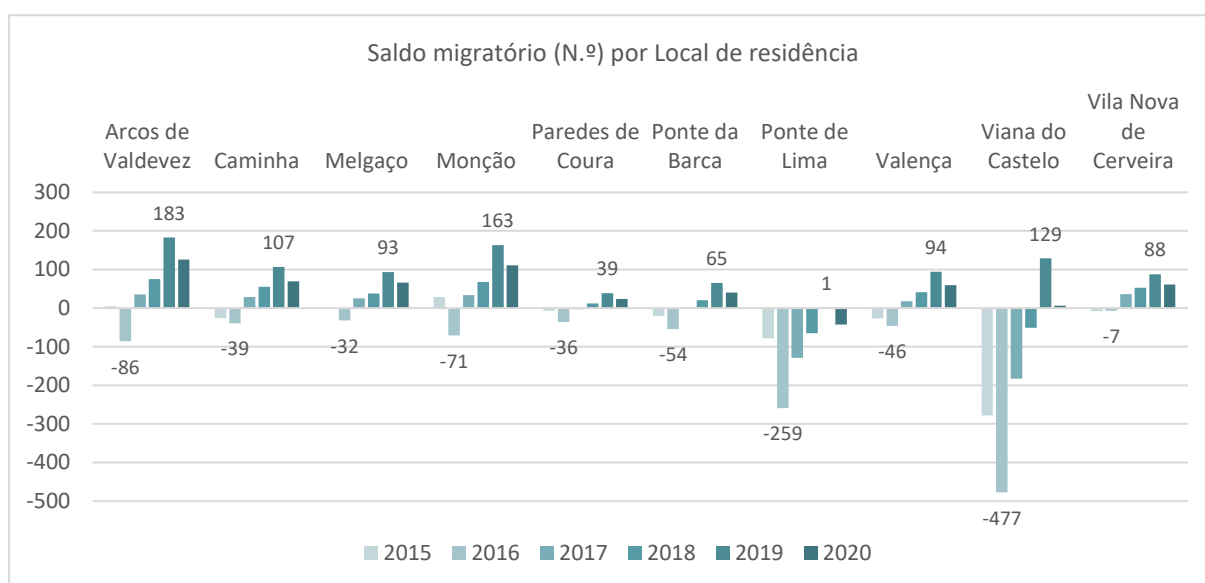


Gráfico 8. Saldo migratório nos concelhos do Alto Minho, no período 2015 – 2020
(Fonte: INE, Indicadores demográficos 2011-2020)

Na região Norte, apesar da retoma do saldo migratório verificada entre 2018 e 2020, com um acréscimo de população migrante de 18.711 indivíduos, regista-se, igualmente, uma tendência decrescente no período mais alargado em análise, considerando que a perda de população migrante foi, entre 2015 e 2017, de 26.618 indivíduos. No continente nacional, apenas se verificou perda de população migrante nos anos de 2015 e 2016, figurando o saldo migratório num valor positivo de 87.167 indivíduos entre 2015 e 2020.

O **índice de dependência** para o momento censitário de 2011, patente no Gráfico 9, demonstra o aumento proporcional da população com idades superiores a 65 anos e, por outro lado, a diminuição global da população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

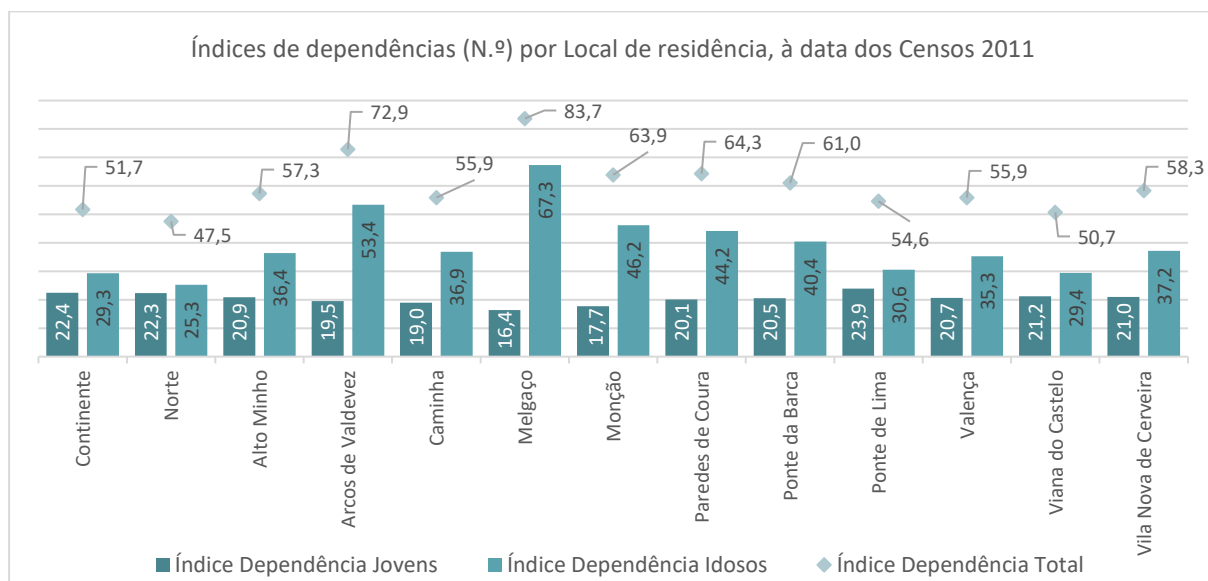


Gráfico 9. Índices de dependências nos concelhos do Alto Minho, em 2011
(Fonte: INE – Censos 2011)

Apesar da diminuição da população jovem, o forte aumento da população idosa é responsável pelo aumento do índice de dependência total, sendo em 2011 o seu valor mais expressivo nos concelhos de Melgaço (83,7) e Arcos de Valdevez (72,9). Refira-se que nos dois momentos censitários analisados em todos os concelhos do Alto Minho, tanto a dependência de jovens e idosos, como a dependência de idosos sobre a população em idade ativa é invariavelmente superior ao valor global registado na Região Norte. A dependência da população jovem sobre a população em idade ativa em 2011, é mais elevada nos concelhos de Ponte de Lima (23,9) e Viana do Castelo (21,2), sendo no primeiro concelho, superior ao verificado, tanto no contexto global da Região Norte (22,3), como do continente nacional (22,4).

No que concerne à **composição das famílias**, o Gráfico 10 apresenta a tipologia de família clássica face ao número total de famílias clássicas, no momento censitários de 2011. No intervalo intercensitário 2001-2011, no Alto Minho, assistiu-se ao ligeiro aumento proporcional das famílias sem núcleos, de 11,5% para 12,0%, tal como ao aumento proporcional do número de casais de direito ou facto sem filhos, de 12,9% para 14,6%. Por sua vez, as famílias com um núcleo, os casais de direito ou facto com pelo menos um filho e as famílias com dois ou mais núcleos, registaram uma diminuição proporcional geral.

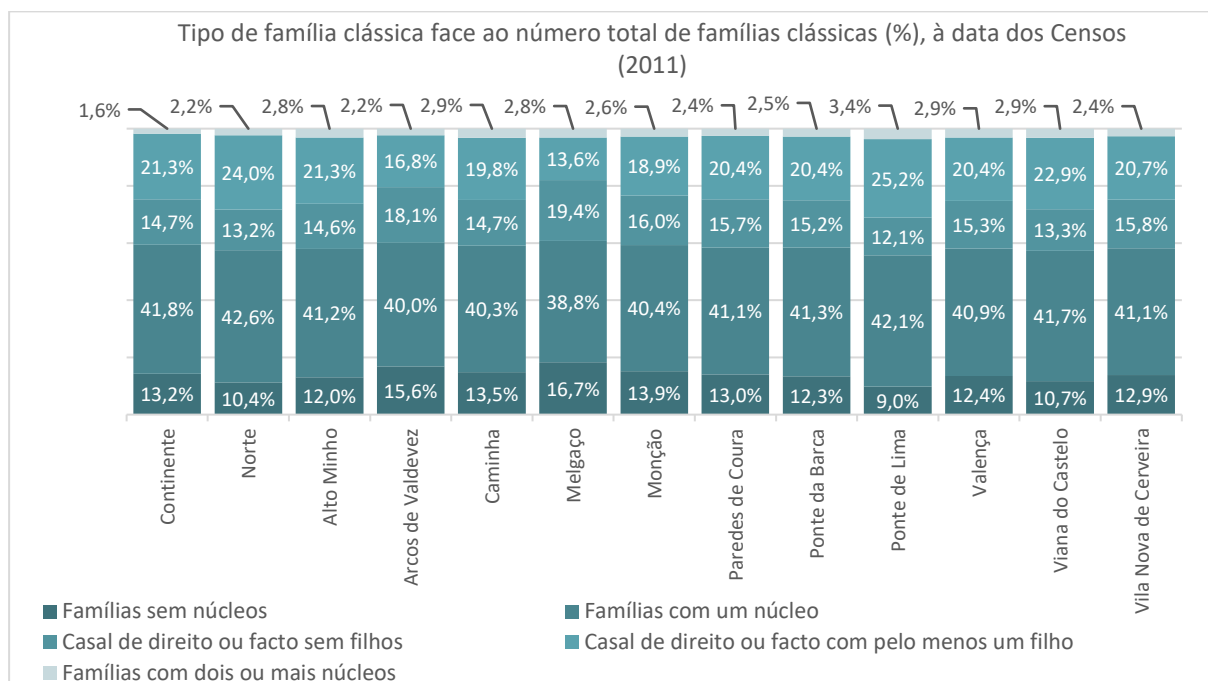


Gráfico 10. Typo de família face ao número total de famílias clássicas, nos concelhos do Alto Minho, em 2011 (Fonte: INE – Censos 2011)

Em 2011, Arcos de Valdevez e Melgaço eram os concelhos com maior proporção de famílias sem núcleos (respetivamente, 15,6% e 16,7%) e com maior proporção de casais de direito ou facto sem filhos (respetivamente, 18,1% e 19,4%). Nesse ano, Ponte de Lima e Viana do Castelo eram os concelhos com maior percentagem de famílias com um núcleo (respetivamente, 42,1% e 41,7%) e com maior percentagem de casais de direito ou facto com pelo menos um filho (respetivamente, 25,2% e 22,9%). Refira-se que os concelhos do Alto Minho com maior proporção de famílias com um núcleo ou casais de direito ou facto com pelo menos um filho, ficam aquém dos valores registados no contexto global da Região Norte em 2011.

4.2. Dinâmicas socioeconómicas

A **taxa de atividade total** (Gráfico 11), expressa pelo número de indivíduos ativos por cada 100 indivíduos com 15 e mais anos, manteve-se praticamente inalterada no contexto geral do Alto Minho nos momentos censitários de 2001 e 2011. Ao nível concelhio, as variações mais significativas ocorreram em Ponte da Barca (- 1,7%) e em Vila Nova de Cerveira (3,7%). Nos restantes concelhos a variação, positiva ou negativa, foi inferior a um ponto percentual.

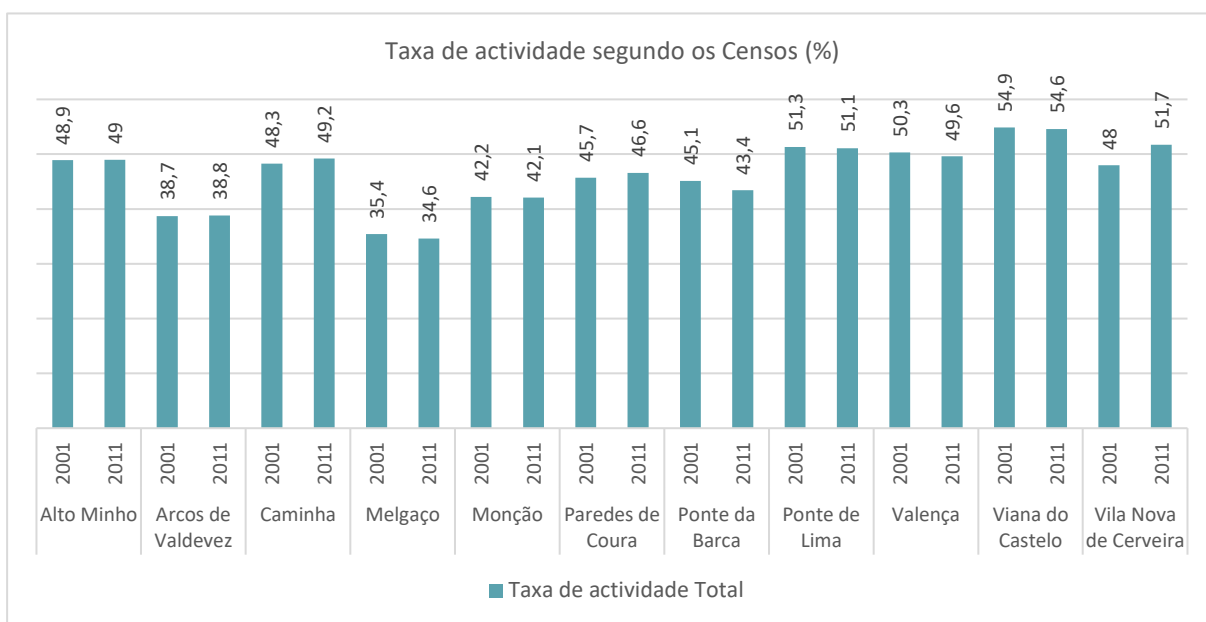


Gráfico 11. Taxa de atividade, nos concelhos do Alto Minho, em 2001 e 2011
(Fonte: Pordata - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População)

A **remuneração base média mensal** dos trabalhadores por conta de outrem tem registado um aumento progressivo em todos os concelhos do Alto Minho. Entre 2015 e 2019, Melgaço (100,3€), Paredes de Coura (138,3€), Valença (109,1€) e Viana do Castelo (107,4€) registaram os maiores aumentos, enquanto Caminha (36,8€) e Vila Nova de Cerveira (57,8€) apresentaram os menores. A variação da remuneração base média mensal dos trabalhadores no referido intervalo temporal encontra-se representada espacialmente na Figura 5, enquanto o Gráfico 12 apresenta a evolução nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2019.

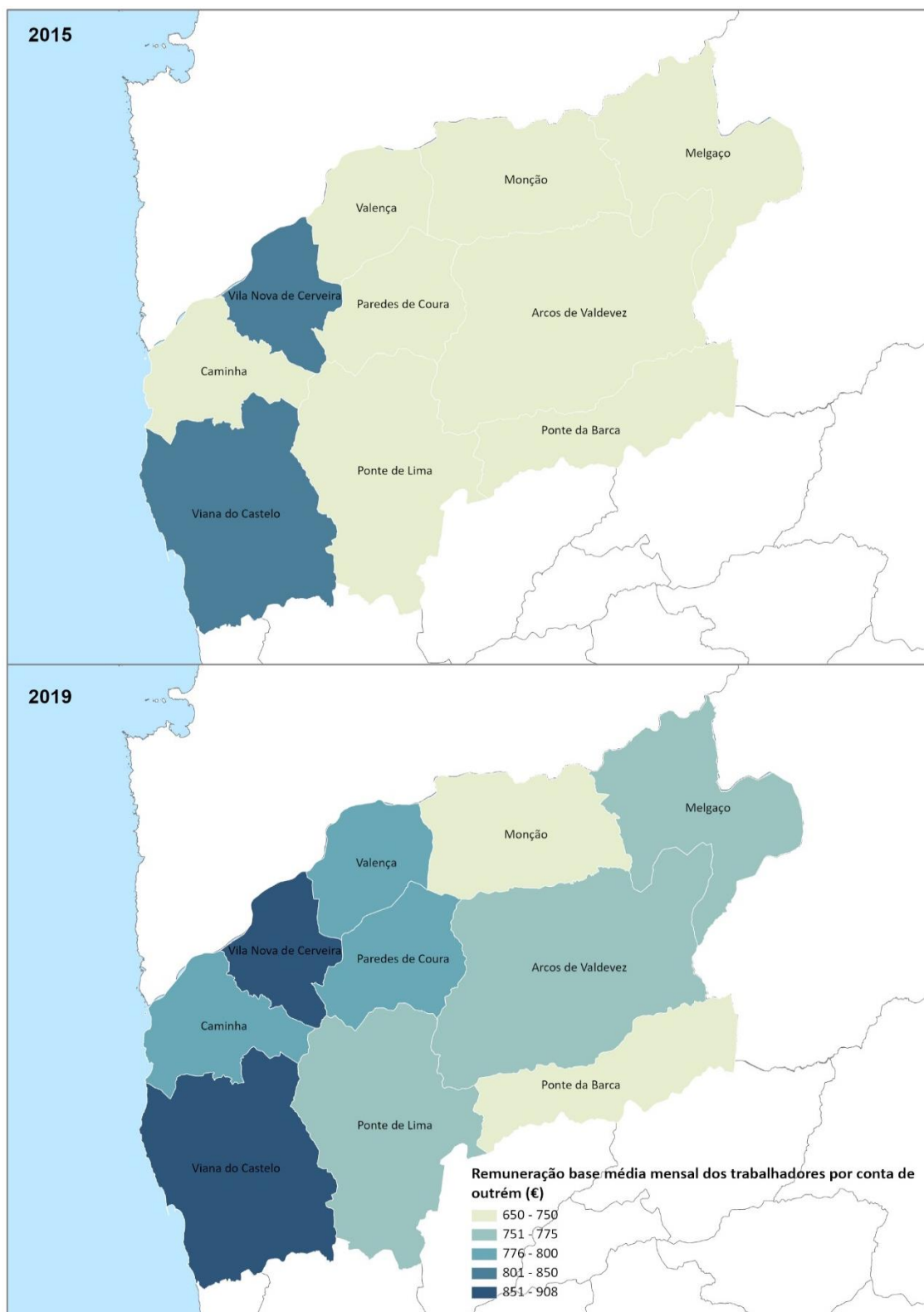


Figura 5. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos concelhos do Alto Minho, em 2015 e 2019
(Elaboração própria; Fonte: Pordata - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População)

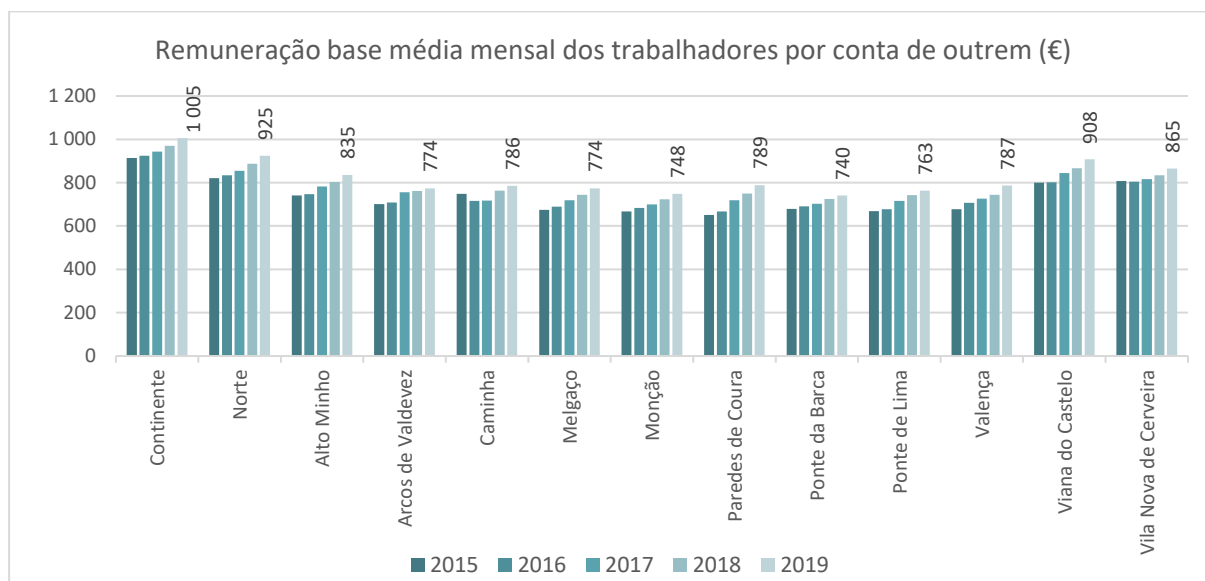


Gráfico 12. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2019
(Fonte: Pordata - GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal)

Refira-se que, no Alto Minho, a remuneração base média mensal é relativamente homogénea, sendo nesse aspeto, Viana do Castelo o único concelho que se destaca dos demais, com remunerações mensais mais elevadas. Comparativamente com o verificado no contexto global dos concelhos do Norte e do continente nacional, a remuneração base média dos concelhos do Alto Minho regista valores significativamente inferiores, dando-se o exemplo do ano de 2019, em que o valor no continente era de 1.005€, na região Norte 925€ e no Alto Minho 835€.

Ao contrário da remuneração de base mensal, que representa o montante que o empregado tem direito a receber todos os meses pelo horário normal de trabalho, o **ganho médio mensal** dos trabalhadores por conta de outrem corresponde ao montante que o empregado recebe de facto todos os meses, contabilizando, para além da remuneração de base, outras remunerações pagas pelo empregador como horas extra, subsídio de férias ou prémios (Gráfico 13).

À semelhança da remuneração, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem registou, igualmente, um aumento progressivo em todos os concelhos do Alto Minho. A variação do ganho médio mensal dos trabalhadores no referido intervalo temporal encontra-se representada espacialmente na Figura 6.

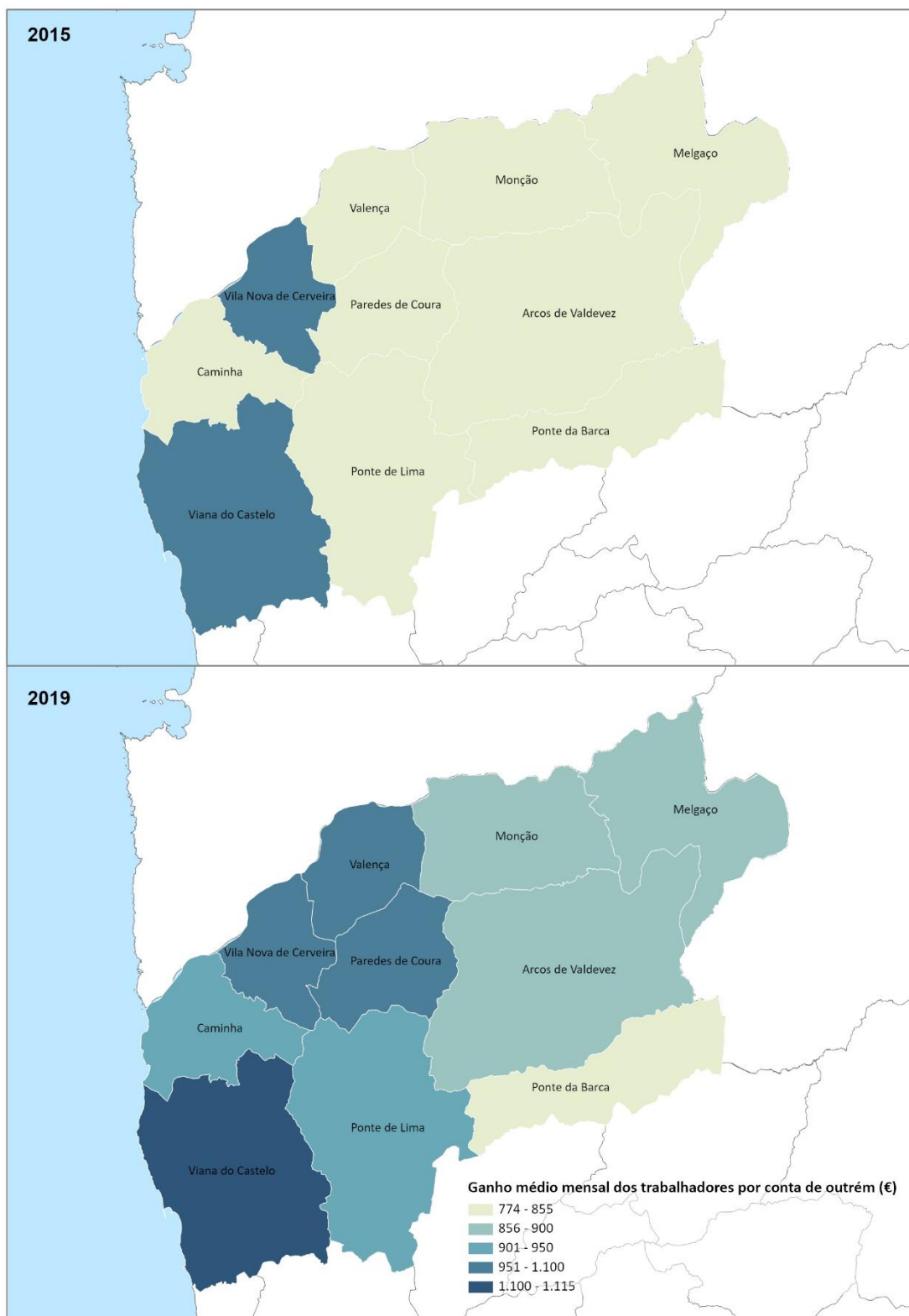


Figura 6. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, nos concelhos do Alto Minho, em 2015 e 2019
(Elaboração própria; Fonte: Pordata - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População)

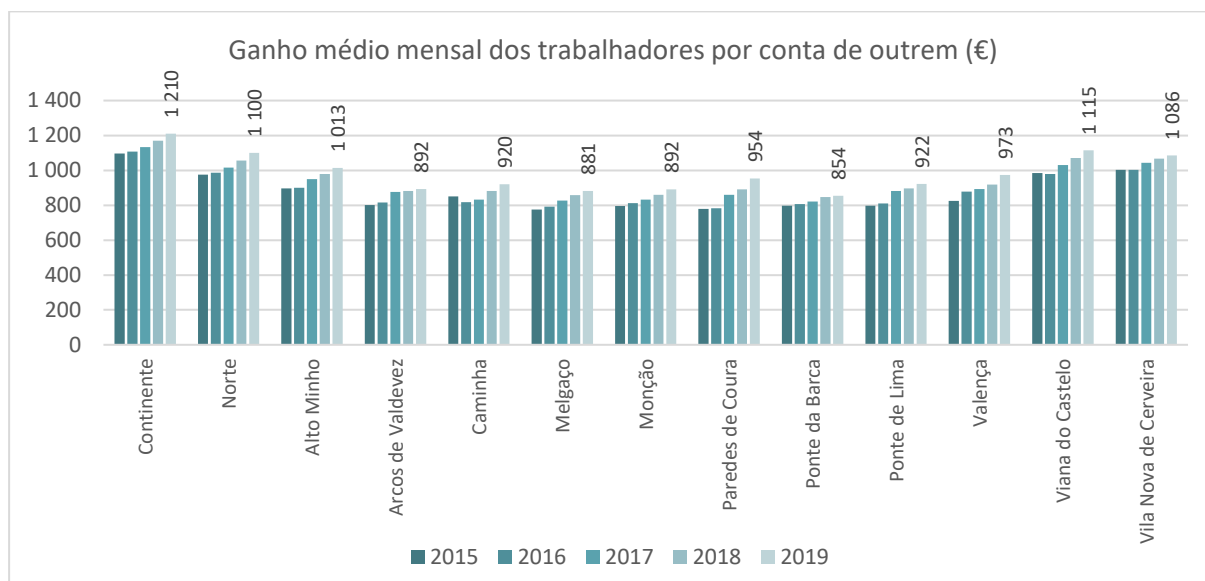


Gráfico 13. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2019
 (Fonte: Pordata - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População)

Entre 2015 e 2019, os maiores aumentos foram registados em Paredes de Coura (175,2€), Valença (149,0€) e Viana do Castelo (130,5€) e os menores em Caminha (69,9€) e Ponte da Barca (56,5€). Refira-se que, em Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, os valores do ganho médio mensal dos trabalhadores são os mais elevados da sub-região sendo, no intervalo considerado, equiparados ou mesmo superiores ao ganho médio mensal verificado no conjunto dos concelhos que compõem a região Norte.

A análise da **população desempregada**, aferida de acordo com os dados do IIEFP para o número de desempregados inscritos, encontra-se representada no Gráfico 14.

A evolução da população desempregada em valores absolutos nos concelhos da sub-região do Alto Minho caracteriza-se por um decréscimo acentuado do número de empregados entre 2016 e 2019, passando, futuramente, a registar-se um aumento significativo no ano seguinte e, posteriormente, em 2021, a registar-se novo decréscimo. Ainda assim, no intervalo 2016-2021, desconsiderando a heterogeneidade interanual observada, o decréscimo da população desempregada foi extensível a todos os concelhos, sendo mais expressivo, em Ponte da Barca e Ponte de Lima, com taxas de variação no intervalo considerado na ordem de, respetivamente, cerca de -108,0% e -107,0%. Já Valença registou a menor taxa de variação, com apenas -9,0%.

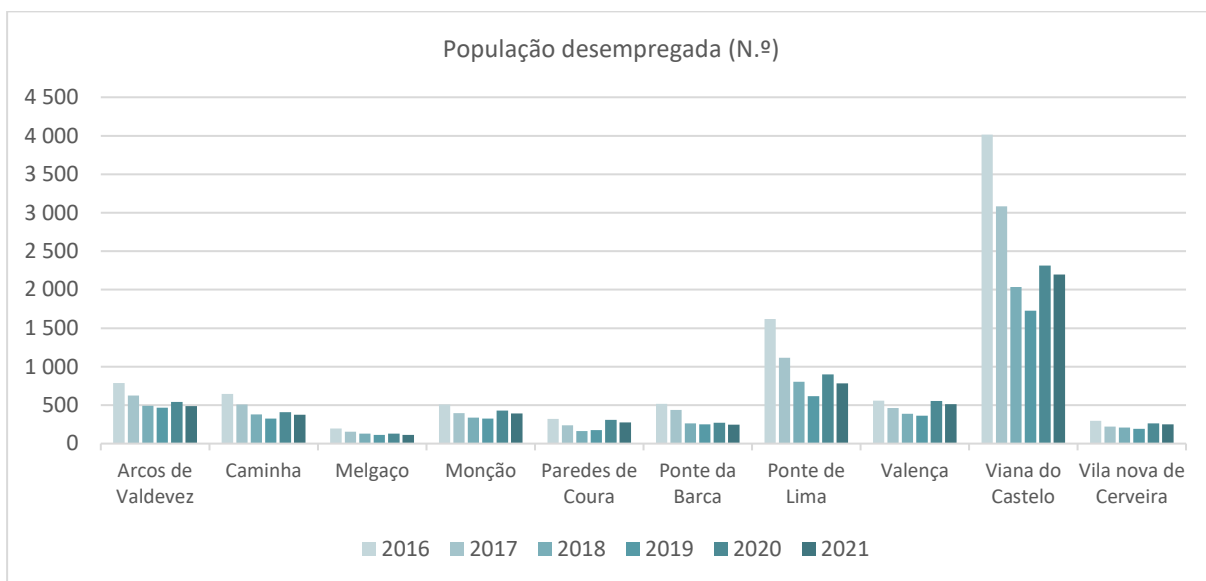


Gráfico 14. População desempregada, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2021
(Fonte: IEFP)

Os **pensionistas da segurança social** são indivíduos titulares de uma prestação pecuniária nas eventualidades de invalidez, velhice, doença profissional ou morte. Nos concelhos do Alto Minho, entre 2015 e 2020, assistiu-se à manutenção virtual do número de pensionistas da segurança social por cada 1.000 habitantes em idade ativa, já que o valor oscilou em apenas entre 357,7‰ em 2019 e 362,4‰ em 2017 (Gráfico 15).

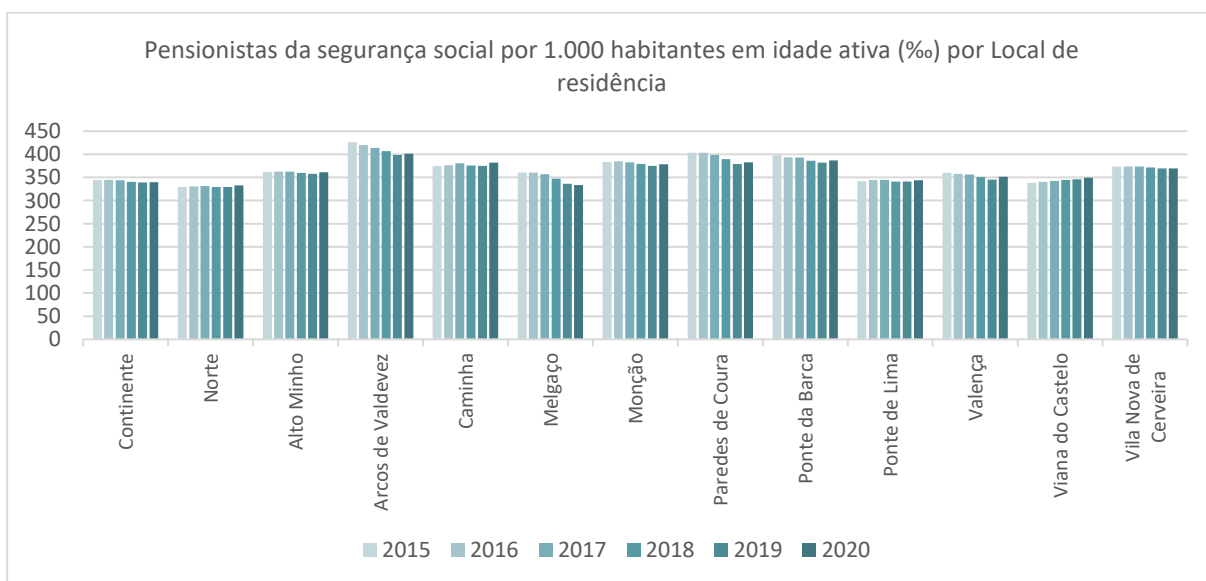


Gráfico 15. Pensionistas da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020
(Fonte: INE – Censos 2011; 2011)

Este resultado deve-se à preponderância que os concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo detêm junto do efetivo populacional da sub-região e aos respetivos valores homogéneos registados. Arcos de Valdevez, Paredes de Coura e Ponte da Barca apresentam o maior efetivo de pensionistas da segurança social por cada 1.000 habitantes em idade ativa, sendo que, mesmo os concelhos nos quais esses valores são menores possuem, ainda assim, registos superiores aos verificados no conjunto da Região Norte, mas a par com os verificados no contexto mais amplo do continente nacional.

O **valor anual médio das pensões da segurança social** face ao número de pensionistas da segurança social encontra-se representado no Gráfico 16.

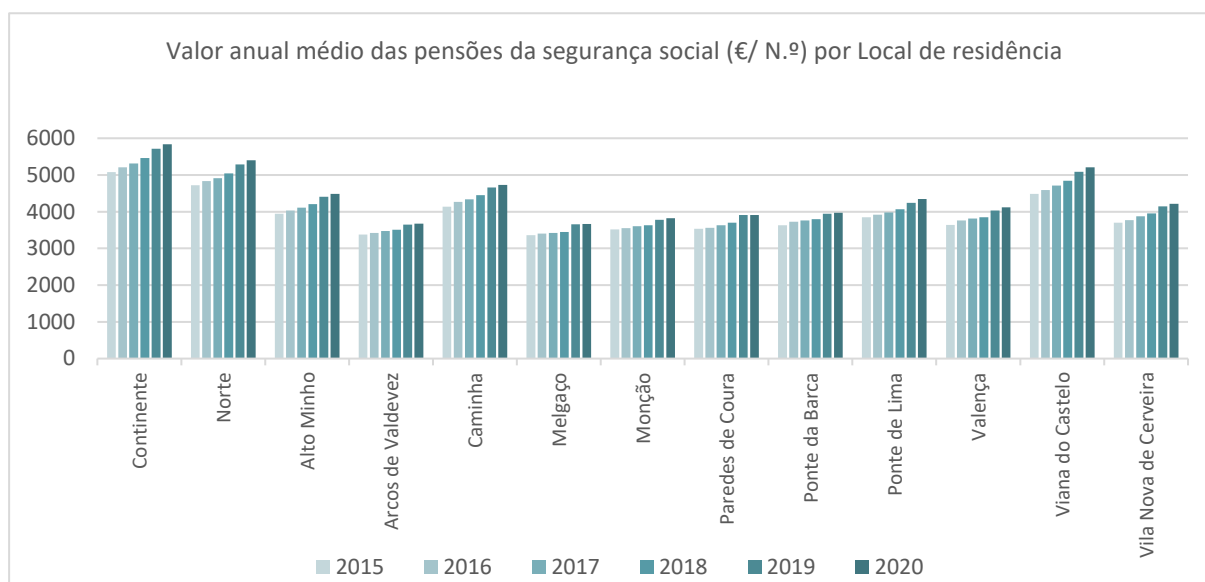


Gráfico 16. Valor médio das pensões da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020 (Fonte: INE – Instituto de Informática)

No período entre 2015 e 2020, o valor anual médio das pensões da segurança social patenteou um crescimento generalizado em todas as unidades territoriais analisadas, tendo esse incremento sido mais significativo nos concelhos de Caminha (596€) e Viana do Castelo (722€), territórios nos quais o valor das pensões é também maior. Para o mesmo intervalo temporal, na região Norte a variação foi de 682€ e para o continente de 761€. Comparativamente com os contextos territoriais da região Norte e continente, salienta-se que, para o intervalo analisado, todos os concelhos do Alto Minho apresentam valores médios das pensões da segurança social inferiores a essas unidades territoriais.

O **subsídio social de desemprego** corresponde ao montante compensatório atribuído pela segurança social aos desempregados com baixo rendimento familiar impossibilitados de aceder ao subsídio de desemprego. O Gráfico 17 demonstra a relação entre o número de beneficiários do subsídio social de desemprego e a população desempregada.

No intervalo compreendido entre 2016 e 2020, apesar da oscilação interanual e interconcelhia, o indicador em análise apresenta considerável estabilidade no conjunto dos concelhos do Alto Minho, apesar das diminuições mais elevadas registadas em Valença (-2,1%) e em Vila Nova de Cerveira (-1,7%) e, por oposição, do aumento significativo verificado no concelho de Monção (3,4%).

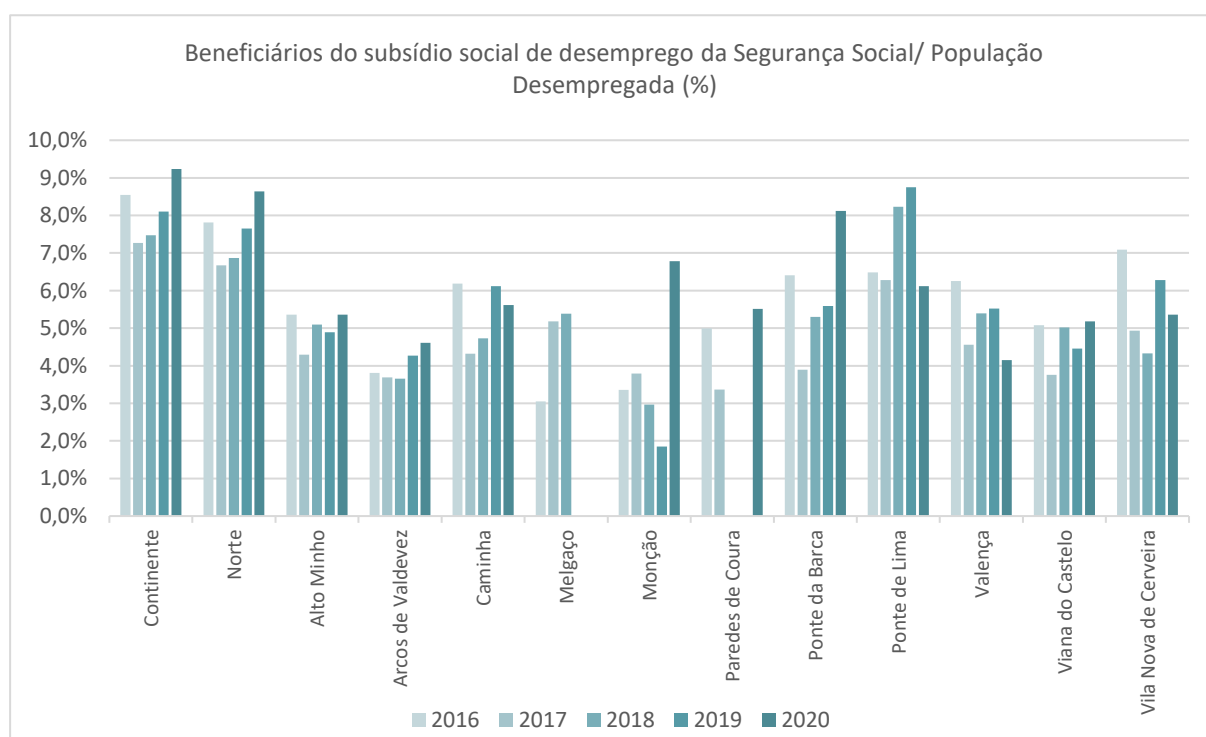


Gráfico 17. Beneficiários do subsídio social de desemprego da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2020 (Fonte: Pordata - II/MTSS)

Em 2020, a relação entre o número de beneficiários do subsídio social de desemprego e a população desempregada era substancialmente mais expressiva nos concelhos de Ponte da Barca (8,1%) e Ponte de Lima (6,1%), apresentando, mesmo assim, valores inferiores aos registados na Região Norte (8,6%) e continente (9,2%).

O número de beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social, em relação à população desempregada, registou um acentuado crescimento entre 2016 e 2020. Apesar de não se poder dissociar a implicação das ondas de choque do contexto pandémico que se abateu sobre o território nacional a partir de 2019, dever-se-á referir que essa tendência já se vinha a verificar nos anos anteriores, com um aumento abrupto verificado no Alto Minho a partir de 2017. Esse fenómeno foi, igualmente, observado na região Norte e continente.

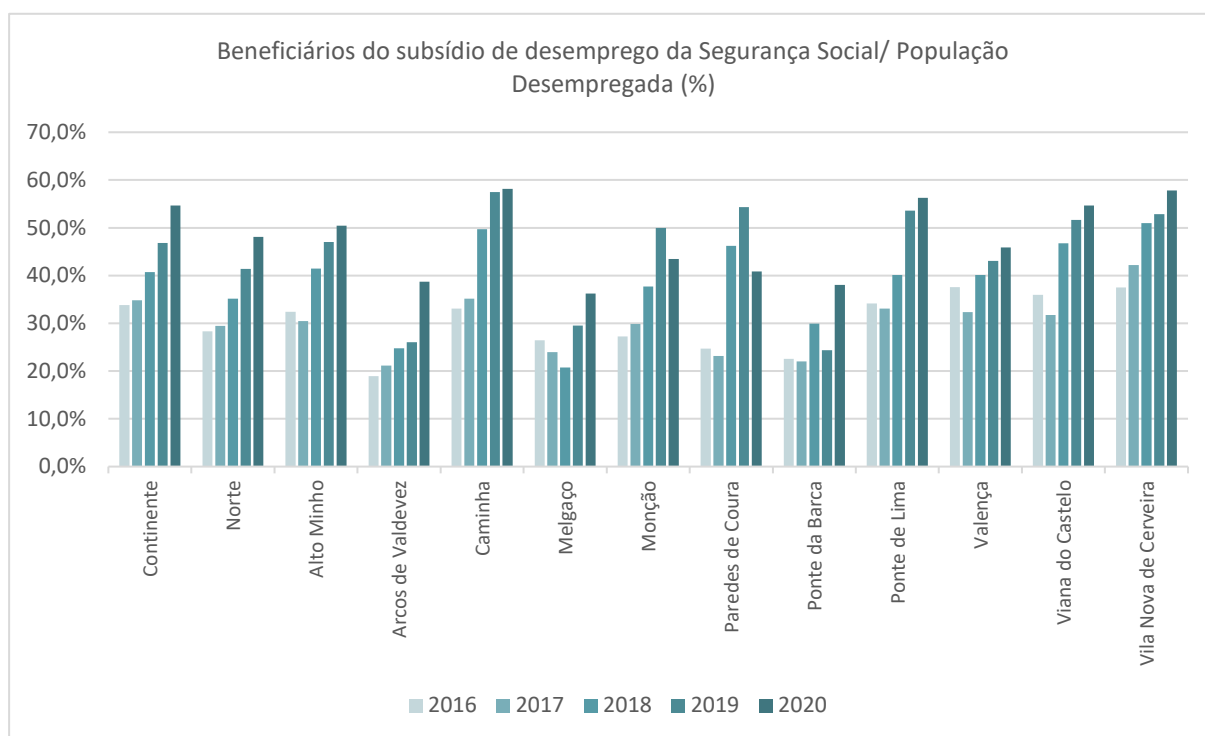


Gráfico 18. Beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016-2020
(Fonte: INE – Pordata - II/MTSS)

Os concelhos com os índices de crescimento mais significativos deste indicador são Caminha (25,0%), Ponte de Lima (22,1%) e Vila Nova de Cerveira (20,3%), tendo o crescimento mais modesto ocorrido no concelho de Valença (8,3%). Em termos comparativos, apesar de os valores gerais do Alto Minho serem relativamente semelhantes aos verificados na região Norte, são inferiores aos registados no continente nacional.

O **Rendimento Social de Inserção** consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios

adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária. No Alto Minho, a proporção de beneficiários do rendimento social de inserção em relação à população residente é consideravelmente baixa. Com efeito, em 2020, a percentagem de beneficiários do rendimento social de inserção cifrava-se em 1,2% na sub-região, valor inferior ao verificado na região Norte (2,7%) e no continente (2,4%).

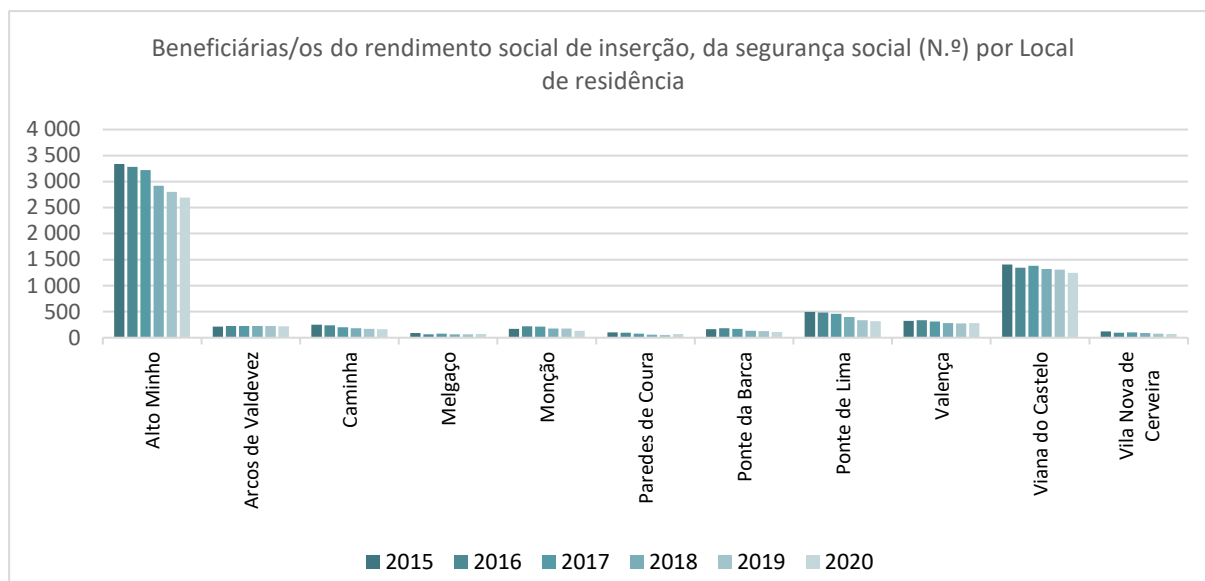


Gráfico 19. Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, nos concelhos do Alto Minho, em 2015 e 2020
(Fonte: INE – Instituto de Informática)

Entre 2015 e 2020, à exceção de Arcos de Valdevez, o valor do indicador registou uma diminuição em todos os concelhos do Alto Minho. A redução mais acentuada da proporção de beneficiários do rendimento social de inserção ocorreu nos concelhos de Caminha, Ponte da Barca e Vila Nova de Cerveira, com um valor de aproximadamente -0,5%.

Em Valença (2,1%) e em Viana do Castelo (1,5%), encontram-se os valores mais elevados de beneficiários do rendimento social de inserção e, por outro lado, os valores mais reduzidos encontram-se em Monção, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira, com um valor de aproximadamente 0,8%.

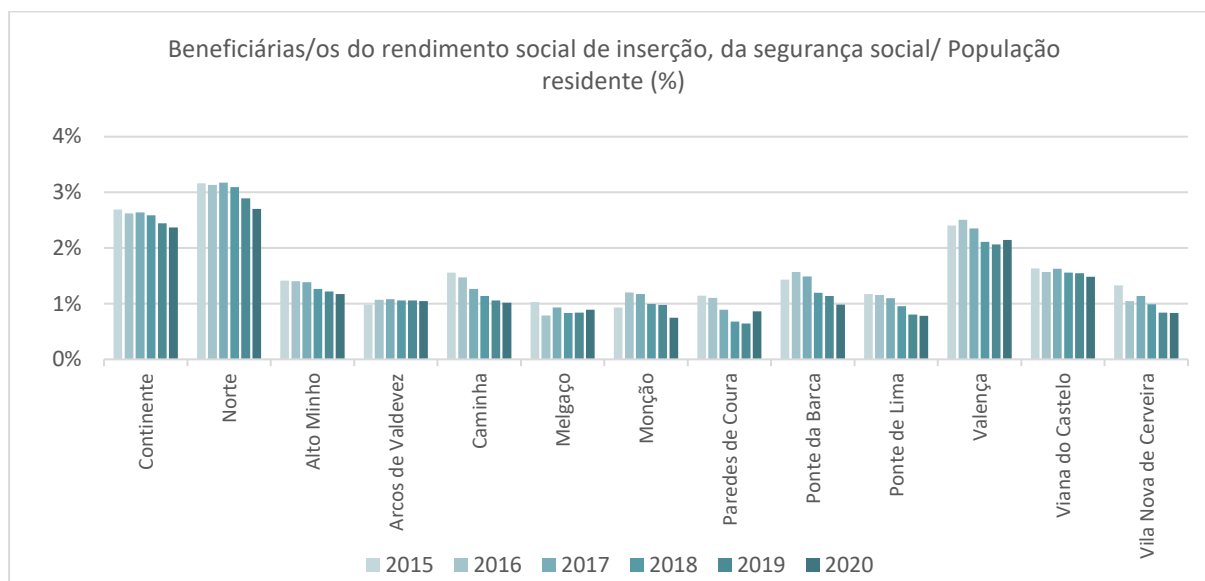


Gráfico 20. Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, relativamente à população residente, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015 - 2020
(Fonte: INE – Instituto de Informática)

5. CARATERIZAÇÃO SETORIAL

Neste capítulo efetua-se uma caracterização setorial do Alto Minho, para o qual foram identificadas cinco principais temáticas que, no contexto social, caracterizam este território, visando a identificação dos problemas mais relevantes e urgentes. A análise destas temáticas, desenvolvida nos subcapítulos seguintes, integra:

- a) Educação e formação;
- b) Saúde;
- c) Habitação;
- d) Segurança;
- e) Igualdade de género.

As temáticas analisadas permitem contextualizar e justificar alguns dos problemas sociais observados no território do Alto Minho, ou a perspetivar o papel que os mesmos podem ter na sua resolução.

Tal como efetuado para o capítulo anterior, a análise dos indicadores para os vários setores procedeu-se, não apenas, com o estudo da situação do Alto Minho, como também efetuando uma comparação com o contexto nacional e regional, tendo-se também, sempre que possível, analisado os dados individualizados para cada município. No capítulo 10, é efetuada uma síntese e diagnóstico comparativo dos vários dados analisados.

5.1. Educação e formação

Segundo o artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, *“todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”*, devendo o Estado, na realização da política de ensino:

- a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
- b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;
- c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
- d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
- e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;
- f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais;
- g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;
- h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;
- i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;
- j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino.

De acordo com a EAM 2030 (2020, 19), o Alto Minho evidencia um progresso nos últimos vinte anos, visível nos vários indicadores de escolarização da população, e em geral para os vários níveis de escolaridade. Contudo, verifica-se, em especial na última década, uma redução tanto do número de alunos como do número de docentes. A existência de estabelecimentos de ensino profissional surge como uma alternativa de qualificação aos jovens, abrangendo aproximadamente 1.000 alunos inscritos no Alto Minho por ano letivo (na equivalência ao 9º e 12º ano). A nível do ensino superior, destaca-se o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, integrando 6 Escolas Superiores (Tecnologia e Gestão, Saúde, Educação, Desporto e Lazer, Ciências Empresariais e Agrária).

O **nível de qualificação da população** residente para os anos de 2021 e 2011 encontra-se expresso no Gráfico 21 e Gráfico 22. Entre 2011 e 2021, no Alto Minho, assistiu-se ao aumento global da proporção

de população com ensino superior e ensino secundário e pós-secundário completos, aumento traduzido, naturalmente, na diminuição da proporção de população que apenas concluiu níveis de ensino mais baixos.

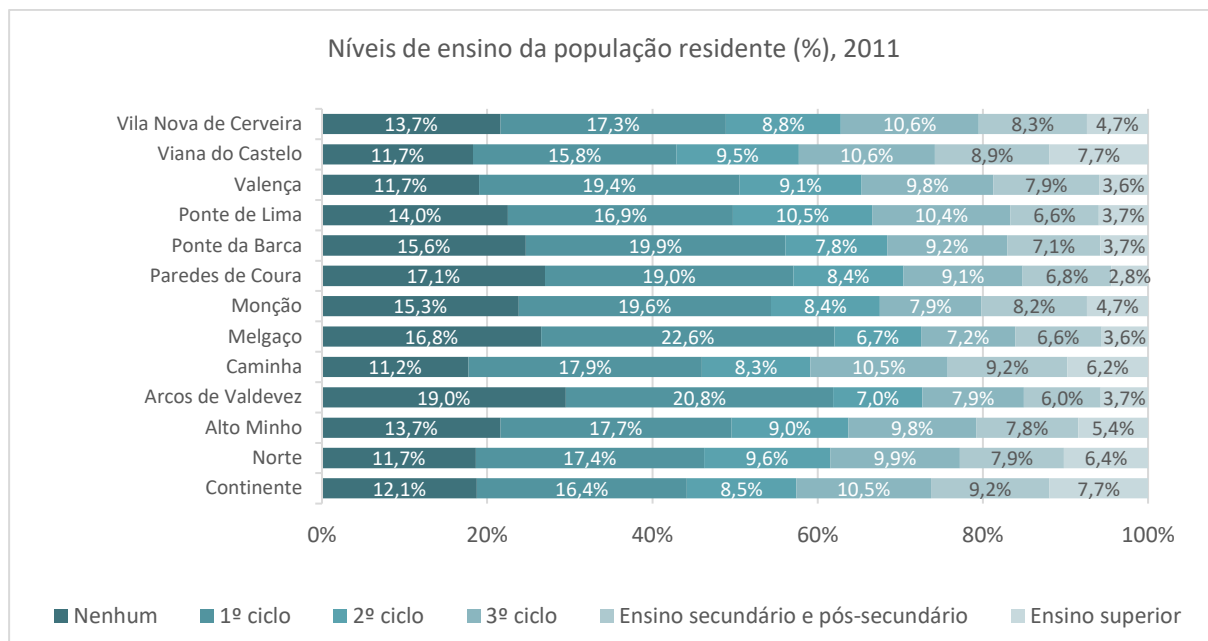


Gráfico 21. Níveis de ensino da população residente nos concelhos do Alto Minho, em 2011
 (Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011)

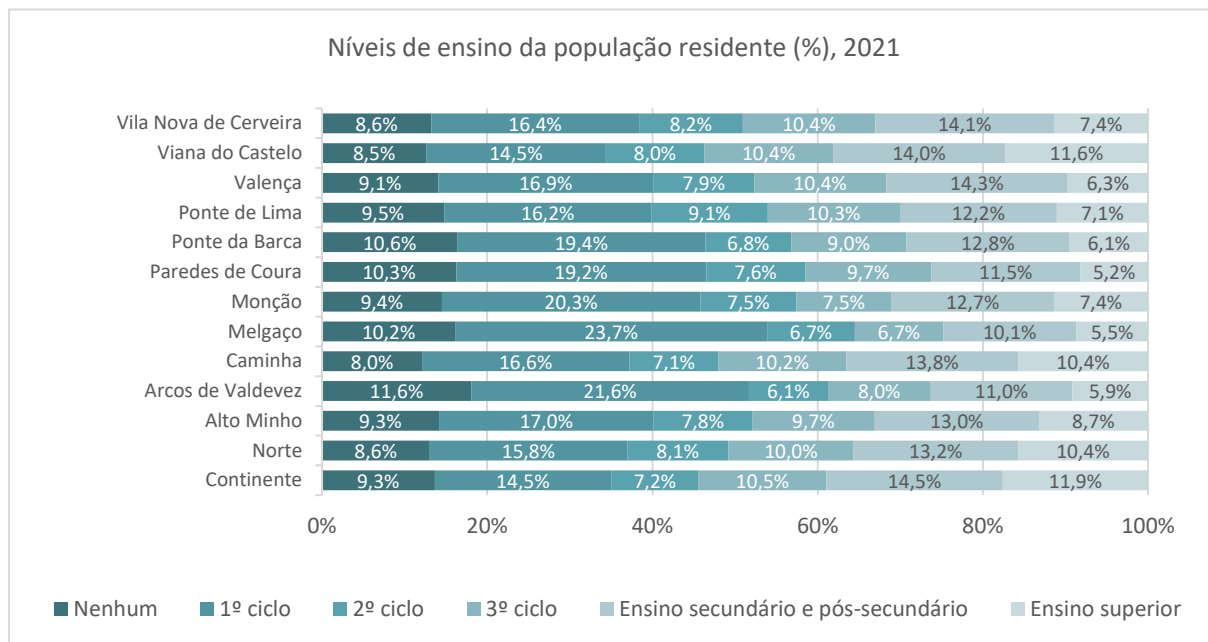


Gráfico 22. Níveis de ensino da população residente nos concelhos do Alto Minho, em 2021
 (Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021)

Apesar do aumento anteriormente referido, no conjunto dos concelhos do Alto Minho, a proporção de população com o 3.º ciclo, ensino secundário e pós-secundário e ensino superior completos, encontra-se, ainda, aquém dos valores registados, tanto na região Norte, como no continente.

Em 2021, Caminha e Viana do Castelo com, respetivamente, 10,4% e 11,6% da população total, foram os concelhos com maior proporção de população com ensino superior completo, enquanto Valença (14,3%) e Vila Nova de Cerveira (14,1%) foram os concelhos com maior proporção de população com ensino secundário e pós-secundário completo.

No espectro oposto, em 2011, Arcos de Valdevez (11,6%) e Ponte da Barca (10,6%) possuíam as maiores quotas de população sem qualquer nível de ensino concluído e os concelhos de Melgaço e Arcos de Valdevez foram aqueles nos quais a quota de população com apenas o ensino básico do 1.º ciclo concluído foi maior, com, respetivamente, 23,7% e 21,6%.

A evolução do **número de alunos matriculados** entre os anos letivos de 2014/2015 e 2019/2020 no Alto Minho, demonstra a tendência de aumento de estudantes a frequentar o ensino secundário e o ensino pré-escolar, enquanto no ensino pós-secundário (cuja representatividade tende a ser residual) e no básico se verifica uma diminuição do número de alunos. A evolução do número de alunos inscritos nos níveis de ensino não superior apresenta um padrão semelhante ao verificado na região Norte e no continente nacional.

No ano letivo de 2019/2020, os concelhos de Viana do Castelo (30,9%) e Monção (29,6%) apresentaram a maior proporção de alunos inscritos no ensino secundário, enquanto Valença e Vila Nova de Cerveira foram os concelhos com maior quota de alunos matriculados no ensino básico, com, respetivamente, 62,9% e 64,8% do valor total.

No ensino pré-escolar, as maiores proporções de alunos face ao total de alunos matriculados no concelho encontravam-se, igualmente, em Valença (18,5%) e em Vila Nova de Cerveira (18,3%). A elevada proporção relativa de alunos inscritos no ensino pré-escolar e básico, em oposição a baixas proporções de alunos matriculados no ensino secundário, poderá ser indicativa de um maior número de desistentes neste último nível de ensino.

A **taxa de retenção e desistência** no ensino básico é calculada através do rácio entre alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de

qualificações, no mesmo ano de escolaridade e os alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo.

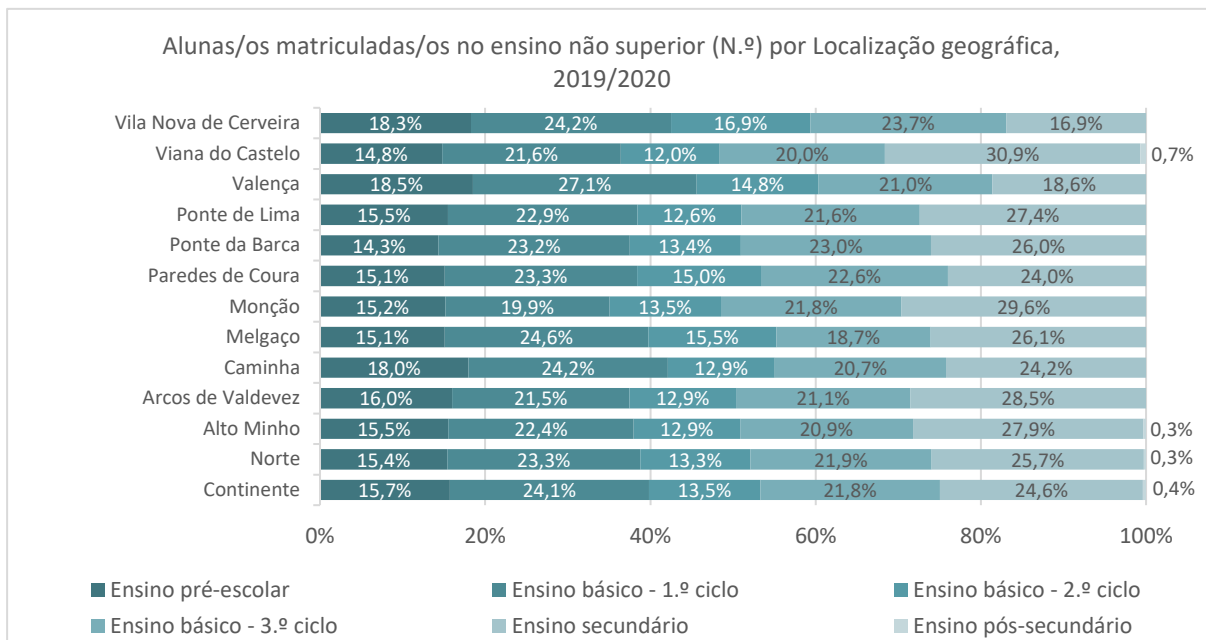


Gráfico 23. Alunos matriculados no ensino não superior, nos concelhos do Alto Minho, em 2019-2020
(Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência)

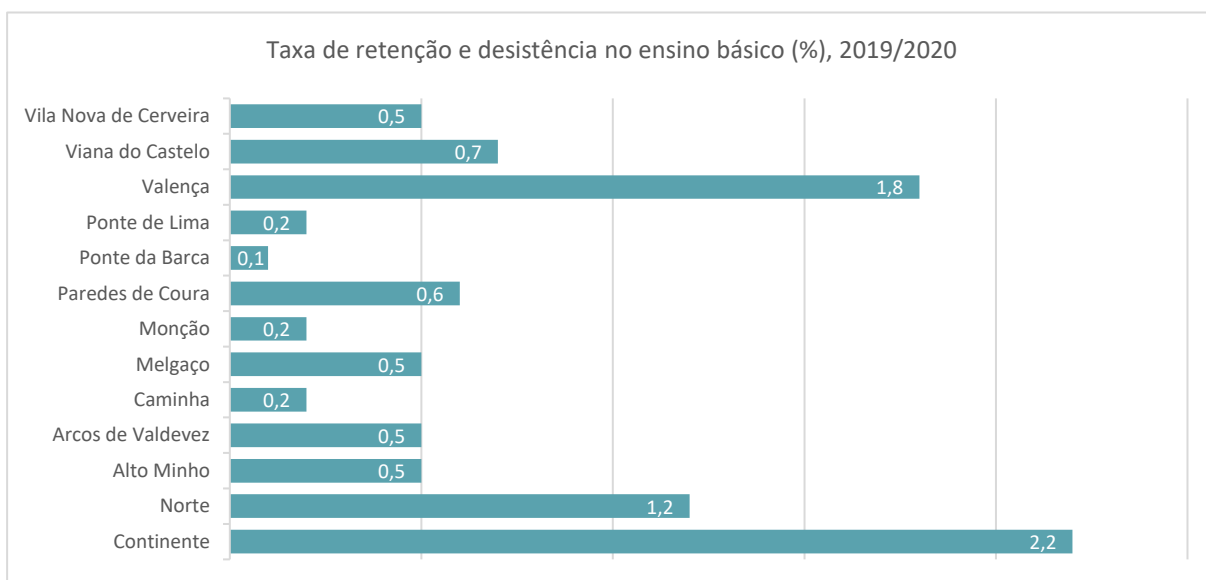


Gráfico 24. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, nos concelhos do Alto Minho, no ano 2019/2020
(Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência)

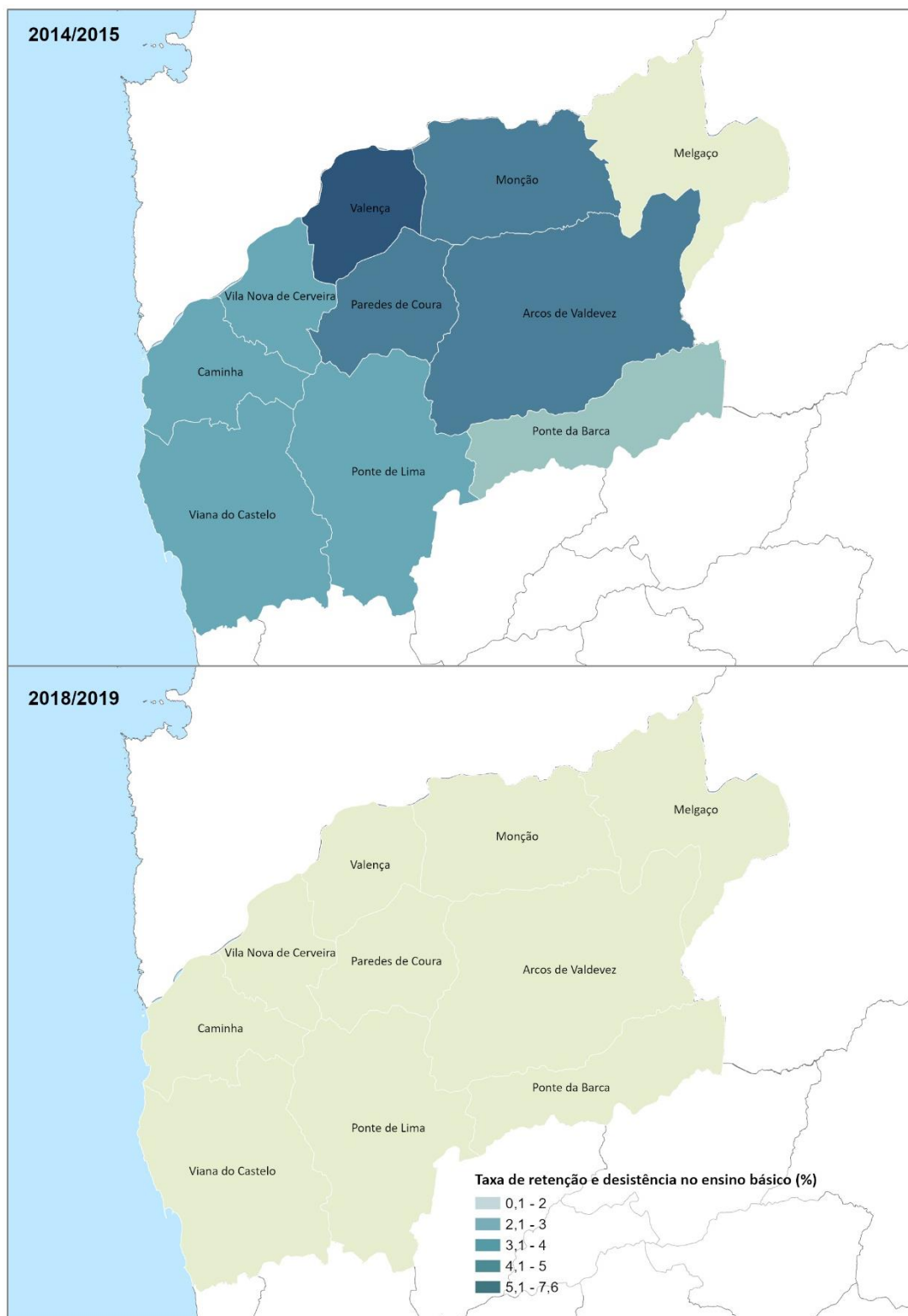


Figura 7. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, nos concelhos do Alto Minho nos anos letivos 2014/2015 e 2018/2019
(Elaboração própria; Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência)

Verifica-se que a taxa de retenção e desistência no ensino básico tem vindo a diminuir no Alto Minho, registando um valor inferior a 1,5% em todos os concelhos, à exceção de Valença no ano letivo de 2019/2020. Nesse ano, o valor global do Alto Minho foi consideravelmente inferior ao verificado na região Norte e continente, com um máximo registado (como anteriormente mencionado) em Valença (1,8%) e o menor resultado em Ponte da Barca (0,1%).

Relativamente à taxa de retenção e desistência por ciclo do ensino básico, esta é, geralmente, tanto maior quanto o ciclo de ensino. Essa propensão é extensível à região Norte e continente, mas também, a quase todos os concelhos do Alto Minho, excetuando-se, Melgaço, Ponte da Barca, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira.

A redução do abandono escolar no Alto Minho é, uma vez mais comprovada, pela taxa de abandono escolar segundo os Censos, indicador que analisa a saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei. No intervalo intercensitário 2001-2011 a redução foi mais expressiva nos concelhos de Melgaço e Ponte de Lima. Dever-se-á, no entanto, referir que, apesar do decréscimo geral substancial da taxa de abandono escolar no conjunto dos concelhos do Alto Minho, em concelhos como Caminha, Ponte da Barca e Valença registou-se o aumento da taxa de abandono escolar.

5.2. Saúde

Segundo o artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, “*todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover*”, sendo este direito realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral, bem como pela “*criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável*”.

Segundo a EAM 2030 (2020, 75), e no âmbito da saúde, “*do diagnóstico efetuado, emerge a necessidade de se intervir na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo, bem como o desenvolvimento de estudos mais aprofundados que permitam legitimar a perceção relativa às seguintes problemáticas: (i) consumo de substâncias psicoativas e problemas ligados ao álcool; (ii) doença mental e situações de depressão; e (iii) deficiência*”.

De acordo com dados do INE, a **esperança de vida à nascença**, definida como o número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento, mostra que, apesar da idade ter vindo a aumentar desde 2013, ainda se mantém ligeiramente inferior aos valores para o país e região norte. No Alto Minho, no período 2018-2020, era de 81 anos, numa subida de 0,42 anos desde o período 2013-2015.

Unidade territorial	Esperança de vida à nascença		
	2013 - 2015	2016 - 2018	2018 - 2020
Portugal continental	80,64	80,99	81,23
Região Norte	80,69	81,18	81,46
Alto Minho	80,58	80,81	81

Quadro 5. Esperança de vida à nascença no Alto Minho, região Norte e Portugal continental, nos períodos temporais de 3 anos consecutivos 2013-2015, 2016-2018 e 2018-2020
 (Fonte: INE, Tábuas completas de mortalidade)

A **taxa bruta de mortalidade** diz respeito ao número de óbitos observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período. Verifica-se que a taxa bruta de mortalidade (%), no Alto Minho, sofreu um aumento entre 2015 e 2020, sendo superior ao verificado na região Norte e Continente.

De entre o conjunto dos concelhos do Alto Minho, Melgaço e Monção registam as maiores taxas de mortalidade, por oposição aos concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo, nos quais a mortalidade é menor. Estes valores poderão estar relacionados com as maiores proporções de, respetivamente, população idosa e população jovem nestes concelhos.

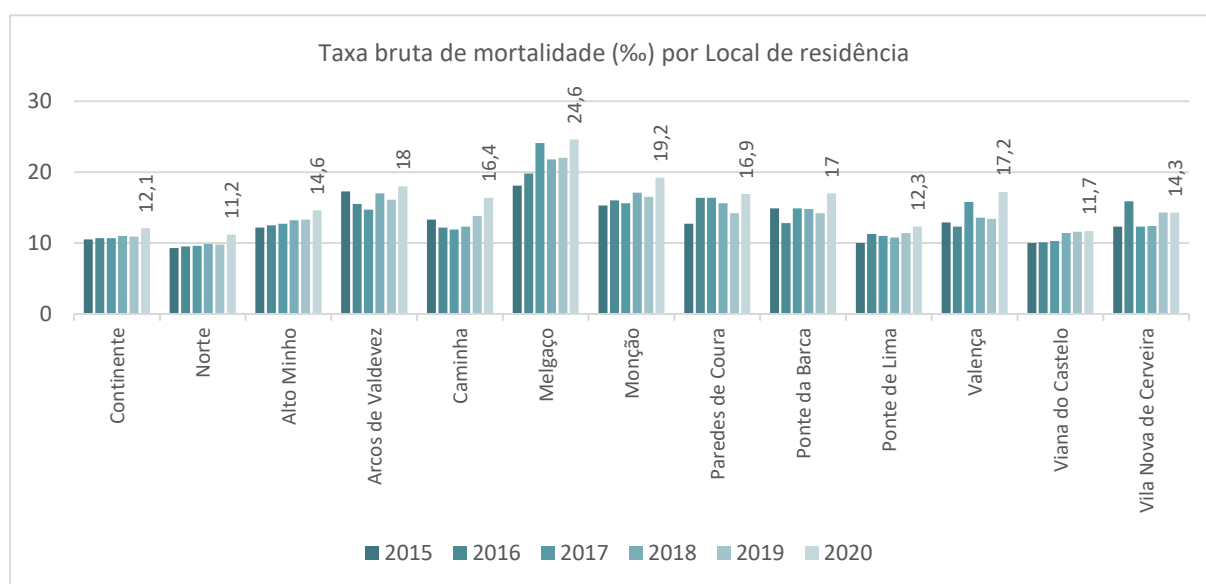


Gráfico 25. Taxa bruta de mortalidade, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020
 (Fonte: INE, Indicadores demográficos)

Na Figura 8, apresenta-se a situação dos vários concelhos, no que se refere à taxa bruta de mortalidade, e onde se verifica que os valores mais altos se referem ao interior, onde habita uma maior proporção de população idosa, em oposição com os valores para o litoral.

A análise espacial das extensões dos centros de saúde existentes no Alto Minho (Figura 9) mostra que Viana do Castelo destaca-se claramente dos outros concelhos com maior número de equipamentos, seguido por Ponte de Lima e Arcos de Valdevez. Os restantes municípios apresentam apenas um equipamento.

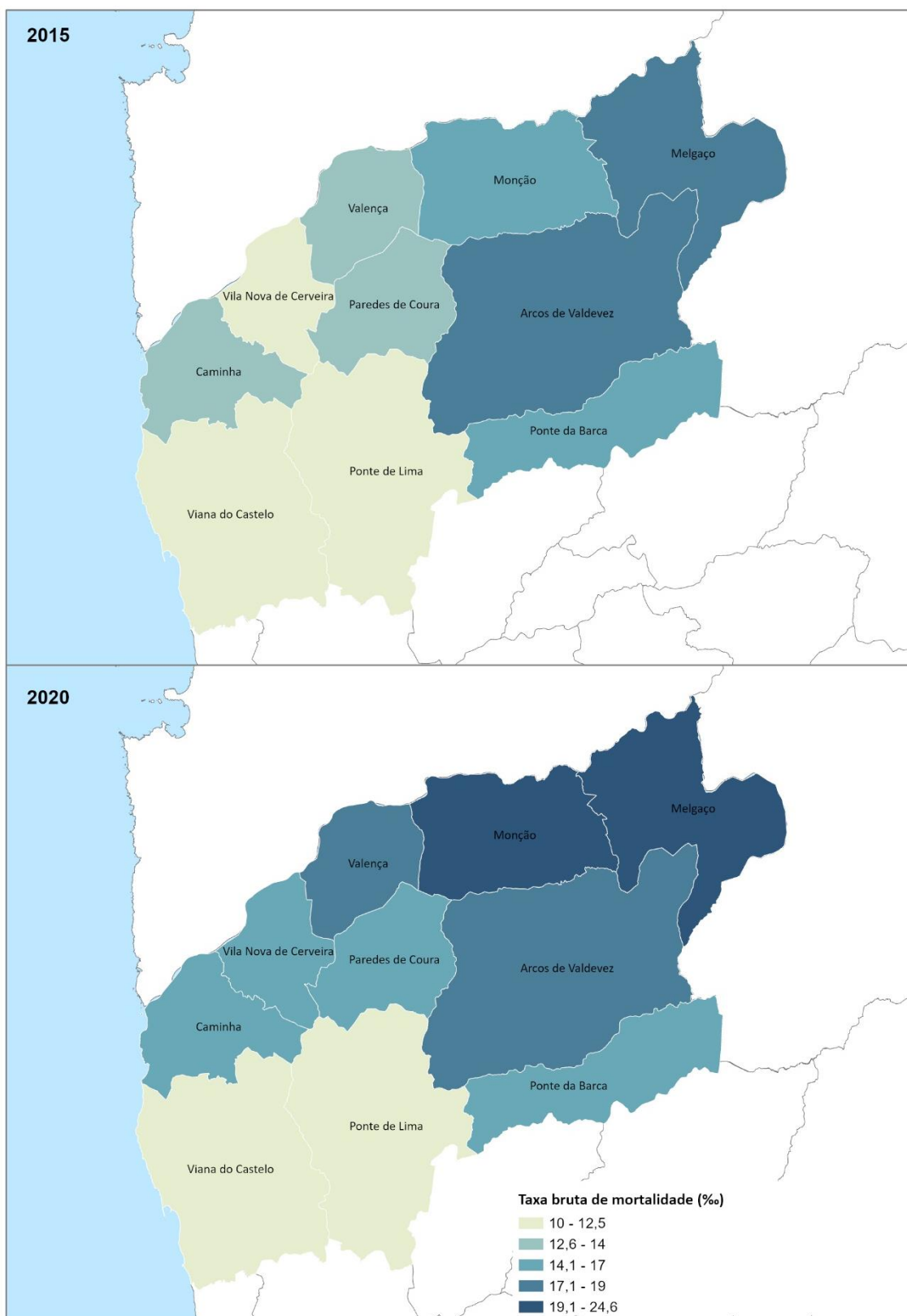


Figura 8. Taxa bruta de mortalidade nos concelhos do Alto Minho, em 2015 e 2020
(Elaboração própria; Fonte: INE, Indicadores demográficos)

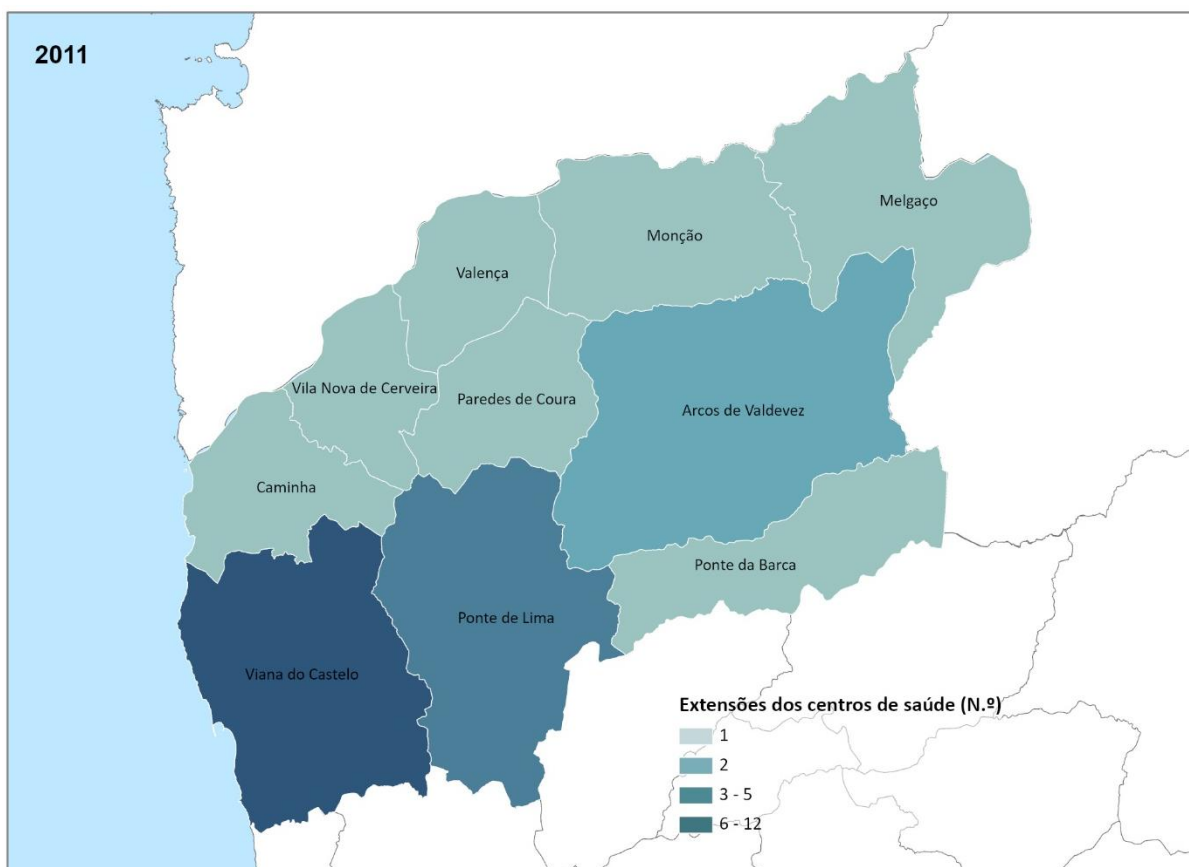


Figura 9. Extensões dos centros de saúde nos concelhos do Alto Minho, em 2011
(Elaboração própria; Fonte: INE, Inquérito aos centros de saúde)

Relativamente ao pessoal de saúde ao serviço no Alto Minho, salienta-se que na sub-região, o **número de profissionais de enfermagem** por cada 1.000 habitantes é bastante equiparado ao verificado na região Norte e continente (Gráfico 26). Acresce, que realidade dos concelhos é consideravelmente homogénea, destacando-se apenas Viana do Castelo, com um valor de cerca de 12 enfermeiras/os por cada 1.000 habitantes em 2020.

No que concerne ao **número de médicos** por cada 1.000 habitantes, a sua distribuição assume maior heterogeneidade, possuindo os valores observados entre concelhos uma maior amplitude, entre Caminha e Viana do Castelo (com valores máximos) e Paredes de Coura ou Valença (com valores mínimos).

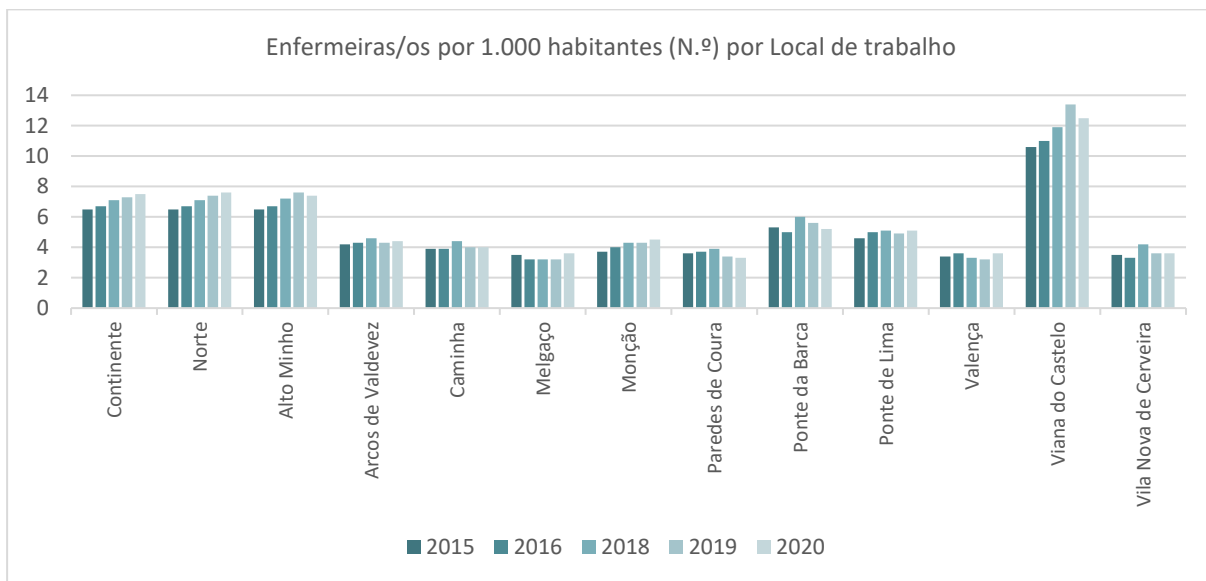


Gráfico 26. Número de enfermeiros por 1.000 habitantes, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020 (Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde)
*dados para o ano de 2017 com Quebra de série/comparabilidade

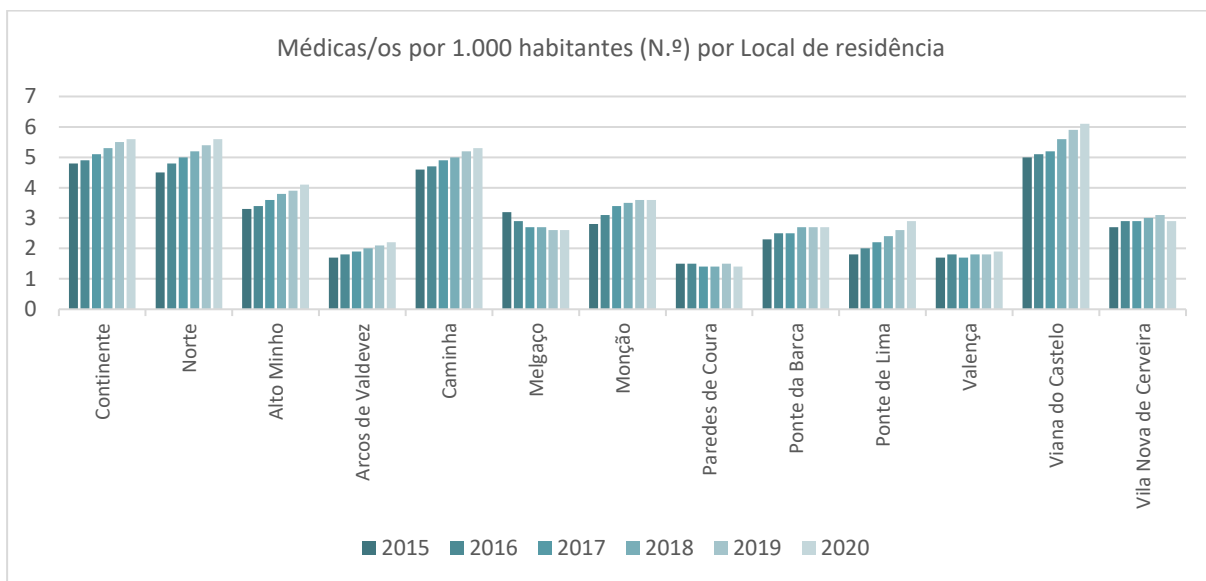


Gráfico 27. Número de médicos por 1.000 habitantes, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020 (Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde)

No Gráfico 28, pode observar-se o **número de consultas médicas** nos centros de saúde por cada 1.000 habitantes, verificando-se que em quase todos os concelhos, este valor diminuiu entre 2011 e 2012,

mantendo-se na ordem das três consultas, superior às médias de Portugal continental e da região norte.

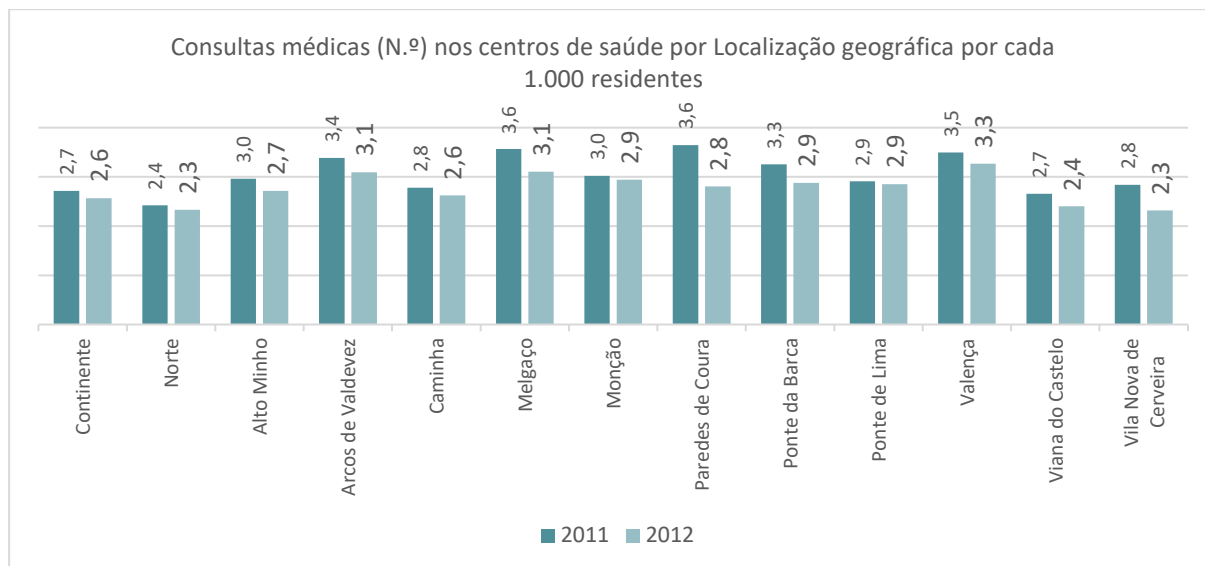


Gráfico 28. Número de consultas médicas nos centros de saúde por 1.000 habitantes, nos concelhos do Alto Minho, em 2011 e 2012

(Fonte: INE, Inquérito aos centros de saúde)

Os valores de 2012 mostram que Valença teve o número superior de consultas (3,3), enquanto Vila Nova de Cerveira apresentou o número inferior (2,3), verificando-se ainda que Paredes de Coura foi o concelho que viu este valor decrescer de forma mais expressiva (0,8 consultas por 1.000 habitantes).

A **saúde mental** assume uma importância cada vez mais relevante na sociedade, sendo fundamental para o bem-estar da população e para o desenvolvimento económico e social, tendo sido agravado pela situação pandémica vivenciada. De acordo com dados do INE, em 2021, mais de um quarto da população portuguesa com idade igual ou superior a 16 anos referiu o efeito negativo da pandemia COVID-19 sobre a saúde mental, situação que foi referida mais vezes por mulheres, bem como pessoas em situação de desemprego.

As perturbações mentais constituem já a segunda principal causa de incapacidade e a quinta causa em termos de Carga Global de Doenças (CGD) nos países da União Europeia. A nível nacional, em 2019, as doenças mentais foram o quarto principal tipo de patologia da CGD, evidenciando o valor mais alto da prevalência destas patologias a nível da União Europeia (Gráfico 29). No Gráfico 30, pode observar-se que as mortes geradas por transtornos mentais, em 2019, nos concelhos do Alto Minho, foram

responsáveis por um número representativo de óbitos, verificando-se valores entre 4,4% (em Ponte da Barca e Monção) até 8,3% em Arcos de Valdevez. Em Paredes de Coura, verifica-se ainda o valor mais representativo, entre os concelhos do Alto Minho, por mortes causadas por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool.

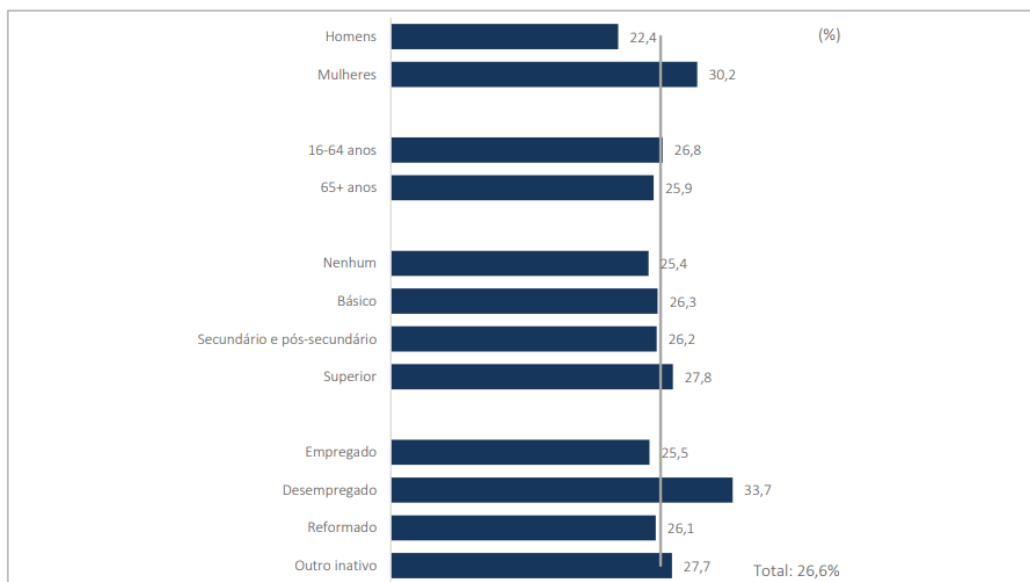


Gráfico 29. População portuguesa com ≥16 anos com efeito negativo na saúde mental devido à pandemia, 2021
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2021

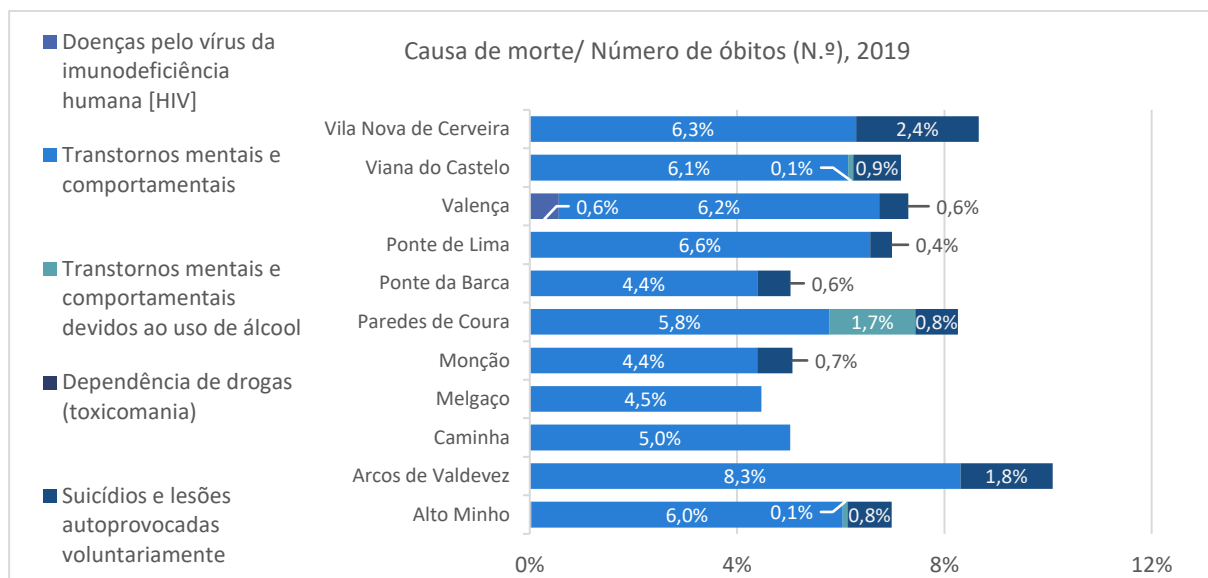


Gráfico 30. Representatividade das mortes associadas a doenças pelo VIH, transtornos mentais e comportamentais, dependência de drogas e suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente (Fonte: INE, Óbitos por causas de morte)

5.3. Habitação

Segundo o artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, “*todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar*”, incumbindo ao Estado, para assegurar o direito à habitação:

- a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
- b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;
- c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;
- d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

Em 2019, foi publicada a Lei de bases da habitação que, no seu artigo 2.º, indica que “*todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde*”.

A Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031, aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho, ciente do elevado número de fogos devolutos em Portugal, em paralelo com a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades, assume uma visão estratégica no domínio da habitação, pretendendo facilitar o acesso das famílias portuguesas à habitação. Esta visão estrutura-se em três pilares temáticos (reabilitação urbana, arrendamento habitacional, e qualificação dos alojamentos), assentando em oito desafios:

1. Incentivar a conservação duradoura e regular do edificado;
2. Reduzir custos e simplificar o licenciamento na reabilitação de edifícios;
3. Atrair investimento para a reabilitação do parque habitacional;

4. Dinamizar o mercado de arrendamento;
5. Integrar e valorizar os bairros e a habitação social;
6. Contribuir para a inclusão social e a proteção dos mais desfavorecidos;
7. Corresponder às novas realidades sociais e demográficas;
8. Promover a melhoria das condições de alojamento.

Esta análise tem como objetivo compreender a situação atual do Alto Minho no contexto da habitação e condições de vida, nomeadamente com uma análise dos edifícios e alojamentos existentes nos vários municípios, análise do mercado de arrendamento, bem como de habitação social.

A análise do número de **alojamentos** no Alto Minho e concelhos integrados mostra que a grande maioria dos alojamentos são familiares clássicos. O número de alojamentos familiares não clássicos teve um aumento de 54 %, contabilizando 103 alojamentos em 2021. Apesar de se verificar pequenos decréscimos em alguns dos municípios (como Arcos de Valdevez e Caminha), ocorreram incrementos em Viana do Castelo, Valença e Ponte de Lima, três municípios em que aumentou aproximadamente para o dobro. Quanto aos alojamentos coletivos, em número francamente inferior aos alojamentos familiares, verifica-se um claro decréscimo no território do Alto Minho, no período 2011-2021, tendo este número diminuído de 418 para 152 alojamentos coletivos.

Tabela 2. Tipo de alojamentos no Alto Minho, em 2011 e 2021
 (Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021)

	2011					2021				
	Total	Aloj. familiar	Clássico	Não clássico	Aloj. coletivo	Total	Aloj. familiar	Clássico	Não clássico	Aloj. coletivo
Alto Minho	150899	150481	150414	67	418	155514	155362	155259	103	152
Arcos de Valdevez	17297	17261	17252	9	36	17810	17798	17795	3	12
Caminha	13951	13892	13886	6	59	14378	14366	14361	5	12
Melgaço	7603	7583	7583	0	20	7846	7836	7836	0	10
Monção	13407	13377	13377	0	30	13863	13850	13849	1	13
Paredes de Coura	6084	6067	6065	2	17	6341	6335	6333	2	6
Ponte da Barca	7968	7953	7951	2	15	8358	8350	8350	0	8
Ponte de Lima	21977	21872	21867	5	105	22889	22864	22850	14	25
Valença	8150	8130	8119	11	20	8527	8521	8500	21	6
Viana do Castelo	48291	48193	48164	29	98	49281	49226	49171	55	55
Vila Nova de Cerveira	6171	6153	6150	3	18	6221	6216	6214	2	5

Em 2011, no Alto Minho, existiam 155.259 **alojamentos familiares clássicos**¹, correspondendo a 8 % dos alojamentos na região Norte, e verificando-se que este número tem aumentando ao longo dos anos. Viana do Castelo destaca-se claramente, ao possuir quase 50.000 alojamentos (aproximadamente um terço dos alojamentos totais do Alto Minho), seguindo-se Ponte de Lima (22.850 alojamentos – 15 %), e Arcos de Valdevez (17.795 alojamentos – 11 %). Os concelhos com menos alojamentos familiares clássicos são: Vila Nova de Cerveira (6.214 alojamentos) e Paredes de Coura (6.333 alojamentos), ambos com uma representatividade de 4% do total do Alto Minho.

A análise da relação entre o número de indivíduos residentes por concelho e o número de alojamentos indica valores que variam entre 0,99 residentes/ alojamento em Melgaço aos 1,74 residentes/ alojamento em Viana do Castelo.

Tabela 3. Alojamentos familiares clássicos nos concelhos do Alto Minho, entre 2015 e 2021
 (Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, 2021)

Unidade Territorial	Alojamentos familiares clássicos (N.º)							Residentes por alojamento
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2021
Norte	1872108	1875271	1878314	1882204	1887170	1894453	1894930	1,89
Alto Minho	152815	153117	153369	153634	153935	154389	155259	1,49
Arcos de Valdevez	17500	17531	17597	17625	17656	17687	17795	1,16
Caminha	14202	14245	14270	14288	14312	14338	14361	1,10
Melgaço	7632	7641	7642	7654	7658	7659	7836	0,99
Monção	13544	13556	13560	13572	13584	13695	13849	1,29
Paredes de Coura	6162	6172	6179	6195	6211	6220	6333	1,36
Ponte da Barca	8154	8166	8176	8197	8208	8219	8350	1,32
Ponte de Lima	22420	22518	22575	22641	22730	22822	22850	1,80
Valença	8236	8243	8257	8290	8316	8351	8500	1,60
Viana do Castelo	48722	48788	48845	48896	48960	49083	49171	1,74
Vila Nova de Cerveira	6243	6257	6268	6276	6300	6315	6214	1,44

Dos alojamentos familiares clássicos existentes no Alto Minho, verifica-se que a maioria constitui residência habitual, embora os alojamentos vagos tenham aumentado no período 2011-2021, ascendendo já os 10%.

¹ De acordo com a definição do INE, alojamento familiar clássico refere-se a um “alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros)”.

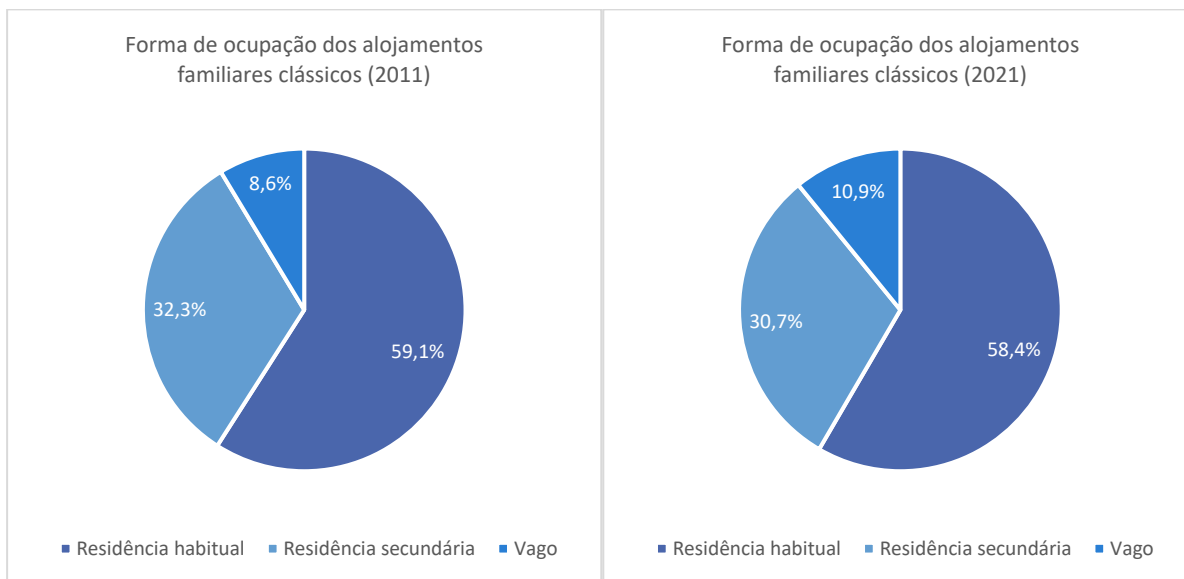


Gráfico 31. Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos no Alto Minho (Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2011, 2021)

Os alojamentos de residência habitual são principalmente habitados pelo proprietário ou coproprietário, tendo os alojamentos arrendados vindo a aumentar.

Tabela 4. Regime de ocupação dos alojamentos familiares de clássicos de residência habitual no Alto Minho (Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, 2021)

Ano	Total	É proprietário ou coproprietário		É arrendatário ou subarrendatário		Outras situações	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2011	88839,00	72216,00	81,3%	10710,00	12,1%	5913,00	6,7%
2021	90681,00	70796,00	78,1%	13537,00	14,9%	6348,00	7,0%

Os **valores das rendas** evidenciam uma subida contínua ao longo dos anos, sendo em 2021, de 4,34 €/m², mas mantendo-se inferiores à média regional e nacional. Viana do Castelo e Caminha registam os valores mais elevados, enquanto Ponte da Barca e Arcos de Valdevez apresentam valores mais baixos de renda.

Quanto ao **estado de conservação**, no Alto Minho, verifica-se que menos de um quarto dos edifícios possui necessidades de reparação, predominando as pequenas reparações (14,6 %). Os edifícios muito degradados são em número de 1.313 (1,1 % do total), enquanto os edifícios que necessitam de grandes

reparações são 2.616 (2,2 % do total). Os concelhos que apresentam mais edifícios muito degradados são Arcos de Valdevez (206 edifícios) e Monção (144 edifícios), enquanto Melgaço apenas apresenta 5 edifícios muito degradados. Contudo a proporção de edifícios muito degradados nos vários concelhos é bastante semelhante, variando entre 0,07 e 1,61 %.

Tabela 5. Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€)
 (Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local)

Unidade Territorial	Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Continente	4,39	4,81	5,33	5,63	6,08
Norte	3,83	4,14	4,62	4,85	5,22
Alto Minho	3,30	3,53	3,83	4	4,34
Arcos de Valdevez	2,67	3,01	2,78	3,13	3,19
Caminha	3,56	3,72	4	4	4,21
Melgaço		2,85			
Monção	2,97	2,82	3,50	3,37	3,78
Paredes de Coura	2,49	2,66		2,86	
Ponte da Barca	2,24	2,56	2,83	2,88	3,03
Ponte de Lima	2,83	3,16	3,28	3,51	3,70
Valença	3,02	3,14	3,18	3,48	3,76
Viana do Castelo	3,69	4	4,48	4,73	4,88
Vila Nova de Cerveira	2,78	3,02	3,24	3,13	3,39

Tabela 6. Estado de conservação dos edifícios do Alto Minho, em 2011
 (Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011)

Unidade Territorial	Estado de conservação dos edifícios (2011)						
	Sem necessidade de reparação	Com necessidade de reparação	Pequenas reparações	Reparações médias	Grandes reparações	Muito degradado	Total
Alto Minho	92552	27021	17624	6781	2616	1313	120886
	76,6%	22,4%	14,6%	5,6%	2,2%	1,1%	
Arcos de Valdevez	11468	3676	2421	921	334	206	15350
Caminha	7198	2042	1414	439	189	78	9318
Melgaço	6029	970	638	253	79	5	7004
Monção	8440	3129	1922	877	330	144	11713
Paredes de Coura	4482	1205	884	250	71	38	5725
Ponte da Barca	4794	1899	1189	486	224	107	6800
Ponte de Lima	15210	4318	2854	1037	427	126	19654
Valença	5406	1368	871	395	102	43	6817
Viana do Castelo	25102	7347	4790	1832	725	476	32925
Vila Nova de Cerveira	4423	1067	641	291	135	90	5580

No que se refere à **habitação social**, verifica-se a existência de 471 edifícios (1.186 fogos) no Alto Minho, refletindo um aumento de 23 edifícios (+5 %) face a 2015. O município que apresenta maior dotação de edifícios é Monção, seguido de Viana do Castelo e Valença. Contudo, é Viana do Castelo que apresenta maior número de fogos (442 fogos – 37% do total do Alto Minho), seguido de Ponte de Lima (189 fogos – 16 %). Pelo oposto, Paredes de Coura apenas contabilizava um edifício (um fogo) em 2015. Verifica-se ainda que a maioria dos fogos de habitação social integra-se nas tipologias T2 ou T3.

Tabela 7. Edifícios de habitação social (N.º) nos concelhos do Alto Minho
 (Fonte: INE, Inquérito à caracterização da habitação social)

Unidade Territorial	Edifícios de habitação social (N.º)			
	2009	2011	2012	2015
Norte	5131	4664	3793	6106
Alto Minho	448	421	343	471
Arcos de Valdevez	75	29	25	48
Caminha	9	8	2	7
Melgaço	18	18	18	18
Monção	106	117	107	115
Paredes de Coura	0	0	0	1
Ponte da Barca	46	46	20	25
Ponte de Lima	22	30	28	36
Valença	78	79	76	91
Viana do Castelo	59	59	52	96
Vila Nova de Cerveira	35	35	15	34

Tabela 8. Tipologia dos fogos de habitação social nos concelhos do Alto Minho
 (Fonte: INE, Inquérito à caracterização da habitação social)

Unidade Territorial	Total	T0 e T1		T2 e T3		T4 ou mais	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Alto Minho	1186	52	4,4%	1004	84,7%	130	11,0%
Arcos de Valdevez	101	0	0,0%	101	100,0%	0	0,0%
Caminha	19	0	0,0%	10	52,6%	9	47,4%
Melgaço	18	0	0,0%	13	72,2%	5	27,8%
Monção	129	0	0,0%	113	87,6%	16	12,4%
Paredes de Coura	1	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%
Ponte da Barca	130	11	8,5%	91	70,0%	28	21,5%
Ponte de Lima	189	11	5,8%	163	86,2%	15	7,9%
Valença	94	8	8,5%	72	76,6%	14	14,9%
Viana do Castelo	442	22	5,0%	378	85,5%	42	9,5%
Vila Nova de Cerveira	63	0	0,0%	62	98,4%	1	1,6%

É ainda relevante verificar que os edifícios de habitação social no Alto Minho representam cerca de 8% do total da região Norte. A análise da propriedade mostra que cerca de 85 % dos edifícios no Alto Minho são propriedade total do município ou entidade, numa situação semelhante ao que ocorre na região (84 %) e país (78 %).

A análise dos novos contratos de arrendamento, para o ano 2015, mostra que num total de 242, a grande maioria (97 %) consiste em arrendamento apoiado, sendo Ponte de Lima o concelho que efetuou mais contratos nesse ano (num total de 121). A situação de renda apoiada apenas se verifica em 4 concelhos (Viana do Castelo, Valença, Ponte de Lima, e Arcos de Valdevez), não se observando outros tipos de contratos de arrendamento.

5.4. Segurança

Segundo o artigo 27.º da Constituição da República Portuguesa, “*todos têm direito à liberdade e à segurança*”. Em Portugal, assiste-se a um decréscimo da criminalidade geral e violenta, tendência que se vem a verificar desde os últimos 15 anos.

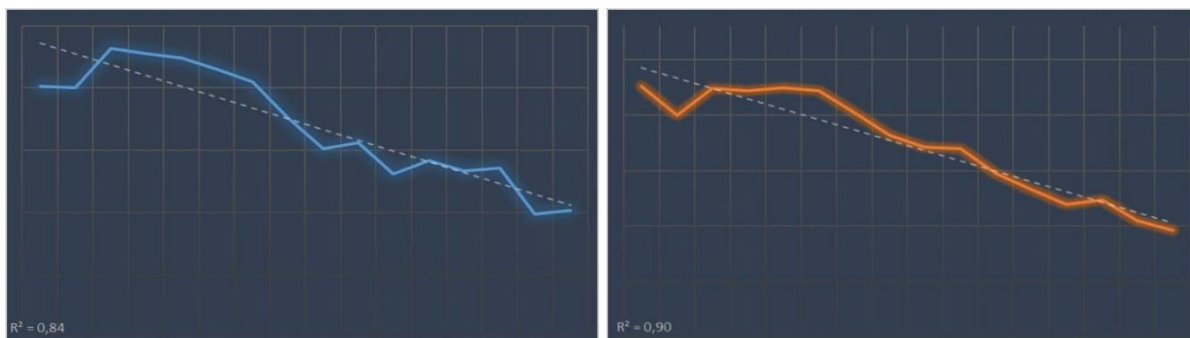


Gráfico 32. Evolução da taxa de criminalidade geral (esquerda) e violenta e grave (direita), em Portugal, no período 2006-2021

(Fonte: SRI Relatório Anual de Segurança Interna, 2021)

No conjunto de concelhos do Alto Minho, o **número de crimes detetados** pelas autoridades policiais ou levados ao seu conhecimento por meio de denúncia ou queixa, por cada 1.000 habitantes possui um valor equiparado ao verificado na região Norte e inferior ao registado no continente (Gráfico 33).

Em termos concelhios, a distribuição do número de crimes é bastante semelhante, apesar de Valença possuir uma incidência relativamente superior. Ainda assim, o decréscimo progressivo sentido nesse concelho, tal como verificado nos restantes concelhos, levou a que em 2020 o indicador assumisse valores muito próximos à média da sub-região.

Ao especificar os crimes registados, por **crimes de violência doméstica** contra o cônjuge ou pessoas análogas (Gráfico 34), observa-se que a sua incidência no Alto Minho em 2020 é ligeiramente superior face ao verificado na região Norte, mas inferior quando comparada com o continente nacional.

Entre 2015 e 2020 observou-se, nesta tipologia de crime, um ligeiro aumento na sub-região, tendência observada na maioria dos concelhos, sendo exceção apenas Valença e Viana do Castelo. No último ano de referência, os valores mais elevados de crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou pessoas análogas por cada 1.000 habitantes, encontravam-se em Arcos de Valdevez e Vila Nova de Cerveira.

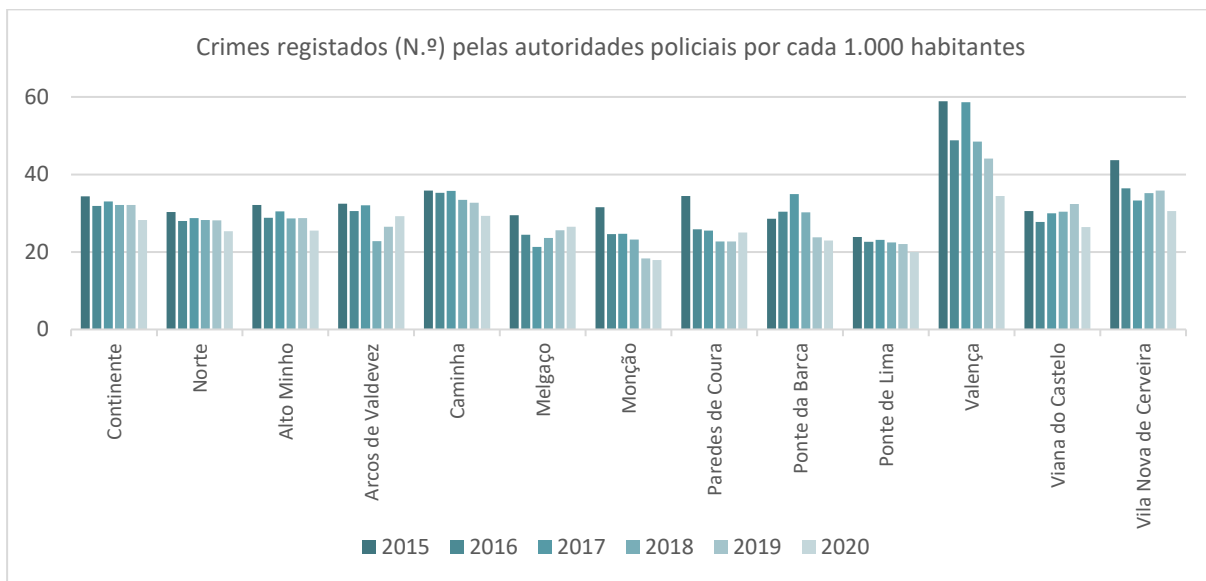


Gráfico 33. Representatividade dos crimes registados pelas autoridades, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020
(Fonte: INE, Direcção-Geral da Política de Justiça)

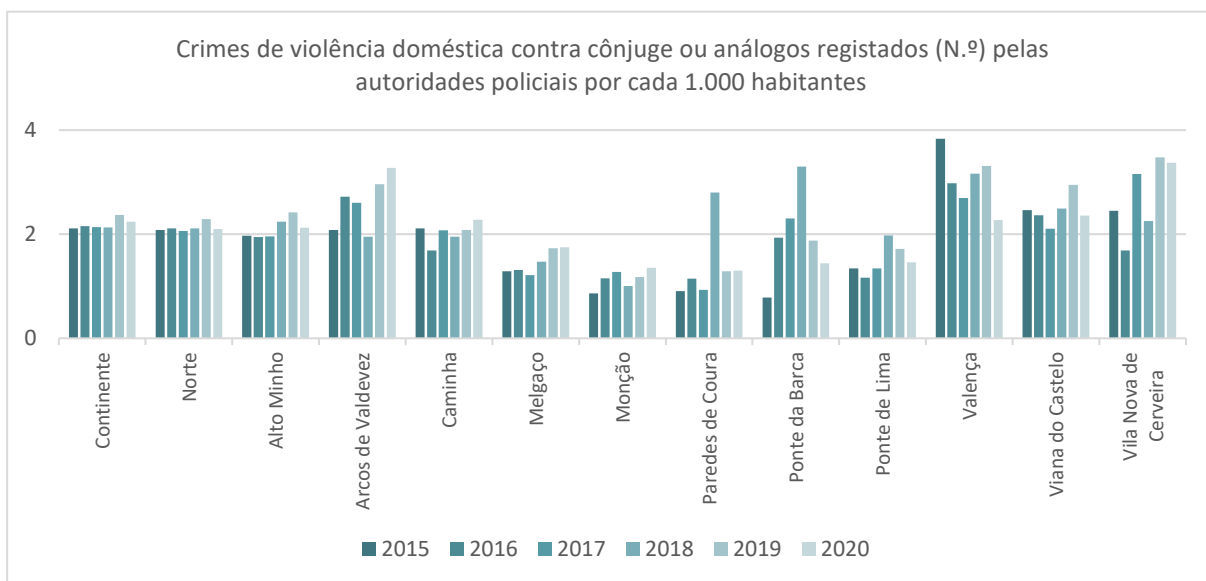


Gráfico 34. Proporção dos crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos registados pelas autoridades policiais, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020
(Fonte: INE, Direcção-Geral da Política de Justiça)

5.5. Igualdade de género

Segundo o artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa (Princípio da igualdade), *“todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”*, sendo que *“ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”*.

De acordo com dados do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, em 2020, Portugal ocupava a 16.ª posição na União Europeia no **Índice de Igualdade de Género**, encontrando-se 6,6 pontos abaixo da média da EU, apesar dos progressos verificados nos últimos 10 anos, em que subiu quatro lugares na classificação.

A análise dos dados referentes aos vários setores mostra Portugal apenas possui uma posição acima da média da União Europeia no campo do trabalho, em que ocupa a 15.ª posição, sendo esta a segunda classificação mais elevada do país, após o domínio da saúde, em que ocupa a 20.ª posição. As desigualdades mais pronunciadas verificam-se nos domínios do tempo e poder, embora tenha sido nestes setores que se verificaram os maiores incrementos, desde 2010. Na Figura seguinte, podem observar-se os principais indicadores da realidade da igualdade de género, podendo comparar-se a situação nacional e da União Europeia.

Ainda no âmbito socioeconómico, em Portugal, tal como anteriormente referido, a **taxa de atividade** total sofreu um decréscimo no intervalo intercensitário 2001-2011. Ao especificar esse indicador por sexo, entende-se que esse resultado se deve à diminuição abrupta da taxa de atividade da população masculina, cuja dimensão contraria, inclusive, o aumento generalizado da taxa de atividade da população feminina. A feminização da população ativa tem vindo a aumentar com a renovação de gerações, à medida que desaparecem os grupos etários mais velhos, onde prevaleciam mulheres sem ligação ao mercado de trabalho, e se afirmam os mais jovens, nos quais as taxas de atividade de homens e mulheres são já mais aproximadas.

No Alto Minho, este indicador demonstra uma tendência relativamente positiva, face às realidades observadas na Região Norte e continente, com um maior aumento da **taxa de atividade do sexo feminino** (aumento superior a 3,0%) e diminuição, na ordem dos -3,5%, da taxa de atividade do sexo masculino.







Indicadores		Portugal		UE		
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
Trabalho						
	Participação	Taxa de emprego em equivalente a tempo inteiro (ETI) *	47	57	42	57
		Duração da vida profissional (15+, anos, 2018)	37	39	34	39
	Segregação e qualidade do trabalho	Segregação no emprego (15+, %, 2018)	30	7	31	8
		Flexibilidade (15+, %, 2015)	23	28	23	27
		Índice de perspetivas de carreira (15+, pontos, 0-100, 2015)	56	57	63	64
Dinheiro						
	Recursos financeiros	Rendimentos mensais médios (16+, euro em poder de compra padrão, 2014)	1 398	1 670	2 249	2 809
		Rendimento líquido anual médio do agregado ** (16+, euros em poder de compra padrão, 2018)	12 774	13 207	17 860	18 668
	Condições económicas	Em risco de pobreza (16+, %, 2018)	18	16	17	16
Distribuição de rendimentos (16+, %, 2018)		19	19	20	19	
Conhecimento						
	Nível de instrução e participação	Licenciados do ensino superior (15+, %, 2018)	22	15	26	25
		Participação em formação ao longo da vida (15+, %, 2018)	16	16	17	16
	Segregação	Segregação em educação (15+, %, 2017)	40	19	43	21
Tempo						
	Atividades de prestação de cuidados	Prestação de cuidados a filhos, netos, idosos ou pessoas com incapacidades (18+, %, 2016)	37	28	38	25
		Cozinhar e/ou fazer tarefas domésticas todos os dias (18+, %, 2016)	78	19	79	34
	Atividades sociais	Atividades desportivas, culturais ou de lazer (15+, %, 2015)	10	20	28	32
Atividades de voluntariado ou caridade (15+, %, 2015)		7	5	12	11	
Poder						
	Político	Ministros (% segundo trimestre de 2020)	37	63	32	68
		Deputados (ambas as câmaras) (% segundo trimestre de 2020)	40	60	32	68
		Deputados a assembleias regionais/municipalidades locais (% 2019)	31	69	29	71
	Económico	Membros de conselhos administrativos de grandes empresas (% primeiro semestre de 2020)	25	75	29	71
		Membros do conselho administrativo do banco central (% 2019)	33	67	25	75
	Social	Membros do conselho administrativo de organizações de financiamento a investigação (% 2019)	42	58	38	62
		Membros do conselho administrativo de organizações de radiodifusão pública (% 2019)	33	67	37	63
		Membros do conselho administrativo de organizações de desporto olímpico (% 2019)	10	90	17	83
Saúde						
	Estado	Pessoas saudáveis (16+, %, 2018)	45	55	67	72
		Esperança média de vida (anos, 2018)	85	78	84	78
		Anos de vida saudável (anos, 2018)	58	60	64	63
	Comportamento	Fumar e beber álcool ** (16+, %, 2014)	15	37	28	48
		Atividade física e/ou consumo de frutas e legumes ** (16+, %, 2014)	30	35	36	40
	Acesso	Necessidade não cumprida de exame médico (16+, %, 2018)	4	3	4	3
Necessidade não cumprida de exame dentário (16+, %, 2018)		15	14	4	4	

Figura 10. Índice de Igualdade de Género, em Portugal, em 2020, por setor
 (Fonte: Instituto Europeu para a Igualdade de Género, 2020)

*A taxa de emprego ETI mede as pessoas com posto de trabalho de forma comparável, mesmo que trabalhem um número diferente de horas por semana. **UE: média não ponderada.

Na região Norte e continente essa variação foi de, respetivamente, aumento de 0,8 e 1,3 da taxa de atividade feminina e diminuição de -5,5% e -4,8% da taxa de atividade masculina. Ao nível concelhio, as maiores variações positivas na taxa de atividade do sexo feminino ocorreram em Caminha (4,6%), Paredes de Coura (4,3%) e Vila Nova de Cerveira (7,2%) e as quedas mais acentuadas na taxa de atividade do sexo masculino em Ponte da Barca (-4,5%), Ponte de Lima (-4,0%) e Valença (-5,2%).

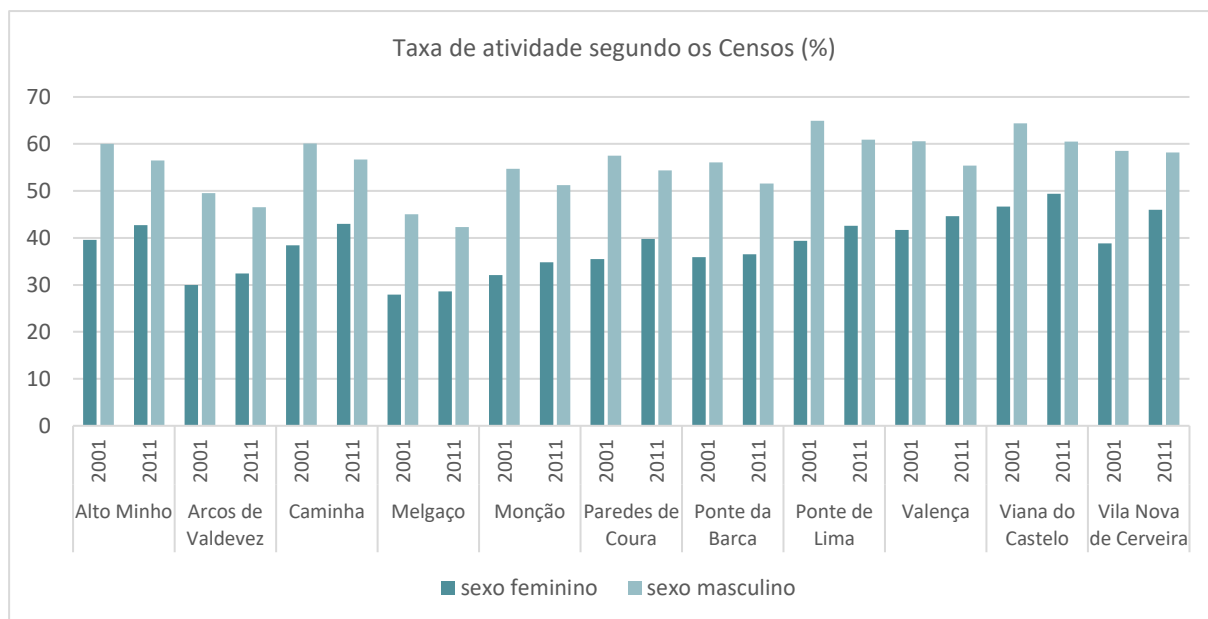


Gráfico 35. Taxa de atividade nos concelhos do Alto Minho, em 2001 e 2011
 (Fonte: Censos, 2011)

Apesar da referida evolução inversa da taxa de atividade entre sexos, a taxa de atividade feminina permanece significativamente mais baixa, possivelmente, pelo maior peso da população idosa junto do total da população feminina e por uma maior alienação feminina do trabalho, cujos motivos devem ser devidamente analisados. Em 2011, os concelhos onde essa diferença era menor são Valença (10,8%) e Viana do Castelo (11,1%), por oposição a Ponte de Lima onde a diferença é superior a 18,0%.

A **taxa de desemprego**, retratada no Gráfico 36 representa o número de desempregados por cada 100 ativos por sexo. De forma geral, registou-se um aumento da taxa de desemprego, entre 2001 e 2011, independentemente do sexo, sendo esse aumento, contudo, superior no caso da população masculina. Com efeito, a diferença da taxa de desemprego entre sexos, à semelhança do que sucede com a população ativa, também se tem vindo a esbater ao longo dos anos, refletindo o maior peso do sexo feminino entre a população, e a maior integração das mulheres no mercado de trabalho.

Em 2011, tanto a taxa de desemprego da população masculina (10,7%), como feminina (13,2%) eram, no Alto Minho, inferiores às respetivas taxas de desemprego na região Norte (respetivamente, 13,0% e 16,1%) e continente (respetivamente, 12,5% e 13,9%). Ao nível concelhio, os concelhos nos quais as diferenças entre sexos se encontram mais esbatidas são Monção (diferença de 0,1%), Paredes de Coura (diferença de 0,3%) e Valença (diferença de 0,5% com taxa de desemprego superior no sexo masculino). Para além de Valença, no último ano de referência, apenas Vila Nova de Cerveira apresentava uma taxa de desemprego superior no sexo masculino (10,4%) face ao verificado no sexo feminino (9,0%).

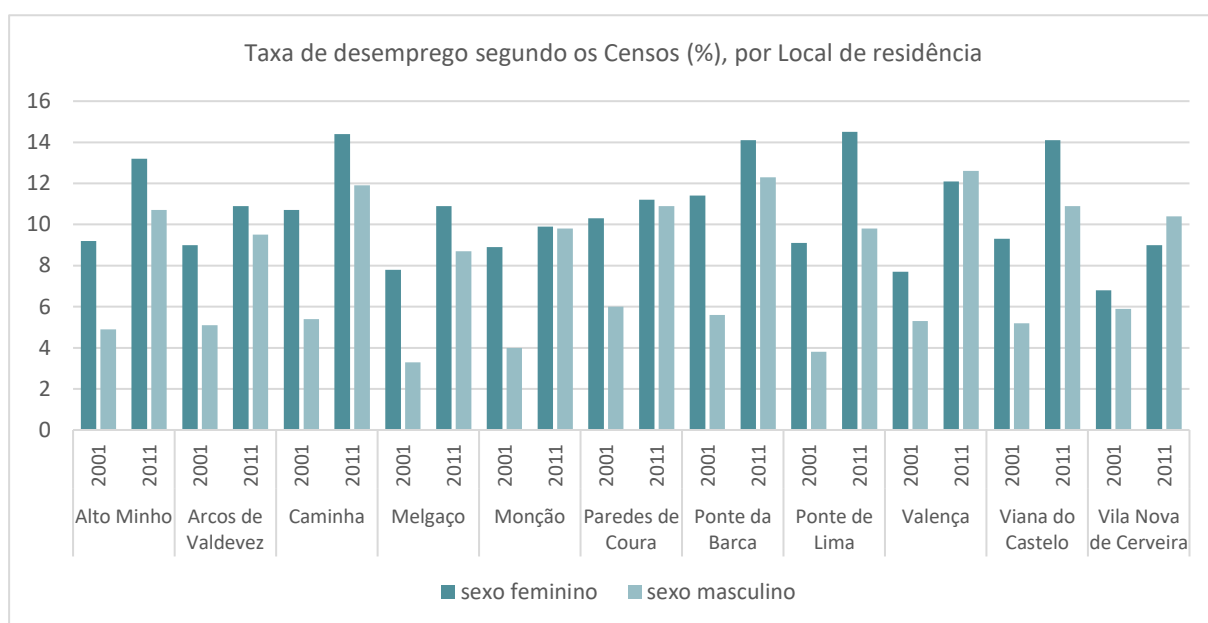


Gráfico 36. Taxa de desemprego, nos concelhos do Alto Minho, em 2001 e 2011
(Fonte: Censos, 2011)

A **formação académica** constitui um importante fator de mobilidade social, permitindo que, estudantes oriundos de famílias de baixos rendimentos possam, no futuro, ascender socialmente. Os indivíduos com formação académica superior tendem a auferir rendimentos superiores e possuem níveis superiores de empregabilidade. Apesar da propensão geral de diminuição entre 2011 e 2021, a população feminina demonstra um número, tendencialmente, superior de mulheres com este nível de ensino, face ao verificado na população masculina. No Alto Minho, esse valor é, inclusivamente, superior ao verificado na região Norte e continente. Em Arcos de Valdevez, Paredes de Coura e Ponte

da Barca a disparidade entre sexos era maior em 2021, com a população feminina a representar, respetivamente, cerca de 65,6% e 66,6% e 66,6% do total da população com o ensino superior.

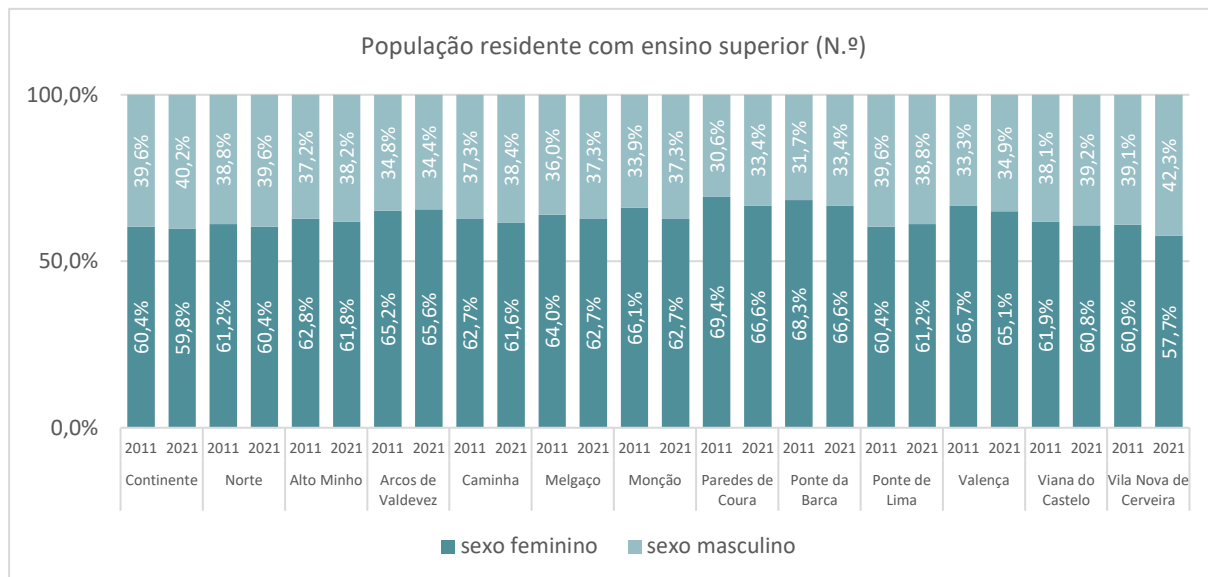


Gráfico 37. População residente com o ensino superior, nos concelhos do Alto Minho, em 2011 e 2021 (Fonte: Censos, 2011, 2021)

Os Gráfico 38 e Gráfico 39 podem fornecer uma estimativa das eventuais **disparidades salariais** entre sexos. Contudo, salienta-se a necessidade de esta temática ser alvo de uma análise multivariada, para que a sua compreensão seja, tanto quanto possível, ajustada à realidade. Atente-se que fatores como a função, que pode variar mesmo quando se analisa o nível de qualificação, tempo de serviço, grupo etário, diferenças entre empresas, produtividade ou qualificação académica não são analisados, fatores esses cuja relevância para a presente análise não deverá ser descurada, sob pena de se sobrestimar ou, pelo contrário, subestimar o peso do preconceito com base no sexo dos indivíduos, nas diferenças salariais observadas.

Acresce que a pertinência do agrupamento de indivíduos de acordo com o sexo para efeito da análise de rendimentos poderá ser manifestamente irrelevante, considerando a grande amplitude socioeconómica ou cultural que certamente ocorrerá entre indivíduos do mesmo sexo, potencialmente, tanto ou mais significativa, quanto a amplitude entre indivíduos de sexos opostos.

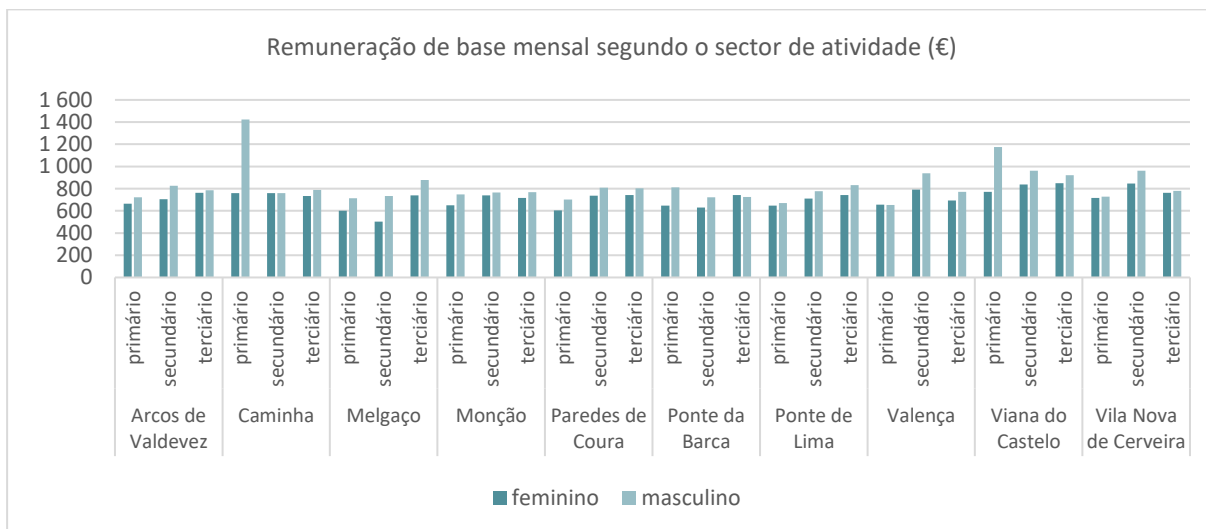


Gráfico 38. Remuneração base mensal segundo o setor de atividade, nos concelhos do Alto Minho, em 2011 (Fonte: Censos, 2011, 2021)

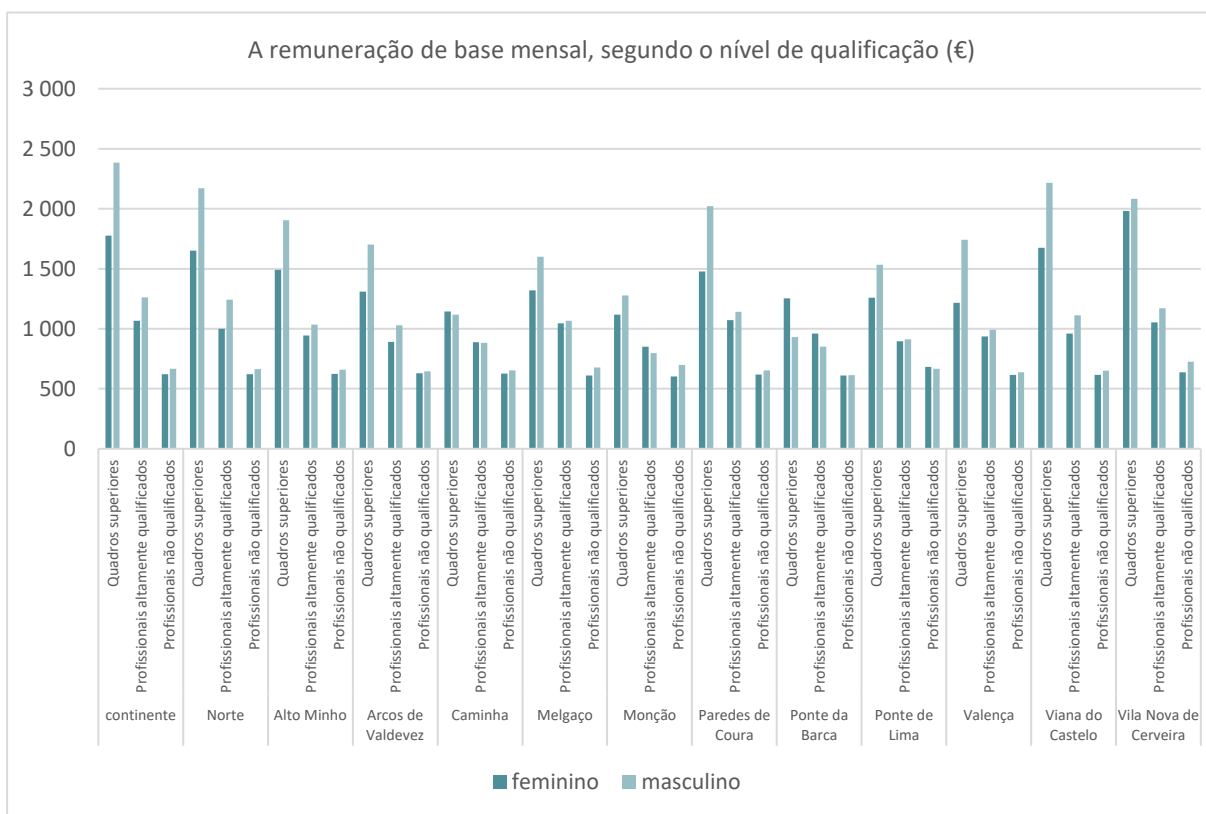


Gráfico 39. Remuneração base mensal segundo o nível de qualificação, nos concelhos do Alto Minho, em 2011 (Fonte: Censos, 2011, 2021)

Considerando o atrás mencionado, com base na informação disponível, a remuneração de base média mensal de acordo com o setor de atividade entre sexos, aparenta ser invariavelmente superior nos indivíduos do sexo masculino, independentemente do concelho e do setor de atividade considerado. As diferenças são mais expressivas no setor primário nos concelhos de Caminha e Viana do Castelo.

Quanto à remuneração por nível de qualificação, esta apresenta variações mais significativas entre sexo, sendo que, apesar de na grande maioria da análise efetuada permanecerem os maiores valores da remuneração masculina, ainda assim, se verificam casos em que a qualificação feminina é superior, como nos quadros superiores de Caminha e de Ponte da Barca.

6. GRUPOS HUMANOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

Esta seção dedica-se, em particular, os grupos humanos especialmente vulneráveis, que constituem segmentos da população que, face às suas características psicossociais, encontram-se mais vulneráveis aos riscos de pobreza e exclusão social, devendo, por essa razão, beneficiar de uma intervenção específica que permita eliminar ou mitigar esses mesmos riscos. Entre as várias características inerentes a este grupo, podem incluir-se a falta de autonomia, dificuldades no acesso a recursos e à participação social, baixos recursos económicos e condições de saúde.

Nesta temática, é particularmente interessante analisar o Referencial de Coesão Social efetuado no âmbito do estudo “Perfis Territoriais de Exclusão Social” (IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2015), e no qual se efetuou “*a análise tipológica de base concelhia em Portugal continental das situações de pobreza e exclusão social e das dinâmicas territoriais, através de um sistema de indicadores*”. Uma dessas análises consistiu na avaliação dos grupos de riscos, com a utilização de indicador compósito, tendo por base a população infetada com HIV, número de infratores relacionado com substâncias aditivas, utentes em tratamento a substâncias aditivas, pessoas sem abrigo, entre outros. Embora a definição de grupos de risco usada no âmbito do estudo seja distinta do conceito de grupos vulneráveis (mais frequentemente associado aos perfis demográficos identificados na Estratégia Europa 2020), torna-se particularmente útil, pois usa bastantes indicadores em comum e permite a identificação de situações sociais extremas de pobreza e exclusão.

Através da análise da Figura seguinte, que mostra a incidência dos grupos de risco no território do Alto Minho, verifica-se que os casos extremos ocorrem nos maiores centros urbanos do país, influenciados pelos fatores de marginalização dessa população. O Alto Minho apresenta uma incidência relativamente menor destes grupos de risco, excetuando-se, ainda assim, os concelhos de Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, que possuem o segundo valor mais elevado da escala compósita criada.

No contexto do Alto Minho, foram identificados sete segmentos populacionais que se encontram mais vulneráveis ao risco de pobreza e exclusão social, sendo efetuada uma descrição mais detalhada e atualizada da sua situação, de forma a poder identificar os principais fatores de riscos que lhes se encontram associados.

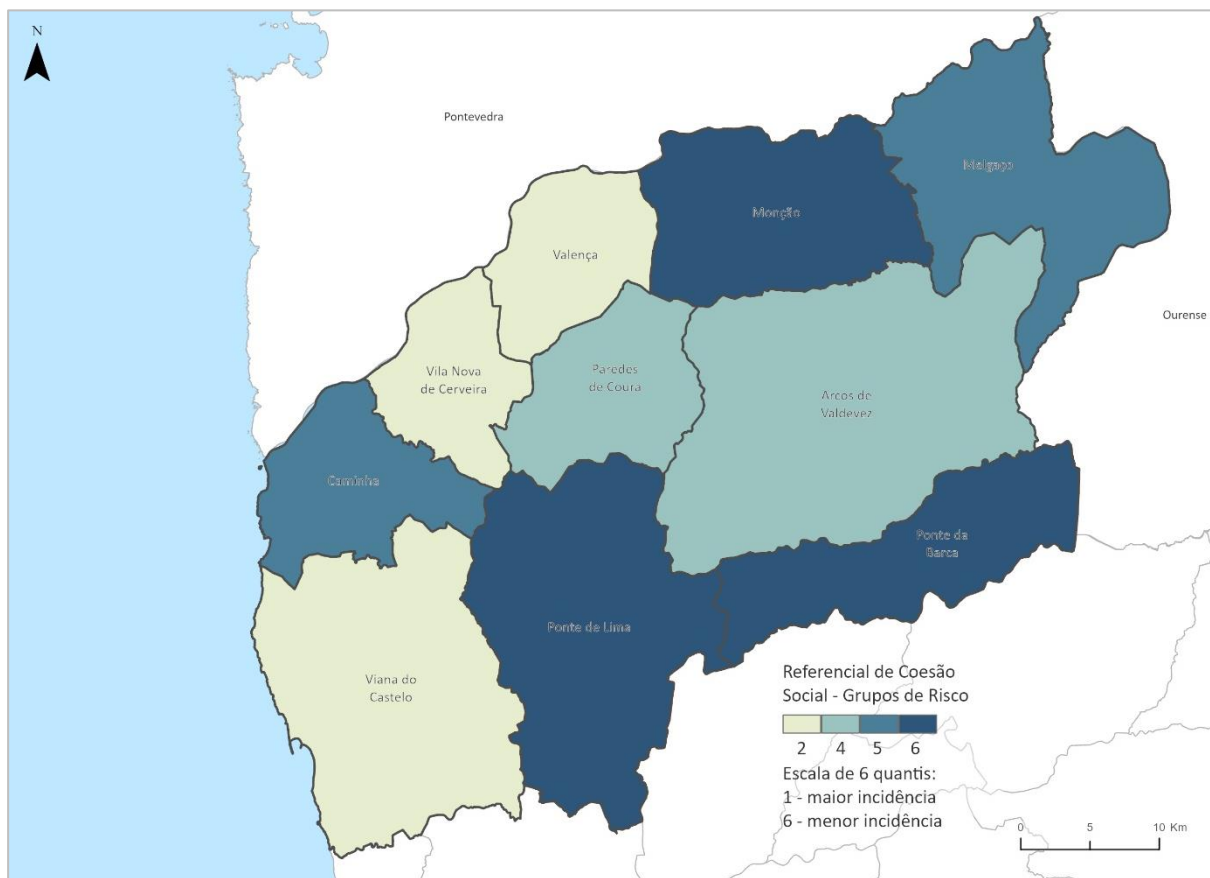


Figura 11. Vulnerabilidade associada a grupos de risco
(Elaboração própria; Fonte: Referencial de Coesão Social, 2014)

Os grupos humanos especialmente vulneráveis com relevância no Alto Minho, e que serão analisados nos subcapítulos seguintes são:

- a) Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade;
- b) População sénior;
- c) Pessoas com deficiência ou incapacidade;
- d) Pessoas com comportamentos aditivos e dependências;
- e) Imigrantes e minorias étnicas;
- f) Pessoas em situação de sem-abrigo; e
- g) Vítimas de violência doméstica e de género.

6.1. Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade

Em 1989, foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e ratificada por Portugal em 1990, a qual *“reconhece o direito de todas as crianças de ter o melhor começo de vida possível, de crescer num clima de felicidade e com saúde e de desenvolver as suas potencialidades, nomeadamente o direito de viver num planeta limpo e saudável, num ambiente de proteção e carinho, a descontraír, de brincar e de participar em atividades culturais e artísticas, bem como de desfrutar e respeitar o ambiente natural”*.

Mais recentemente, em março de 2021, a Comissão Europeia adotou a primeira Estratégia da União Europeia sobre os Direitos da Criança, bem como uma proposta de recomendação do Conselho que estabelece uma Garantia Europeia para a Infância, com o intuito de promover a igualdade de oportunidades para as crianças em risco de pobreza ou exclusão social, encontrando-se em concordância com as normas em matéria de direitos da criança do Conselho da Europa, bem como a Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos da Criança (2016- 2021). De acordo com este documento, e apesar de um decréscimo observado nos últimos anos, em 2019, 22,2 % das crianças na UE estavam em risco de pobreza ou exclusão social, motivada, entre outras causas, pelos baixos rendimentos e baixo nível de formação das famílias, especialmente famílias monoparentais, famílias com três ou mais filhos, que vivem em zonas rurais e nas zonas mais remotas. Esta estratégia assenta em seis domínios temáticos: (1) As crianças como agentes da mudança na vida democrática; (2) O direito das crianças a realizarem todo o seu potencial, independentemente da sua origem social; (3) O direito das crianças a não serem vítimas de violência; (4) O direito das crianças a uma justiça que lhes seja favorável; (5) O direito das crianças a navegar em segurança no ambiente digital e a aproveitar as oportunidades que este oferece; e (6) Os direitos das crianças em todo o mundo.

Portugal foi um dos países precursores na proteção à Infância, adotando legislação específica em 1911 e, nos anos 60, ao incluir a infância como um dos direitos fundamentais na Constituição portuguesa. Nos anos 90, foram criadas as Comissões de Proteção de Menores (CPM), substituídas dez anos mais tarde pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no seguimento da Grande Reforma do Direito das Crianças e Jovens (Lei Tutelar educativa – Lei n.º 166/99, de 14 de setembro) e da publicação da Lei de proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Em 2015, foi revista a legislação relativa ao sistema de promoção e proteção, nomeadamente com a alteração da designação para Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), e reforçando o seu papel da promoção dos direitos das crianças. Foram ainda

criadas as Coordenações Regionais, proporcionando às CPCJ um acompanhamento qualificado e de proximidade.

As CPCJ constituem instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, existindo um total de dez no território do Alto Minho (uma por cada concelho).

Estudos realizados pelo INE relativos às condições de vida, mostram que, em 2021, 10,7% das crianças com menos de 16 anos pertenciam a agregados familiares em privação material e social, sendo o nível de escolaridade dos pais uma das principais características que distinguem este grupo.

De acordo com os relatórios anuais de atividade da CNPDPCJ, verifica-se que, a nível nacional, existiam 73.241 processos de promoção e proteção, dos quais cerca de 43% transitaram do ano anterior, tendo 69.727 crianças beneficiado de intervenção pelas CPCJ. Relativamente às situações de perigo comunicadas a nível nacional, verifica-se que a violência doméstica e a negligência constituem as principais causas (respetivamente com 13.782 e 12.946 situações), sendo as crianças de sexo masculino e nas faixas etárias dos 11 aos 17 as mais atingidas que tiveram medidas aplicadas em 2021. Relativamente às entidades comunicantes, destacam-se as Forças de Segurança (37,8% das comunicações), seguindo-se os estabelecimentos de ensino (21,1% das comunicações).

Ainda de acordo com este relatório, no Alto Minho, existiam, em 2021, 31.837 crianças, das quais quase metade habitavam em Viana do Castelo, embora, em termos proporcionais, o rácio de crianças em Melgaço seja bastante superior aos restantes concelhos. Na Tabela 9, apresentam-se o número médio de processos ativos nas várias CPCJ do Alto Minho, nos últimos quatro anos. Apesar de no ano 2018 ter registado um decréscimo (bastante significativo para alguns concelhos), a média mensal de processos analisados evidencia uma estabilidade. Melgaço constitui o concelho com menos processos (3,2% da média mensal do Alto Minho) e, pelo oposto, Viana do Castelo constitui o concelho com mais processos (contabilizando mais de um terço), situação que, em parte se deve ao número de crianças e jovens que residem nestes concelhos.

Na Tabela 10, apresentam-se os valores do Volume Processual Global (VPG) anual para o mesmo período temporal. Refira-se que este indicador representa o total de processos de promoção e proteção acompanhados pelas CPCJ no ano em avaliação, referentes a situações de perigo para crianças e jovens que lhes foram sinalizadas. Este VPG é composto pela soma dos processos abertos

em anos anteriores e que, permanecendo ativos, transitaram para o ano considerado e os processos novos, estes englobando os processos instaurados e os reabertos. No contexto do Alto Minho, este indicador mostra pequenas oscilações ao longo dos anos, sendo superior nos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, em oposição a Melgaço, com menos situações, encontrando-se estes valores também relacionados com o número de crianças e jovens residentes.

Tabela 9. Média de processos ativos, nos concelhos do Alto Minho, no período 2018-2021
 (Fonte: CNPDPCJ, Relatórios anuais)

CPCJ	Média mensal de processos ativos			
	2018	2019	2020	2021
Alto Minho	668	585	620	664
CPCJ Arcos de Valdevez	89	44	65	64
CPCJ Caminha	40	39	44	34
CPCJ Melgaço	25	13	15	21
CPCJ Monção	30	29	36	36
CPCJ Paredes de Coura	19	16	16	34
CPCJ Ponte da Barca	31	29	38	34
CPCJ Ponte de Lima	93	74	85	95
CPCJ Valença	66	58	51	56
CPCJ Viana do Castelo	236	241	222	236
CPCJ Vila Nova de Cerveira	39	42	48	54

Tabela 10. Volume Processual Global (VPG) anual, nos concelhos do Alto Minho, no período 2018-2021
 (Fonte: CNPDPCJ, Relatórios anuais)

CPCJ	Total de crianças e jovens residentes	VPG				
		2016	2017	2018	2019	2021
Alto Minho	39 937	1 321	1 316	1 153	1 207	1 228
Arcos de Valdevez	3 177	140	142	129	139	94
Caminha	2 520	107	92	76	81	75
Melgaço	1 022	45	48	39	31	34
Monção	2 567	65	78	68	69	78
Paredes de Coura	1 313	42	46	36	30	46
Ponte da Barca	1 940	52	53	46	68	65
Ponte de Lima	8 314	212	238	204	161	192
Valença	2 299	130	129	99	119	117
Viana do Castelo	15 299	478	419	385	443	448
Vila Nova de Cerveira	1 486	50	71	71	66	79

A taxa de incidência de crianças com situações de perigo comunicadas, indicador que representa o número de crianças e jovens relativamente às/aos quais foi comunicada uma ou mais situações de perigo às CPCJ no ano em análise, por cada 100 crianças e jovens residentes na área geográfica de intervenção de cada Comissão de Proteção encontra-se expressa Tabela 11. Este indicador possui valores díspares para os vários concelhos, verificando-se que, no período temporal analisado, houve concelhos para os quais a incidência diminuiu, aumentou ou manteve-se relativamente constante. Valença tem o valor mais elevado em 2021, numa subida gradual ao longo dos anos. Pelo oposto, Ponte de Lima apresentou o valor mais baixo, para esse ano, registando uma subida desde 2019. Arcos de Valdevez, com um valor intermédio mostra um decréscimo da incidência entre 2018 e 2021. É ainda importante referir que os valores relatados para 2020 encontram-se relacionados com a situação pandémica verificado, o que ajuda a explicar as baixas incidências apuradas.

Tabela 11. Incidências de crianças com situações de perigo comunicadas, no Alto Minho, no período 2018-2021 (Fonte: CNPDPCJ, Relatórios anuais)

CPCJ	Total de crianças (2021)	Incidência de crianças com situações de perigo comunicadas			
		2018	2019	2020	2021
Arcos de Valdevez	2512	4,1	4,38	0,2%	3,74
Caminha	2111	3,0	3,21	1,5%	3,55
Melgaço	793	3,8	3,03	2,2%	4,29
Monção	2095	2,6	2,69	1,6%	3,72
Paredes de Coura	1186	2,7	2,28	1,1%	3,88
Ponte da Barca	1424	2,4	3,51	1,6%	4,56
Ponte de Lima	6202	2,5	1,94	0,8%	3,10
Valença	1808	4,3	5,18	1,9%	6,47
Viana do Castelo	12436	2,5	2,90	2,1%	3,60
Vila Nova de Cerveira	1270	4,8	4,44	3,8%	6,22

A tabela seguinte mostra a relação entre as situações de perigo comunicadas e número de diagnósticos efetuados, verificando-se que este segundo indicador é bastante inferior ao primeiro. A análise da realidade concelhia mostra que Viana do Castelo, concelho mais populoso e com maior número de crianças apresenta mais situações de perigo comunicadas, bem como diagnósticos efetuados. Apesar do número de situações de perigo comunicadas ter aumentado entre 2020 e 2021, o número de diagnósticos diminuiu, passado de uma percentagem de 43% para 31%.

Tabela 12. Situações de perigo comunicadas e número de diagnósticos, no Alto Minho, em 2020 e 2021
 (Fonte: CNPDPCJ, Relatórios anuais)

CPCJ	Situações de perigo comunicadas		Número de diagnósticos	
	2020	2021	2020	2021
Alto Minho	632	715	269	222
Arcos de Valdevez	36	45	-	0
Caminha	44	45	14	11
Melgaço	17	21	12	18
Monção	53	47	25	20
Paredes de Coura	28	23	2	0
Ponte da Barca	46	41	30	6
Ponte de Lima	91	143	34	20
Valença	59	80	19	31
Viana do Castelo	216	231	107	98
Vila Nova de Cerveira	42	39	26	18

O Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2021 mostra a situação nacional, no que se refere a medidas de acolhimento residencial e acolhimento familiar, encontrando-se apresentada na Figura seguinte.

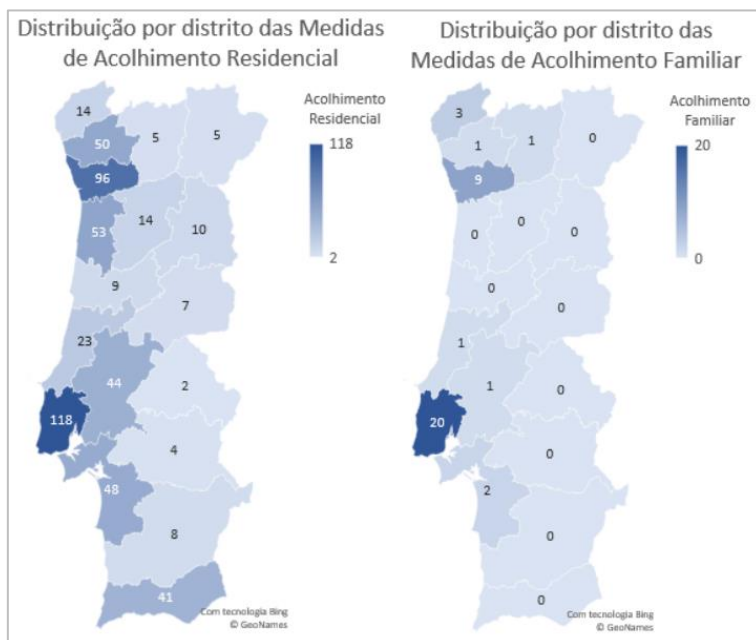


Figura 12. Distribuição por distrito das medidas de colocação
 (Fonte: CNPDPCJ, 2022: 47)

Verifica-se que, no Alto Minho (distrito de Viana do Castelo), se registaram, respetivamente 14 e 3 medidas, apresentando valores médios relativamente à situação nacional. Refira-se que a medida de acolhimento residencial constitui a medida mais evasiva na dinâmica da vida da criança, resultando principalmente de comportamentos da criança ou jovem (como, por exemplo, comportamentos graves ou antissociais ou/e indisciplina) e negligência.

6.2. População sénior

Em Portugal, a população sénior tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, que representava, em 2021 (de acordo com dados do Censos 2021), 23,4% da população (um aumento de cerca de 20% nos últimos 10 anos). O Alto Minho segue esta tendência, sendo que de acordo com a EAM 2030, *“as projeções acerca da evolução da população residente traduzem-se também na evolução da estrutura etária para uma nova composição, sendo de esperar um aumento significativo do peso da população mais idosa para os próximos 40 anos e uma redução nos restantes grupos etários, em particular no grupo etário dos 25-64 anos”*. Estas alterações a nível da estrutura etária da população prendem-se ainda com o aumento da longevidade e a redução da natalidade.

O índice de envelhecimento, no nosso país, passou dos 27,5% (em 1961) para 170,0%, em 2020, impondo a adoção de medidas que permitam garantir a qualidade de vida da população idosa em contínuo crescimento, nomeadamente a nível dos sistemas de saúde, segurança social, educação, justiça e transportes.

Em 2002, a Organização Mundial de Saúde (OMS) introduziu o conceito de envelhecimento ativo, definindo-o como *“o processo de otimizar oportunidades para a saúde, participação e segurança de modo a promover a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem”*, situação que depende de condicionantes económicas, sociais, físicas, ambientais, de saúde e sociedade, pessoais e comportamentais. Portugal está comprometido com a Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável da OMS, assim como com os valores e objetivos fundamentais da União Europeia (UE), que contemplam a promoção do envelhecimento ativo.

A Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS) (levada a consulta pública em 2017 e a aguardar publicação) apresenta como visão *“Ter uma sociedade onde o processo de envelhecimento ao longo do ciclo de vida venha a conferir elevados níveis de saúde, bem-estar, qualidade de vida e realização pessoal à população idosa e na qual todos vivenciem um envelhecimento ativo digno e saudável”*, estruturando-se em quatro eixos estratégicos: (1) saúde; (2) participação; (3) segurança; e (4) medição, monitorização e investigação.

À semelhança da situação a nível nacional, também no Alto Minho verifica-se um aumento da população idosa ao longo dos últimos anos, apesar da diminuição da população em geral. Em 2021, a população com 65 ou mais anos representava 28,1% da população do Alto Minho (um incremento de 5 valores percentuais face a 2011), atingindo um máximo de 42,5% no concelho de Melgaço. Pelo

oposto, Ponte de Lima e Viana do Castelo continuam a ser os concelhos com menos representatividade da população idosa, respetivamente com 24,5% e 25,1%. A Figura 13 mostra a espacialização da população idosa nas freguesias do Alto Minho.

Tabela 13. População idosa nos concelhos do Alto Minho
 Fonte: INE – Censos, 2011; 2021

Unidade territorial	2011			2021		
	Pop. Total (n.º)	Pop. ≥ 65 anos (n.º)	Pop. ≥ 65 anos (%)	Pop. Total (n.º)	Pop. ≥ 65 anos (n.º)	Pop. ≥ 65 anos (%)
Alto Minho	244836	56628	23,1%	231293	65084	28,1%
Arcos de Valdevez	22847	7057	30,9%	20720	7459	36,0%
Caminha	16684	3946	23,7%	15800	4660	29,5%
Melgaço	9213	3376	36,6%	7773	3307	42,5%
Monção	19230	5418	28,2%	17818	6076	34,1%
Paredes de Coura	9198	2472	26,9%	8632	2661	30,8%
Ponte da Barca	12061	3030	25,1%	11049	3331	30,1%
Ponte de Lima	43498	8620	19,8%	41169	10070	24,5%
Valença	14127	3197	22,6%	13625	3615	26,5%
Viana do Castelo	88725	17335	19,5%	85784	21493	25,1%
Vila Nova de Cerveira	9253	2177	23,5%	8923	2412	27,0%

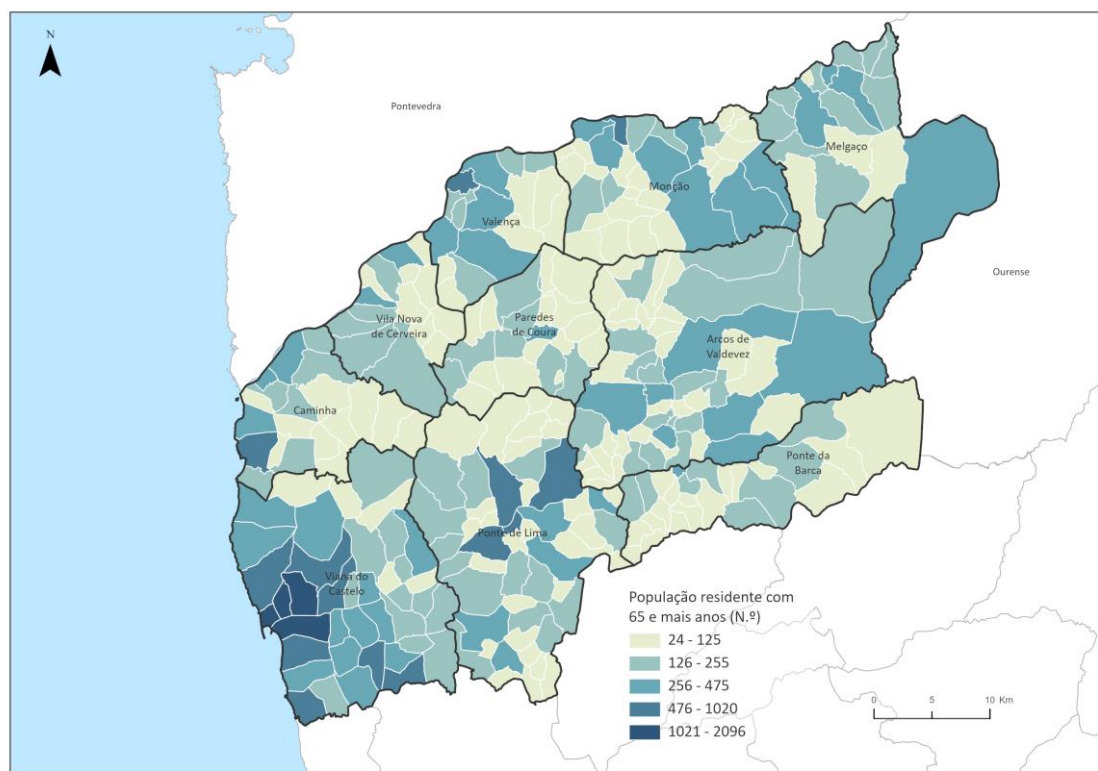


Figura 13. População residente com 65 e mais anos, nas freguesias do Alto Minho, em 2021
 (Elaboração própria; Fonte: INE, Censos 2021)

O **índice de envelhecimento** retrata a relação entre a população idosa e a população jovem, ou seja, traduz o número de indivíduos com idade superior a 65 anos por cada 100 indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. A interpretação do Gráfico 40 permite aferir o aumento gradual do índice de envelhecimento em todas as unidades territoriais analisadas no intervalo compreendido entre 2015 e 2020. Nos concelhos do Alto Minho, o crescimento do índice de envelhecimento foi mais abrupto nos concelhos de Melgaço e Ponte da Barca, tendo passado, respetivamente, de 425,8 para 468,1 idosos por cada 100 jovens e de 212,6 para 248,4 idosos por cada 100 jovens. Já os concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo apresentam os menores índices de envelhecimento, ainda assim, com registos superiores aos verificados no contexto geral da região Norte e continente.

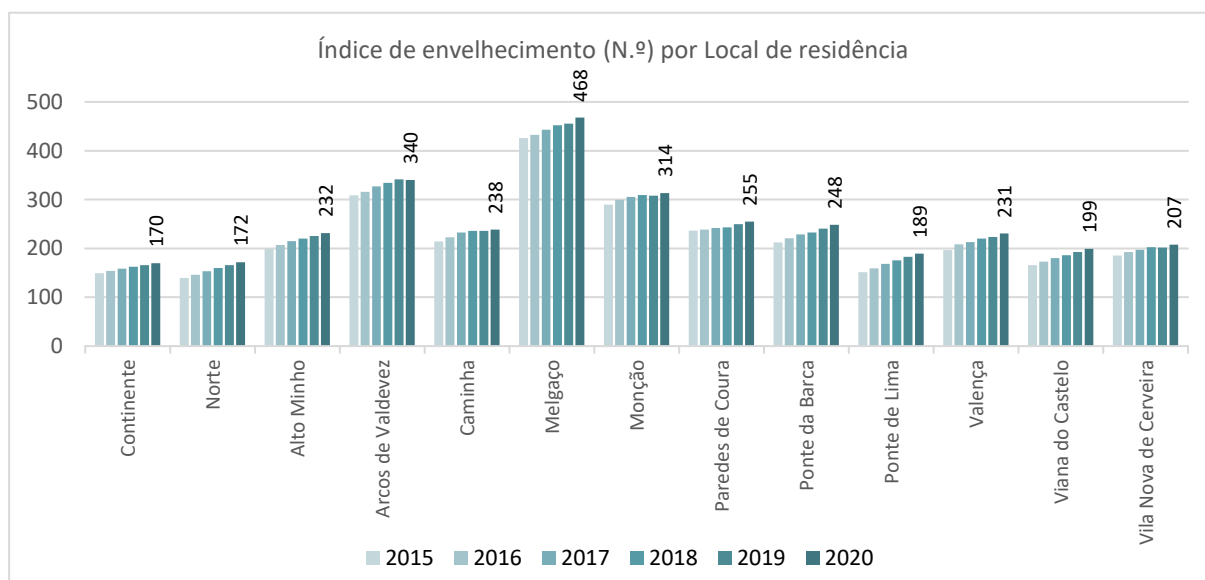


Gráfico 40. Índice de envelhecimento nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020
(Fonte: INE –Projeções da população residente)

O **índice de dependência de idosos**, que expressa a relação entre a população idosa e a população em idade ativa, mostra uma subida gradual desde 2015, tanto para o Alto Minho como para a região norte e Portugal continental. O Alto Minho apresenta valores bastante superiores aos verificados na região e país, sendo da ordem dos 40,3, e mostrando-se superior no concelho de Melgaço (63,8), onde habitam mais idosos, e inferior no concelho de Ponte de Lima (33,9), que detém mais população jovem e é o único em que o índice de dependência é inferior ao registado no continente.

Unidade territorial	Índice de dependência de idosos					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Continente	32,4	33,1	33,9	34,5	35,1	35,6
Norte	28,1	29,1	29,9	30,7	31,5	32,3
Alto Minho	37,6	38,6	39,2	39,5	39,9	40,3
Arcos de Valdevez	55,1	56,3	56,8	56,4	56,1	55,8
Caminha	38,2	39,1	39,8	41,1	41	41,5
Melgaço	68,2	68	66,5	65,3	65,3	63,8
Monção	47	48	48,4	48,5	48,5	48,6
Paredes de Coura	46,4	46,6	46,3	45,8	45,8	45,9
Ponte da Barca	37,8	38,1	38,3	38,4	38,2	37,7
Ponte de Lima	31,5	32,3	32,8	33,1	33,5	33,9
Valença	37	38,1	38,7	39,4	39,2	39,7
Viana do Castelo	31,8	33,1	34,2	34,8	35,7	36,6
Vila Nova de Cerveira	35,7	36,1	35,9	36	36,5	36,4

Quadro 6. Índice de dependência de idosos, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020
 (Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente)

Esta dinâmica populacional gera graves impactos a nível socioeconómico. Para tal, é importante a análise do **Índice de Sustentabilidade Potencial**, que corresponde ao rácio entre a população ativa, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e a população idosa, ou seja, a população com 65 ou mais anos (Gráfico 41).

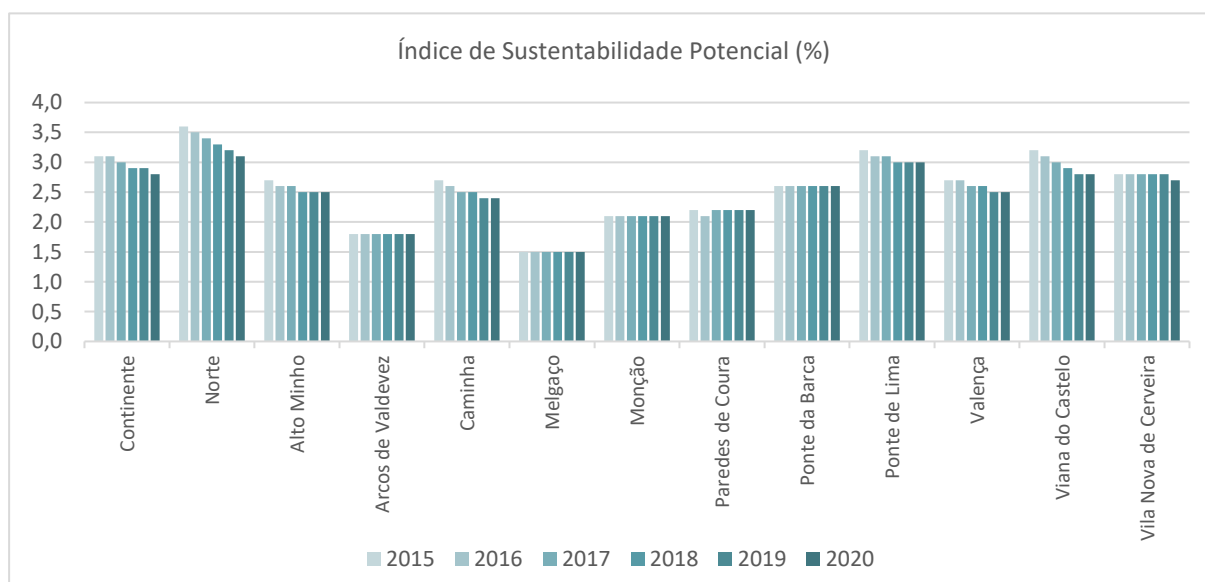


Gráfico 41. Índice de Sustentabilidade Potencial para os concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020
 (Fonte: INE, Projeções da população residente)

Verifica-se que o Alto Minho acompanha a tendência de agravamento do Índice de Sustentabilidade observada no país, resultado do envelhecimento progressivo da população, levando a que o número de indivíduos em idade ativa por idoso seja gradualmente menor. Em 2020, Melgaço possuía o menor valor para o índice de sustentabilidade potencial (1,5%) e Ponte de Lima (3,0%) o maior valor, podendo-se aferir nos concelhos, respetivamente, uma população mais e menos envelhecida.

O indicador patente no Gráfico 42 fornece uma indicação do volume de pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, face ao número total de população idosa em cada uma das unidades territoriais consideradas, apesar de apenas considerar os pensionistas que recebem pensões de reforma e de aposentação. Verifica-se que este indicador é inferior no conjunto de concelhos que compõem o Alto Minho, relativamente às realidades tanto da região Norte, como do continente.

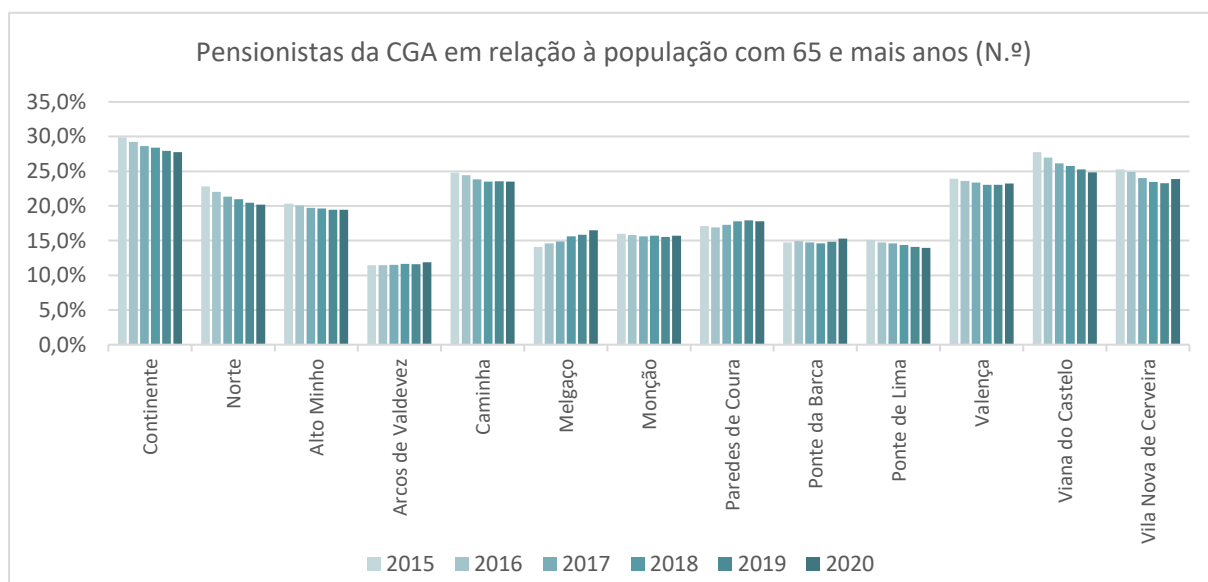


Gráfico 42. Pensionistas da CGA em relação a população com idade igual ou superior a 65 anos, nos concelhos do Alto Minho, no período 2015-2020.
(Fonte: Pordata - CGA/MTSSS-MF)

Ainda assim, é possível observar duas conjunturas distintas, com Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Ponte de Lima, com valores relativamente mais baixos e Caminha, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, com valores relativamente mais elevados. Em 2020, Viana do Castelo (24,8%) detinha a maior proporção de pensionistas da CGA, enquanto Arcos de Valdevez (11,9%), possuía o menor valor.

E ainda relevante analisar o **número de pessoas idosas que vivem sozinhas**. De acordo com os dados da Operação “Censos Sénior” 2021, realizada pela Guarda Nacional Republicana, com o objetivo de identificar a população idosa, que vive sozinha, isolada, ou sozinha e isolada, a nível nacional, a GNR sinalizou 44.484 idosos que vivem sozinhos e/ou isolados, ou em situação de vulnerabilidade, em razão da sua condição física, psicológica, ou outra que possa colocar em causa a sua segurança. Em 2020, haviam sido registados 44.484. Vila Real mostrou ser o distrito com mais idosos nesta situação (5.191 idosos identificados), seguindo-se a Guarda (com 5.012 idosos). No lado oposto, encontra-se o distrito do Porto (946 idosos), seguido de Lisboa (1.125), distrito que viu o elevado aumento desde o ano anterior. No distrito de Viana do Castelo, em 2020, foram sinalizados 1.043 idosos, sendo o terceiro distrito com menos situações identificadas, mantendo esta posição em 2021, quando foram identificados 1.142 idosos.

6.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade

A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006 e ratificada por Portugal em 2009, visa promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente, reconhecendo que *“a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoa”*, bem como a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, incluindo aquelas que desejam um apoio mais intenso. Considera, assim que *“as pessoas com deficiência incluem aqueles que têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros”*. A Convenção reafirma os princípios universais (dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação) e define as obrigações gerais dos Governos relativas à integração das várias dimensões da deficiência nas suas políticas, bem como as obrigações específicas relativas à sensibilização da sociedade para a deficiência, ao combate aos estereótipos e à valorização das pessoas com deficiência.

O I Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 120/2006, de 21 de setembro, destinado para os anos de 2006 a 2009. Apresenta cinco objetivos principais: a promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania; a integração das questões da deficiência e da incapacidade nas políticas sectoriais; a acessibilidade a serviços, equipamentos e produtos; a qualificação, formação e emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade; a qualificação dos recursos humanos/formação dos profissionais e o conhecimento estratégico.

A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD) 2021 – 2025, aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto, veio consolidar a reflexão decorrente da Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013, considerando a inclusão das pessoas com deficiência um objetivo estratégico para a valorização de todos os cidadãos e cidadãs. Tem como objetivo permitir a consolidação de Portugal como um país igualitário, onde as pessoas com deficiência têm oportunidade de exercer plenamente os seus direitos e deveres, numa perspetiva de cidadania plena. Orienta-se pelos princípios fundamentais de respeito e garantia da dignidade humana

da pessoa com deficiência, da sua autonomia, independência e autodeterminação, da participação em todos os domínios da vida, da promoção da igualdade e não discriminação nas suas diversas dimensões, incluindo discriminações múltiplas e pelo respeito pela diferença e diversidade.

Um estudo realizado pela União Europeia mostra que, em 2016, a deficiência era considerada segundo principal motivo de discriminação, em Portugal, passando, em 2019 para o sexto lugar. Contudo, ainda se verifica um alto valor de discriminação quando se analisa com outros países da União Europeia, sendo Portugal apenas ultrapassado pela França.

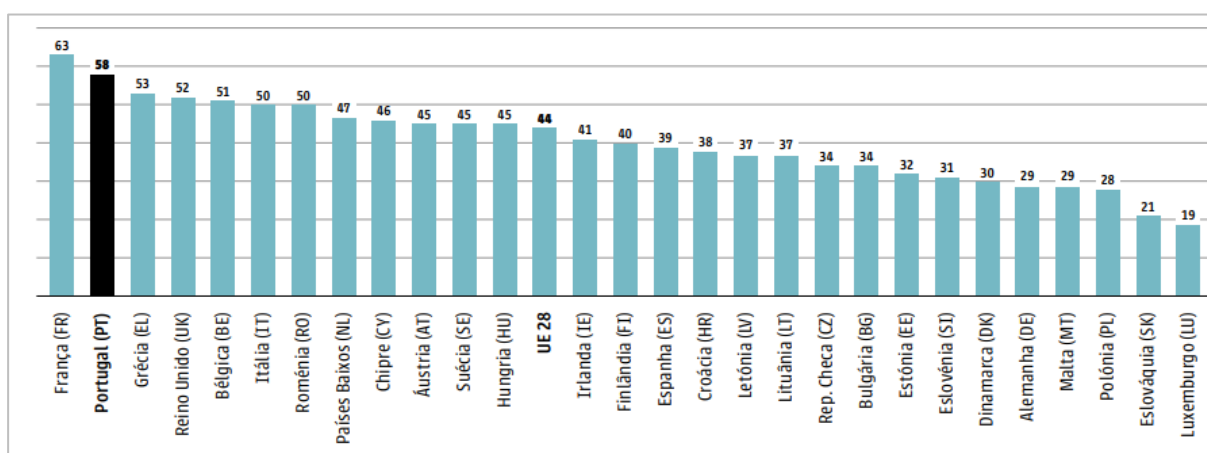


Gráfico 43. Perceções da discriminação com base na deficiência, 2019 (UE-28; %) (Fonte: Eurobarómetro Especial 493 – Discriminação na União Europeia (2019), in ODDH, 2020: 16)

De acordo com o relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal” (ODDH, 2020), em 2019, registaram-se em Portugal 1.274 queixas por discriminação com base na deficiência, evidenciando um aumento de 40% face a 2018. Estes valores estão diretamente relacionados com as regulamentações, assim como o maior acesso da população. A maioria das queixas relaciona-se com a recusa ou a limitação de acesso ao meio edificado ou a locais públicos ou abertos ao público (44%), seguida da adoção de prática ou medida, que condicione ou limite a prática do exercício de qualquer direito (30%), recusa de fornecimento ou o impedimento de fruição de bens ou serviços (7%), recusa ou a limitação de acesso aos cuidados de saúde (6%) e a recusa ou a limitação de acesso a estabelecimentos de ensino (5%).

Um estudo realizado pelo INE em 2021 mostra que 50,2% da população portuguesa autoavaliou o seu estado de saúde como bom ou muito bom, evidenciando uma descida face ao ano anterior (51,3%),

contrariando a tendência negativa que se verificava desde 2014. Esse mesmo estudo apurou que a prevalência de doença crónica ou de problemas de saúde prolongados afetava 43,9% da população com 16 ou mais anos em 2021, numa subida de 0,7% face a 2020 e mais 2,7% que em 2019. 34,9% da população com 16 ou mais anos referiu ter alguma limitação na realização de atividades devido a problemas de saúde e, desta, 9,6% reportou um grau de limitação severo, demonstrando incrementos face aos anos anteriores.

A população com doença crónica ou problema de saúde prolongado atinge principalmente as mulheres, população idosa, com menos instrução e reformados. Na região Norte, verifica-se um aumento da prevalência de morbilidade crónica, no período 2020-21 de 42,2% para 44,8, mas mantendo um valor médio em relação às restantes regiões.

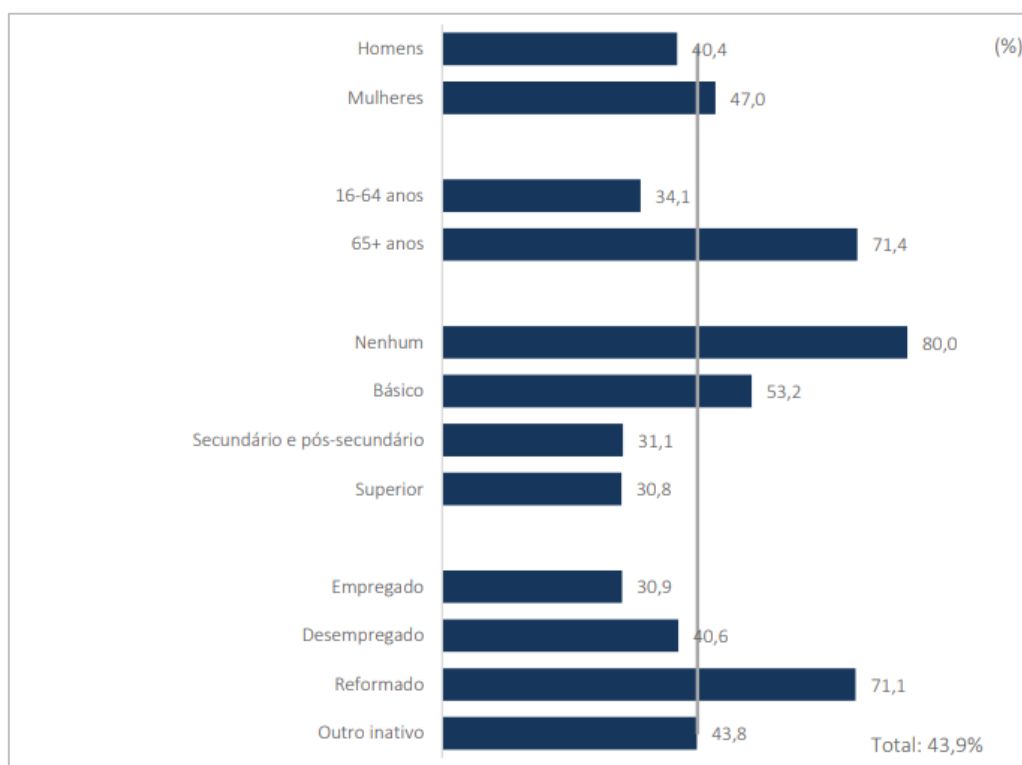


Gráfico 44. Proporção da população com 16 ou mais anos com doença crónica ou problema de saúde prolongado, em Portugal, em 2021

(Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2021)

No que diz respeito à **população com muita dificuldade ou incapacitada** em efetuar ações como ver, ouvir, subir degraus, memorizar ou tomar banho e vestir-se, o Gráfico 45 demonstra as pessoas nessa

condição, em relação à população residente no ano de 2011. Arcos de Valdevez, Melgaço e Ponte da Barca são os concelhos onde a proporção de pessoas com muita dificuldade ou incapacitada em realizar determinadas ações é maior, representando mais de metade da população desses concelhos. Valença é o concelho do Alto Minho em que o número de proporcional de indivíduos nessa condição é menor, apenas 32,1%.

Das atividades em análise, andar ou subir degraus é a que aflige o maior número de pessoas, sendo em Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, a sua proporção mais expressiva, nomeadamente, 14,7% e 14,8% da população total. A visão, assume-se também, como uma atividade problemática para os residentes do Alto Minho, representando uma séria problemática para mais de 10% da população residente, em Arcos de Valdevez, Paredes de Coura ou Ponte da Barca.

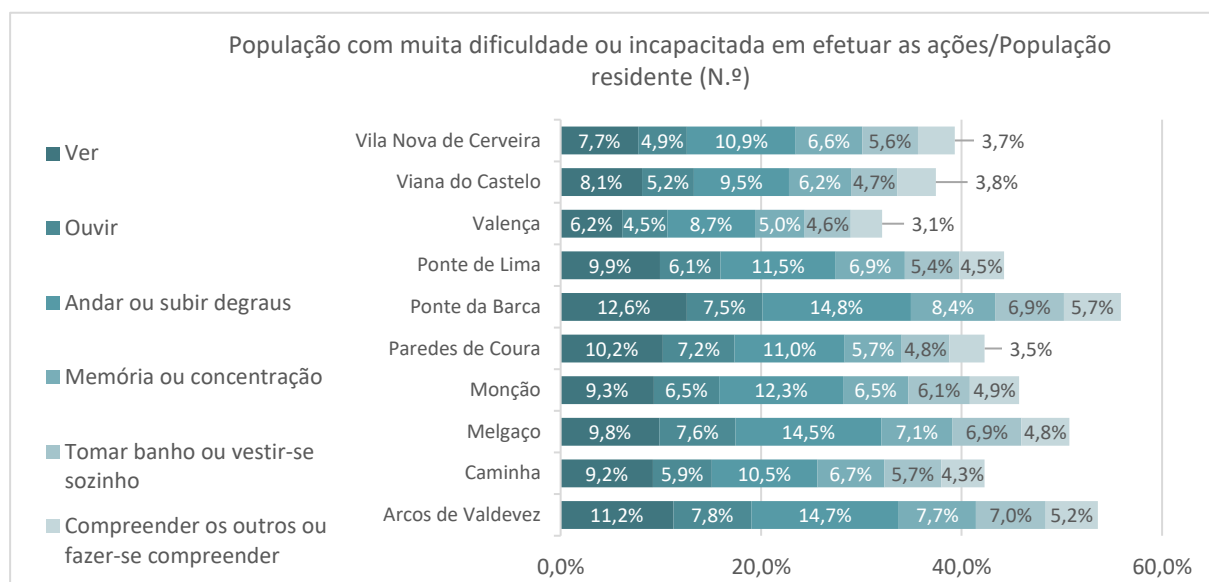


Gráfico 45. Proporção de população com muita dificuldade ou incapacitada em efetuar ações (Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011)

O **Referencial de Coesão Social** efetuado no âmbito do estudo Perfis Territoriais de Exclusão Social (IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2015) para as pessoas com incapacidade consiste num indicador compósito que agrega diferentes facetas de incapacidade, sobretudo orientada para o trabalho. Foi construído com base em indicadores de pessoas com deficiência, pessoas com incapacidade perante o trabalho, pessoas beneficiárias de subsídio de doença ou acidente de trabalho, pensionistas por invalidez e beneficiários de subsídio mensal vitalício, fornecendo uma base indicativa

de análise do território do Alto Minho. A análise efetuada permitiu constatar uma forte incidência das situações mais graves de incapacidade no Alto Minho. Com efeito, Melgaço, Monção e Arcos de Valdevez apresentam os mais elevados valores do ranking agregado, seguindo-se no nível seguinte, os concelhos de Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira. Apenas Valença possui um desempenho composto mais positivo (Figura 14). Na análise destes indicadores, é importante ter em conta que esta informação reflete sobretudo uma análise comparativa com a situação nacional.

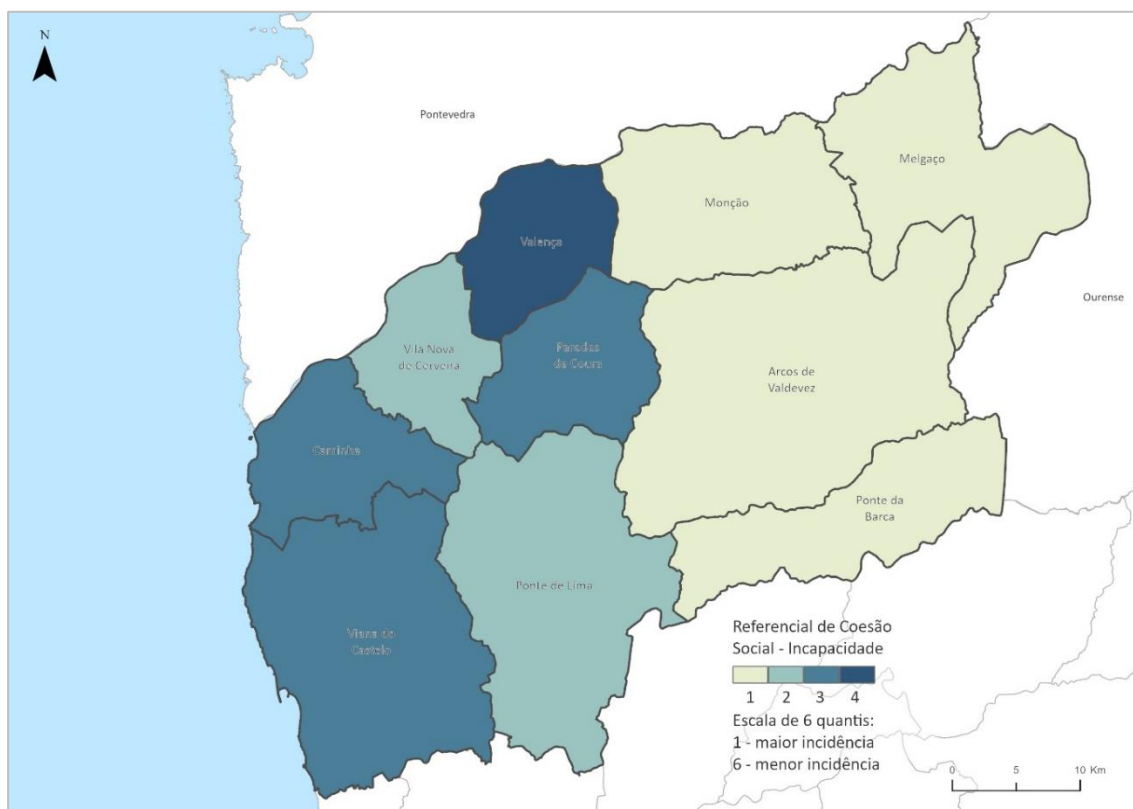


Figura 14. Referencial de Coesão Social para os concelhos do Alto Minho (Elaboração própria; Fonte: Referencial de Coesão Social efetuado, 2014)

No ano de 2018, em Portugal, o risco de pobreza ou exclusão social entre as pessoas com deficiência era superior ao das pessoas sem deficiência, sendo ainda mais evidente no escalão etário entre os 16 e os 64 anos, mas evidenciando um decréscimo relativamente aos anos anteriores. Em 2019, o número de beneficiários da Pensão de invalidez² aumentou 7,2% face a 2018, com um total de 187.890 pessoas abrangidas. No entanto, considerando a evolução registada entre 2016 e 2019, registou-se um

² Atribuída em situações de incapacidade permanente para o trabalho.

decréscimo de 21,2%. A análise do perfil dos titulares da pensão de invalidez, mostra que 52,4% eram homens e 47,6% mulheres.

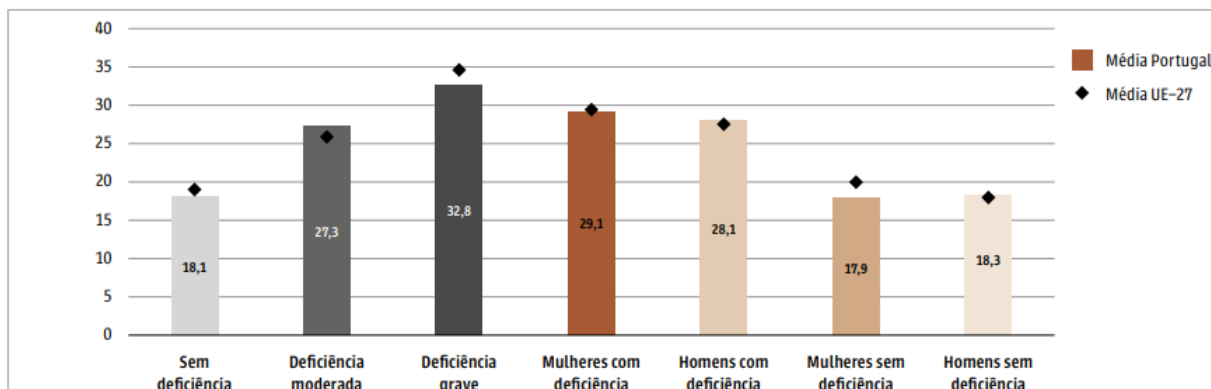


Gráfico 46. Risco de pobreza ou de exclusão social, por deficiência e por sexo, 2018 (16+ans; Portugal UE27; %) (Fonte: ODDH. 2020: 42)

Em 2019, verificou-se igualmente um acréscimo na bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência³, com um crescimento de 5,6% face a 2018, e de 22,5% face a 2016. Já o Subsídio por Educação Especial⁴, em 2019, registou uma descida de 7,5% de beneficiários face a 2018, embora um crescimento de 41,9% em relação a 2016. O Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa⁵, em 2019 subiu apenas 1,2% face a 2018. A Prestação Social para a Inclusão⁶ foi introduzida em 2017 e, dois anos mais tarde, alargada a crianças e jovens com deficiência, registando-se um crescimento de 15,5% do número de beneficiários relativamente a 2018.

O Decreto-Lei n.º 129/2017, de 9 de outubro, instituiu programa Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), que visa contribuir para a efetivação do direito, das pessoas com deficiência ou incapacidade, a viverem de forma independente, com a disponibilização de assistência pessoal às pessoas com deficiência. Numa primeira fase foram criados Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), existindo em 2020, 35 em funcionamento no país, dos quais 13 na região Norte. Em agosto de

³ Suplemento ao abono de família sujeito a condição de recursos atribuído a crianças e jovens com deficiência com idade inferior a 24 anos

⁴ Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, sujeito a condição de recursos, atribuído a estudantes com idade inferior a 24 anos.

⁵ Subsídio atribuído a pessoas com deficiência que necessitem de acompanhamento permanente de uma terceira pessoa, sujeito a condição de recursos.

⁶ Prestação atribuída a cidadãos com deficiência (incapacidade comprovada igual ou superior a 60%) sendo constituída por três componentes: a Componente Base, o Complemento e a Majoração.

2020, havia 833 Planos Individualizados de Assistência Pessoal⁷ ativos: com idades entre os 16 e os 97 anos, sendo a idade média de 45 anos.

⁷ Documento decidido em conjunto com a pessoa com deficiência em que são definidas as necessidades de assistência pessoal.

6.4. Pessoas com comportamentos aditivos e dependências

A Estratégia da UE de Luta contra a Droga (2013-2020) estabelece o enquadramento político geral e as prioridades da política a seguir pela União em matéria de droga definidas pelos Estados-Membros e pelas instituições da UE para o período compreendido entre 2013 e 2020, assentando no respeito pela dignidade da pessoa humana, pela liberdade, democracia, igualdade, solidariedade, Estado de direito e direitos humanos. Mais recentemente, a Estratégia da União Europeia em matéria de Drogas (2021-2025) e o Plano de Ação da União Europeia em matéria de Drogas (2021-2025), constituem o novo quadro político da EU, reafirmando a abordagem baseada na evidência científica, abordando os vários aspetos da situação da droga de uma forma equilibrada entre a redução da oferta e a redução da procura de droga. Estes dois documentos incluem ainda, e de forma inovadora, um capítulo dedicado aos danos relacionados com as drogas, colocando o enfoque nas necessidades de saúde das pessoas que consomem drogas.

O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013 – 2020 (PNRCAD) surge em substituição do Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005 – 2012 (PNCDT), ampliando a abordagem e as e as respostas, de modo a incluir outras substâncias além das psicoativas. Apresenta como visão “Consolidar e aprofundar uma política pública integrada e eficaz no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, baseada na articulação intersectorial, visando ganhos sustentáveis em saúde e bem-estar social”, tendo como objetivos gerais: (1) Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências; (2) Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas no mercado; (3) Garantir que a disponibilização, venda e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo nocivo; (4) Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo; e (5) Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções. Em junho de 2022, o Plano Nacional de Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências (PNRCAD) 2021-2030 esteve em processo de discussão pública, prevendo-se em breve a sua aprovação.

Relativamente ao uso nocivo do álcool, são de referência a Global Strategy to Reduce the Harmful Use of Alcohol, a qual define as áreas prioritárias de intervenção e recomenda a implementação de medidas a nível nacional para promover a redução do uso nocivo do álcool e as doenças a ele atribuíveis, bem como o Action Plan for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases in

the WHO European Region (2016-2025), que menciona o uso nocivo do álcool como um dos quatro principais fatores de riscos das doenças não transmissíveis.

A nível dos comportamentos aditivos sem substância, é de referir a perturbação de jogo (que tem vindo a ser abordada pelas diversas instituições da União Europeia), bem como os “distúrbios com videojogos”, que em 2018 foram incluídos pela OMS na lista de doenças que são classificadas como perturbações de saúde mental na nova edição da Classificação Internacional de Doenças (International Classification of Diseases, ICD-11).

Cerca de um quarto da população adulta europeia já terá consumido alguma substância ilícita ao longo da vida, sendo que em Portugal, um estudo realizado em 2012 mostra que cerca de 8,4% da população entre os 15 e os 74 anos já tinha tido pelo menos uma experiência de consumo de substâncias ilícitas ao longo da vida. O consumo anual *per capita* de álcool na população adulta (15 ou mais anos) no nosso país era, em 2009, de 13,43 litros (álcool puro), um valor ligeiramente superior à média europeia.

O IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas (SPA) na População Geral, para Portugal 2016/2017, mostra que o grupo etário de 15-24 anos onde é maior a probabilidade de inícios recentes dos consumos de SPA, sendo as prevalências de consumo de qualquer droga ao longo da vida de 10% (15% no grupo masculino e 6% no feminino). O tipo de droga mais usado é a canábis. Contudo, a maioria dos consumidores recreativos não apresenta consumos problemáticos, limitando-se este padrão de consumo a uma fase específica da vida.

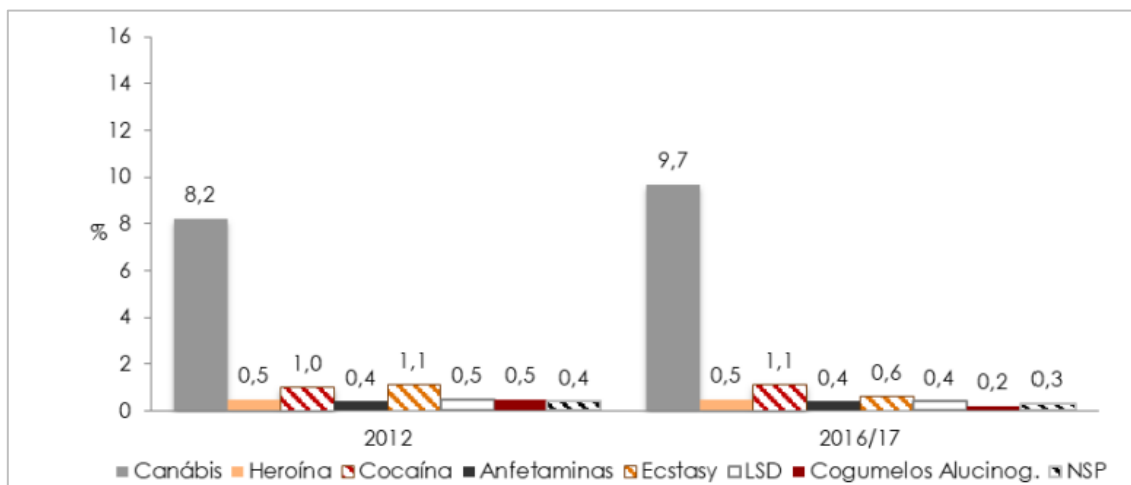


Gráfico 47. Prevalências de consumo ao longo da vida, por tipo de droga (%), em 2012 e 2016 – 17, em Portugal, para a população com 15-74 anos (Fonte: SICAD, 2021: 27)

O estudo Cannabis Abuse Screening Test (CAST), efetuado em 2016/17, mostrou que cerca de 0,7% da população de 15-74 anos residente em Portugal tinha um consumo considerado de risco elevado (0,4%) ou de risco moderado (0,3%) para canábis, quase duplicando o valor para a população de 15-34 anos. A Figura seguinte mostra que as prevalências de consumo de qualquer droga ao longo da vida na região Norte é a mais baixa a nível nacional, embora quando analisando o consumo nos últimos 12 meses e últimos 30 dias, estes valores se mostrem bastante superiores à média nacional. Denota-se ainda uma maior prevalência para a população jovem e jovem adulta.

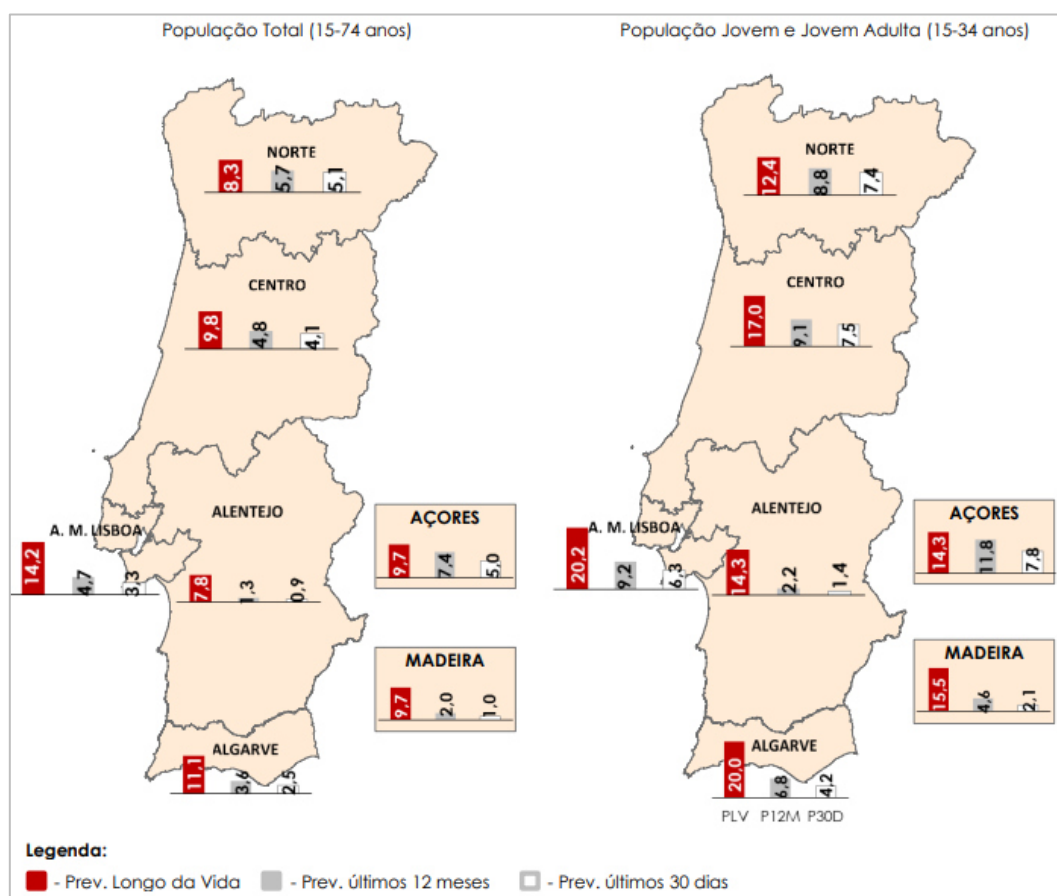


Figura 15. Prevalências de consumo de qualquer droga ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias, por região, em 2016-17
 (Fonte: SICAD, 2021: 33)

Pode ainda verificar-se que a região Norte apresenta um ligeiro aumento da prevalência de consumo de qualquer substância ilícita entre 2015 e 2019, sendo das regiões com menores valores, apenas ultrapassada pela Madeira. Situação idêntica observa-se para o consumo de canábis e outras substâncias que não cabanis (tendo para estas o menor valor).

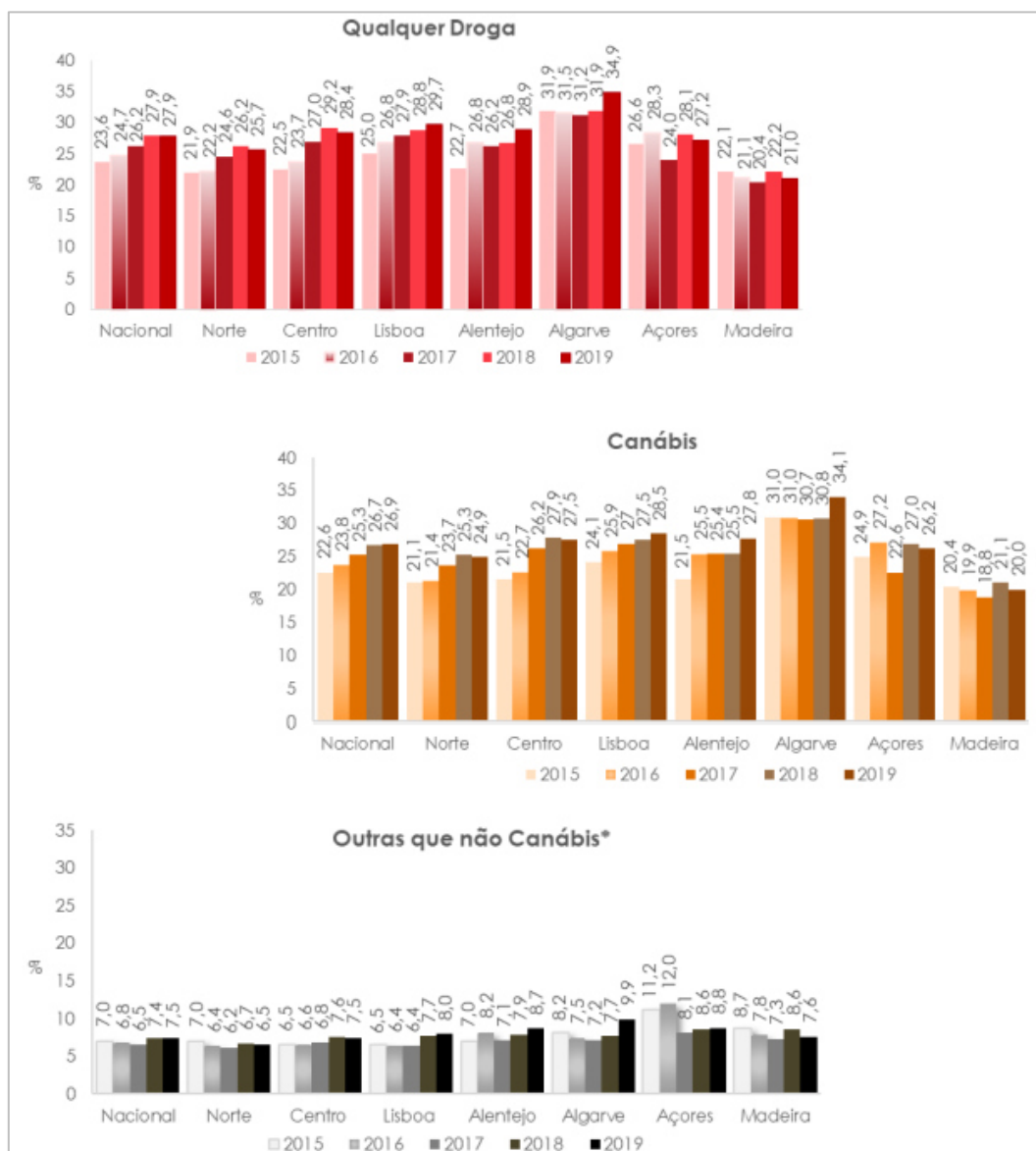


Gráfico 48. Prevalências de consumo de qualquer substância ilícita, de canábis e de outras drogas que não canábis*, por região**: últimos 12 meses (%), no período 2015 – 2019
 (Fonte: SICAD, 2021: 39)

Em 2020, em Portugal, na rede pública de tratamento dos comportamentos aditivos e dependências (ambulatório) estiveram em tratamento no ano 23.569 utentes, registando um decréscimo de -7% utentes com problemas relacionados com o uso de drogas face ao ano anterior, e sendo o quarto ano com descidas consecutivas. No distrito de Viana do Castelo, os utentes em tratamento na rede pública ascenderam a 366 indivíduos, dos quais 35 haviam iniciado o tratamento nesse ano e 60 foram readmitidos.

Tabela 14. Utentes em tratamento na rede pública devido a problemas de drogas e toxicod dependência, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016- 2020
 (Fonte: SICAD, 2021) ¹⁾ inclui 1 caso de concelho desconhecido

Unidade territorial	2016	2017	2018	2019	2020		
					T	M	F
Alto Minho	409	412	422	415 ¹⁾	366	320	46
Arcos de Valdevez	24	19	21	21	23	18	5
Caminha	34	35	34	30	31	25	6
Melgaço	5	5	4	5	7	7	0
Monção	19	12	14	19	17	16	1
Paredes de Coura	13	10	9	11	13	10	3
Ponte da Barca	14	21	17	18	10	9	1
Ponte de Lima	19	30	28	20	20	17	3
Valença	34	31	30	32	30	27	3
Viana do Castelo	232	233	247	242	199	177	22
Vila Nova de Cerveira	15	16	18	16	16	14	2

É ainda relevante, no contexto do Alto Minho, a análise das contraordenações por consumo de drogas que, em 2020, totalizaram 243 (3,9% do total nacional), embora a taxa dos processos de contraordenação por 100.000 habitantes na faixa etária 15-64 anos no distrito de Viana do castelo seja a segunda maior a nível de Portugal continental (apenas atrás de Faro), e destacando-se a canábis como a principal substância.

No tocante ao consumo de álcool, verifica-se que, a nível nacional, em 2016/17, a Em 2016/17, a experiência de consumo pelo menos uma vez na vida foi de 85% para a população de 15-74 anos e 83% para a faixa etária 15-34 anos, com valores superiores aos verificados em 2012 (73% e 72%). O vinho e a cerveja apresentam prevalências bastante mais elevadas e consumos mais frequentes quando comparado com as bebidas espirituosas. De acordo com os resultados do AUDIT, efetuado em 2016/17, 2,8% da população de 15-74 anos residente em Portugal tinha um consumo de álcool de risco elevado/nocivo e 0,8% apresentava sintomas de dependência.

Quando comparando com outras regiões de Portugal, verifica-se que em 2016/17, o risco elevado/nocivo do consumo de álcool na região Norte era 1,9% (aumento de 0,7% face a 2012), inferior à média nacional (2,8%), enquanto a dependência era de 1,3% (aumento de 1,2% face a 2012), sendo neste caso superior à média nacional (0,8%).

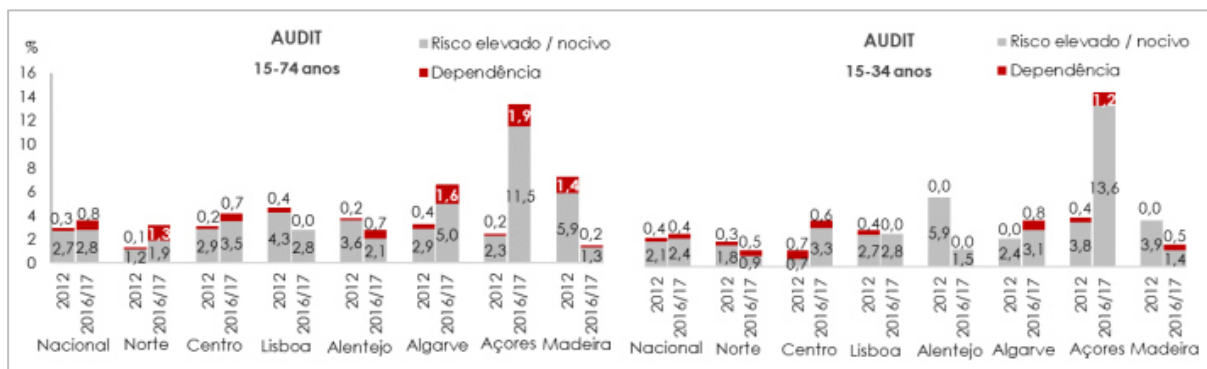


Gráfico 49. Prevalência de consumo de risco elevado ou dependência nas regiões de Portugal, 2012 e 2016/17 (Fonte: SICAD, 2021b: 37)

Em Portugal, na rede pública de tratamento dos comportamentos aditivos e dependências (ambulatório), em 2020, estiveram 12.757 utentes inscritos com problemas relacionados com o uso de álcool, numa descida de -8% face a 2019, e contrariando a tendência de acréscimo que se vinha a verificar desde 2009. Contudo, estes valores podem estar relacionados com o contexto de pandemia vivenciado. No distrito de Viana do Castelo, nesse mesmo ano, havia 466 utentes inscritos, que apesar de em números absolutos ter pouca relevância a nível nacional, quando se analisa a taxa por 100.000 habitantes na faixa etária 15-74 anos, verifica-se que possui o valor mais elevado do país (270).

Tabela 15. Utentes em tratamento na rede pública devido a problemas de álcool, nos concelhos do Alto Minho, no período 2016- 2020 (Fonte: SICAD, 2021b) ¹⁾ inclui 1 caso de concelho desconhecido

Unidade territorial	2016	2017	2018	2019	2020		
					T	M	F
Alto Minho	544	527	533	542 ¹⁾	466	374	92
Arcos de Valdevez	48	44	46	52	52	43	9
Caminha	43	37	35	28	28	22	6
Melgaço	12	12	11	10	10	8	2
Monção	22	26	23	31	28	22	6
Paredes de Coura	15	17	20	22	17	14	3
Ponte da Barca	46	40	41	40	25	23	2
Ponte de Lima	83	89	85	88	76	67	9
Valença	31	23	21	26	23	15	8
Viana do Castelo	211	214	229	225	185	140	45
Vila Nova de Cerveira	33	25	22	19	22	20	2

Em 2020, houve 1.500 internamentos hospitalares relacionados com o consumo de álcool, correspondendo a mais de um terço do total nacional, dos quais 71% se relacionavam com doença alcoólica do fígado; 20% dependência de álcool; 4% outras perturbações associadas ao álcool e 5% outras causas.

O Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo, da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências da ARS Norte, IP, é o serviço público de referência no distrito para o tratamento, prevenção, reinserção e redução de riscos e minimização de danos. Existe ainda uma Equipa de Rua, decorrente de um diagnóstico de necessidades elaborado pelo CRI de Viana, cofinanciada pelo Ministério da Saúde através do SICAD, e cuja entidade promotora é o GAF de Viana do Castelo. O GAF possui também uma Equipa de Intervenção Direta com intervenção nos CAD (financiada pela Segurança Social).

De acordo com os dados dessa entidade para 2021, dos utentes 863 ativos no Alto Minho, verifica-se que 52% apresentavam problemas ligados ao álcool (451 utentes), seguindo-se 356 devido ao consumo de outras substâncias psicoativas (356 utentes). A nível concelhio, destaca-se Viana do Castelo (47% dos utentes), enquanto Melgaço teve o menor número de utentes (2%).

Tabela 16. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e tipo de inscrição
 (Fonte: Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo)

Unidade territorial	Utentes ativos em 2021									Total
	CCT	OSPA	CJR	Jo	Oc	OPA	OS	Pa	PLA	
Alto Minho	2	356	31	11	4	1	6	1	451	863
Arcos de Valdevez		22	1						42	65
Caminha		32						1	33	66
Melgaço		7							9	16
Monção		21	1					1	25	48
Paredes de Coura		13	2						18	33
Ponte da Barca		11							27	38
Ponte de Lima		15	5	5	1				67	93
Valença		33	2					1	21	57
Viana do Castelo	2	186	17	6	3	1	3	1	185	404
Vila Nova de Cerveira		16	3						24	43

CCT - Consulta de Cessação Tabágica; OSPA - Consumo de Outras Substâncias Psicoativas; CJR - Crianças e Jovens em Risco; Jo – Jogo; Oc – Ocasional; OPA - Outra Patologia Aditiva; OS – Outra situação; Pa – Parente; PLA - Problemas Ligados ao Álcool

A análise do perfil dos utentes por escalão etário (Tabela 17) mostra que a maioria pertence as faixas etárias 40-49 anos (30% dos utentes) e 50-59 anos (29%), enquanto a faixa etária menos representativa e até aos 14 anos, com apenas um utente, em Ponte de Lima.

Tabela 17. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e escalões etários
 (Fonte: Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo)

Unidade territorial	Faixa etária (anos)									Total
	≥ 65	0 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 64	
Alto Minho	50	1	40	35	50	111	266	252	58	863
Arcos de Valdevez	5		2	2	1	9	18	22	6	65
Caminha	2		2	4	5	7	21	25		66
Melgaço	1		1	1	1	2	7	2	1	16
Monção	3		2	2	4	6	18	12	1	48
Paredes de Coura	1		2	2	2	3	10	12	1	33
Ponte da Barca	4		1	1	2	5	10	12	3	38
Ponte de Lima	8	1	4	1	4	13	29	25	8	93
Valença	1		4	5	5	7	19	14	2	57
Viana do Castelo	25		18	17	24	51	115	120	34	404
Vila Nova de Cerveira			4		2	8	19	8	2	43

A Tabela 18 mostra que, relativamente a escolaridade, destaca-se a população com o ensino básico, nomeadamente o 3.º ciclo em Arcos de Valdevez e Caminha, o 2.º ciclo em Viana do Castelo e Ponte de Lima e o 1.º ciclo em Monção e Ponte da Barca.

Quanto à situação profissional, verifica-se que a maioria dos utentes do Alto Minho possui um trabalho estável/regular (317 utentes, representando 37% do total), seguindo-se aqueles que se encontram desocupados há um ano ou mais (201 utentes, representando 23%), e desocupados há menos de um ano (102 utentes, representando 12%).

A Tabela 20 mostra o tipo de substância principal usada pelos utentes ativos em 2021, em que se pode verificar a relevância do abuso de álcool, com uma representatividade de 29% a nível do Alto Minho. Segue-se a heroína (19%) e a dependência por álcool. De referir que o álcool está representado de quatro formas (abuso de álcool; consumo de risco; dependência de álcool; e uso moderado de álcool), totalizando 438 utentes, numa representatividade de 51% dos utentes dos Alto Minho.

Tabela 18. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e habilitações literárias
 (Fonte: Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo)

Unidade territorial	Habilitações literárias dos utentes ativos									Total
	1.º EB	2.º EB	3.º EB	Desc.	ES	fUni	gUni	SE	SLE	
Alto Minho	171	255	242	2	145	21	17	5	5	863
Arcos de Valdevez	16	19	22		8					65
Caminha	12	16	22		9	3	4			66
Melgaço	4	5	4		3					16
Monção	11	10	9		14	2	1		1	48
Paredes de Coura	8	9	10	1	5					33
Ponte da Barca	13	7	8		6		1	1	2	38
Ponte de Lima	26	30	19		13	2	2		1	93
Valença	8	13	17		15	1	1	2		57
Viana do Castelo	66	134	115	1	65	13	7	2	1	404
Vila Nova de Cerveira	7	12	16		7		1			43

1.º EB - 1º Ciclo do Ensino Básico; 2.º EB - 2º Ciclo do Ensino Básico; 3.º EB - 3º Ciclo do Ensino Básico; Desc. – Desconhecido; ES - Ensino Secundário; fUni - Frequência Universitária; gUni - Grau Universitário; SE - Sem escolaridade; SLE - Sem escolaridade, mas sabe ler e escrever

Tabela 19. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e situação profissional
 (Fonte: Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo)

Unidade territorial	Situação profissional dos utentes ativos em 2021										Total
	Desc.	D1	D1+	Do	EFP	Os	RPS	RPI	TE	TO	
Alto Minho	3	102	201	11	58	25	35	46	317	65	863
Arcos de Valdevez		9	13	3	3	3	5	3	23	3	65
Caminha	1	7	15	1	3	3	1	1	29	5	66
Melgaço		2	3		1			1	8	1	16
Monção		8	14		2	1	3	2	14	4	48
Paredes de Coura	1	3	4		4		2		16	3	33
Ponte da Barca		7	7	1	1		2	4	10	6	38
Ponte de Lima		12	22	2	6	1	4	8	32	6	93
Valença		7	14	1	6			1	25	3	57
Viana do Castelo	1	43	99	3	29	16	18	24	141	30	404
Vila Nova de Cerveira		4	10		3	1		2	19	4	43

Desc. – Desconhecido; D1 - Desocupado há menos de um ano; D1+ - Desocupado há um ano ou mais; Do – Doméstica; EFP - Estudante/ Formação Profissional; Os - Outra situação; RPS - Reformado/Pensão Social por idade; RPI - Reformado/Pensão Social por invalidez ; TE - Trabalho estável/regular; TO - Trabalho ocasional

A análise por concelho mostra novamente a evidência do concelho de Viana do Castelo, que possui mais utentes. A nível de canábis, os concelhos mais representativos são Valença e Caminha (respetivamente 19,3% e 18,2%), enquanto em Monção se evidenciam os utentes com problemas de cocaína e Melgaço no âmbito da heroína.

Tabela 20. Distribuição dos utentes ativos em 2021, segundo o concelho de residência e substância principal (Fonte: Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo)

Unidade territorial	Substância principal usada pelos utentes ativos em 2021																			
	Aa	Ac	Ad	Au	Be	Bu	Ca	Cao	Co	Cc	H	HC	Jo	Me	Op	SD	SI	Ta	Total	
Alto Minho	250	50	127	11	11	5	116	1	48	2	169	1	12	2	1	2	39	16	863	
Arcos de Valdevez	26	5	11		2		6		1		14								65	
Caminha	13	4	11	3			12		6		14							3	66	
Melgaço	5	2	2				1		1	1	3	1							16	
Monção	16	2	6	1		1	8		6		3					1	4		48	
Paredes de Coura	10	2	5	1	1		4				7						2	1	33	
Ponte da Barca	14	4	6	3			4		2		5								38	
Ponte de Lima	40	6	18				8		3		6		6					4	2	93
Valença	12	2	5				11		4		11							10	2	57
Viana do Castelo	99	19	60	3	7	4	58	1	22	1	97		6	2	1	1	13	10	404	
Vila Nova de Cerveira	15	4	3		1		4		3		9						3	1	43	

Aa - Álcool – Abuso; Ac - Álcool - Cons. de risco; Ad - Álcool – Dependência; Au - Álcool - Uso moderado; Be – Benzodiazepinas; Bu – Buprenorfina; Ca – Cannabis; Cao - Cannabis – Outros; Co – Cocaína; Cc - Crack/Base de coca; He – Heroína; Hc – Heroína + Cocaína (Speedball, Rebolau); Jo – Jogo; Me – Metadona; Op - Opiáceos (Não específico); SD - Sem Droga Principal; SI - Sem Informação; Ta - Tabaco

6.5. Imigrantes e minorias étnicas

O perfil demográfico dos territórios tem-se alterado de forma mais acelerada ao longo dos últimos anos, em parte devido aos fenómenos migratórios ocorridos, com impactos a nível da diversidade cultural, social e económica. Em Portugal, o perfil migratório tem-se alterado ao longo do tempo, passando nos anos 60 por perder população, para, a partir dos anos 90 acolher imigrantes para aqui viverem e trabalharem, em busca de melhores condições económicas e sociais.

A população imigrante constitui um segmento da população potencialmente suscetível a pobreza monetária e a exclusão social, principalmente, se constituída por indivíduos de estratos socioeconómicos mais baixos. Estas comunidades deparam-se, frequentemente, com dificuldades na inserção no mercado de trabalho, obtenção de rendimentos mais elevados, ou no acesso a bens e serviços.

O Plano Estratégico para as Migrações 2015 – 2020 (PEM) aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2015, de 20 de março, visa promover a igualdade entre homens e mulheres, assentando em cinco eixos políticos prioritários: I – Políticas de integração de imigrantes; II – Políticas de promoção da integração dos novos nacionais; III – Políticas de coordenação dos fluxos migratórios; IV – Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios; e V – Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.

De acordo com este documento, “os benefícios da imigração têm sido sentidos em Portugal, não só no plano económico, mas também na expansão da diversidade, qualificações, ambiente de tolerância, criação de emprego e abertura ao mundo. O novo contexto exigiu da sociedade portuguesa o desenvolvimento de uma política de acolhimento e integração de imigrantes. A implementação de medidas de reconhecimento, gestão e valorização da diversidade cultural e religiosa teve em vista prevenir focos de tensão baseados no desconhecimento e hostilidade mútua, fazendo das boas práticas de integração de imigrantes um ativo do país e contribuindo para a coesão social”.

O Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA), em 2020 a população estrangeira residente em Portugal totalizava 662.095 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência, numa crescente tendência evolutiva, tendo nesse ano atingido o seu valor mais elevado desde 1976. A nacionalidade mais representativa é a brasileira (representando 27,8% do total), seguida do Reino Unido (7%), o qual apresenta o segundo maior aumento relativamente ao ano anterior (+34,6%), logo

após a Índia (+39,3%). A população potencialmente ativa representa 76,4% dos cidadãos estrangeiros residentes, os quais habitam principalmente no litoral, com maior representatividade nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal. Destaca-se ainda o aumento no distrito de Viana do Castelo, passando de 4.789 para 6.167 residentes estrangeiros, num aumento de +28,8%.

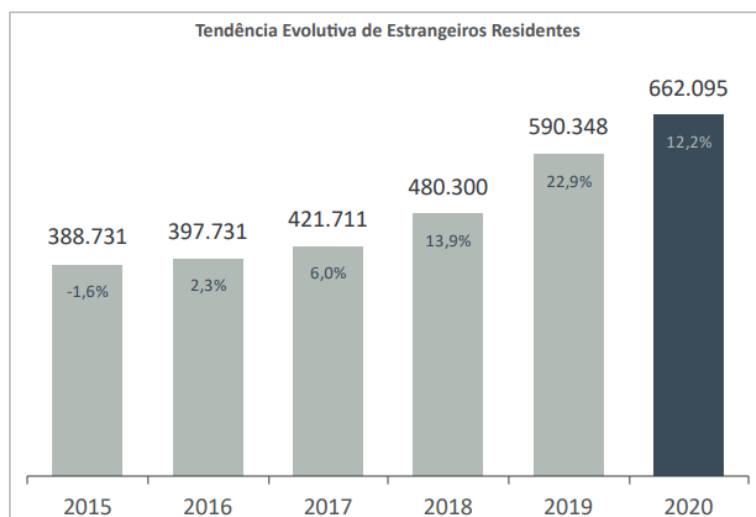


Gráfico 50. Tendência Evolutiva de Estrangeiros Residentes em Portugal
(Fonte: SEF/GEPE: 2021, 20)

No Alto Minho, o volume de população imigrante tem vindo a aumentar progressivamente, em especial nos anos mais recentes, como observável no Gráfico 51. Comparando com os anos anteriores, entre 2019 e 2020 foi registado um crescimento ainda mais significativo no número de imigrantes.

Em 2020 a comunidade imigrante em Valença representava 6,0% da população residente e em Vila Nova de Cerveira revelava ser cerca de 5,2% do efetivo populacional total do concelho. Nesse ano, as menores proporções de imigrantes face à população concelhia encontravam-se em Ponte da Barca e Ponte de Lima (ambas na ordem dos 1,1%).

Especificando o número de imigrantes de acordo com o país de origem (Gráfico 52), aferido através do número de população estrangeira que solicitou o estatuto de residente, é possível verificar que no Alto Minho em 2020, a maior comunidade imigrante é a brasileira, seguindo-se a comunidade espanhola, e a comunidade composta pelos países do Sul da Ásia, nomeadamente, Índia, Paquistão e Bangladesh. A estas, juntam-se enquanto comunidades com maior expressão no Alto Minho, a oriunda

dos países africanos de língua oficial portuguesa, a comunidade francesa, a britânica e a italiana, que perfazem juntas cerca de 86,9% do total de imigrantes nesse ano.

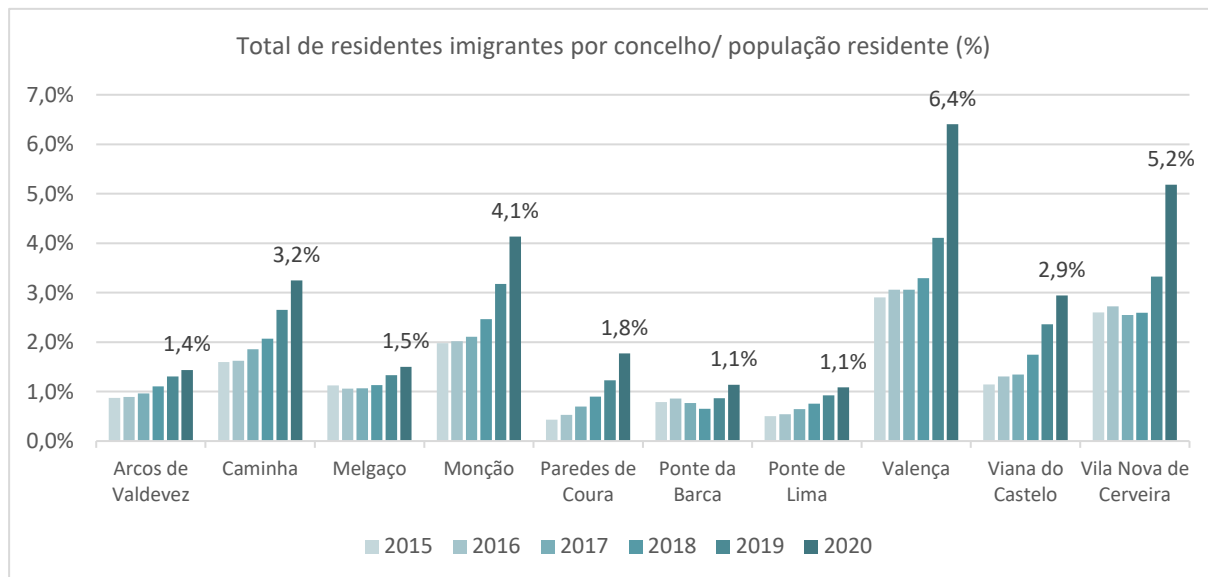


Gráfico 51. Proporção de imigrantes relativamente à população residente nos concelhos do Alto Minho (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEFSTAT)

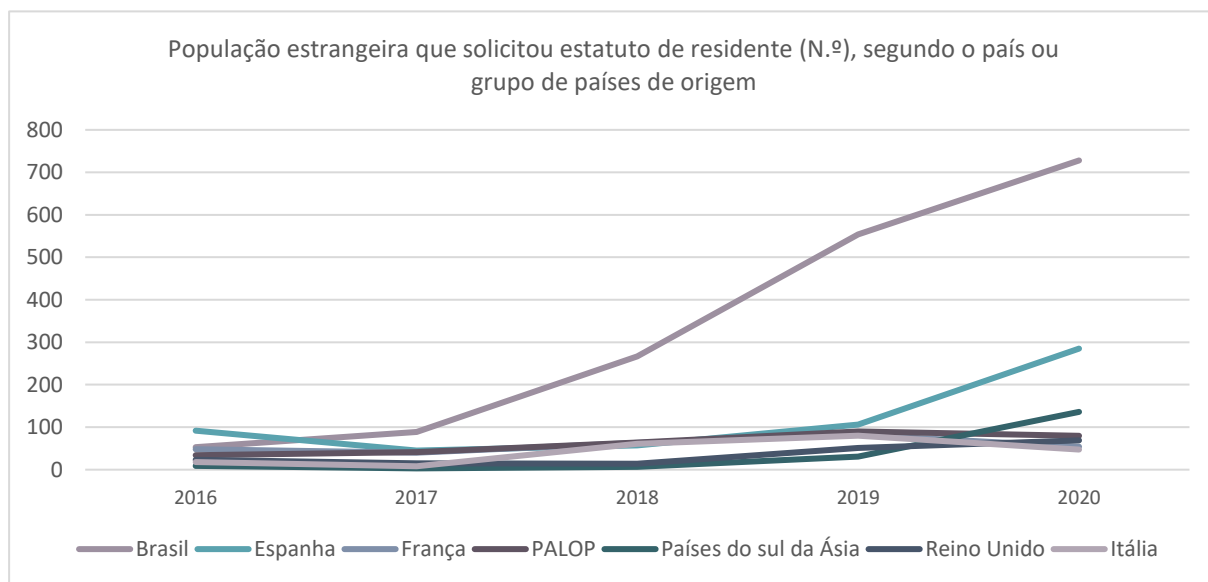


Gráfico 52. População estrangeira que solicitou o estatuto de residência no Alto Minho (Fonte: INE, População estrangeira com estatuto legal de residente)

Entre concelhos, a comunidade brasileira é a mais expressiva, com uma proporção superior a 50,0% da população imigrante nos concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Monção, Melgaço, e Arcos de Valdevez. Por sua vez, a comunidade espanhola possui um peso muito significativo em Valença, Paredes de Coura, Monção e Caminha. Em Vila Nova de Cerveira, cerca de 51,7% da população imigrante é oriunda dos países do sul da Ásia.

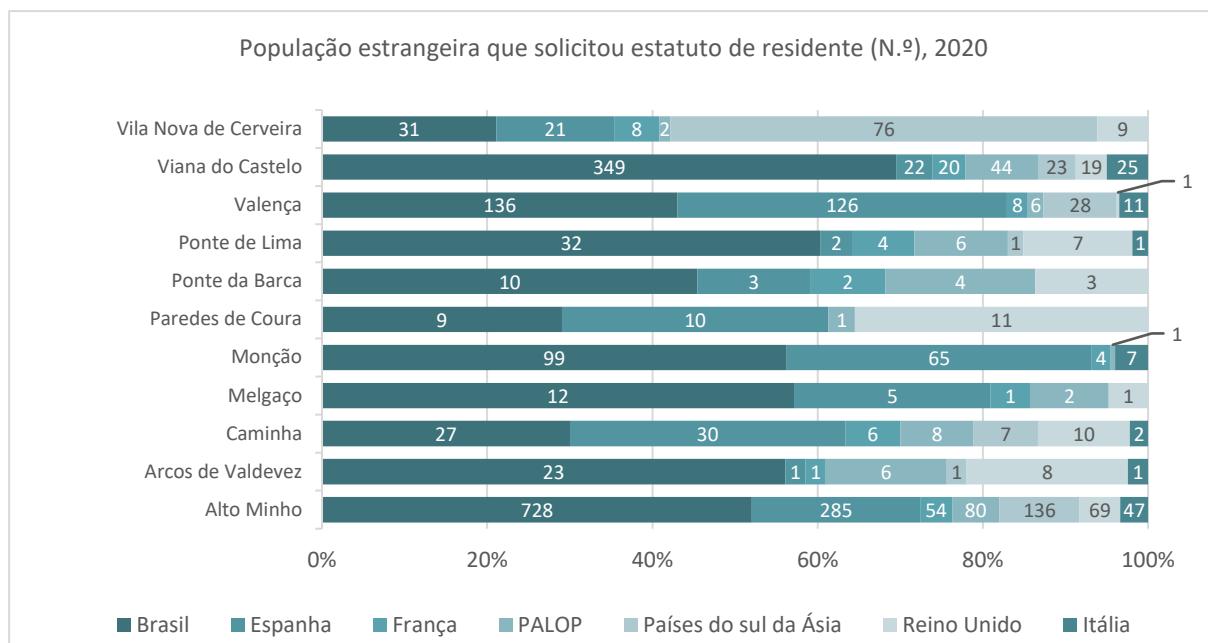


Gráfico 53. Nacionalidades da população estrangeira que solicitou estatuto de residente nos concelhos do Alto Minho, em 2020

(Fonte: INE, População estrangeira com estatuto legal de residente)

Ainda no âmbito deste grupo vulnerável, é também relevante analisar informação relativa a refugiados, decorrente do compromisso internacional que Portugal assumiu, desde 1961, no acolhimento e integração de quem foge de situações de guerra, de fome e de perseguição. Em Portugal, verifica-se crescente aumento do número de refugiados, que, em 2019 atingiu as 2.387 pessoas. No tocante ao país de origem, destacam-se as nacionalidades com as quais Portugal apresenta afinidades culturais e linguísticas, evidenciando-se Angola e Guiné-Bissau e denotando-se a ocorrência de mais pedidos de proteção internacional de homens (63% em 2019 e 65% em 2020) que mulheres.

Das 1.550 pessoas acolhidas ao abrigo do programa de recolocação em Portugal, entre 2015 e 2018, 17 foram recebidas pelo distrito de Viana do Castelo, o que denota uma baixa representatividade do distrito no contexto nacional.

O número de pessoas sinalizadas pelo Grupo Operativo para apoio social do ISS, com autorização de residência provisória (ARP) é bastante variável no território nacional, denotando-se a relevância do distrito de Lisboa, que contabiliza cerca de metade das situações. No distrito de Viana do Castelo, há registo de 4 pessoas sinalizadas em 2019, tendo este número duplicado no ano seguinte.

Tabela 21. Refugiados, requerentes de asilo e total de pessoas sob preocupação do ACNUR, em Portugal, entre 2013 e 2019
 (Fonte: Oliveira, 2021: 35)

Ano	Refugiados		Requerentes de asilo		Total de Pessoas sinalizadas ACNUR	
	N	Taxa de variação	N	Taxa de variação	N	Taxa de variação
2013	598	-	206	-	1.357	-
2014	699	+16,9	344	+67,0	1.057	-22,1
2015	699	0,0	641	+86,3	1.354	+28,1
2016	1.194	+70,8	858	+33,9	2.066	+52,6
2017	1.623	+35,9	45	-94,8	1.682	-18,6
2018	2.136	+31,6	85	+88,9	2.235	+32,9
2019	2.387	+11,8	1.079	+1169,4	3.480	+55,7

Fonte: UNHCR – *Global Trends* (sistematização e cálculos da autora).

Ainda no âmbito das minorias étnicas é de relevância a comunidade cigana, que oriundos do Nordeste da Índia, estão em Portugal há 500 anos, e constituem a maior minoria étnica da Europa. A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 27 de março, e posteriormente revista em 2018, alargando a sua vigência até 2022. De acordo com este documento, *“a discriminação e marginalização de que cedo foram alvo, obrigaram a um grande isolamento, tendo criado à sua volta uma barreira que, se por um lado lhes permitiu conservar a sua identidade e cultura, por outro remeteu-os ao esquecimento, à desconfiança da sociedade maioritária e à sua própria exclusão”*.

Num estudo realizado em 2011, foram recenseados pelo SOS Racismo um total de 13.514 ciganos em 139 municípios, tendo em 2005, sido efetuado um estudo semelhante o qual apurou um total de 19.747 pessoas. No âmbito do Estudo Nacional sobre as comunidades ciganas (2014), foi realizado um novo estudo que contou com um inquérito aos municípios, tendo uma taxa de resposta de 54%,

apurando-se um total de 822 comunidades ciganas (nos concelhos que responderam), correspondente a 24.210 indivíduos. No distrito de Viana do Castelo, foram identificadas 7 “Comunidades” e núcleos residenciais (correspondendo a menos de 1% do valor a nível nacional), totalizando 91 pessoas ciganas residentes.

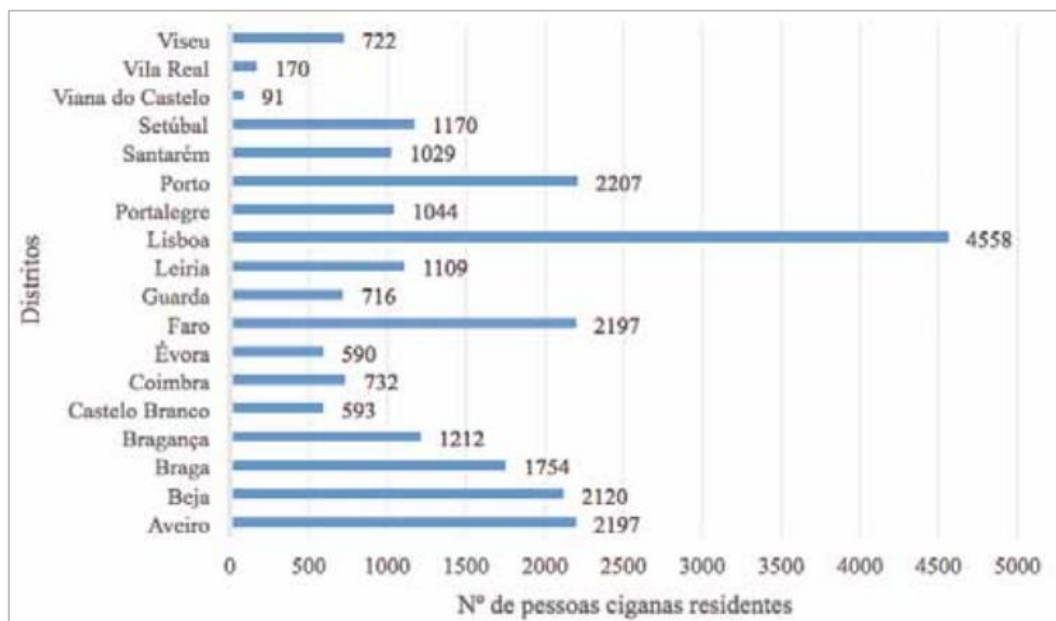


Gráfico 54. Número de pessoas ciganas residentes por distrito
(Fonte: Mendes, et al, 2014: 145)

6.6. Pessoas em situação de sem-abrigo

Segundo o artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa (Habitação e urbanismo), *“todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”*.

A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023), foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho, tem como visão *“consolidar uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo, por forma a que ninguém tenha de permanecer na rua por ausência de alternativas”*. A estratégia assenta na *“indispensabilidade de rentabilização de recursos humanos e financeiros, bem como da necessidade de evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção ao nível da prevenção das situações de sem-abrigo e do acompanhamento junto dos utentes, centrando -se no indivíduo, na família e na comunidade”*.

De acordo com este documento, uma pessoa em situação de sem-abrigo é definida como aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou
- Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

De acordo com o Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo para o ano 2020, produzido no âmbito da ENIPSSA, foi aferido um total de 8.209 pessoas em situação de sem-abrigo, das quais 3.420 pessoas sem teto e 4.789 pessoas sem casa. Este valor corresponde a 0,84% pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal continental, registando-se no Alto Minho, seis concelhos com um rácio inferior a 1 pessoa por cada 1.000 habitantes, enquanto os restantes não registam pessoas em situação de Sem-Abrigo (Figura 16).

A caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo mostra que a maioria: e do sexo masculino; tem idade compreendida entre 45 e 64 anos; e solteira; é de naturalidade portuguesa e oriunda do município atual; possui o ensino básico (2º ou 3º ciclo); possui como principal fonte de rendimento o RSI; encontrando-se na situação de sem-abrigo há menos de 1 ano ou entre 1 e 5 anos.

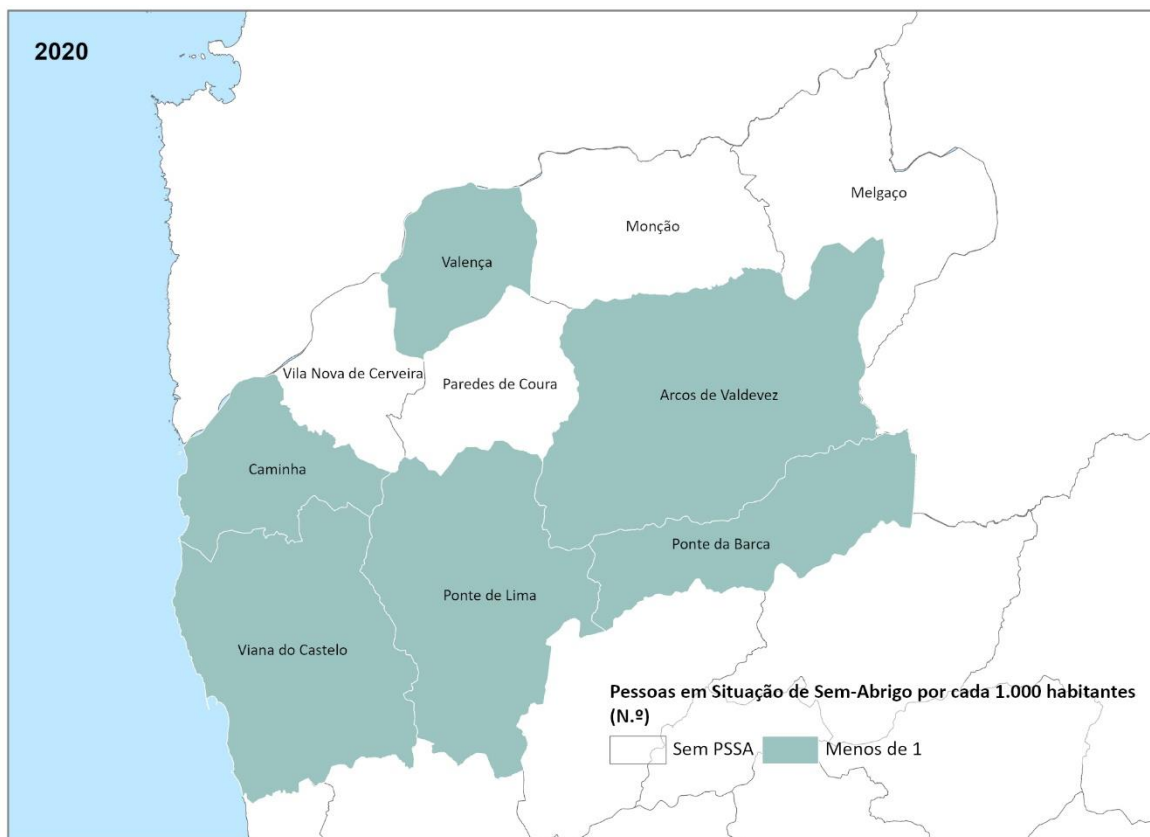


Figura 16. Proporção de pessoas em situação de sem-abrigo, nos concelhos do Alto Minho, em 2020 (Elaboração própria; Fonte: ENIPSSA)

Perfil	Pessoas em situação de sem-abrigo		Pessoas em situação de sem-abrigo, sem teto	
	Portugal continental	Região Norte	Portugal continental	Região Norte
Sexo	Masculino (80%)	Masculino (84%)	Masculino (79%)	Masculino (85%)
Idade	Entre 45 e 64 anos (42%)	Entre 45 e 64 anos (57%)	Entre 45 e 64 anos (47%)	Entre 45 e 64 anos (57%)
Estado civil	Solteira (59%)	Solteira (57%)	Solteira (46%)	Solteira (51%)
Naturalidade	Município atual / Outro município (30% / 30%)	Município atual (51%)	Município atual (39%)	Município atual (57%)
Nacionalidade	Portuguesa (76%)	Portuguesa (96%)	Portuguesa (80%)	Portuguesa (95%)
Escolaridade	Ensino básico – 2º ou 3º ciclo (32%)	Ensino básico – 1º ciclo (32%)	Desconhecida (37%)	Ensino básico – 1º ciclo (31%)
Duração da situação	Até 1 ano (38%)	Entre 1 ano e menos de 5 anos (33%)	Entre 1 ano e menos de 5 anos (30%)	Entre 1 ano e menos de 5 anos (32%)
Fontes de rendimento	RSI (34%)	RSI (50%)	RSI (40%)	RSI (47%)

Quadro 7. Perfil das pessoas em situação de sem-abrigo, em Portugal continental e na região norte (Fonte: ENIPSSA)

A maioria das pessoas em situação de sem-abrigo, sem casa, em 2020 residia em quartos pagos (65% em Portugal continental e 59% na região Norte), apresentando um perfil bastante idêntico aos anteriores e verificando-se que as principais causas para esta situação residiam na: (a) Insuficiência financeira associada a outros motivos (exclui a violência doméstica) - 1.601 pessoas em Portugal continental; (b) Desemprego ou precariedade no trabalho - 1.397 pessoas; e (c) Dependência de álcool ou de substâncias psicoativas - 1.335 pessoas.

Relativamente às estruturas de acompanhamento das pessoas nesta condição, salienta-se que na região Norte cerca de 77,7% das pessoas sem teto e 76,0% das pessoas sem casa são acompanhadas por um gestor de caso. No Alto Minho apenas os concelhos de Caminha, Ponte da Barca, Valença e Viana do Castelo possuem pessoas sem teto com gestor de caso, enquanto as pessoas sem casa apenas possuem gestor de caso em Valença e Viana do Castelo.

No Alto Minho os concelhos de Caminha, Ponte da Barca, Valença e Viana do Castelo contribuem para a existência de 59 casais sem teto na Região Norte e, apenas Viana do Castelo e Valença, para a existência de 35 casais sem casa.

6.7. Vítimas de violência doméstica e de género

A Constituição da República Portuguesa (1976), no seu artigo 13.º referente ao princípio da igualdade, indica que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”, sendo que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 Portugal + Igual (ENIND) foi aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, a qual segue as políticas públicas para a não discriminação em razão do sexo e a igualdade entre mulheres e homens, e mais recentemente na área da orientação sexual e identidade de género, promovidas no nosso país nas últimas décadas. Apoia-se em três Planos de Ação que definem objetivos estratégicos e específicos: Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH); Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD); e Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC).

A nível internacional, assumem especial relevância: a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), a qual visa a igualdade substantiva entre mulheres e homens, baseando-se nos princípios da não discriminação; as obrigações dos Estados Parte e a igualdade substantiva; a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica (Convenção de Istambul), que assenta numa abordagem holística, desde a prevenção da violência, à proteção das mulheres e raparigas em risco de violência, criminalização das pessoas agressoras e adoção e promoção de políticas integradas; a Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2018-2023; e o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (CPLP) de 2010, entre outros. Segundo a Convenção de Istambul, a violência de género pode incluir: violência em relações de intimidade; casamentos forçados; violência psicológica; perseguição; violência física; violência sexual, incluindo a violação; mutilação genital feminina; aborto forçado e esterilização forçada; assédio sexual; crimes cometidos em pretensa defesa da “honra”; ou auxílio ou instigação e tentativa da prática das formas de violência referidas.

De acordo com dados da Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), no período 2019-2020, há registo de 574 crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, nos concelhos do Alto Minho, pertencendo a maioria ao concelho de Viana do Castelo, onde se destaca a violência contra o cônjuge (ou análogo), e sendo o único em que há registo de violência contra menores (7 crimes). Seguem-se os concelhos de Ponte de Lima (76 crimes) e Arcos de Valdevez (70 crimes), sendo neste último que se registaram mais crimes de outra violência doméstica. Pelo oposto, Melgaço é o concelho onde se registaram menos crimes de violência doméstica no período considerado (13 crimes – 2,3% de representatividade).

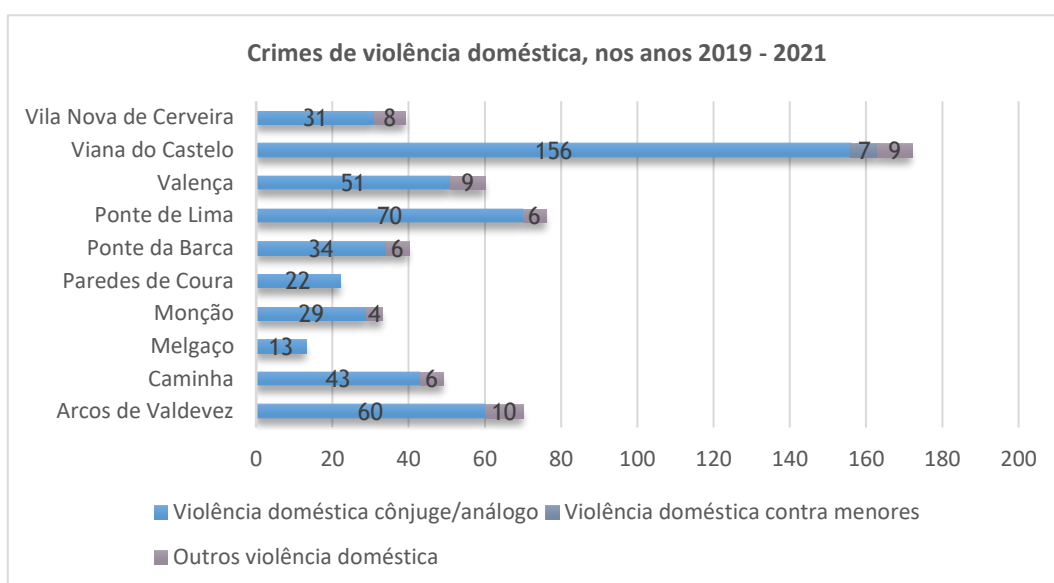


Gráfico 55. Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, nos concelhos do Alto Minho, entre 2019-2021
(Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça)

A análise do perfil de agente ou suspeito identificado mostra que a maioria é efetuada por pessoas do sexo masculino contra o cônjuge ou análogo, verificando-se, em Viana do Castelo, a ocorrência de crimes de violência doméstica contra menores (Gráfico 56).

No Gráfico 57, apresenta-se informação relativamente a idade do lesado ou ofendido, e onde se pode verificar a representatividade das pessoas com mais de 25 anos, no âmbito de violência doméstica contra o cônjuge (ou análogo). A violência do namoro, com vítimas de idade inferior a 16 anos agredidas, é mais representativa nos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima.

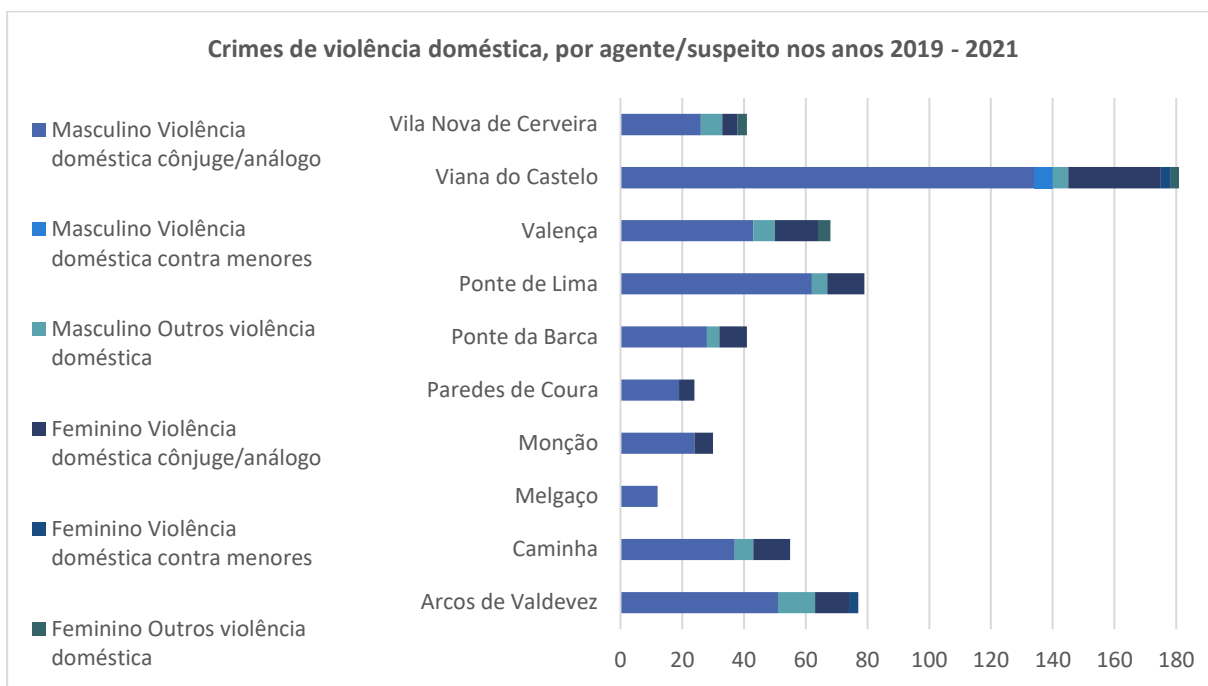


Gráfico 56. Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, por perfil de agente/suspeito identificado, nos concelhos do Alto Minho, entre 2019-2021
(Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça)

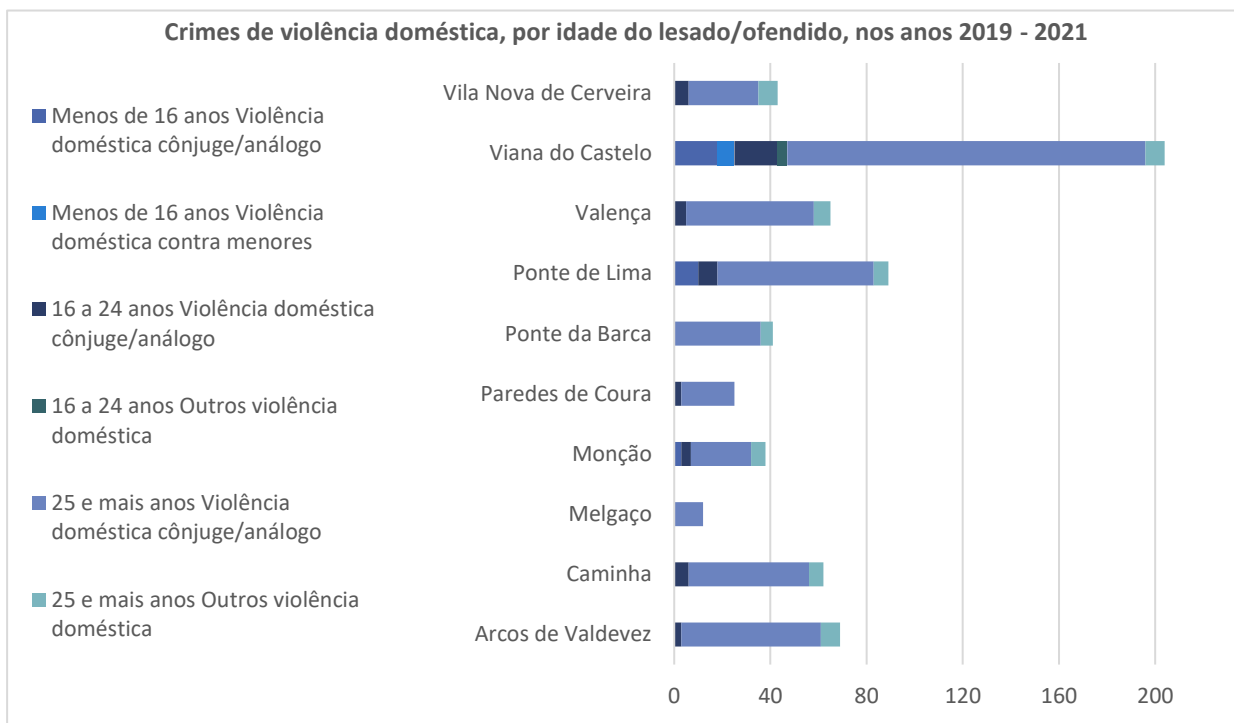


Gráfico 57. Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, por escalão etário do lesado/ofendido, nos concelhos do Alto Minho, entre 2019-2021
(Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça)

Os dados existentes sobre as vítimas de violência doméstica para o Alto Minho são produzidos pelo Gabinete de Apoio à Vítima de Braga, que, no ano de 2020, registou um total de 1.235 vítimas de crime para o seu território de abrangência. Destas, cerca de 67,0% eram do sexo feminino e 13,0% do sexo masculino. As faixas etárias mais representadas situavam-se a partir dos 35 anos de idade. O número de vítimas apoiadas na sub-região representa apenas cerca de 4,6% do total de vítimas acompanhadas nesse ano pelo GAV de Braga. A maioria das vítimas apoiadas encontra-se nos concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo.

Dados da APAV mostram ainda que, no contexto do Alto Minho, os concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima registam o maior número de vítimas, em oposição a Vila Nova de Cerveira, em que não há registos nesta entidade. Contudo, há que referir que, dada a localização da APAP exterior ao Alto Minho, a maioria das queixas segue outras vias, nomeadamente com seguimento através de instituições como o Gabinete de Atendimento à Família (GAF) e centros sociais.

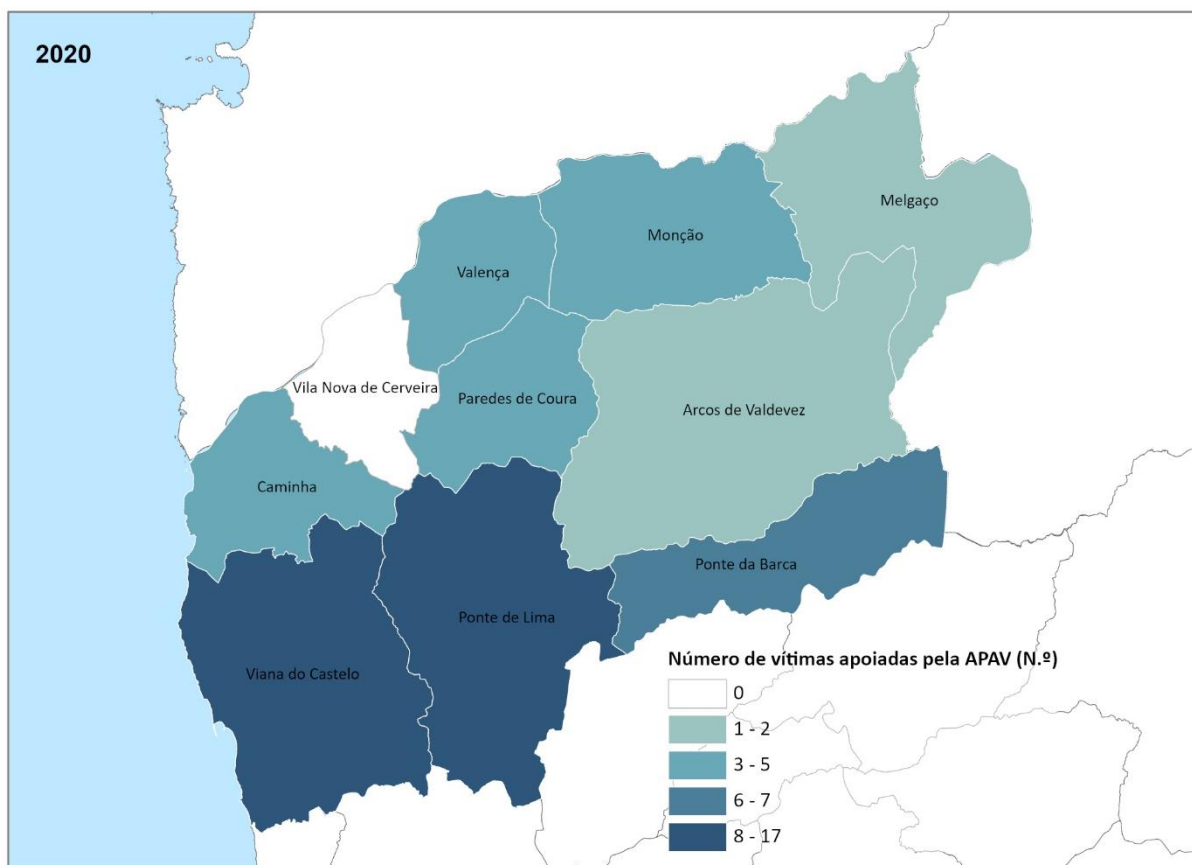


Figura 17. Número de vítimas apoiadas pela APAV, dos concelhos do Alto Minho, em 2020
(Elaboração própria; Fonte: Gabinete de apoio à vítima de Braga)

Tabela 22. Número de vítimas de violência doméstica apoiadas pelo GAV Braga, em 2020
Fonte: Gabinete de apoio à vítima de Braga

Concelho	Vítimas Apoiadas	
	N.º	%
Alto Minho	57	100
Arcos de Valdevez	1	1,8
Caminha	4	7,0
Melgaço	2	3,5
Monção	5	8,8
Paredes de Coura	3	5,3
Ponte da Barca	7	12,3
Ponte de Lima	17	29,8
Valença	4	7,0
Viana do Castelo	14	24,6
Vila Nova de Cerveira	-	-

Dados da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna mostram ainda que, no período 2013-2019, no distrito de Viana do Castelo, o número de ocorrências de violência doméstica participadas às forças de segurança mostrou um ligeiro crescimento entre 2013 e 2015, com um decréscimo nos dois anos seguintes, e uma larga subida nos últimos anos analisados, e verificando-se a relevância dos crimes relacionados com problemas de alcoolismo (cerca de metade dos casos totais).

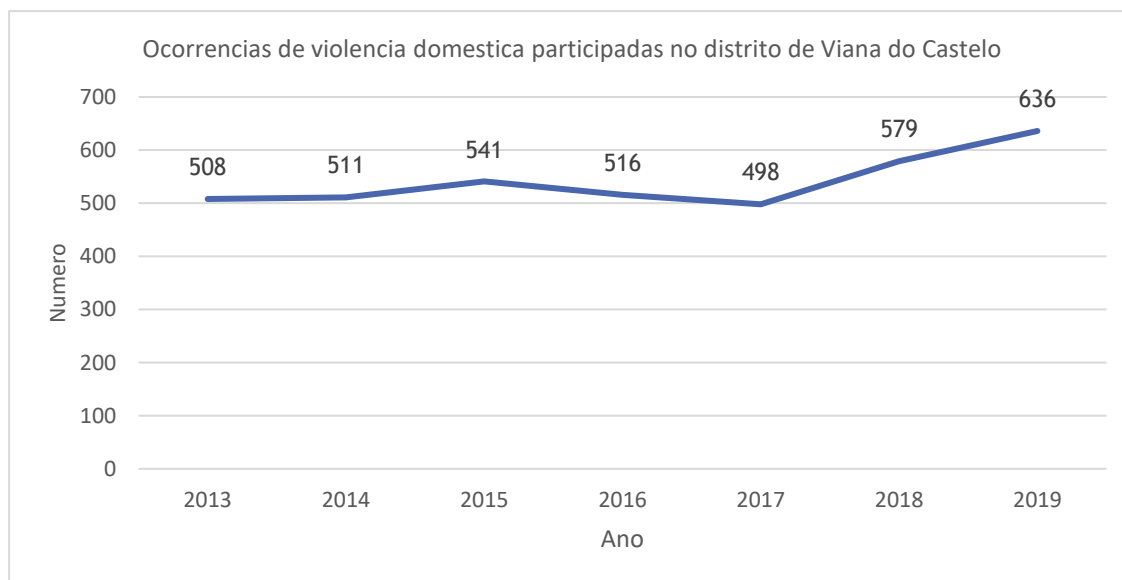


Gráfico 58. Ocorrências de violência doméstica participadas no distrito de Viana do Castelo as forças de segurança no período 2013-2019
(Fonte: SGMAI, 2020)

7. Rede de serviços e equipamentos sociais

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) apresenta um conjunto de serviços de âmbito social, disponíveis à população, cuja caracterização permite compreender a capacidade e qualidade de respostas aos vários público-alvo, nas várias problemáticas, bem como a facilidade de acesso aos vários serviços e equipamentos.

A análise da RSES teve como ponto de partida a consulta da Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos 2020, desenvolvida pela Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), que constitui uma ferramenta de análise das respostas sociais existentes, examinando a dinâmica da evolução da Rede em Portugal continental, nomeadamente com a caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, bem como o esforço público realizado ao nível do seu funcionamento. A informação disponibilizada integra equipamentos com respostas sociais das redes pública, solidária e privada-lucrativa, englobando, ainda, equipamentos de tutela multiministerial, como equipamentos de educação e ensino, ou equipamentos de saúde.

De acordo com a Carta Social 2020, em Portugal, o número de equipamentos sociais em funcionamento aumentou para o dobro, no período 2000 – 2020, sendo a grande maioria propriedade de entidades não lucrativas, tal como equipamentos das redes pública e solidária.

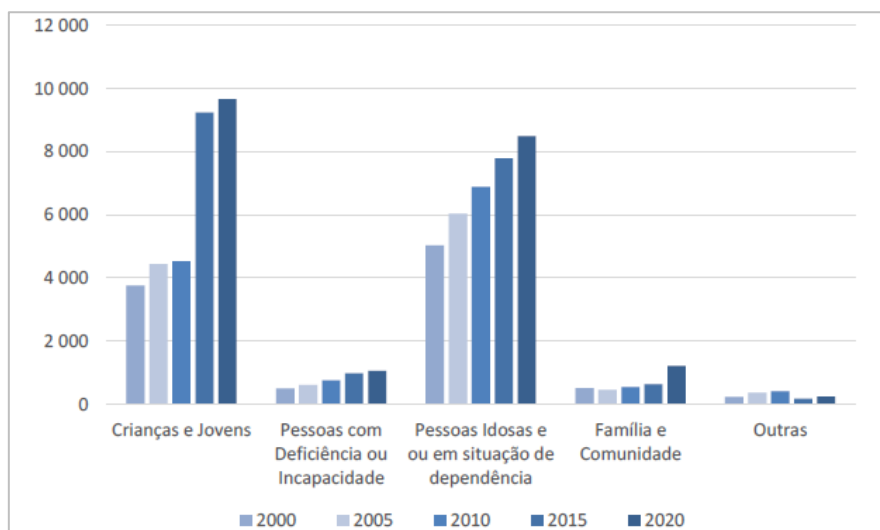


Gráfico 59. Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, em Portugal continental, no período 2000-2020

(Fonte: GEP-MTSSS – Carta Social 2020)

A região Norte concentra cerca de um terço dos equipamentos sociais existentes a nível nacional, os quais concentram-se sobretudo no litoral. A análise das respostas por população alvo evidencia um aumento para os vários grupos, sendo mais evidente para as crianças e jovens.

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais do presente plano, teve como base informação proveniente da Carta Social, resultando na inventariação de um total de 319 equipamentos.

A distribuição dos equipamentos da rede por concelho encontra-se patente na Figura 18 e Tabela 23, sendo evidente uma maior concentração no concelho de Viana do Castelo, onde se situa mais de um terço do total de equipamentos da rede.

À escala da freguesia é facilmente observável uma maior concentração geral dos equipamentos da rede nas sedes de concelho, sendo evidente, uma vez mais, a supremacia da oferta de serviços sociais da cidade de Viana do Castelo.

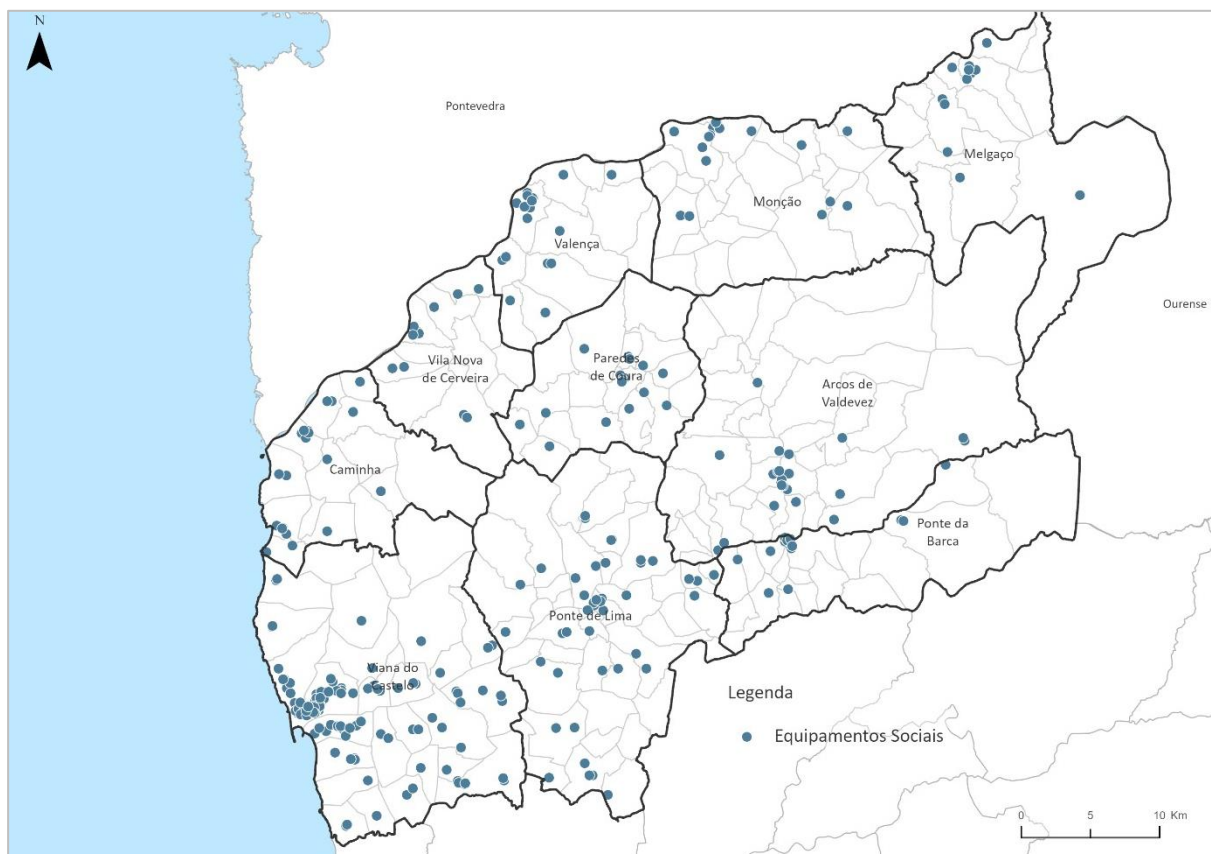


Figura 18. Distribuição dos equipamentos sociais nos concelhos do Alto Minho (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Tabela 23. Equipamentos da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais do Alto Minho
(Fonte: Carta Social)

Concelho	Equipamentos	
	N.º	%
Alto Minho	319	100
Arcos de Valdevez	25	7,9
Caminha	22	6,9
Melgaço	14	4,4
Monção	22	6,9
Paredes de Coura	19	6,0
Ponte da Barca	19	6,0
Ponte de Lima	46	14,5
Valença	20	6,3
Viana do Castelo	118	36,8
Vila Nova de Cerveira	14	4,4

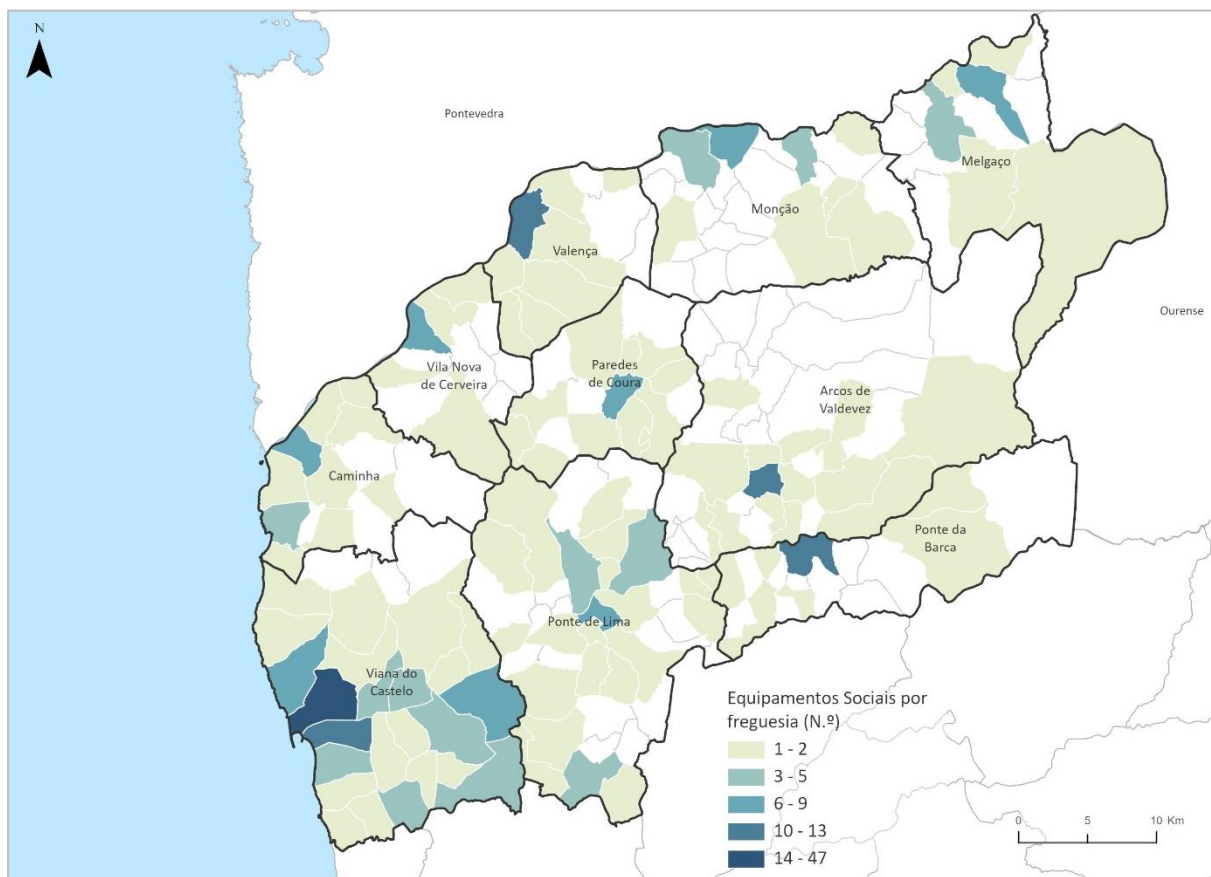


Figura 19. Equipamentos sociais por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

No que às tipologias de serviços sociais diz respeito, a rede de equipamentos sociais organiza-se mediante três grandes grupos de público-alvo, subdivididos num conjunto de subgrupos, cada qual com as respostas sociais que lhes são dedicadas (Quadro 9). Cerca de 56,0% dos equipamentos sociais analisados fornece mais que uma resposta social. Atente-se que para os públicos-alvo população adulta e família e comunidade existem, no Alto Minho, subgrupos para os quais não se encontra disponível a respetiva resposta social, podendo-se incorrer, em última instância, no agravamento da exclusão social destas pessoas.

A análise da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais do Alto Minho integra diversos equipamentos, os quais providenciam serviços diversos, sendo dirigidos a vários públicos-alvo, e geridos por várias entidades. Este tecido institucional de gestão diverso constitui uma oportunidade de articulação de esforço no sentido de resolução e minimização dos problemas sociais verificados no Alto Minho, numa perspetiva de trabalho em rede.

Tendo em consideração os dados apresentados na Carta Social, analisaram-se as instituições que gerem os equipamentos e respostas sociais existentes no Alto Minho, verificando-se a ocorrência de 14 tipologias. As que apresentam mais equipamentos são as dependentes de outros ministérios (num total de 95), seguidas dos centros sociais paroquiais e associações de solidariedade social.

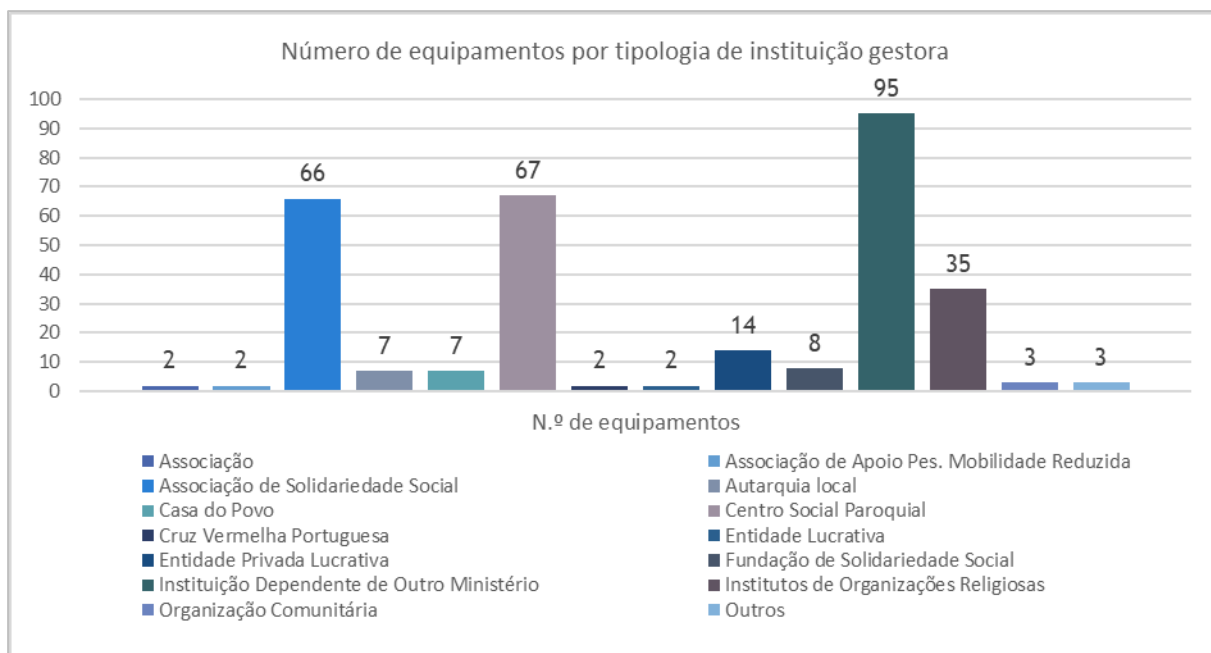


Gráfico 60. Número de equipamentos por tipologia de instituição gestora, no Alto Minho (Fonte: Rede Social)

No tocante ao público-alvo a que os serviços providenciados por estas entidades se dirigem, denota-se a relevância dos serviços destinados à população idosa, seguido da família e comunidade em geral e crianças e jovens. Verifica-se ainda que os institutos de organizações religiosas são as mais abrangentes, seguidas das associações e fundações de solidariedade social e centros sociais paroquiais.

Tipologia de instituição	Público-alvo								
	Família e Comunidade em Geral	Crianças e jovens	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Pessoas Idosas	Crianças e Jovens com Deficiência	Pessoas Adultas com Deficiência	Pessoas em Situação de Dependência	Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias	Respostas pontuais
Associação	X			X					
Associação de Apoio a Pessoas com Mobilidade Reduzida					X	X			
Associação de Solidariedade Social	X	X	X	X		X			X
Autarquia local	X								
Casa do Povo				X					
Centro Social Paroquial	X	X	X	X			X		
Cruz Vermelha Portuguesa		X		X					
Entidade Lucrativa				X					
Entidade Privada Lucrativa		X		X			X		
Fundação de Solidariedade Social	X		X	X		X		X	
Instituição Dependente de Outro Ministério		X					X		
Institutos de Organizações Religiosas	X	X	X	X	X	X	X		
Organização Comunitária				X					
Outros				X					

Quadro 8. Públicos-alvo a que os serviços providenciados pelas tipologias de entidades se dirigem (Fonte: Rede Social)

As respostas sociais com maior oferta e relevo na sub-região serão seguidamente analisadas, do ponto de vista da oferta de equipamentos (podendo estes englobar vários serviços), oferta operativa (capacidade), procura (número de utentes) e ocupação média. Sempre que possível, será igualmente analisada a taxa de cobertura da cooperação estandardizada pela cobertura do continente (TCCS) para o ano de 2020. A TCCS é aferida, para uma determinada área geográfica e resposta social, mediante o

número de utentes em relação ao público-alvo, sendo esse valor posteriormente relacionado com a taxa de cobertura da cooperação geral aferida para o continente. No Anexo II, apresenta-se a base de dados total dos equipamentos disponíveis nos concelhos do Alto Minho, sendo para cada um indicado: o nome do equipamento; a entidade proprietária; a natureza jurídica; o público-alvo, o número de respostas sociais; a localização (concelho e freguesia); a capacidade; e o número de utentes.

Grupo-Alvo	Subgrupo	Resposta Social
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	- Centro de Atividades de Tempos Livres - Creche - Estabelecimento de Educação Pré-escolar
	Crianças e Jovens com Dependência	- Intervenção Precoce - Lar de Apoio
	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	- Apartamento de Autonomização - Centro de Acolhimento Temporário - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental - Lar de Infância e Juventude
População Adulta	Pessoas Idosas	- Centro de Convívio - Centro de Dia - Centro de Noite - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência) - Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)
	Pessoas Adultas com Deficiência	- Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e incapacidade (CAARPD) - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) - Lar Residencial (Deficiência)
	Pessoas em Situação de Dependência	- Apoio Domiciliário Integrado - Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) Unidade Convalescença (UC) - Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) - Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)
	Pessoas com Doença do Foro Mental/ Psiquiátrico	-
	Pessoas Sem-Abrigo	-
Família e Comunidade	Família e Comunidade em Geral	- Ajuda Alimentar a Carenciados - Atendimento/Acompanhamento Social (Família e Comunidade) - Centro Comunitário (Família e Comunidade) - Centro de Alojamento Temporário - Comunidade de Inserção - Refeitório/Cantina Social
	Pessoas com VIH/ SIDA e suas Famílias	- Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (VIH/SIDA)
	Pessoas Toxicodependentes	-
	Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	-

Quadro 9. Respostas sociais presentes na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
 (Fonte: Carta Social)

7.1. Crianças e jovens

Neste subcapítulo apresentam-se as respostas sociais mais relevantes no Alto Minho, destinadas às crianças e jovens, encontrando-se a listagem completa de equipamentos apresentada no Anexo II.

A Figura seguinte mostra a localização dos equipamentos que prestam serviços destinados às crianças e jovens nos concelhos do Alto Minho.

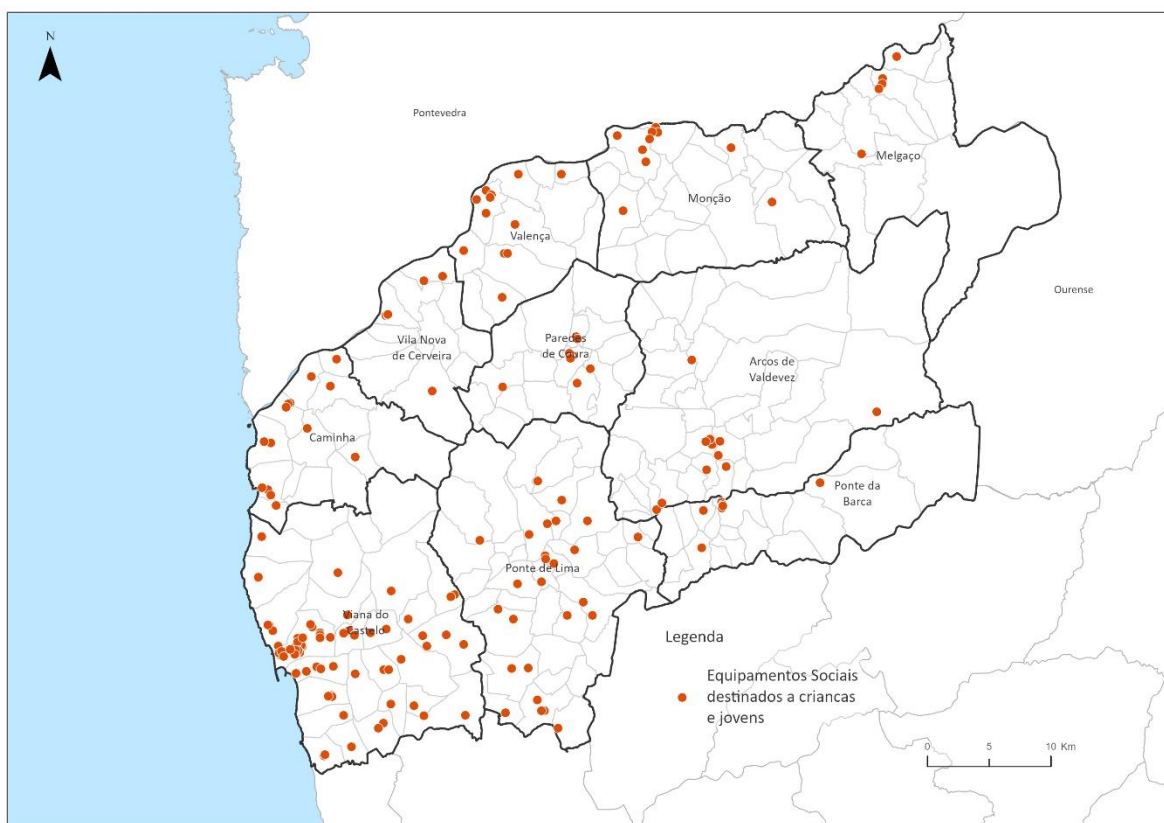


Figura 20. Equipamentos sociais destinados a crianças e jovens no Alto Minho
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Verifica-se uma maior incidência de equipamentos que prestam serviços relacionados com as crianças e jovens nos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, em oposição com os concelhos mais interiores, situação que se encontra relacionada, em parte, com a maior concentração populacional no litoral, bem como a maior proporção de residentes destas faixas etárias, em especial nos concelhos mencionados.

Creche

A resposta social creche visa a promoção do bem-estar e desenvolvimento do processo evolutivo de crianças com idades compreendidas entre os quatro meses e os três anos. A rede de creches do Alto Minho contempla um total de 52 equipamentos, com uma oferta total ajustada a 2.531 crianças. Face à procura total de 2.186 utentes, a ocupação média cifra-se em cerca de 86,3% (Tabela 24).

Tabela 24. Resposta social Creche
(Fonte: Carta Social)

Creche					
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)	TCCS* (%)
Alto Minho	52	2.531	2.186	86,3	-
Arcos de Valdevez	4	197	184	93,4	175,4
Caminha	4	222	180	81,1	172,0
Melgaço	1	41	41	100,0	106,5
Monção	3	146	142	97,3	109,8
Paredes de Coura	3	99	81	81,8	137,5
Ponte da Barca	3	109	91	83,5	163,8
Ponte de Lima	7	273	255	93,4	91,6
Valença	3	166	125	75,3	177,4
Viana do Castelo	22	1.157	967	83,6	145,4
Vila Nova de Cerveira	2	121	120	99,2	149,7

* Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente

A distribuição desta tipologia de equipamentos por freguesia encontra-se ilustrada na Figura 21, e onde se pode verificar que apenas os municípios de Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença e Viana do Castelo possuem freguesias com mais que um destes equipamentos.

A análise da capacidade dos equipamentos por freguesia (Figura 22) permite aferir uma maior oferta nas sedes de concelho, com as freguesias limítrofes aos maiores aglomerados urbanos a assegurarem uma oferta relativamente menor.

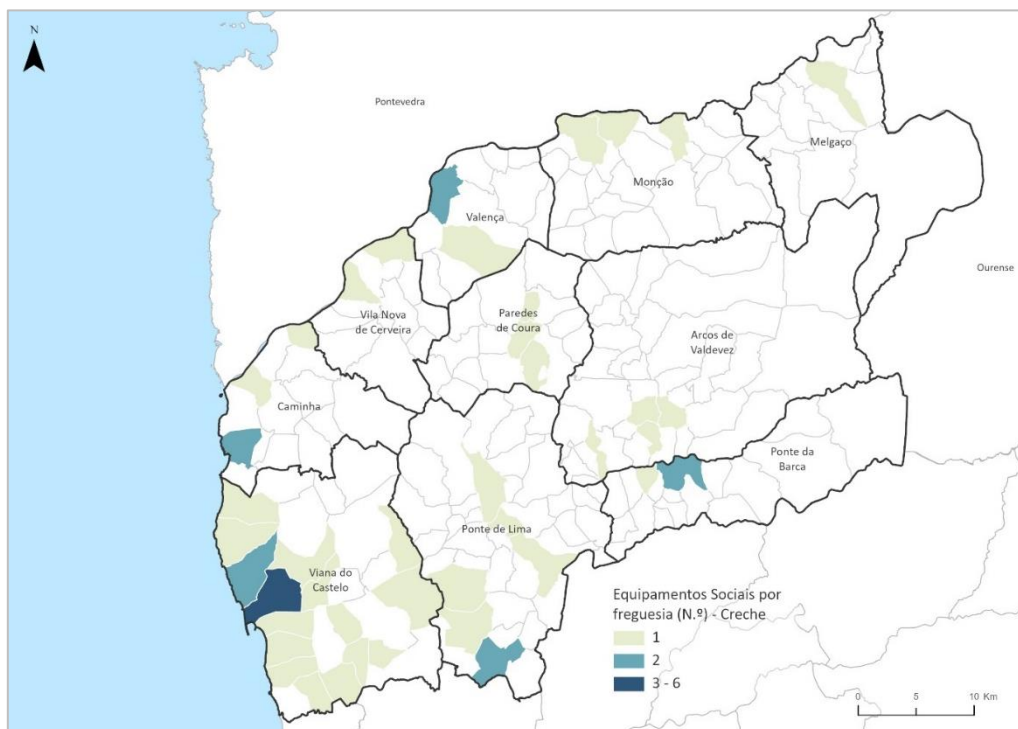


Figura 21. Creches por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

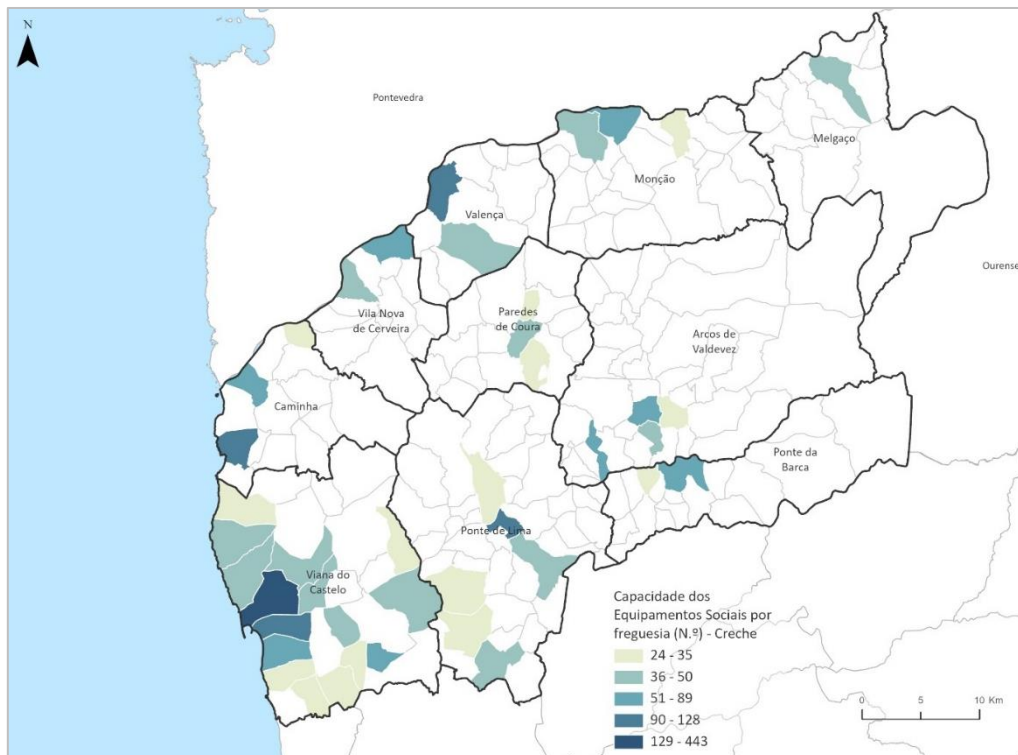


Figura 22. Capacidade das creches por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Por sua vez, a ocupação média das creches por freguesia, demonstra que apesar de ser em Viana do Castelo onde se verifica a maior oferta, é também nas freguesias do concelho que se registam as menores taxas de ocupação, dando-se o exemplo de Darque, cuja ocupação média dos equipamentos é inferior a 35%.

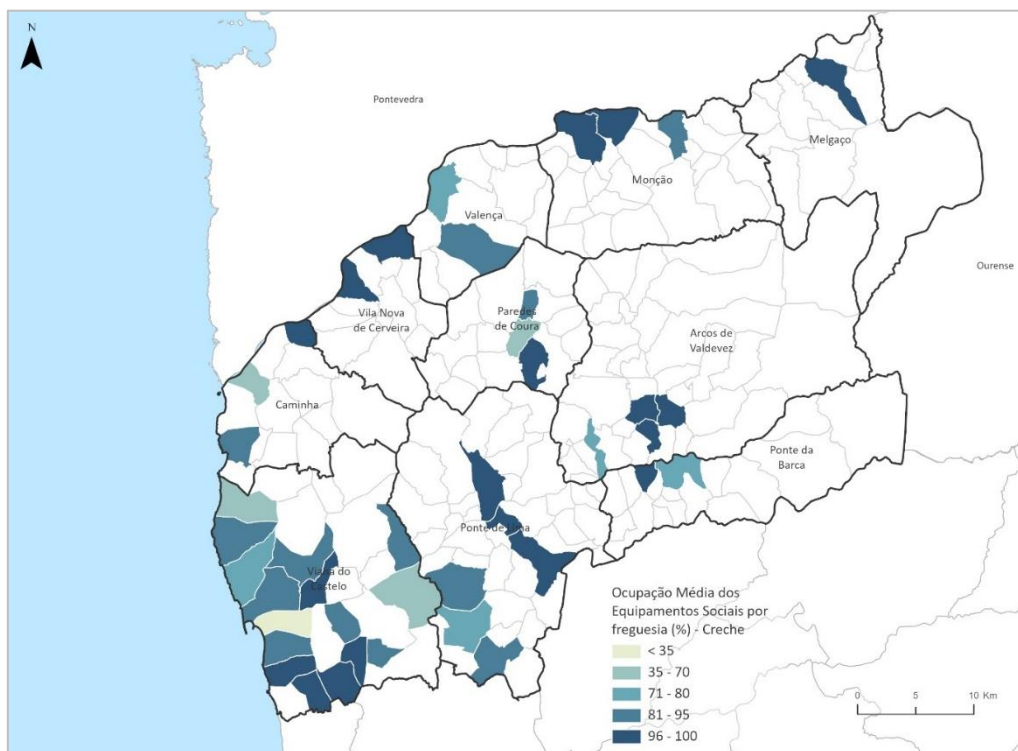


Figura 23. Ocupação média das creches por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

A análise da Figura 24 permite aferir que apenas em Ponte de Lima a taxa de cobertura de cooperação é inferior à taxa de cobertura de cooperação padrão para o continente, sendo esse valor de referência, amplamente ultrapassado em Arcos de Valdevez, Caminha e Valença.

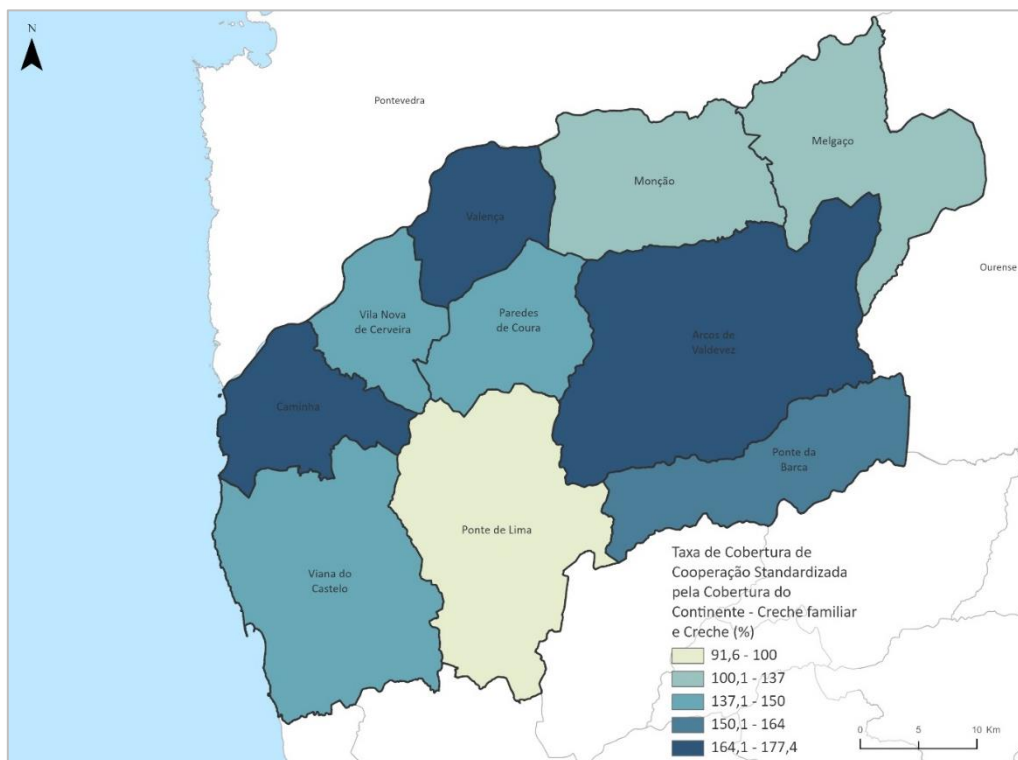


Figura 24. Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente das Creches (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Educação pré-escolar

A Educação Pré-escolar é uma resposta social destinada a todas as crianças com idades compreendidas entre os três e os seis anos, consistindo, nomeadamente, no nível de ensino anterior à frequência no 1º ciclo do Ensino Básico.

A rede de estabelecimentos do Pré-escolar do Alto Minho contempla um total de 114 equipamentos, com uma oferta total destinada a 5.136 crianças. A ocupação média destes estabelecimentos cifra-se em cerca de 73,9%, resultado de uma procura de 5.136 utentes (Tabela 25).

A distribuição destes equipamentos por freguesia (Figura 25) permite aferir a sua menor densidade em concelhos como Arcos de Valdevez, Melgaço ou Monção, enquanto em concelhos como Ponte de Lima, Valência ou Viana do Castelo a grande maioria das freguesias possui pelo menos um equipamento desta tipologia.

Tabela 25. Resposta social Educação Pré-escolar
 (Fonte: Carta Social)

Educação Pré-escolar				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Alto Minho	114	6.943	5.136	73,9
Arcos de Valdevez	9	410	323	78,8
Caminha	12	473	389	82,2
Melgaço	3	183	104	56,8
Monção	6	430	354	82,3
Paredes de Coura	5	296	175	59,1
Ponte da Barca	5	288	269	93,4
Ponte de Lima	21	1.268	990	78,1
Valença	8	394	318	80,7
Viana do Castelo	41	2.423	1992	82,2
Vila Nova de Cerveira	4	778	222	28,5

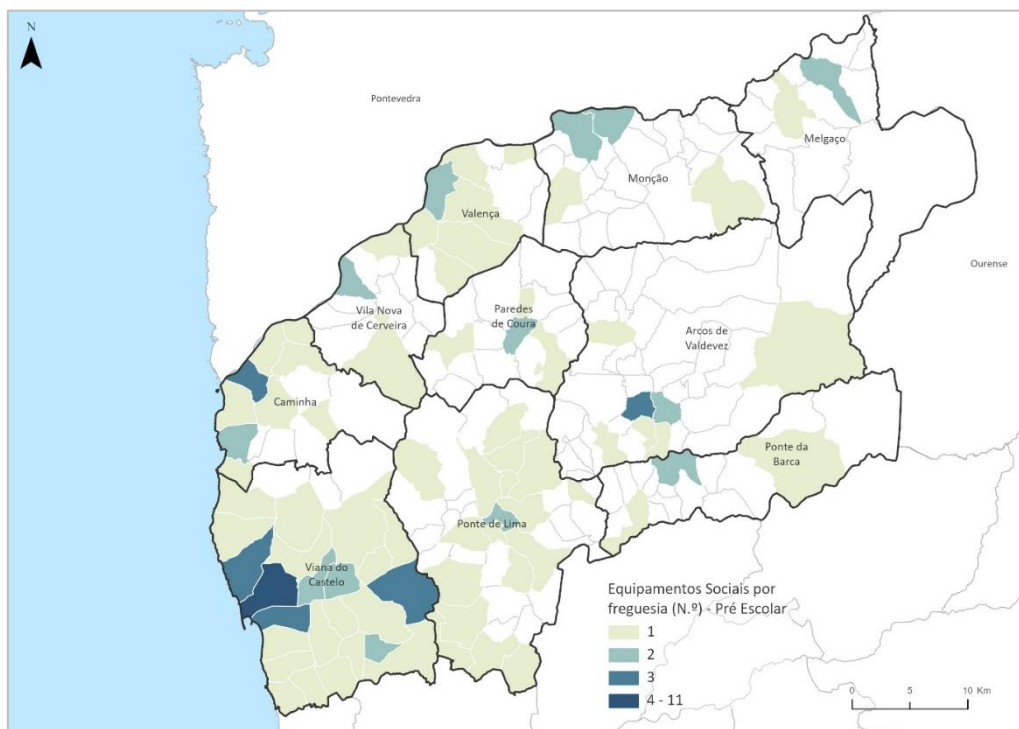


Figura 25. Equipamentos de Educação Pré-escolar por freguesia
 (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Caracterizando esta tipologia de equipamento, quanto à sua capacidade, percebe-se uma maior oferta nas sedes de concelho de Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo.

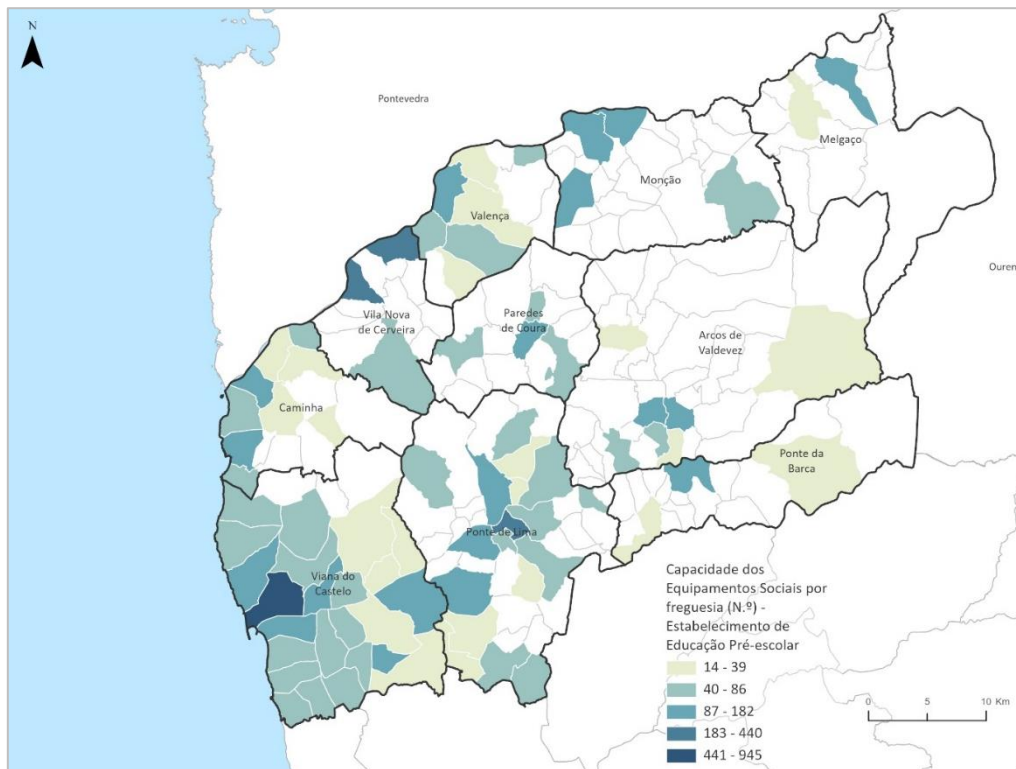


Figura 26. Capacidade dos equipamentos de Educação Pré-escolar por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

A ocupação média dos estabelecimentos de educação Pré-escolar (Figura 27) permite aferir um desfasamento significativo entre a oferta e a procura em Vila Nova de Cerveira, pois, apesar de o concelho possuir uma oferta significativa, as taxas de ocupação são consideravelmente baixas em todas as freguesias, com valores compreendidos entre 25% e 50%, e um valor médio para o concelho de cerca de 28,5%.

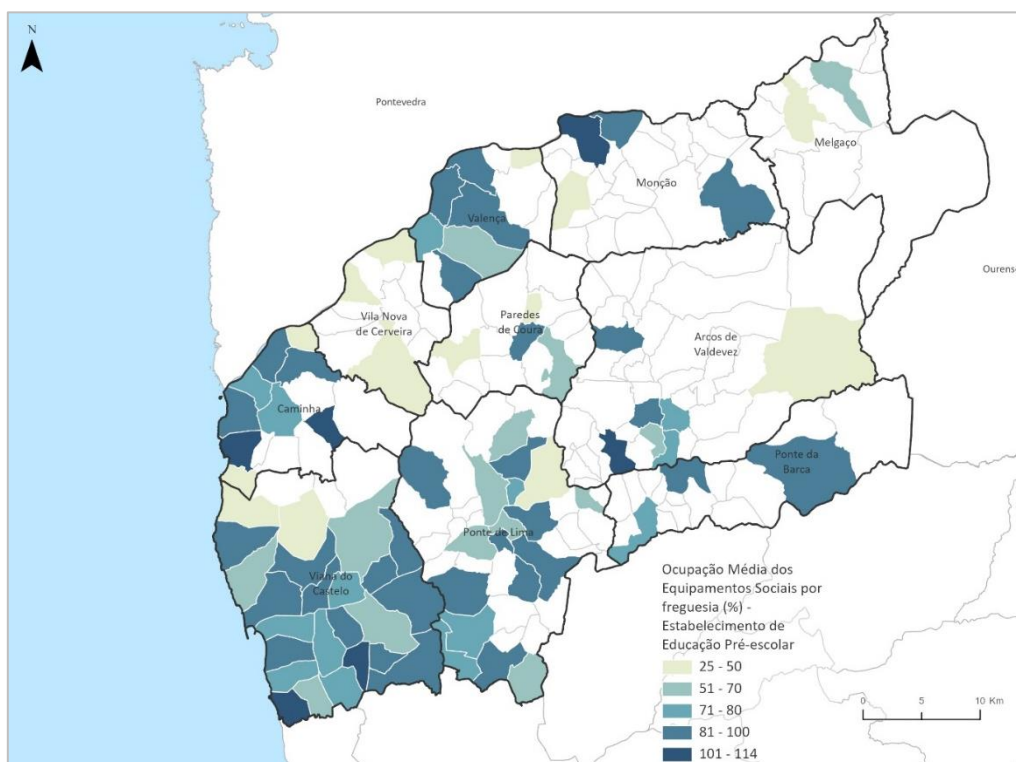


Figura 27. Ocupação média dos equipamentos de Educação Pré-escolar por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

7.2. População sénior

Neste subcapítulo apresentam-se as respostas sociais mais relevantes no Alto Minho, destinadas à população sénior, encontrando-se a listagem completa de equipamentos apresentada no Anexo II.

A Figura seguinte mostra a localização dos equipamentos que prestam serviços destinados à população sénior, nos concelhos do Alto Minho.

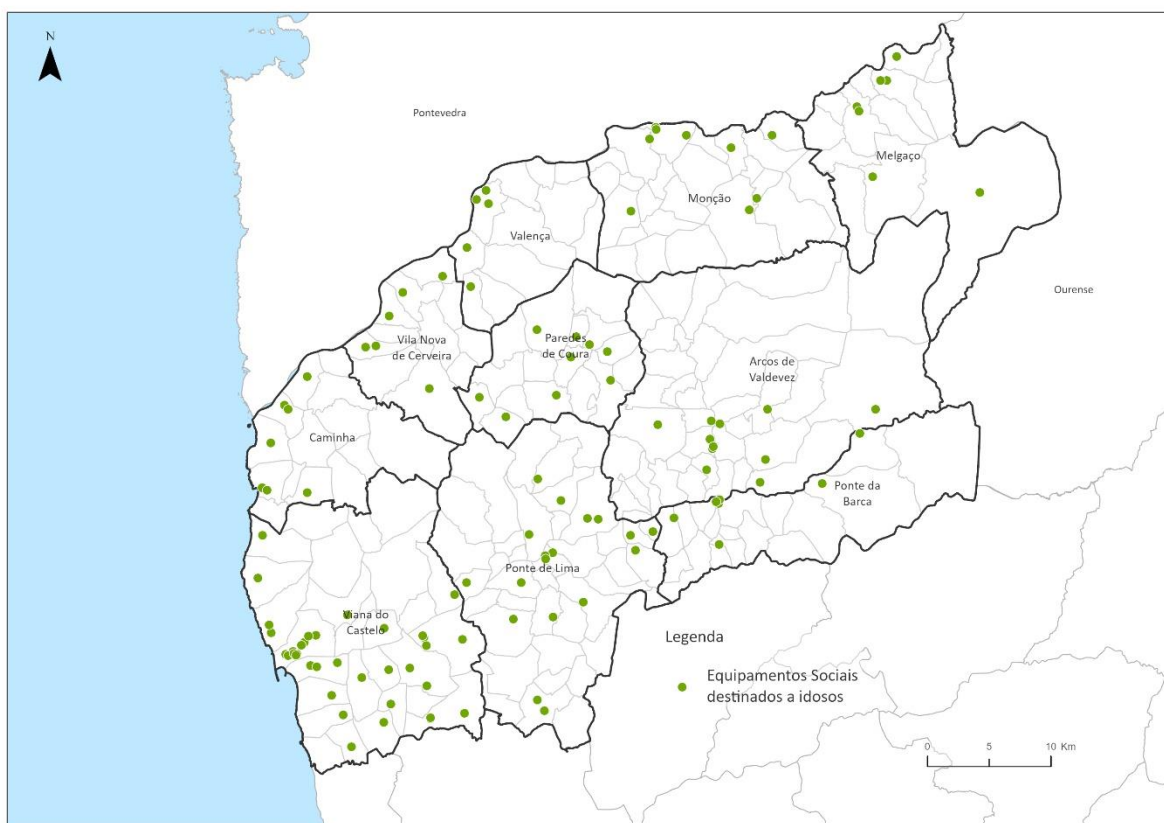


Figura 28. Equipamentos sociais destinados a idosos no Alto Minho
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Tal como observado para o grupo-alvo anterior, verifica-se uma maior incidência de equipamentos que prestam serviços relacionados com os idosos nos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, situação que se encontra relacionada, em parte, com a maior concentração populacional no litoral, mas que não reflete a maior proporção de população idosa nos concelhos interiores.

Centro de convívio

Um Centro de Convívio consiste numa resposta social de apoio a atividades sociais, recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação de pessoas idosas.

A sub-região do Alto Minho encontra-se equipada com um total de 19 destes equipamentos, com uma oferta total destinada a 554 idosos. A ocupação média destes estabelecimentos cifra-se em apenas cerca de 51,7%, resultado de uma procura de 230 utentes (Tabela 26).

Tabela 26. Resposta social Centro de Convívio
(Fonte: Carta Social)

Centro de Convívio				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Alto Minho	19	445	230	51,7
Arcos de Valdevez	-	-	-	-
Caminha	-	-	-	-
Melgaço	-	-	-	-
Monção	1	15	5	33,3
Paredes de Coura	4	115	36	31,3
Ponte da Barca	-	-	-	-
Ponte de Lima	4	100	59	59,0
Valença	2	60	50	83,3
Viana do Castelo*	6	75	45	60,0
Vila Nova de Cerveira	1	20	20	100

* Alguns equipamentos não possuem informação relativamente à capacidade e número de utentes

A representação espacial destes equipamentos evidencia lacunas nos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha e Ponte da Barca (sem equipamentos), tal como em Melgaço e Vila Nova de Cerveira, os últimos dois, com apenas um destes equipamentos no território concelhio.

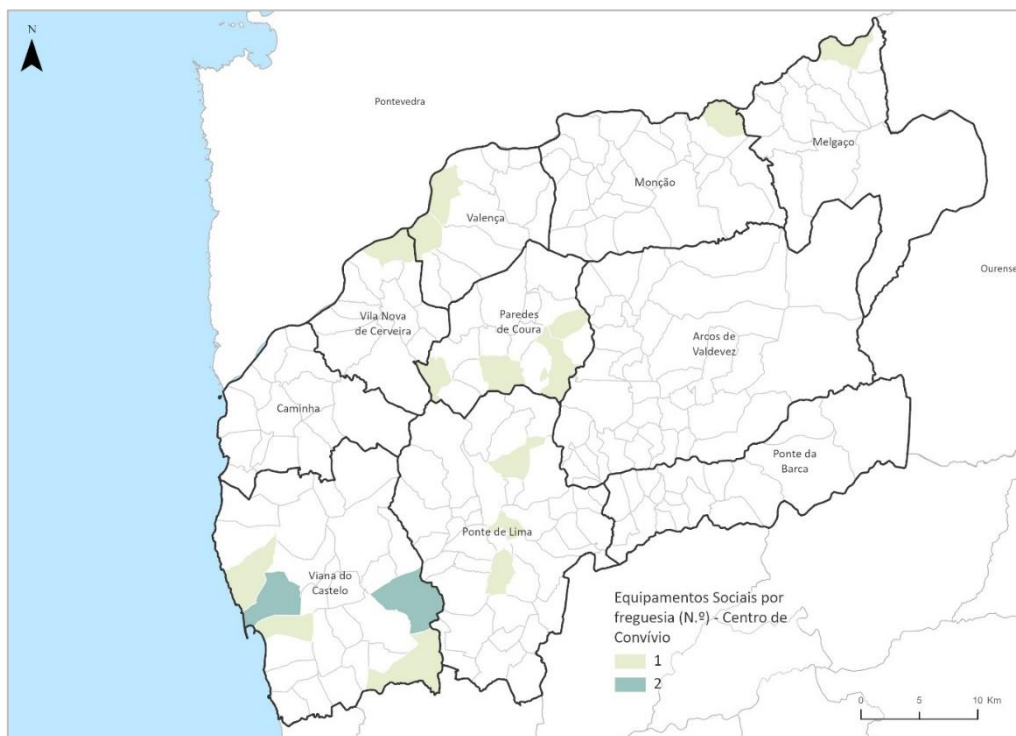


Figura 29. Centros de Convívio por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

A oferta de equipamentos afetos a esta tipologia de serviço social é maior na União das freguesias de Chaviães e Paços em Melgaço, na União das freguesias de Bico e Cristelo em Paredes de Coura e na União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, Viana do Castelo.

Refira-se que os centros de convívio da Associação de Reformados de Darque e da Associação de Reformados e Pensionistas de Barroelas, assim como a Associação Juvenil de Deão, situadas em Viana do Castelo, não possuem informação relativamente à sua capacidade.

Os valores de ocupação média mais elevados situam-se nos concelhos de Valença e Vila Nova de Cerveira, enquanto em Paredes de Coura, o Centro de Convívio do Organismo Utilitário e Social de Apoio Mútuo possui uma ocupação inferior a 15,0%.

Centro de Dia

Um Centro de Dia é uma resposta social desenvolvida em equipamento com o objetivo de prestar um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio familiar e social.

A sub-região do Alto Minho encontra-se equipada com um total de 50 Centros de Dia, com uma oferta destinada a 1.413 idosos. A ocupação média destes estabelecimentos, é relativamente baixa (55,8%), considerando o número total de 788 utentes.

Tabela 27. Resposta social Centro de Dia
 (Fonte: Carta Social)

Centro de Dia					
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)	TCCS* (%)
Alto Minho	50	1.413	788	55,8	-
Arcos de Valdevez	5	105	50	47,6	72,5
Caminha	4	125	81	64,8	118,1
Melgaço	4	90	45	50,0	159,1
Monção	4	81	46	56,0	70,5
Paredes de Coura	3	75	38	50,7	148,5
Ponte da Barca	3	107	74	69,2	199,9
Ponte de Lima	9	250	107	42,8	112,6
Valença	1	35	35	100,0	50,6
Viana do Castelo	14	470	281	59,8	114,7
Vila Nova de Cerveira	3	75	31	41,3	214,5

* Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente

A representação espacial destes equipamentos por freguesia demonstra uma aparente boa dispersão territorial, com um vasto número de freguesias servidas por Centros de Dia. Apenas a União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) possui mais que um destes equipamentos. A capacidade dos Centros de Dia existentes no Alto Minho é globalmente superior nos concelhos de Ponte da Barca e Viana do Castelo, enquanto Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção e Ponte de Lima possuem freguesias nas quais os Centros de Dia têm reduzida capacidade.

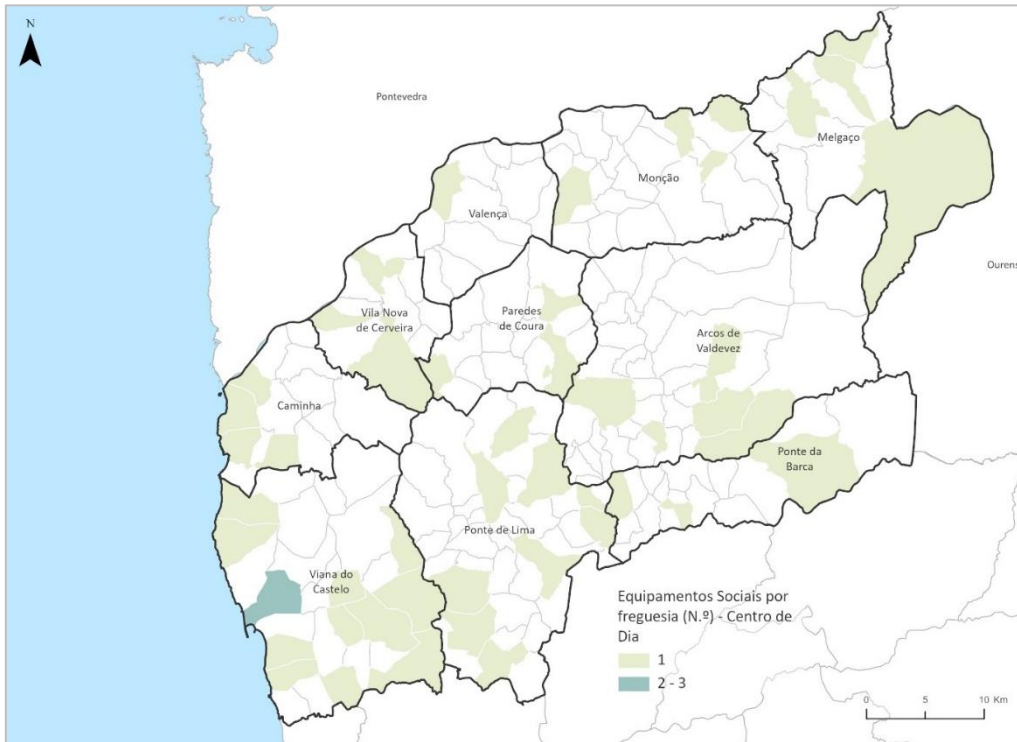


Figura 32. Centros de Dia por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

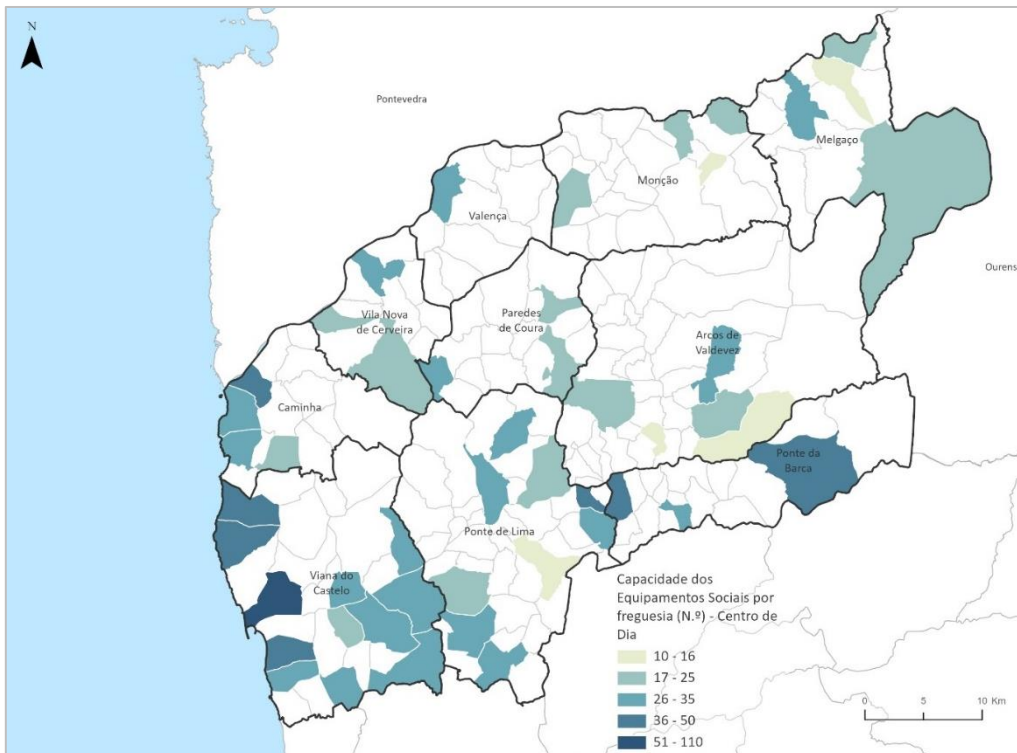


Figura 33. Capacidade dos Centros de Dia por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Apesar de os concelhos analisados anteriormente, possuírem equipamentos com menor capacidade, a sua ocupação média, é, no entanto, tendencialmente superior. Excetua-se apenas, o concelho de Ponte de Lima, pois, de acordo com os dados da carta social, alguns destes equipamentos não têm quaisquer utentes.

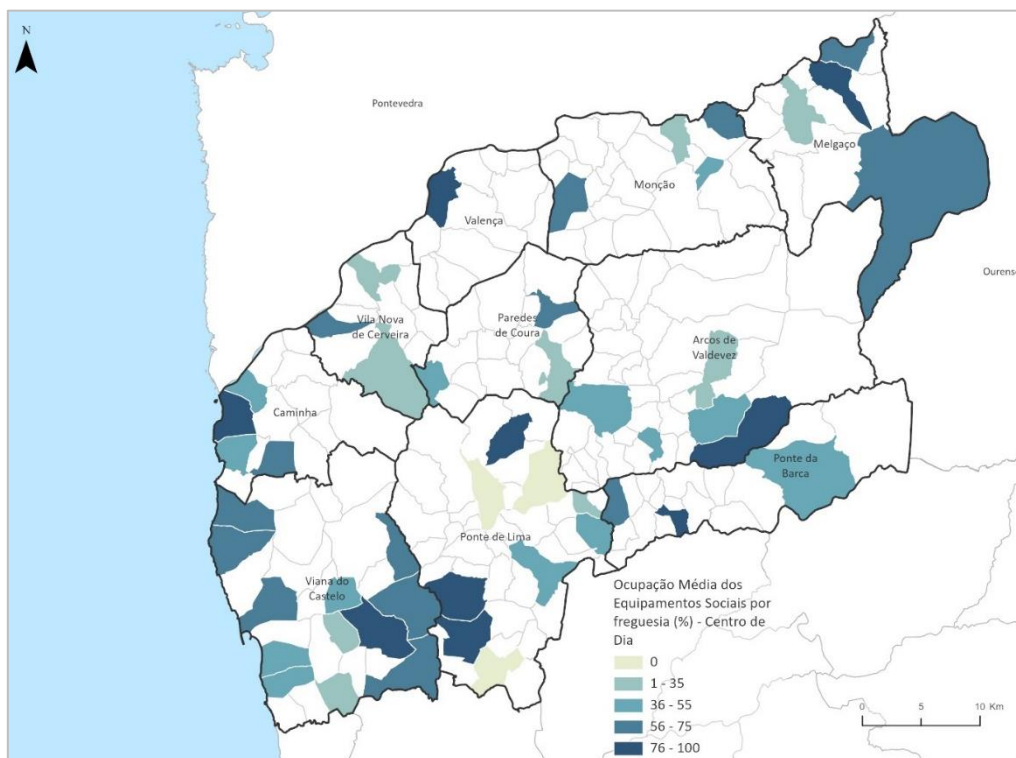


Figura 34. Ocupação média dos Centros de Dia por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

O facto de a ocupação média apresentar em alguns municípios, como no caso de Valença, valores elevados e as respetivas taxas de cobertura da cooperação standardizada apresentarem valores relativamente mais baixos, poderá indiciar a existência de carências na oferta destes equipamentos, face ao número potencial de utentes.

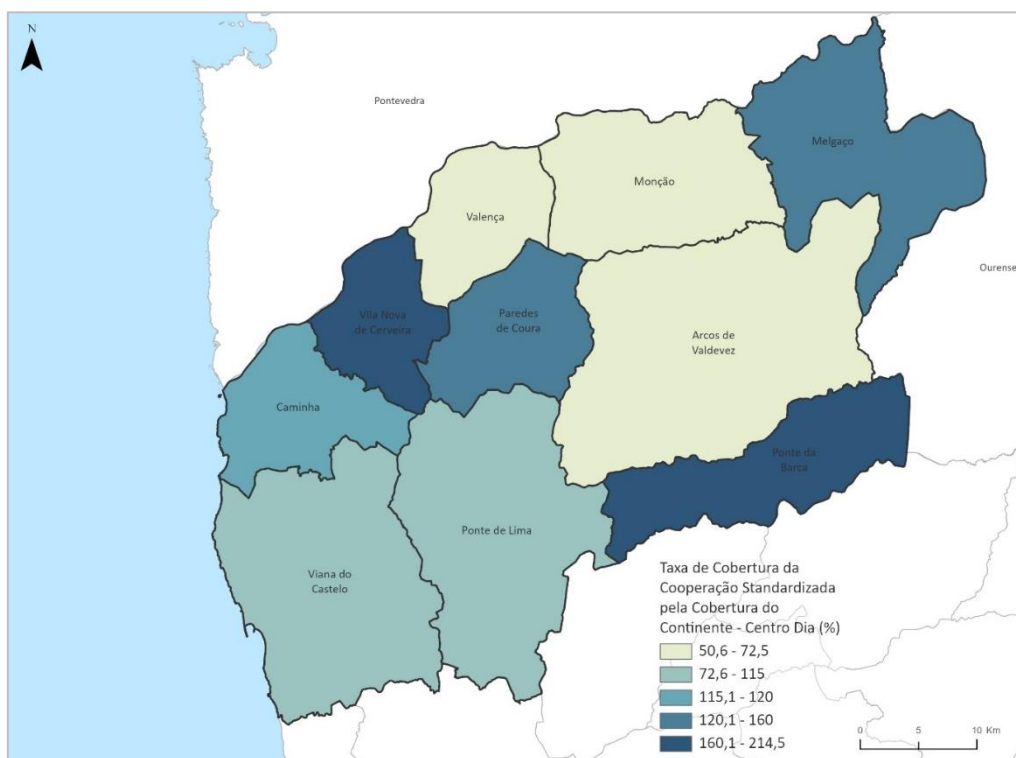


Figura 35. Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente dos Centros de Dia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) é um equipamento coletivo de alojamento permanente ou temporário, destinado a fornecer respostas a idosos em situação de risco com perda de independência e autonomia, bem como, a fornecer apoio institucional a idosos que dele necessitem.

A rede de estabelecimentos ERPI do Alto Minho agrega um total de 66 equipamentos, com uma oferta destinada a 2.624 utentes, e com uma procura de 2.488 utentes, representando uma ocupação média de 94,2% (Tabela 28).

A dispersão desta tipologia de equipamentos é tendencialmente superior, por oposição à maior concentração nas sedes de concelho, observada para as creches ou para os estabelecimentos de ensino Pré-escolar.

Tabela 28. Resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
 (Fonte: Carta Social)

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas					
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)	TCCS* (%)
Alto Minho	66	2.642	2.488	94,2	-
Arcos de Valdevez	8	344	331	96,2	103,0
Caminha	4	176	166	94,3	139,4
Melgaço	4	141	140	99,3	86,7
Monção	7	234	226	96,6	104,0
Paredes de Coura	3	139	134	96,4	166,5
Ponte da Barca	4	157	156	99,4	131,6
Ponte de Lima	13	460	418	90,9	123,8
Valença	2	150	132	88,0	130,0
Viana do Castelo	19	702	680	96,9	91,0
Vila Nova de Cerveira	2	121	105	86,8	154,3

* Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente

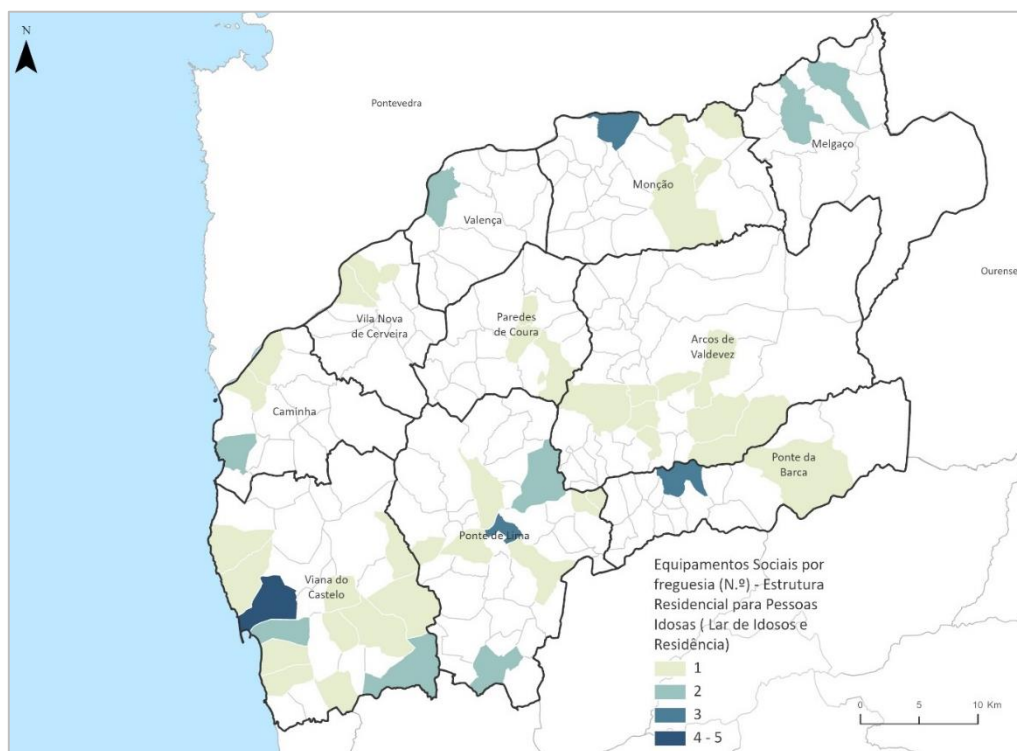


Figura 36. Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas por freguesia
 (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Ainda, assim, verifica-se uma concentração superior da oferta de equipamentos ERPI nas sedes de concelho, tal como observado em Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, ou Viana do Castelo.

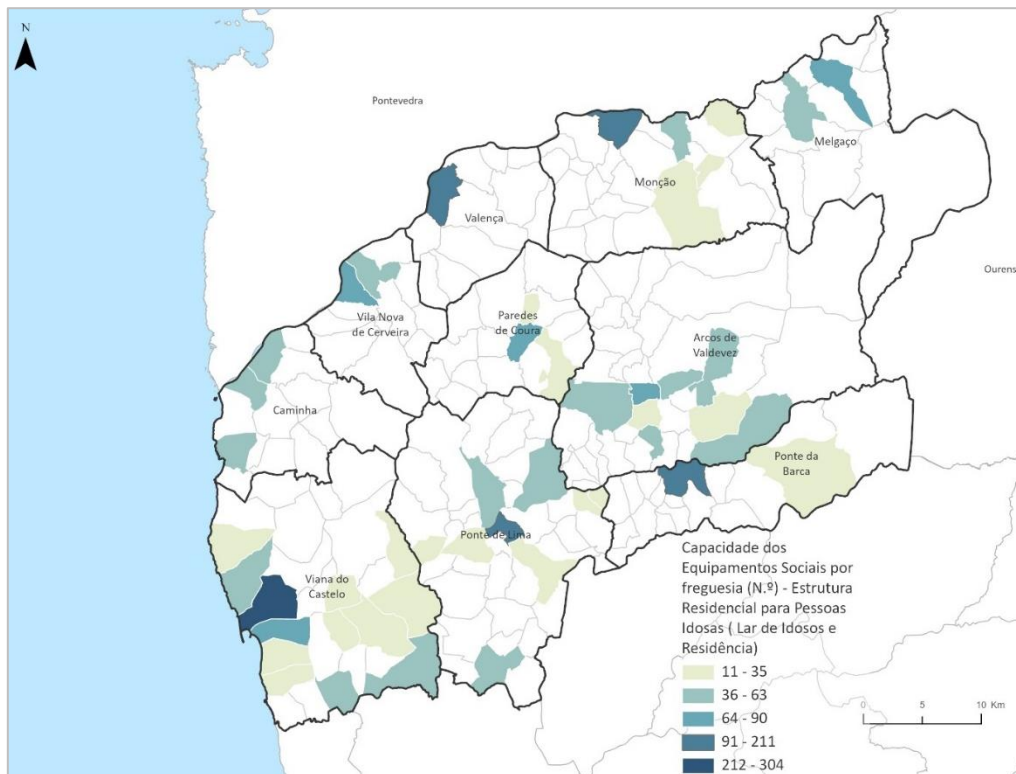


Figura 37. Capacidade das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

A ocupação média dos equipamentos ERPI é globalmente superior nos concelhos de Ponte da Barca, Melgaço e Monção. A única freguesia com uma ocupação média inferior a 65,0% localiza-se no concelho de Ponte de Lima.

Por sua vez, a comparação da Figura 38 e Figura 39 permite aferir a divergência entre a ocupação média dos equipamentos ERPI e a respetiva taxa de cobertura de cooperação, sendo essa clivagem significativa no caso de Melgaço. Neste particular, poder-se-á deduzir carências na oferta destes equipamentos, face ao número de residentes com 65 ou mais anos.

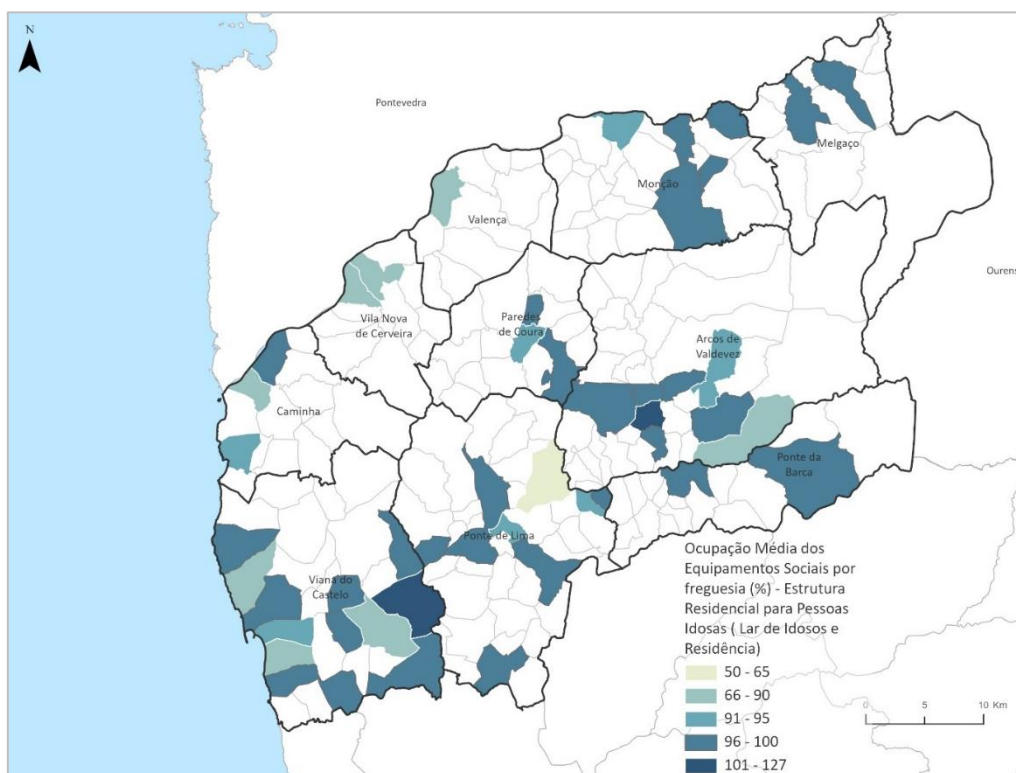


Figura 38. Ocupação média das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

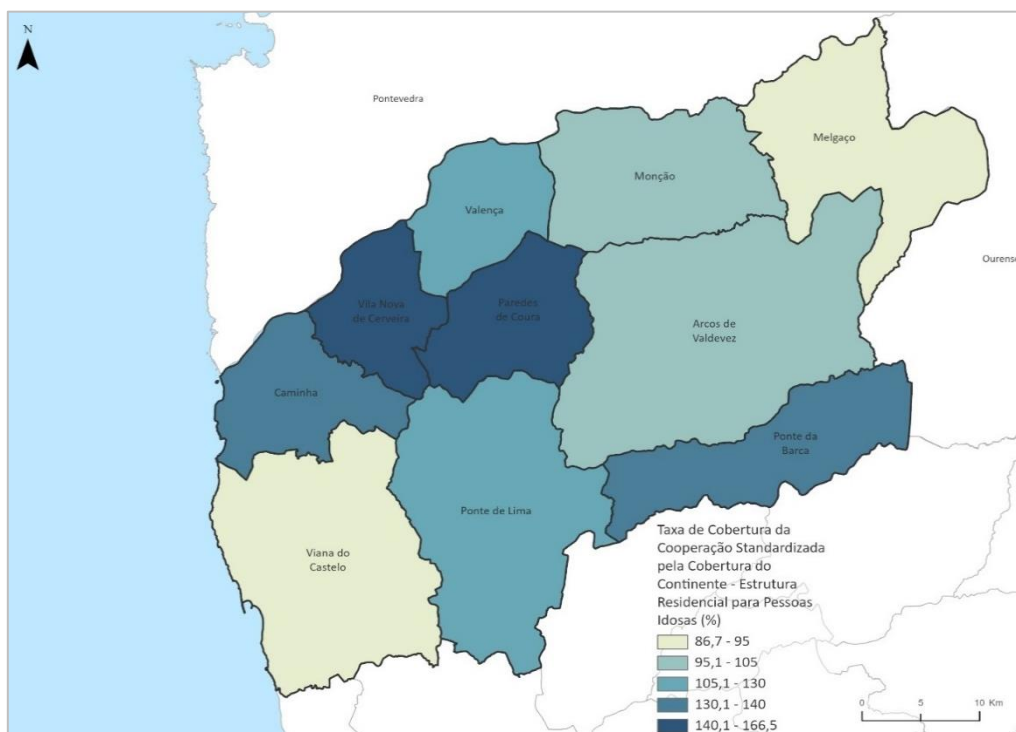


Figura 39. Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados a idosos, que por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, as suas necessidades básicas diárias.

No Alto Minho, a rede de Serviços de Apoio Domiciliário é composta por 78 equipamentos, com uma capacidade operativa até 3.325 utentes. A procura efetiva existente por esta tipologia de equipamento é de 2.284 pessoas, representando uma ocupação média de 68,7% (Tabela 29).

Tabela 29. Resposta social Serviço de Apoio Domiciliário
 (Fonte: Carta Social)

Serviço de Apoio Domiciliário					
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)	TCCS* (%)
Alto Minho	78	3.325	2.284	68,7%	-
Arcos de Valdevez	8	331	250	75,5	116,6
Caminha	4	135	126	93,3	94,1
Melgaço	3	146	150	102,7	146,1
Monção	6	228	188	82,5	114,8
Paredes de Coura	7	261	172	65,9	259,5
Ponte da Barca	5	293	209	71,3	198,0
Ponte de Lima	13	492	383	77,8	126,2
Valença	3	152	59	38,8	59,5
Viana do Castelo	24	1.007	631	62,7	96,3
Vila Nova de Cerveira	5	280	116	41,4	201,1

* Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente

Os equipamentos SAD encontram-se consideravelmente distribuídos pelos concelhos do Alto Minho, com um vasto número de freguesias nas quais se localiza um destes equipamentos. Com efeito, quase um terço das freguesias da sub-região possui um equipamento SAD e quatro possuem dois ou mais destes equipamentos.

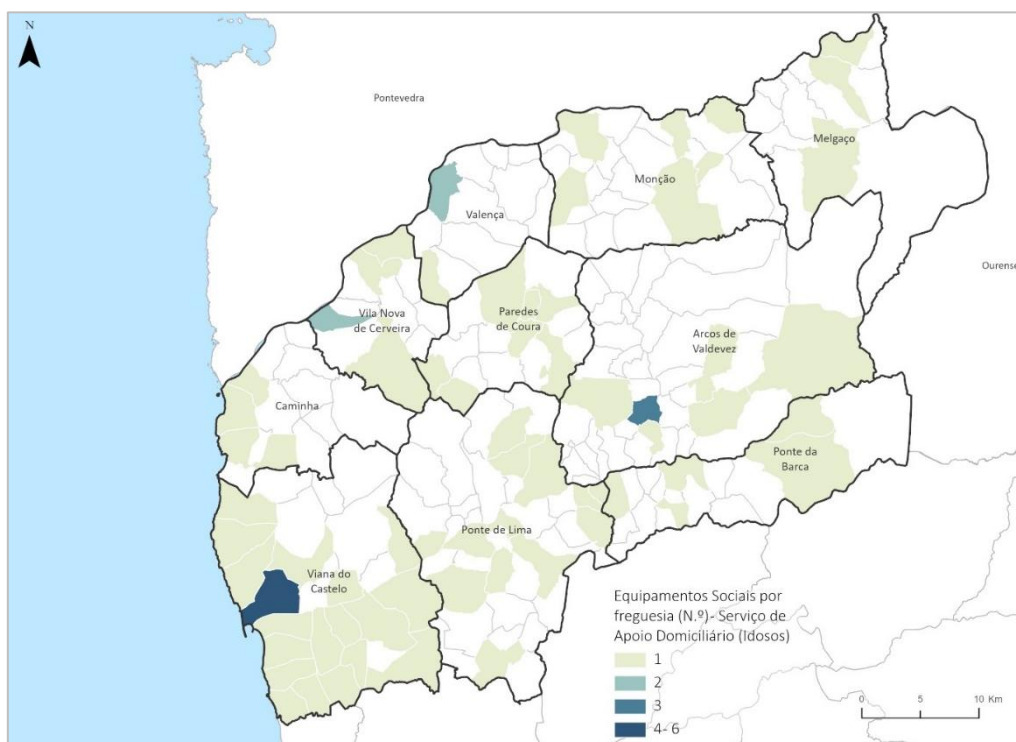


Figura 40. Equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário por freguesia
(Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

A capacidade dos equipamentos sociais desta tipologia apresenta uma capacidade consideravelmente heterogénea, tanto ao nível global do Alto Minho, como entre os próprios concelhos, contudo, poder-se-á generalizar uma oferta mais significativa nas sedes de concelho.

A ocupação média dos equipamentos de apoio domiciliário segue a heterogeneidade verificada na oferta, sendo, porém, o nível de ocupação médio, relativamente elevado. Na União das freguesias de Chaviães e Paços em Melgaço e na freguesia de Areosa em Viana do Castelo a procura suplanta a oferta.

No que concerne à taxa de cobertura de cooperação standardizada deste serviço social, salienta-se que apenas dois concelhos possuem um registo inferior a 60,0%, enquanto sete concelhos ultrapassam os valores de referência verificados ao nível do continente, nomeadamente, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira.

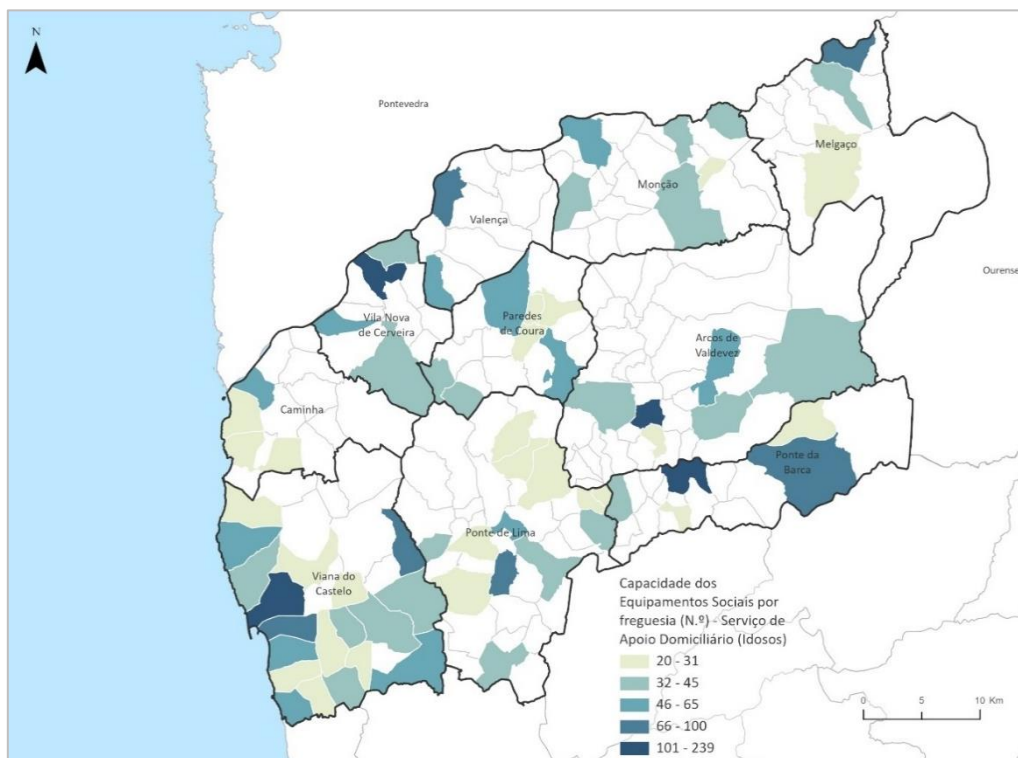


Figura 41. Capacidade dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

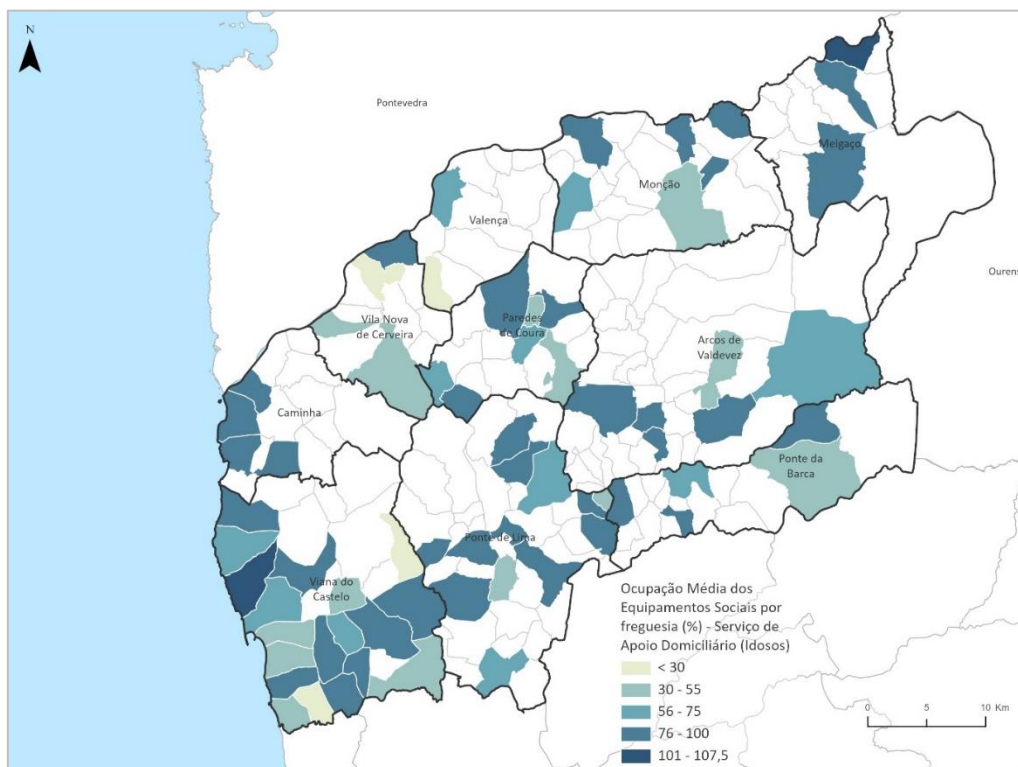


Figura 42. Ocupação média dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

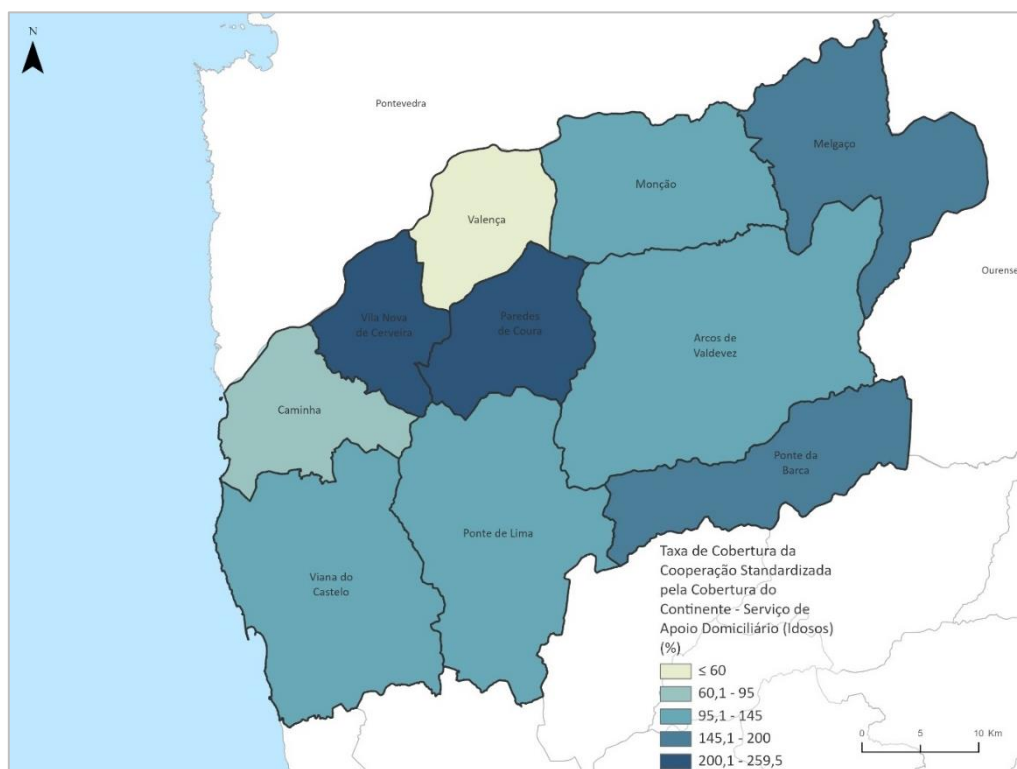


Figura 43. Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada pela Cobertura do Continente dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

7.3. Pessoas em situação de dependência

Neste subcapítulo apresentam-se as respostas sociais mais relevantes no Alto Minho, destinadas às pessoas em situação de dependência, encontrando-se a listagem completa de equipamentos apresentada no Anexo II. A Figura seguinte mostra a localização dos equipamentos que prestam serviços destinados a este grupo-alvo, nos concelhos do Alto Minho.

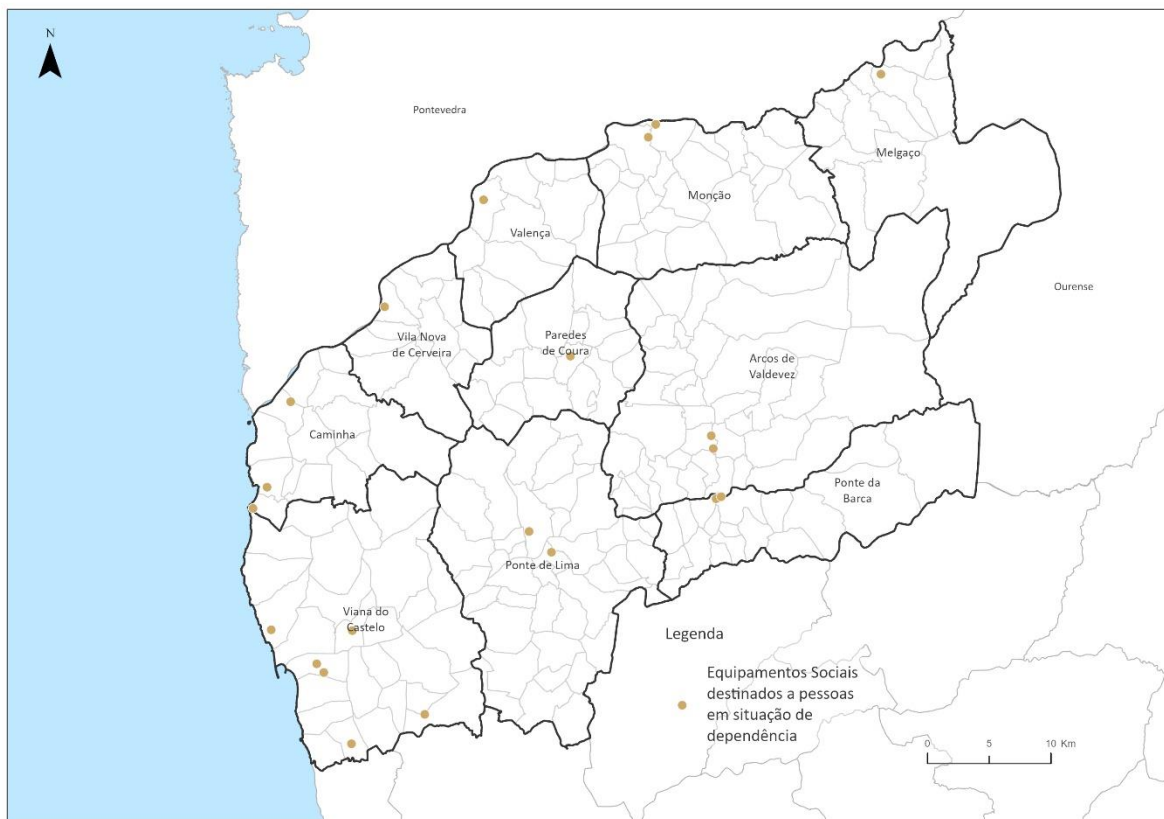


Figura 44. Equipamentos sociais destinados a pessoas em situação de dependência no Alto Minho (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Para este grupo-alvo, verifica-se uma menor quantidade de equipamentos relativamente aos analisados nos subcapítulos anteriores, devido às menores necessidades, sendo ainda visível um maior equilíbrio entre os vários concelhos, o que permite uma resposta mais local e próxima dos utentes. Viana do Castelo, como sede de distrito e concelho mais populoso, apresenta maior quantidade de equipamentos, como expectável.

Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)

Esta tipologia de cuidados continuados integrados presta cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódios de doença aguda ou necessidade de prevenção de agravamento de doença.

Os nove equipamentos de ULDM existentes fornecem uma capacidade destinada a 190 pessoas. A elevada ocupação média (97,4%) deve-se aos 185 utentes servidos (Tabela 30).

Tabela 30. Resposta social Unidade de Longa Duração e Manutenção
(Fonte: Carta Social)

Unidade de Longa Duração e Manutenção				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Alto Minho	9	190	185	97,4
Arcos de Valdevez	1	28	28	100,0
Caminha	1	20	20	100,0
Melgaço	1	21	18	85,7
Monção	1	17	17	100,0
Paredes de Coura	1	22	21	95,5
Ponte da Barca	2	36	36	100,0
Ponte de Lima	1	30	29	96,7
Valença	-	-	-	-
Viana do Castelo*	1	16	16	100,0
Vila Nova de Cerveira	-	-	-	-

Valença e Vila Nova de Cerveira não possuem qualquer equipamento de ULDM, enquanto Ponte da Barca regista dois destes equipamentos, sendo, também, o concelho com a maior oferta.

À exceção de Caminha, os restantes concelhos possuem a oferta de equipamentos de ULDM localizada na sede de concelho.

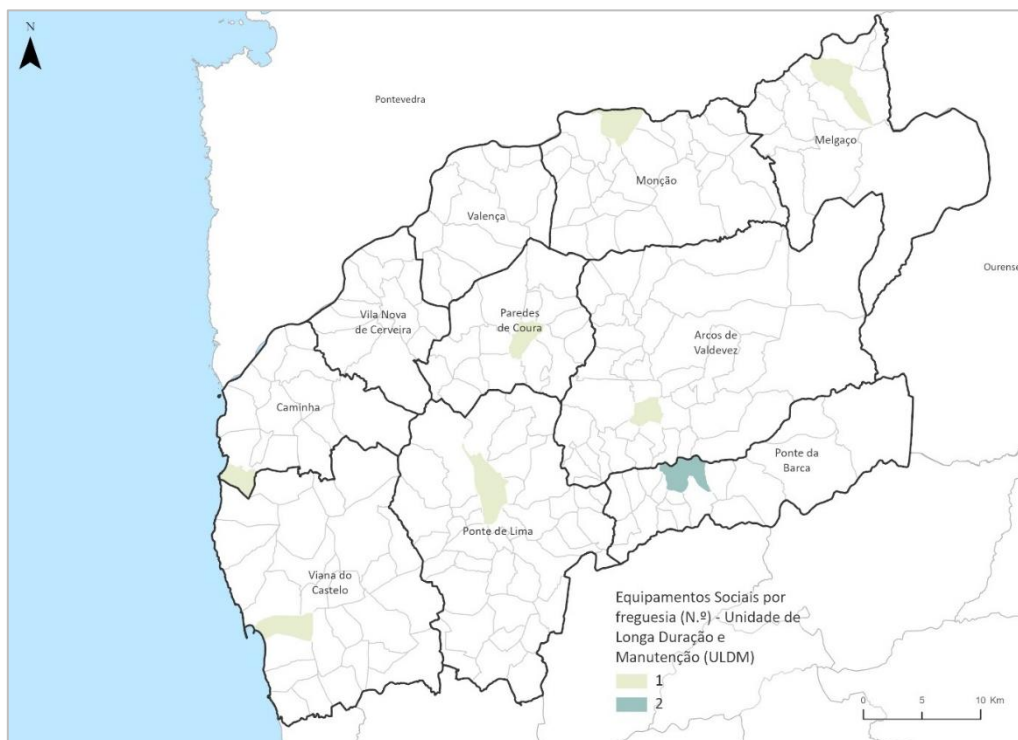


Figura 45. Unidades de Longa Duração e Manutenção por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

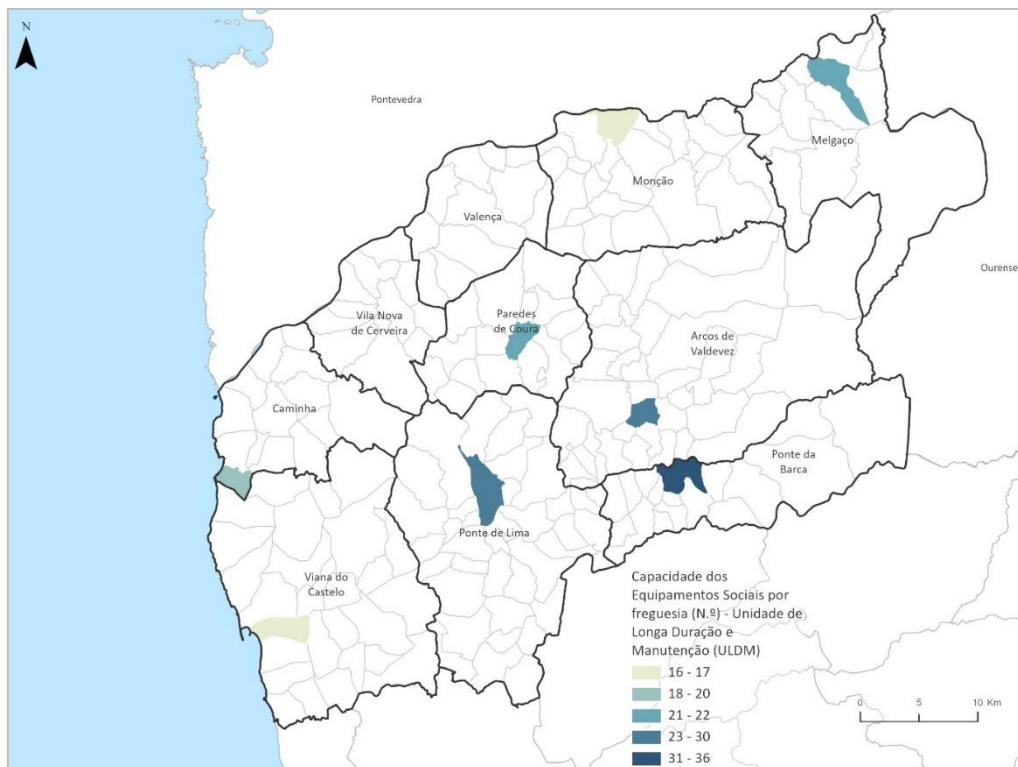


Figura 46. Capacidade das Unidades de Longa Duração e Manutenção por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Apenas Melgaço e Ponte de Lima apresentam valores de ocupação média inferiores, mas, ainda assim, superiores a 85,0%.

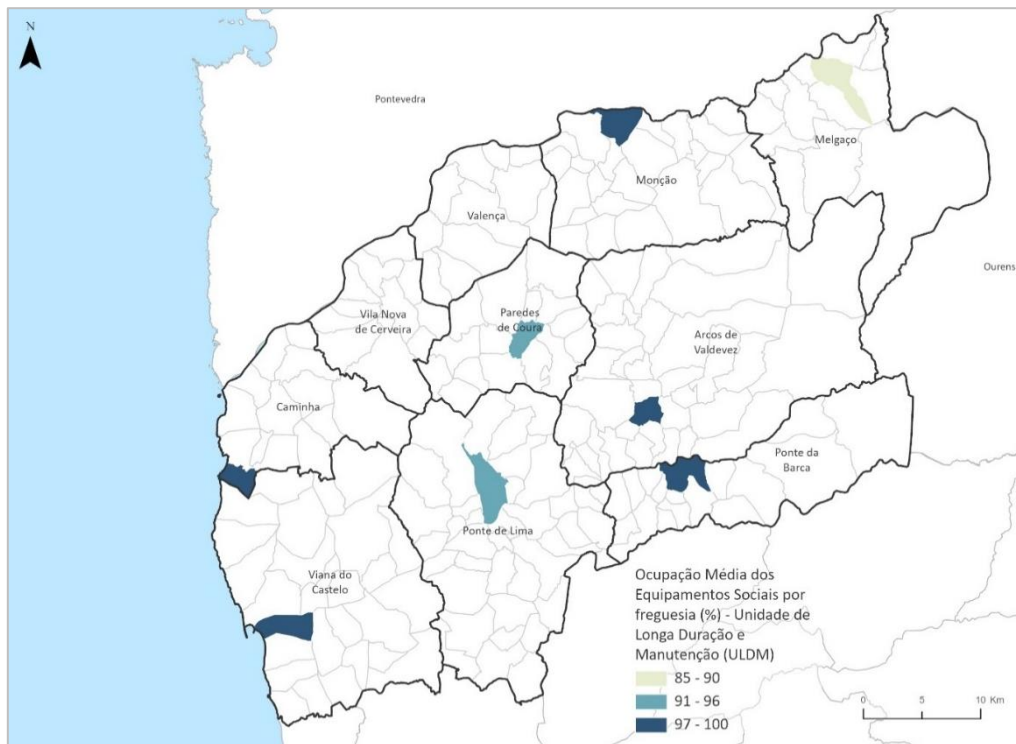


Figura 47. Ocupação média das Unidades de Longa Duração e Manutenção por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

7.4. Família e comunidade

Neste subcapítulo apresentam-se as respostas sociais mais relevantes no Alto Minho, destinadas à família e comunidade, encontrando-se a listagem completa de equipamentos apresentada no Anexo II. A Figura seguinte mostra a localização dos equipamentos que prestam serviços destinados a este grupo-alvo, nos concelhos do Alto Minho.

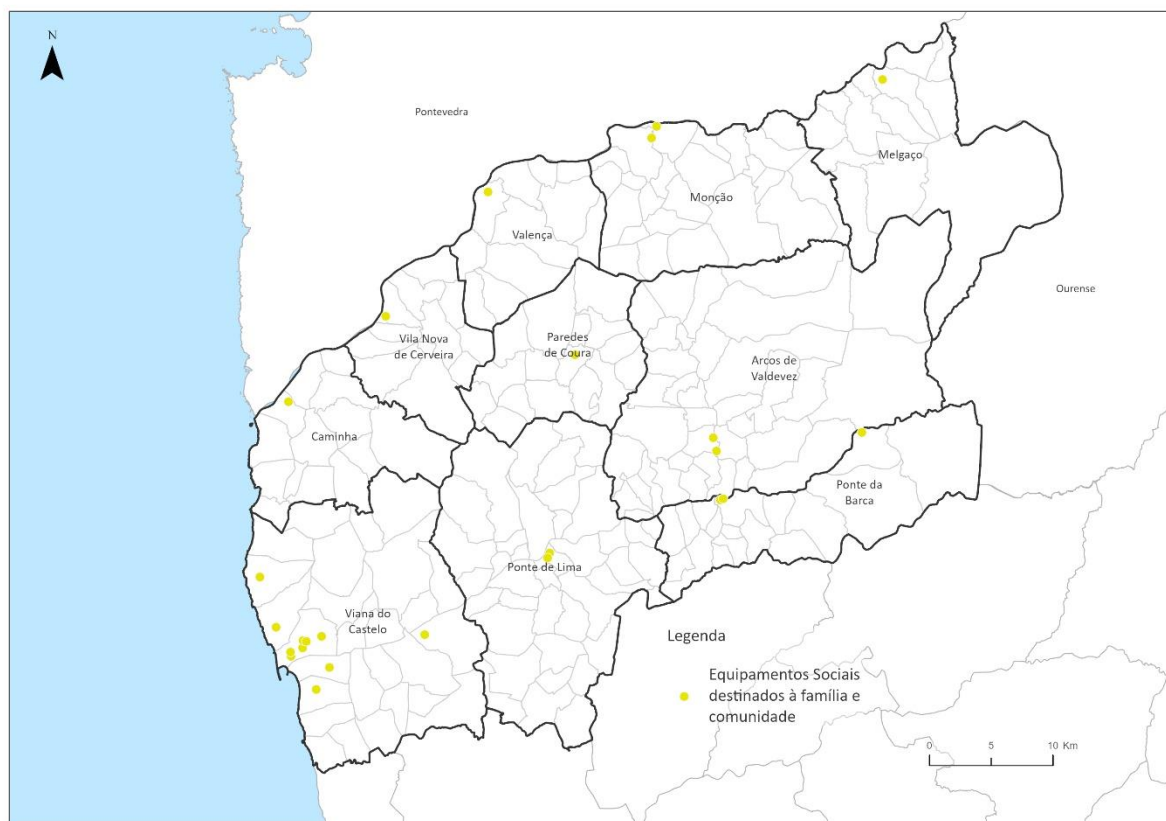


Figura 48. Equipamentos sociais destinados à família e comunidade no Alto Minho
 (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

Para este grupo-alvo, verifica-se uma quantidade intermédia de equipamentos relativamente aos analisados nos subcapítulos anteriores, evidenciando-se, uma vez mais, Viana do Castelo, concelho com mais população. Apesar de se observar pelo menos um equipamento por concelho, este valor não se encontra diretamente relacionado com o número de habitantes nem com as famílias presentes no território, sendo necessária uma análise mais detalhada relativamente aos serviços providenciados para aferir a sua suficiência.

Ajuda alimentar a carenciados

O apoio alimentar às famílias carenciadas pretende ser um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social.

Existem na sub-região 17 equipamentos prestadores de Ajuda Alimentar a Carenciados, com capacidade para prestar auxílio a um total de 2.471 pessoas. O número de utentes servidos é de 2.409 pessoas, o que significa uma ocupação média de 97,5% (Tabela 31).

Tabela 31. Resposta social Ajuda Alimentar a Carenciados
 (Fonte: Carta Social)

Ajuda Alimentar a Carenciados				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Alto Minho	17	2.471	2.409	97,5
Arcos de Valdevez	1	140	140	100,0
Caminha	1	-	-	-
Melgaço	1	106	106	100,0
Monção	1	218	218	100,0
Paredes de Coura	1	104	94	90,4
Ponte da Barca	2	140	139	99,3
Ponte de Lima	1	493	493	100,0
Valença	1	160	160	100,0
Viana do Castelo	7	1000	949	94,9
Vila Nova de Cerveira	2	110	110	100,0

A rede de equipamentos de ajuda alimentar a carenciados estende-se à totalidade dos concelhos do Alto Minho, sendo que apenas Ponte da Barca e Viana do Castelo possuem mais que um destes equipamentos. Em Caminha, Ponte da Barca e Viana do Castelo existem equipamentos sem informação relativamente à oferta e procura. Ainda assim, é possível aferir uma maior oferta nos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, este último com a maior capacidade, providenciada apenas por um equipamento.

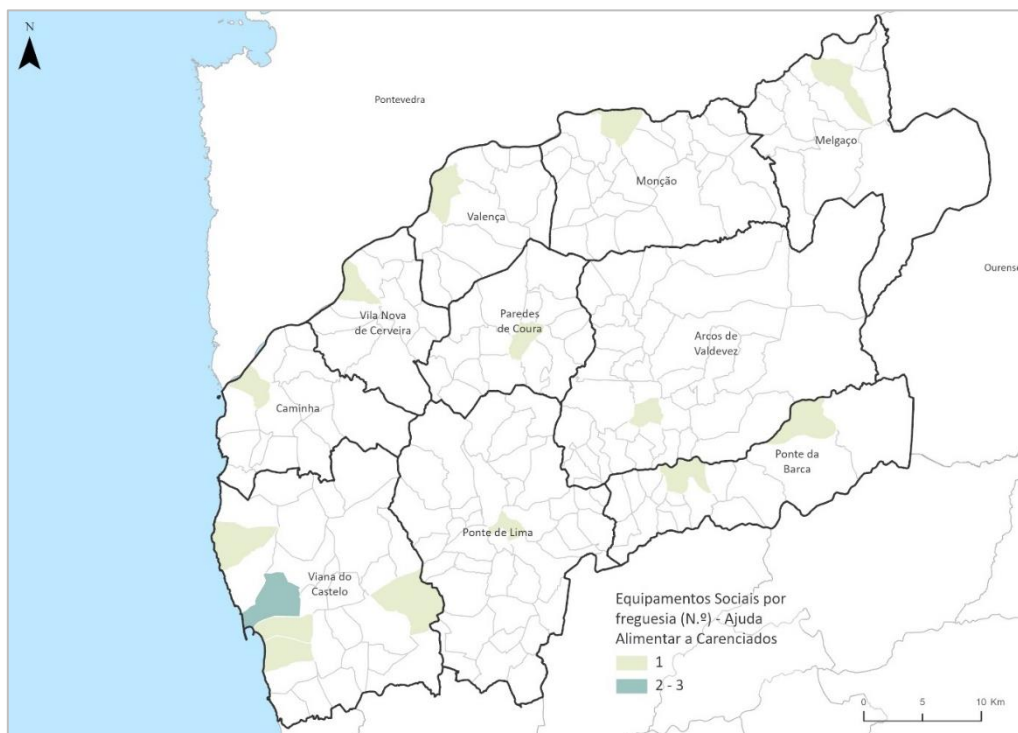


Figura 49. Equipamentos de Ajuda Alimentar a Carentes por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

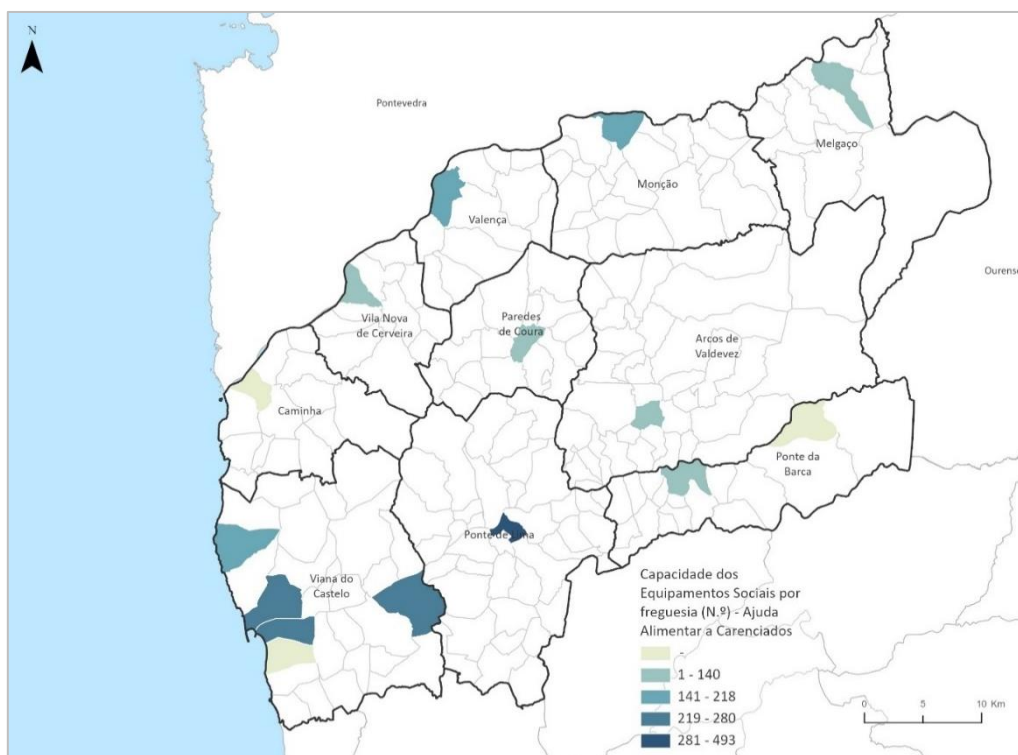


Figura 50. Capacidade dos equipamentos de Ajuda Alimentar a Carentes por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

À exceção das freguesias onde se situam os equipamentos nos quais a informação é omissa, a ocupação desta tipologia de equipamentos e resposta social é globalmente elevada.

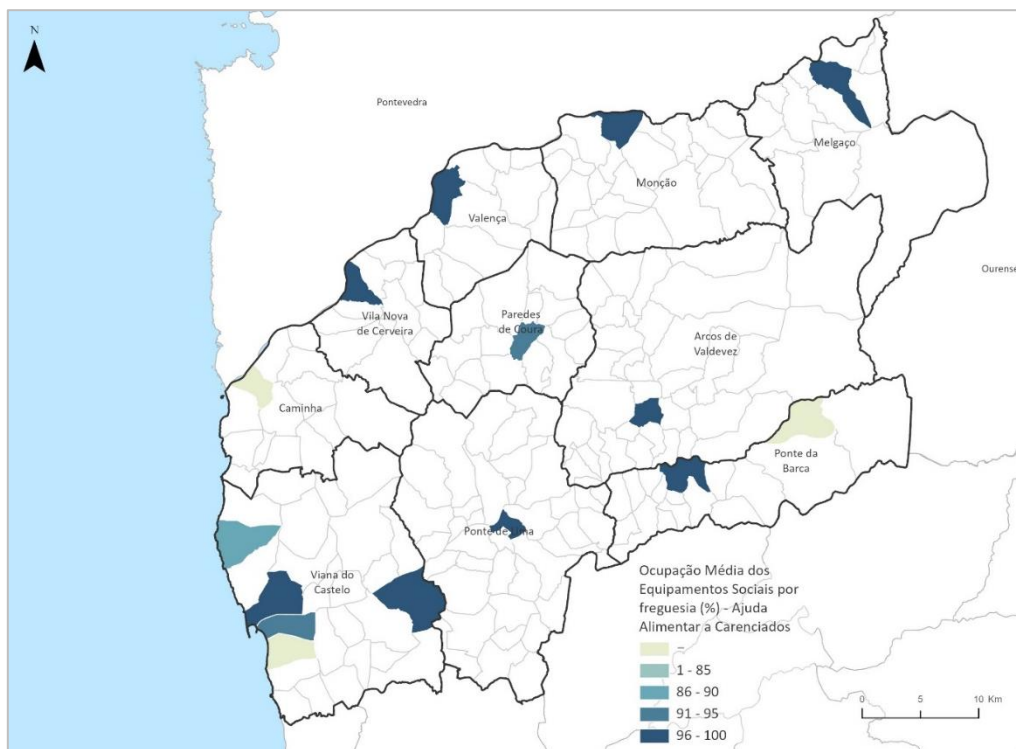


Figura 51. Ocupação média dos equipamentos de Ajuda Alimentar a Carentes por freguesia (Elaboração própria; Fonte: Carta Social)

8. Temáticas identificadas como prioritárias a nível municipal

O enquadramento estratégico inerente ao diagnóstico social do Alto Minho envolve não apenas os documentos de âmbito nacional, regional e supramunicipal, como também uma análise individual a cada território concelhio. Nesse sentido, procedeu-se, entre outros fatores, à análise dos planos de desenvolvimento social existentes para os vários municípios do Alto Minho.

Como se verifica no Quadro seguinte, a situação dos vários planos para os diferentes municípios é distinta, havendo alguns bem mais atualizados que outros. Esta situação causa alguns inconvenientes à análise das características sociais do território, bem como a avaliação das carências e oportunidades. Porém, a análise dos vários documentos mostra que as temáticas consideradas mais relevantes pelos concelhos, apesar de distintas (devido à especificidade dos territórios), evidenciam bastantes similaridades.

Concelho	Diagnóstico Social	Plano de Desenvolvimento Social	Plano de Ação Social	Carta Social
Arcos de Valdevez	2013	2013-2016		
Caminha	2013	2013-2016		
Melgaço	2013	2014 - 2016		
Monção	2018	2013	2021	
Paredes de Coura	2015	2013-2016	2019	
Ponte da Barca	2013	2013		
Ponte de Lima	2013	2014 - 2017	2016	
Valença	2020	2021-2025		2021
Viana do Castelo	2013	2013-2016		
Vila Nova de Cerveira	2018	2019 - 2020	2021	

Quadro 10. Anos de elaboração dos documentos relativos ao desenvolvimento social dos concelhos do Alto Minho

No caso dos diagnósticos sociais, verifica-se que os problemas e necessidades identificados pelos municípios do Alto Minho no âmbito dos Diagnósticos sociais municipais incidiram particularmente em nove temáticas (Quadro 11), verificando-se a maior relevância de três temas: “Educação, emprego e formação profissional”; “Equipamentos e respostas sociais”; e “Família e comunidade”. No Anexo I, apresentam-se em maior detalhe os problemas e necessidades identificados nos diagnósticos sociais, desenvolvidos pelos municípios do Alto Minho.

Concelho	Temáticas consideradas nos diagnósticos sociais de âmbito municipal								
	FC	Sa	EEF	EI	HA	GHEV	ERS	ACT	S
Arcos de Valdevez	x	x	x						
Caminha	x		x	x	x	x	x		
Melgaço			x	x	x		x		
Monção		x	x		x		x	x	
Paredes de Coura	x		x	x		x	x		
Ponte da Barca	x	x	x		x		x		
Ponte de Lima	x		x	x			x		
Valença	x	x		x	x	x	x		
Viana do Castelo	x	x	x	x	x	x	x		x
Vila Nova de Cerveira	x	x	x	x	x		x	x	
Total de referências	8	6	9	7	7	4	9	2	1

Quadro 11. Temáticas dos problemas e necessidades consideradas mais relevantes nos diagnósticos sociais de âmbito municipal nos concelhos do Alto Minho

FC - Família e comunidade; Sa – Saúde; EEF - Educação, emprego e formação profissional; EI – Envelhecimento e isolamento; HA - Habitação e acessibilidades; GHEV - Grupos humanos especialmente vulneráveis; ERS - Equipamentos e respostas sociais; ACT - Ambiente, Cultura e turismo; Se – Segurança.

No que se refere aos planos de desenvolvimento social, apesar de datas de elaboração díspares, verifica-se que a sua estrutura é bastante similar, encontrando-se, em geral, organizados em Eixos, Objetivos estratégicos, e Objetivos específicos (Quadro 12).

As temáticas identificadas na fase de diagnóstico continuam a vigorar para a definição dos eixos temáticos em que se organizam os objetivos, embora alguns municípios mostrem uma reestruturação dos eixos, encontrando-se algumas temáticas agrupadas ou distribuídas por vários eixos. Verifica-se que a “Família e Comunidade” e a “Educação, emprego e formação profissional” continuam a assumir um papel bastante relevante, sendo as bases para a resolução/mitigação de grande parte dos problemas sociais observados. Seguem-se as medidas relacionadas com os “Equipamentos e respostas sociais” e a “Saúde”, sendo que esta última inclui a saúde mental.

Concelho	Temáticas consideradas nos planos de desenvolvimento social de âmbito municipal							
	FC	Sa	EEF	EI	HA	GHEV	ERS	ACT
Arcos de Valdevez	x	x	x					
Caminha	x		x	x	x	x	x	
Melgaço	x		x				x	
Monção		x	x		x		x	x
Paredes de Coura	x		x					
Ponte da Barca	x	x	x	x				
Ponte de Lima	x		x	x			x	
Valença	x	x		x	x		x	
Viana do Castelo	x	x	x					
Vila Nova de Cerveira	x		x				x	
Total de referências	9	5	9	4	3	1	6	1

Quadro 12. Temáticas consideradas mais relevantes nos planos de desenvolvimento social de âmbito municipal nos concelhos do Alto Minho

FC - Família e comunidade; Sa – Saúde; EEF - Educação, emprego e formação profissional; EI – Envelhecimento e isolamento; HA - Habitação e acessibilidades; GHEV - Grupos humanos especialmente vulneráveis; ERS - Equipamentos e respostas sociais; ACT - Ambiente, Cultura e turismo.

9. Contributos do processo participativo

No processo de planeamento estratégico, torna-se essencial a integração dos contributos das várias instituições e sociedade, através de um processo participativo, sendo ainda mais relevante no contexto da intervenção social. Os vários atores devem ser integrados nas diferentes fases do processo de planeamento, de forma a acolher a sua opinião e sugestões, recolher informação mais localizada, bem como proporcionar a definição de propostas mais ajustadas às suas necessidades e anseios. Proporciona ainda uma maior articulação entre os vários intervenientes na procura de propostas coletivas, num ambiente de partilha e colaboração, onde a opinião e intervenção de todos conta.

Segundo o Guia para a elaboração de PDS (IDS, 2002), o PDS *“é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social”*, sendo, por isso desejável e, sobretudo, necessário o envolvimento mediado dos atores e agentes dos quais depende a sua implementação e sucesso, quer no diagnóstico da situação social existente, quer na definição da situação social desejável, quer ainda na *“programação das etapas e estratégias a desenvolver para alcançar essa situação”*.

A metodologia participativa, a sua operacionalização e a definição dos canais e instrumentos para a sua concretização serão concertadas no âmbito do **Grupo de Trabalho Restrito (GTR)**, grupo que, tendo em conta a natureza das opções metodológicas em causa no PDS, é composto por representantes políticos e quadros técnicos designados por cada um dos municípios, assim como por outras entidades da plataforma supraconcelhia da Rede Social. O GTR é constituído pelas seguintes entidades:

- Centro Distrital de Segurança Social Viana do Castelo
- Confederação Empresarial do Alto Minho
- CM Arcos de Valdevez
- CM Caminha
- CM Melgaço
- CM Monção
- CM Paredes de Coura
- CM Ponte da Barca
- CM Ponte de Lima

- CM Valença
- CM Viana do Castelo
- CM Vila Nova de Cerveira
- CIM Alto Minho
- Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- União das Misericórdias Portuguesas
- Unidade Local de Saúde do Alto Minho
- União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social
- EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza

Além destes intervenientes, foi também definido um **Grupo de Trabalho Alargado (GTA)**, compreendendo um conjunto alargado de intervenientes, identificados pelos vários municípios (tendo em conta os respetivos critérios, alinhados com as opções estratégicas de política social de cada um), cuja participação na elaboração de um instrumento supramunicipal é fundamental. Neste sentido, procurou-se envolver:

- a) aqueles que vão estar envolvidos na implementação dos planos (representantes, técnicos e voluntários de ONG e de projetos em curso que venham a ser incorporados no Plano, representantes de empresas, etc.);
- b) os responsáveis pela gestão e o acompanhamento da implementação do Plano (que podem ser ou não os parceiros obrigatórios do CLAS);
- c) aqueles que serão beneficiados pelos planos (membros dos grupos-alvo; outros participantes – como por exemplo, animadores comunitários).

A componente participativa irá ocorrer ao longo de todo o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho, nomeadamente com a realização de sessões participativas, inquéritos, sessões de trabalho coletivo e workshops temáticos.

Na primeira fase, Diagnóstico Social Intermunicipal, decorreram os seguintes momentos de participação dos atores chave, cuja descrição e resultados são apresentados nos subcapítulos seguintes: contributos preliminares do GTR; sessão participativa com o GTA (assembleia virtual); e Inquérito de diagnóstico ao GTA.

9.1. Contributos prévios das entidades do GTR

Num momento inicial da dinâmica participativa, foi realizado um inquérito às entidades do Grupo de Trabalho Restrito, com o preenchimento de uma “Ficha para recolha de contributos prévios”, no sentido de auscultar as perspetivas de cada um relativamente aos problemas, desafios e carências a nível social.

Foram rececionadas 7 respostas, nomeadamente seis provenientes de municípios e uma de uma instituição (Instituto Politécnico de Viana do Castelo). A Ficha compreendeu quatro questões, para as quais se apresenta seguidamente as principais conclusões acerca das respostas obtidas. Além destas, foram solicitados comentários e contributos relativos a aspetos metodológicos do PDS Alto Minho, assim como o ponto de situação da elaboração do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social de âmbito municipal (apenas no caso dos municípios).

Q1 - Quais são, numa perspetiva alargada, as três principais problemáticas ou necessidades de intervenção que sobressaem no contexto da intervenção social na NUTS III Alto Minho?

As respostas a esta questão mostram uma relevância das problemáticas associadas à população sénior, em tendência de crescimento no Alto Minho, à semelhança da realidade nacional e regional.

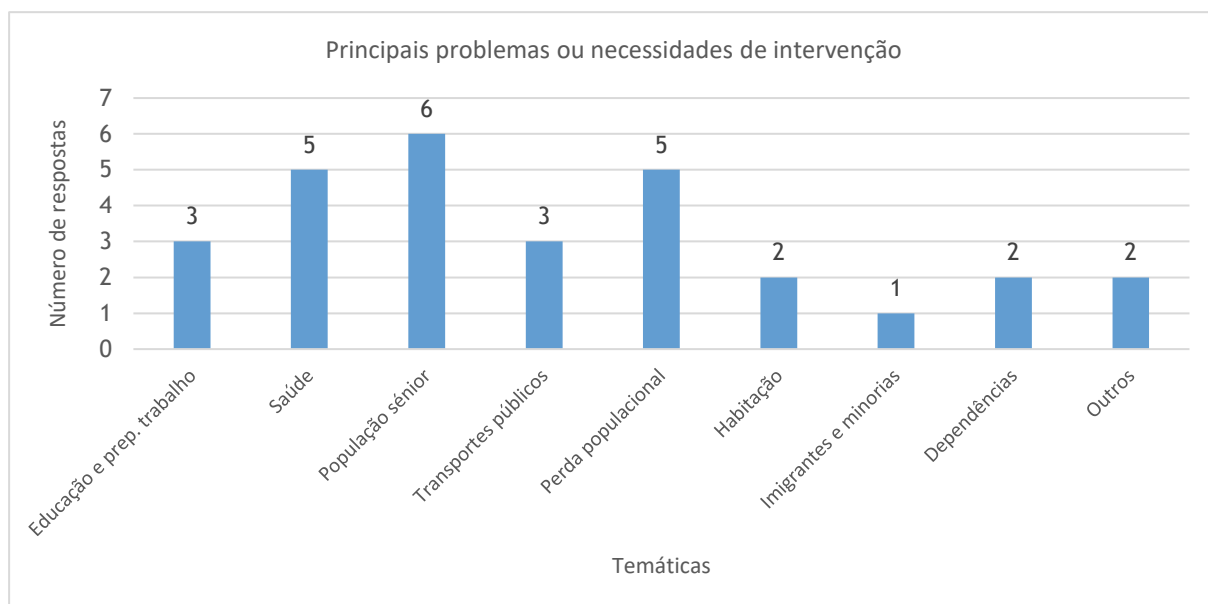


Gráfico 61. Temáticas dos principais problemas e necessidades de intervenção referidos no inquérito do GTR

Seguem-se os domínios da saúde (sendo frequentemente referida a saúde mental) e a perda populacional, com graves e evidentes impactos a nível social, como também económico.

Q2 - Quais os domínios de intervenção estratégica e tipologias de respostas sociais que mais poderão beneficiar de uma abordagem supramunicipal em sede do PDS do Alto Minho?

Relativamente a questão dos domínios que seriam beneficiados por uma abordagem supramunicipal, com o trabalho em rede e articulação das várias entidades, destacam-se as respostas relacionadas com saúde (9), seguidas da educação e qualificação (6 respostas) e população sénior (5 respostas). Ainda nesta questão, foram dadas respostas várias (outros), dirigidas em especial os grupos humanos especialmente vulneráveis (7 respostas).

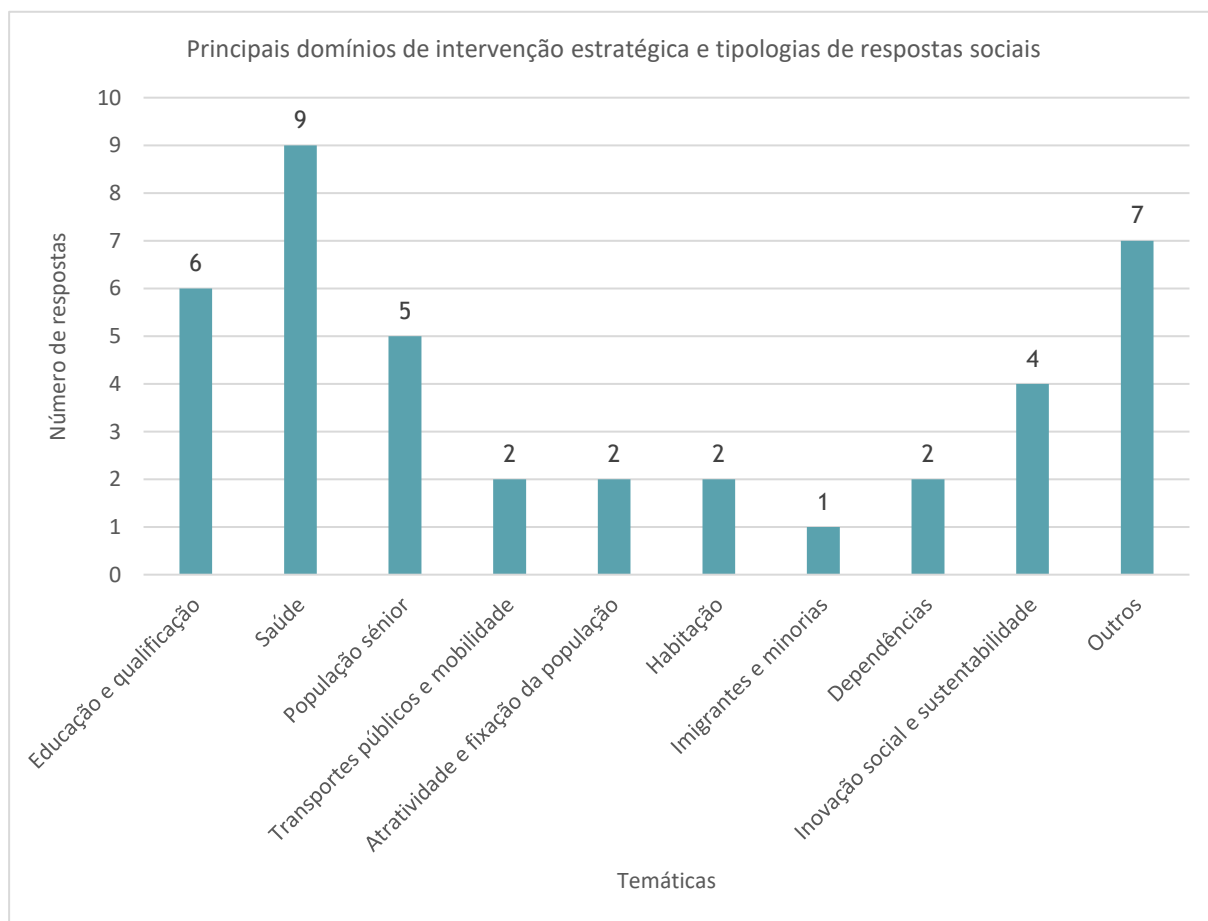


Gráfico 62. Principais domínios de intervenção estratégica e tipologias de respostas sociais referidos no inquérito do GTR

Q3 - No âmbito específico de atuação da entidade que representa, quais são os três principais desafios (contextuais e/ou organizacionais) que considera mais relevantes e em que medida considera que o PDS Alto do Minho o/a poderá ajudar a enfrentá-los?

Os principais desafios identificados na atuação das entidades prendem-se sobretudo com a inovação e sustentabilidade das instituições (6 respostas), bem como com a educação e qualificação (5 respostas), seguindo-se a saúde e população sénior, denotando-se alguma correspondência com as repostas da questão anterior.

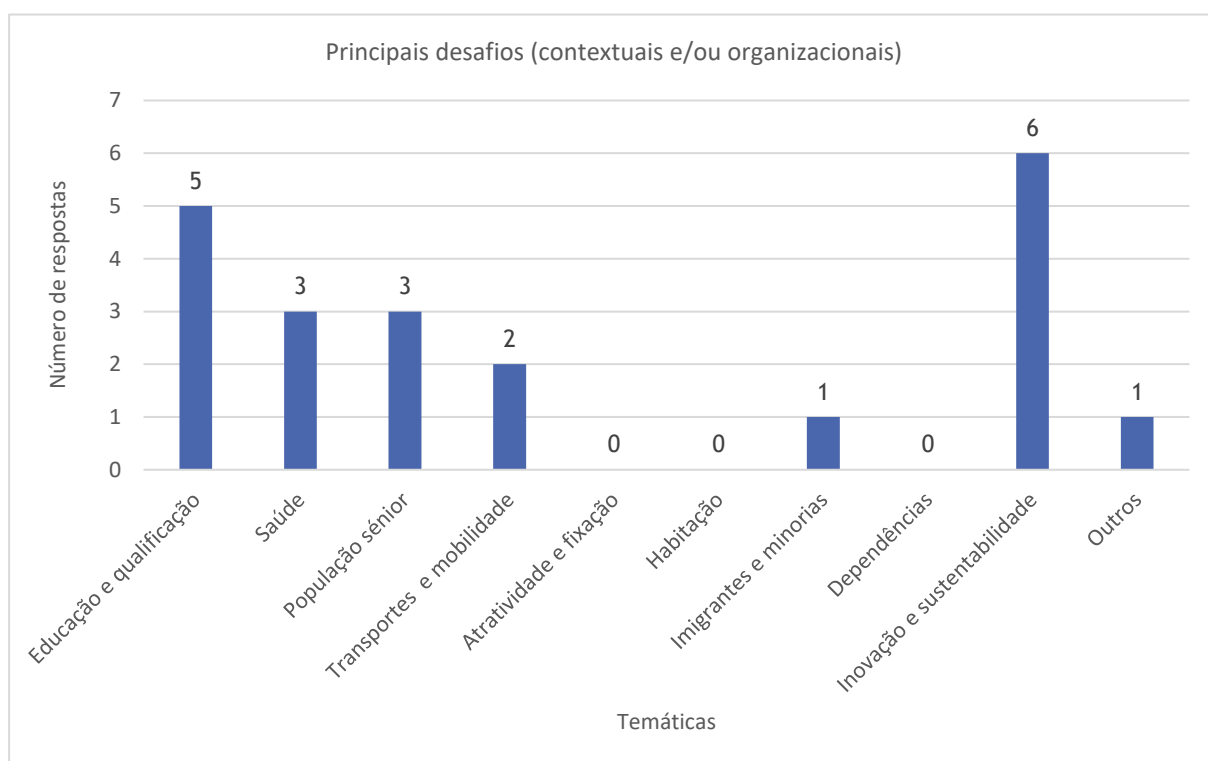


Gráfico 63. Principais desafios (contextuais e/ou organizacionais) referidos no inquérito do GTR

Q4 - No âmbito territorial de atuação da entidade que representa (municipal ou supramunicipal), quais são as principais carências da rede de serviços e equipamentos sociais, distinguindo, se possível, as carências qualitativas (recursos humanos, infraestruturas, etc.) das carências quantitativas (cobertura territorial e populacional da resposta social)?

No tocante às carências da rede de serviços e equipamentos sociais identificadas, as mais relevantes surgem a nível do apoio, equipamentos e cooperação (8 respostas) que se evidencia claramente das

restantes. Seguem-se as carências a nível das crianças e jovens (5 respostas), e posteriormente a saúde, população sénior e apoio domiciliário, acolhimento e cuidadores. A análise desta questão mostra outros problemas existentes no Alto Minho em setores que embora não sejam os mais problemáticos, possuem maiores insuficiências e disponibilidade à população.

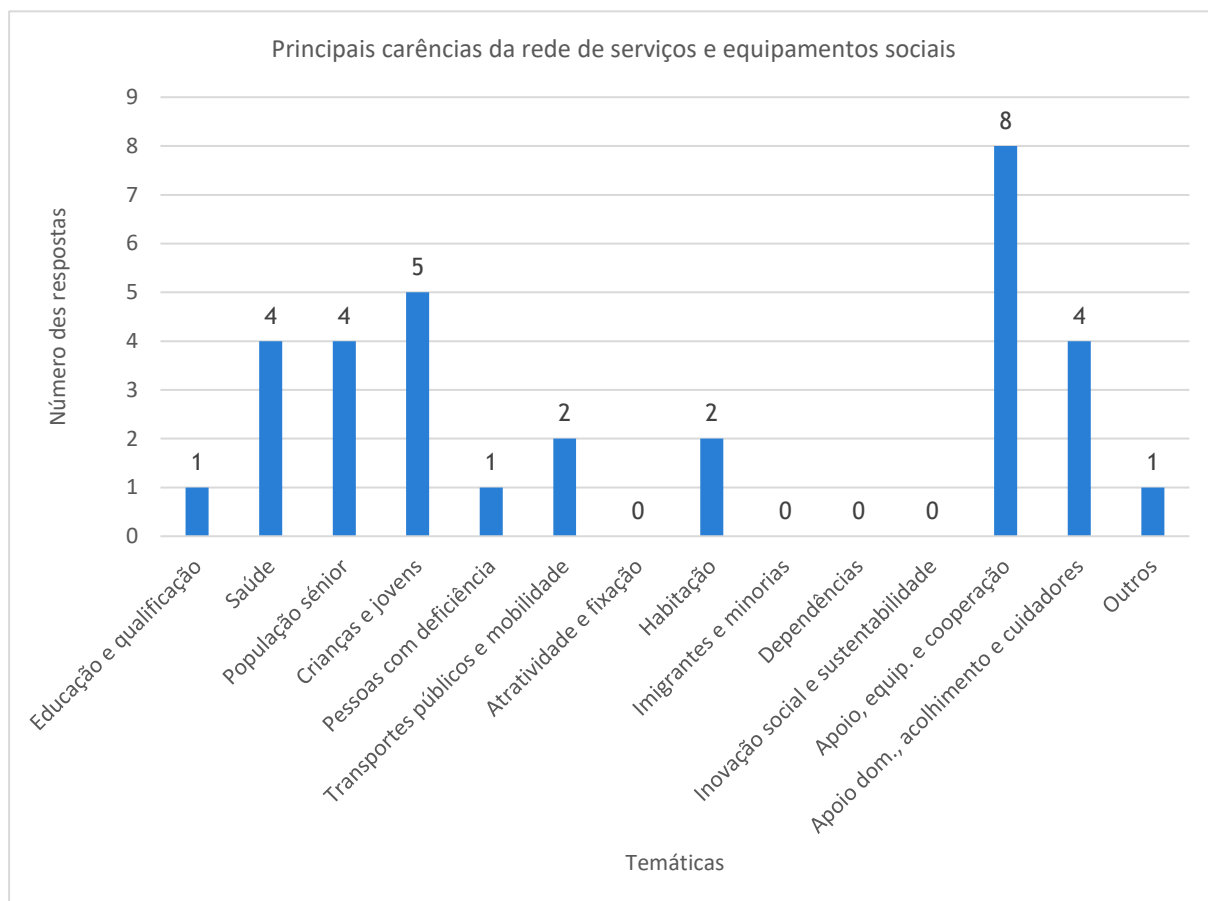


Gráfico 64. Principais carências da rede de serviços e equipamentos sociais referidos no inquérito do GTR

9.2. Sessão participativa com o GTA

No âmbito do processo participativo, foi realizada, no dia 9 de junho, no formato em linha (através da plataforma Webex) a 1ª sessão do Processo Participativo do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Alto Minho, destinada ao Grupo de Trabalho Alargado (GTA). Este conjunto alargado de intervenientes foi identificado pelos municípios tendo em conta os respetivos critérios, alinhados com as opções estratégicas de política social de cada um, bem como a sua abrangência supramunicipal.

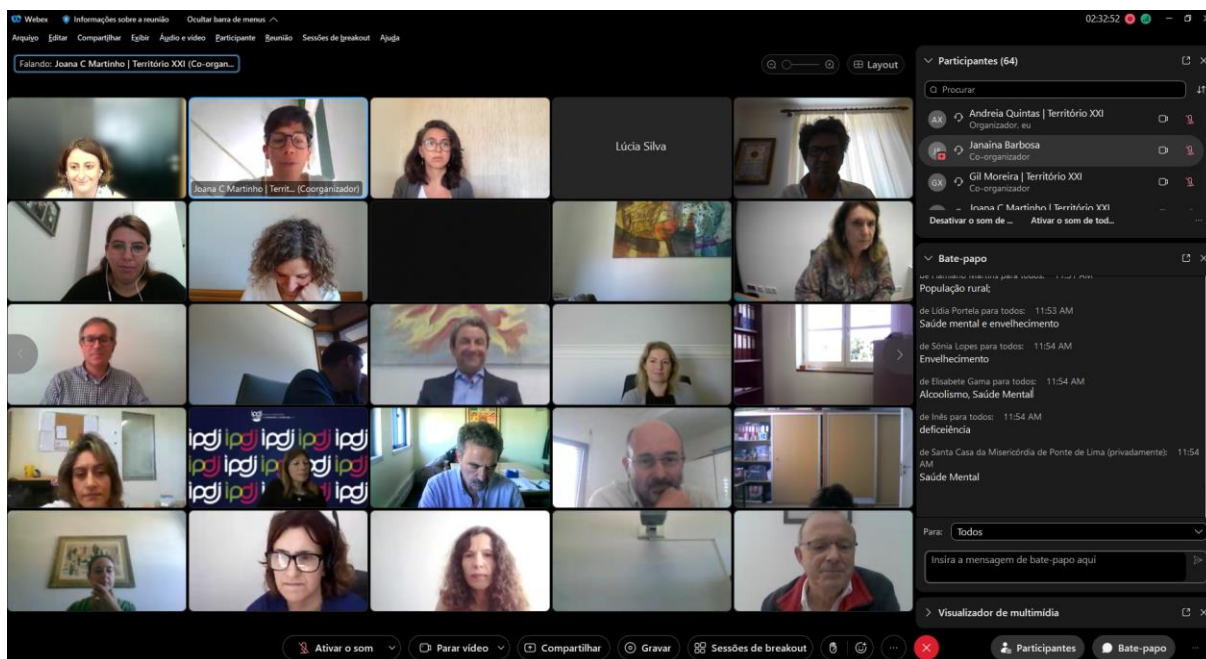


Figura 52. Sessão participativa com o GTA

A sessão, que contou com 59 participantes, em representação de 57 entidades, teve como objetivos:

- Apresentação do projeto de elaboração do PDS Alto Minho e resultados preliminares do Diagnóstico Social do Alto Minho;
- Apresentação da metodologia do processo participativo;
- Momento de esclarecimentos às pessoas presentes sobre o PDS Alto Minho e processo participativo;
- Recolha de expectativas dos participantes quanto ao PDS (o processo de elaboração e o produto em si);

- Identificação inicial pelos participantes das problemáticas sociais com maior urgência de intervenção a nível supramunicipal.

Durante a sessão, e após a apresentação do projeto, metodologias e resultados preliminares, procedeu-se à recolha de expectativas, usando a ferramenta interativa Mentimeter, que permitiu a todos/as os/as participantes submeter 1 frase. Foram submetidas 32 respostas, sendo frequentemente mencionadas as expectativas de que o PDS:

- Permita perceber melhor as necessidades locais para resolver mais adequadamente os problemas sociais existentes e contribuir para o desenvolvimento da região, nomeadamente através da melhoria da cobertura das respostas sociais;
- Promova a compilação e partilha de informação, assim como a articulação entre entidades;
- Promova a partilha de recursos, a participação, a reflexão conjunta e o trabalho em rede.

Novamente usando a ferramenta Mentimeter, foi inquirido aos intervenientes quais achavam ser problemáticas sociais com maior urgência de intervenção a nível supramunicipal, sendo dada a opção de submissão de duas respostas por pessoa. Foram submetidas 39 respostas, sendo claramente as mais mencionadas: o envelhecimento, a saúde mental e o alcoolismo.

Durante a sessão, foi dada a palavra aos intervenientes para que pudessem colocar questões relacionadas com o processo, os dados preliminares apresentados, bem como qualquer sugestão relevante para os trabalhos.

Quais as duas problemáticas sociais mais urgentes a nível supramunicipal?



Figura 53. Problemáticas sociais mais urgentes identificadas pelas entidades do GTA

Que expectativa tem do PDS do Alto Minho?

Mentimeter



Figura 54. Expectativas do PDS referidas pelas entidades do GTA

9.3. Inquérito de diagnóstico do GTA

No seguimento da sessão participativa, foi efetuado um inquérito às várias entidades (num total de 112), para as quais se obtiveram 54 respostas, mas estando todos os concelhos representados, e apresentando uma área de atuação diversificada.

Seguidamente, apresenta-se uma síntese das respostas e comentários recebidos.

SECÇÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Concelho(s) onde a entidade intervém

De acordo com o Gráfico seguinte, todos os concelhos atenderam ao questionário, apresentando entre 14 e 18 respostas de entidades inquiridas.

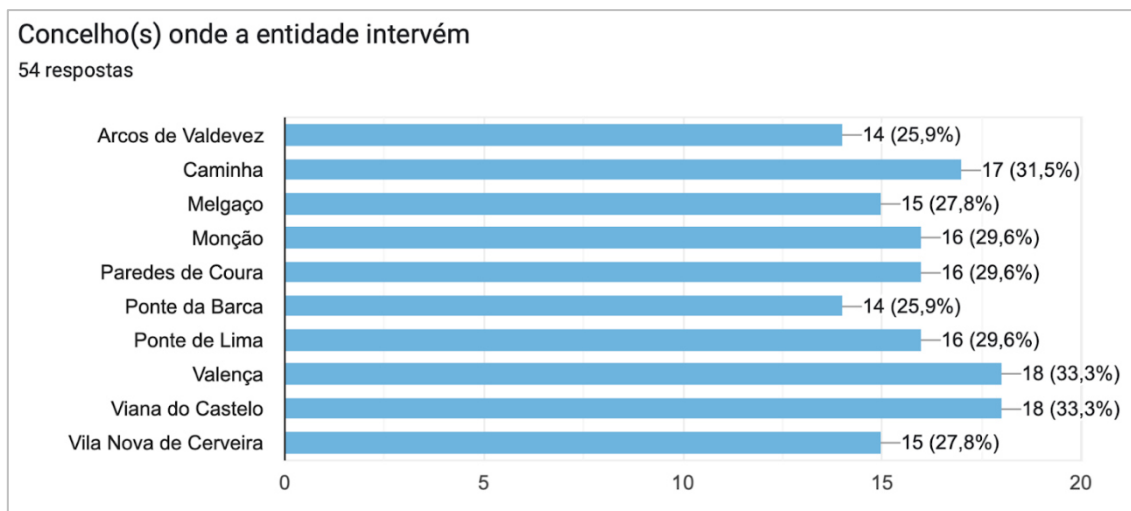


Gráfico 65. Concelhos de intervenção das entidades respondentes
Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

Como se pode observar, os concelhos de Valença e Viana do Castelo apresentaram maior número de entidades respondentes, com 33% do total, seguido do concelho de Caminha, com 31% de respostas ao inquérito.

1.2. Assinale qual ou quais os públicos junto dos quais a sua entidade intervém.

Relativamente à segunda questão, a maioria das entidades respondentes atuam junto ao público “Família e comunidade em geral” (com 66% de respostas), seguido dos públicos “População sénior”, (61% de respostas) e “Pessoas com deficiência ou incapacidade” (59% de respostas). Foram ainda acrescentados três novos públicos, para além da lista disponível no inquérito, nomeadamente: “Beneficiários de RSI” (resposta de duas entidades); “Saúde escolar e maternal (NLI/RSI)” (uma entidade) e “Estudantes do ensino superior” (uma entidade).

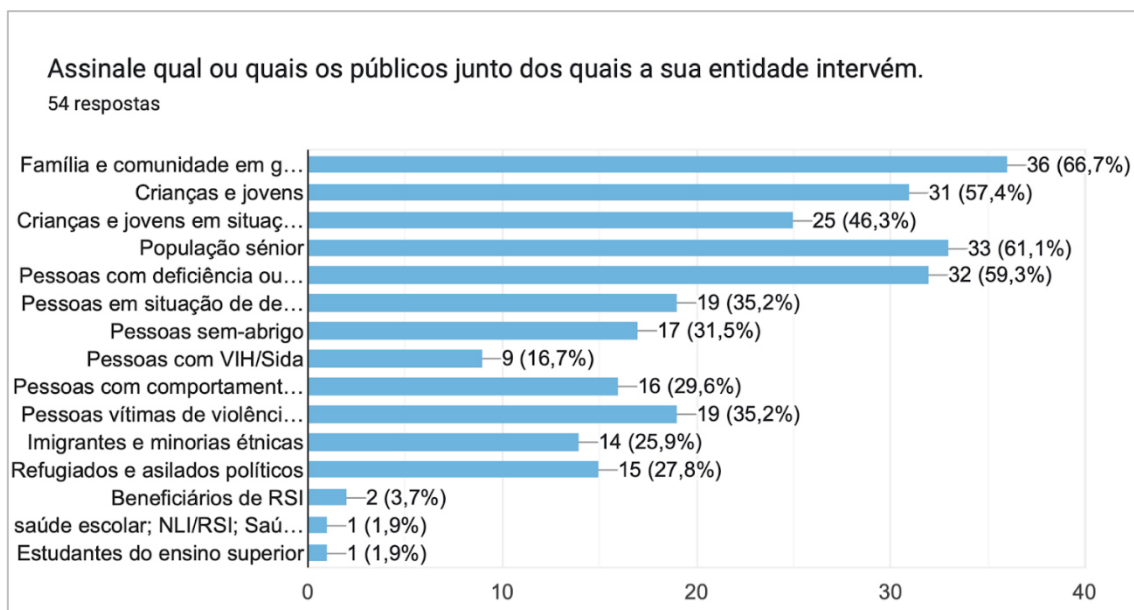


Gráfico 66. Públicos atendidos pelas entidades respondentes
Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

SECÇÃO 2 - PROBLEMAS E NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO NO ALTO MINHO

2.1. Qual a importância destes domínios de intervenção e problemáticas, na globalidade da NUTS III Alto Minho? Classifique cada um de 1 (um) a 4 (quatro), sendo 1 - Extremamente importante; 2 - Muito importante; 3 - Importante; 4 - Pouco importante.

Nesta questão, foi solicitado às entidades para classificar o nível de importância dos domínios de intervenção/problemáticas indicados, usando o código numérico. O tratamento das respostas, apresentado no Gráfico 67, mostra que:

- Os domínios/problemáticas mais vezes classificados como “Extremamente importante” foram: “Saúde mental” (42 respostas), “Envelhecimento da população” (39) e “Cuidados continuados e cuidadores informais” (34);
- Os domínios/problemáticas mais vezes classificados como “Muito importante” foram: “Nível de qualificação da população” (26), e “Desemprego/ Desemprego jovem” (25);
- Os domínios/problemáticas mais vezes classificados como “Importante” foram: “Acolhimento e ocupação de tempos livres para crianças e jovens” (20) e “Insegurança e Apoios de proximidade” (16);
- O domínio/problemática mais vezes classificado como “Pouco importante” foi a “População sem-abrigo”.

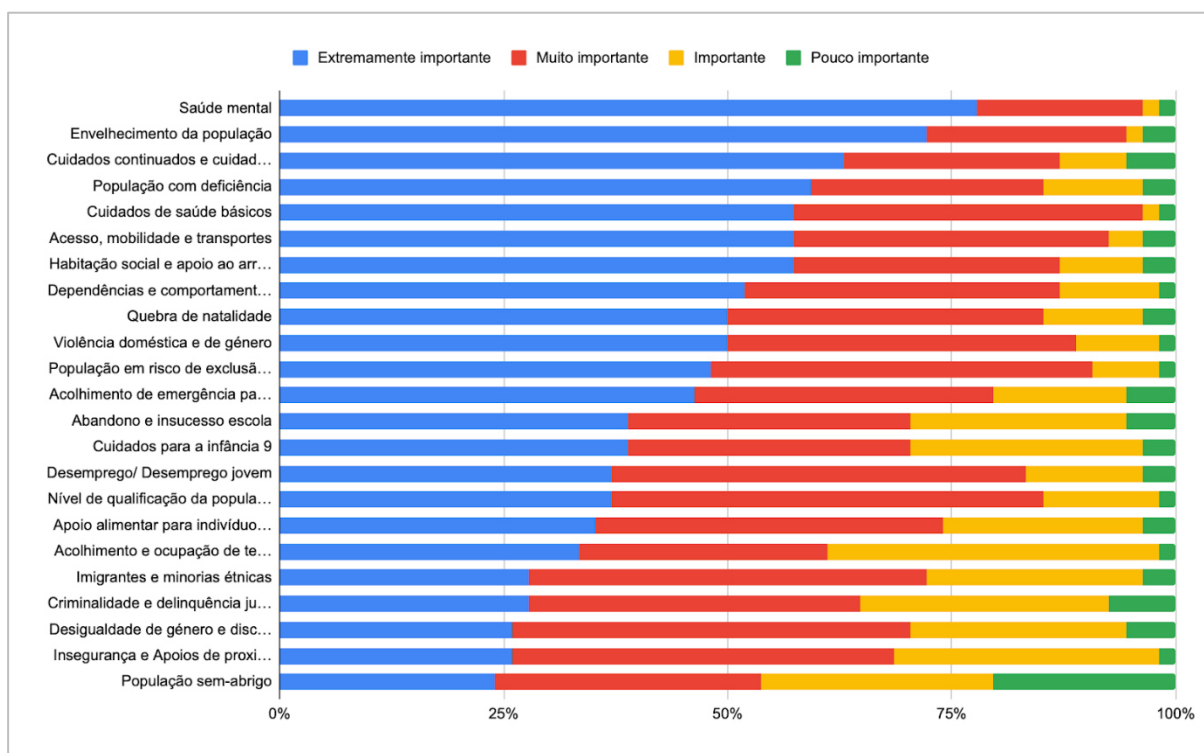


Gráfico 67. Representatividade dos domínios de intervenção/problemática social predominante no território onde atuam as instituições respondentes.

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

2.2. Outra problemática que não foi citada? Descreva-a e classifique-a com: 1 - Extremamente importante; 2 - Muito importante; 3 - Importante; 4 - Pouco importante.

Na solicitação de indicar outra problemática relevante não mencionada no inquérito, obteve-se 54 respostas (classificadas como “Extremamente importante” e “Muito importante”, as quais se considera que constituem especificidades dos domínios/problemáticas da lista fornecida no inquérito. Estes resultados demonstram uma atenção das entidades aos seguintes domínios:

- “Nível de qualificação da população”, associando-se a este os domínios “Abandono e insucesso escola” e “Desemprego/ Desemprego jovem”;
- “Habitação social e apoio ao arrendamento”, associando-se a este o domínio “Acesso, mobilidade e transportes”;
- “Cuidados para a infância”, associando-se a este o domínio “Acolhimento e ocupação de tempos livres para crianças e jovens”.

Domínio	Outras problemáticas	Nível de importância
Nível de qualificação da população	Adequar a oferta formativa à empregabilidade no concelho e concelhos limítrofes	2
	Formação e cultura	1
	Escassez de recursos humanos para trabalhar em determinadas áreas, nomeadamente nas IPSS, Restauração, Turismo	1
	Falta de recursos humanos nas instituições	-
	Existência de pouco emprego qualificado	1
	Escolaridade dos Encarregados de Educação	-
	Igualdade de acesso ao conhecimento	-
	Integração de ENEE no ensino superior	2
	Desajuste entre a oferta formativa e a oferta do mercado de trabalho	1
Abandono e insucesso escolar	Cativar a camada jovem para os estudos	1
	Orientação escolar e vocacional de jovens na transição para o ensino secundário	1
Desemprego/ Desemprego jovem	Prostituição	2
	Ordenado das famílias	-
	Integração de pessoas com deficiência no emprego	1
	Rede de empregabilidade no Alto Minho (partilha e integração de informação, de ofertas, de procura...)	1
Habitação social e apoio ao arrendamento	Planeamento urbanístico adequado	2
	Residências para pessoas com dificuldades intelectuais	-
	Dificuldade em encontrar habitação disponível para arrendamento	1
	Residências para pessoas com deficiência	1
	Respostas para deficiência de cariz residencial	-
	Igualdade de acesso à habitação	-

Acesso, mobilidade e transportes	Extinção de serviços/Centralização	1
Cuidados para a infância	Tempos de espera para a obtenção do certificado multiusos e atribuição do regime de Maior Acompanhado	2
	Dificuldade em encontrar Acompanhantes \ tutores idôneos e responsáveis	1
	Faltas de respostas para a 1 infância (Creches)	1
	Falta de equipamentos de apoio às crianças	1
	Problemas de comunicação intrafamiliar e défices de competências parentais.	-
Acolhimento e ocupação de tempos livres para crianças e jovens	Associativismo, Desporto e Cultura	2
	Ocupações de tempos livres da população mais jovem	2
	Respostas crianças/juventude no período de férias	-
	Inexistência de apoio aos tempos livres para crianças e jovens com dificuldades intelectuais até aos 18 anos (períodos de férias escolares), que não podem ser integradas em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	1
Cuidados continuados e cuidadores informais	Cuidados paliativos	1
	Apoios domiciliários nos cuidados, incluindo cuidados de saúde	2
Envelhecimento da população	Insuficientes/desadequadas respostas sociais para idosos	1
	Valências para os idosos/ envelhecimento com qualidade ao nível de um muito melhor acompanhamento diário dentro das instituições - Atividades de mobilidade e culturais diárias e sobretudo valências humanas específicas para trabalhar diariamente com as pessoas.	1
	Respostas para integração da população idosa	2
	Isolamento social	2

Quadro 13. Outras problemáticas referidas pelas instituições respondentes
 Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

2.3. Quais os 5 (cinco) domínios de intervenção e problemáticas da lista anterior com maior relevância na globalidade da NUTS III Alto Minho? Numere por ordem decrescente, sendo 1 = problema mais relevante de todos, 2 = 2º problema mais relevante de todos, etc.

O Quadro seguinte mostra, por ordem decrescente, os domínios de intervenção e problemáticas sociais considerados como mais relevantes pelas entidades do Alto Minho. O domínio “Saúde mental” surge como o mais relevante (com 14 referências), seguido do domínio “Cuidados de saúde básicos” (11 referências). Acesso, mobilidade e transportes” foi apontado como o quinto domínio mais relevante com 10 referências. O Quadro aponta também os cinco domínios de intervenção/problemáticas sociais mais relevantes, em ordem decrescente, considerados pelas entidades que responderam ao inquérito.

Domínios/Problemáticas mais relevantes por hierarquia decrescente				
1º	2º	3º	4º	5º
Saúde mental (14 ref.)	Saúde mental (11 ref.)	Cuidados continuados e cuidadores informais (7 ref.)	Envelhecimento da população (6 ref.)	Acesso, mobilidade e transportes (10 ref.)
Envelhecimento da população (8 ref.)	Cuidados de saúde básicos (11 ref.)	População em risco de exclusão/pobreza (6 ref.)	Saúde mental (3 ref.)	Envelhecimento da população (9 ref.)
Cuidados de saúde básicos (5 ref.)	Envelhecimento da população (9 ref.)	Saúde mental (5 ref.)	Dependências e comportamentos aditivos (3 ref.)	Habitação social e apoio ao arrendamento (9 ref.)
Desemprego/ Desemprego jovem (4 ref.)	Habitação social e apoio ao arrendamento (6 ref.)	Habitação social e apoio ao arrendamento (5 ref.)	Habitação social e apoio ao arrendamento (3 ref.)	Violência doméstica e de género (4 ref.)
Acesso, mobilidade e transportes (4 ref.)	Acesso, mobilidade e transportes (5 ref.)	Cuidados de saúde básicos (4 ref.)	População em risco de exclusão/ pobreza (3 ref.)	Acolhimento e ocupação de tempos livres para crianças e jovens (3 ref.)

Domínio/problemática	Ordem de relevância
Saúde mental	1º
Cuidados de saúde básicos	2º
Cuidados continuados e cuidadores informais	3º
Envelhecimento da população	4º
Acesso, mobilidade e transportes	5º

Quadro 14. Domínios mais relevantes por hierarquia decrescente referidos pelas instituições respondentes
 Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

2.4. Quais considera serem as principais causas dos 5 (cinco) problemas sociais mais relevantes que identificou na pergunta anterior? Numere e descreva de forma sucinta de 1 a 5.

No Quadro seguinte apresentam-se as causas sugeridas para os problemas sociais mais relevantes, apontados pelas entidades na questão anterior.

DOMÍNIOS/PROBLEMÁTICAS	CAUSAS
Abandono e insucesso escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interesses divergentes dos escolares; ▪ Pouca valorização pela população; ▪ Falta de acompanhamento pelos pais e entidades ▪ Fraca valorização do ensino profissional; ▪ Desmotivação e desinteresse dos alunos; ▪ Falta de inovação e diversificação de métodos de avaliação.

Desemprego / Desemprego jovem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número reduzido de indústrias e empresas; ▪ Reduzida oferta de emprego para os jovens; ▪ Falta de adaptação à realidade e necessidades atuais do mercado de trabalho e pouca adaptabilidade das empresas; ▪ Falta de transportes compatíveis com ofertas de trabalho; ▪ Falta de mão-de-obra qualificada em setores chave; ▪ Desmotivação pelo aumento de escolaridade e qualificações.
Nível de qualificação da população	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta consciência sobre a importância da qualificação; ▪ Carência de programas educativos alinhados com território.
Cuidados de saúde básicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de profissionais de saúde qualificados; ▪ Centralização dos serviços de saúde; ▪ Insuficientes respostas ao nível dos cuidados de saúde primários; ▪ Acompanhamento deficitário na saúde.
Saúde Mental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de instituições ligadas com a saúde mental; ▪ Desestruturação familiar e social; ▪ Crescente exigência e pressão exercida socialmente; ▪ Debilidade das redes de suporte formais e informais; ▪ Falta de profissionais; ▪ Acompanhamento deficitário na saúde mental; ▪ Envelhecimento da população; ▪ Respostas insuficientes e diagnósticos tardios; ▪ Dificuldade no acesso ao serviço de saúde, burnout profissional; ▪ Ausência de apoio aos cuidadores não formais.
Dependência e Comportamentos aditivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perceção e aceitação social do consumo de álcool; ▪ Baixo acompanhamento do serviço de psiquiatria; ▪ Falhas na prevenção, apoio e tratamento adequados; ▪ Falta de equipas locais.
Cuidados continuados e cuidadores informais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de verbas; ▪ Insuficiência de respostas; ▪ Ocupação indevida de vagas por falta de outras respostas, com dificuldade de acesso aos cuidados continuados; ▪ Falta de apoio às famílias, com respostas efetivas que permitam o descanso do cuidador; ▪ Preços demasiado elevados para as famílias; ▪ Ausência de cuidadores e/ou desgaste dos mesmos.

Quebra de natalidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de políticas de incentivo à natalidade; ▪ Dificuldade de captação da população jovem; ▪ Envelhecimento da população; ▪ Baixos rendimentos e parcas condições socioeconómicas.
Envelhecimento da população	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da esperança média de vida; ▪ Barreiras ao aumento da natalidade; ▪ Baixos recursos económicos; ▪ Movimentos migratórios, em especial com a saída de jovens para outras regiões; ▪ Diminuição demográfica.
Acesso, mobilidade e transportes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede de transportes públicos insuficiente e falta de incentivo à sua utilização; ▪ Falta de investimento na promoção da acessibilidade e mobilidade sustentável; ▪ Dispersão territorial; ▪ Falta de conhecimento das necessidades; ▪ Falta de adaptação a situações de mobilidade reduzida; ▪ Baixos níveis de população residente; ▪ Discriminação negativa da região na medida relativa aos passes sociais; ▪ Falta de planeamento a médio/longo prazo das infraestruturas e da rede viária; ▪ Falta de incentivos para uso de transportes públicos.
Habitação Social e Apoio ao Arrendamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de oferta de habitação para arrendamento; ▪ Baixos recursos financeiros das famílias; ▪ Falta de investimento em habitação para a classe média; ▪ Habitação social insuficiente; ▪ Especulação imobiliária; ▪ Envelhecimento do património imobiliário.
Acolhimento de emergência para indivíduos / famílias em situação de carência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de respostas, principalmente para pessoas dependentes, com deficiência ou incapacidade; ▪ Reduzidas vagas nas instituições; ▪ Falta de famílias de acolhimento; ▪ Critérios dos cuidados continuados demasiado restritivos; ▪ Desestruturação familiar.
População sem-abrigo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de habitação social.
Violência doméstica e de género	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Débil educação para a cidadania democrática; ▪ Pobreza, exclusão social, condições socioeconómicas, transtornos mentais e/ou psicológicos e alcoolismo; ▪ Falta de respeito pelo próximo e empatia; ▪ Pouco investimento em políticas de prevenção, nomeadamente ao nível da igualdade de género.
População em risco de exclusão/pobreza	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixo nível de rendimentos; ▪ Falta de respostas de acolhimento e proximidade, de base comunitária e de uma abordagem global e integrada dos problemas

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ sociais; ▪ Desemprego e agravamento do quadro económico; ▪ Perda do poder de compra real das famílias; ▪ Poucas competências de uma franja da população; ▪ Insuficiência de respostas (acolhimento e acompanhamento de proximidade) ▪ Aumento do custo de vida; ▪ Subsidiodependência.
Imigrantes e minorias étnicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento significativo do número de imigrantes; ▪ Falta de respostas adequadas; ▪ Incapacidade de acautelar a devida integração e acompanhamento das minorias étnicas e/ ou imigrantes; ▪ Movimento acentuado da população das zonas rurais para as zonas mais urbanas.
População com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carência de respostas sociais para a deficiência (acompanhamento do cidadão com deficiência e famílias); ▪ Falta de estratégia integrada de apoio.
Apoio alimentar para indivíduos / famílias em situação de carência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deficiente gestão/identificação de população que necessita de apoio alimentar; ▪ Fracos recursos financeiros das famílias.
Acolhimento e ocupação dos tempos livres para crianças e jovens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzida oferta de acolhimento e ATL; ▪ Preços elevados; ▪ Baixo nível de responsabilidade social; ▪ Formação e cultura das famílias, com a desvalorização do saber; ▪ Falta de apoio das entidades públicas; ▪ Falta de programas de atividades extraescolares; ▪ Insuficiência de respostas e horários desajustados aos horários do mercado de trabalho.
Cuidados para a infância	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escassez de apoios à 1ª infância.
Geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de estruturas de resposta seja ocupacionais ou residenciais do distrito; ▪ Falta de recursos técnicos, humanos e financeiros; ▪ Falta de apoio das entidades públicas; ▪ Falta de cumprimento do que está regulamentado; ▪ Falta de sensibilidade para as problemáticas; Isolamento e desigualdade das instituições e a população rural; ▪ Falta de correta identificação e sinalização das situações problemáticas e pouca eficácia na resolução efetiva e atempada; ▪ Inexistência de respostas estruturadas dirigidas às causas dos problemas; ▪ Falta de articulação e adequação à realidade; ▪ Falha na digitalização de serviços e nas

- infraestruturas de proximidade;
- Custos elevados;
- Falta política de prevenção e apoio de proximidade.

Quadro 15. Causas para os problemas sociais mais relevantes sugeridas pelas instituições respondentes
Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

SECÇÃO 3 - RESPOSTAS SOCIAIS NO ALTO MINHO

3.1. As respostas sociais existentes no Alto Minho correspondem às necessidades de forma insuficiente ou suficiente? Classifique de 1 (um) a 4 (quatro) cada uma das respostas sociais quanto ao nível de suficiência, sendo NR - Não sabe/não responde; 1 - Muito insuficiente; 2 - Insuficiente; 3 - Suficiente; 4 - Muito suficiente.

- Respostas Sociais para Crianças e Jovens (Exemplos: Creche; Educação pré-escolar; Centro de atividades de tempos livres; ...)
- Respostas Sociais para Crianças e Jovens em Situação de Perigo (Exemplos: Centro de apoio familiar e acolhimento; Aconselhamento parental, Lar; ...)
- Respostas sociais para Pessoas Idosas (Exemplos: Serviço de apoio domiciliário; Centros de convívio; Lares e residências; ...)
- Respostas sociais para Pessoas com Deficiência (Exemplos: Centro de acompanhamento; Apoio domiciliário; Transporte; ...)
- Respostas sociais para Pessoas em Situação de Dependência (Exemplos: Apoio domiciliário; Apoio integrado, ...)
- Respostas sociais para Pessoas Sem-Abrigo (Exemplos: Equipa de rua; Atelier ocupacional, ...)
- Respostas sociais para Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias (Exemplos: Centro de Atendimento e Acompanhamento; Apoio Domiciliário; ...)
- Respostas sociais para Pessoas com comportamentos aditivos e dependências (Exemplos: Equipa de Intervenção Direta; Apartamento de reinserção; ...)
- Respostas sociais para Pessoas Vítimas de Violência Doméstica e de Género (Exemplos: Centro de atendimento; Casa de abrigo)
- Respostas sociais para Família e Comunidade em Geral (Exemplos: Atendimento/accompanhamento social; Centro comunitário; Ajuda alimentar; Alojamento Temporário; Centro de férias e de lazer; ...)
- Respostas sociais para Grupo Fechado de Respostas Pontuais (Exemplos: Apoio domiciliário para guarda de crianças; Regime ambulatório; ...)

No Gráfico 68, apresenta-se a síntese dos resultados a questão, verificando-se que as respostas sociais consideradas mais insuficientes no Alto Minho são relativas a: “Pessoas com Deficiência”, “Pessoas Idosas” e “Pessoas em Situação de Dependência”. Foram, ainda, consideradas como insuficientes as respostas para “Família e Comunidade em Geral”, e suficientes as respostas para “Pessoas Vítimas de Violência Doméstica e de Género”.

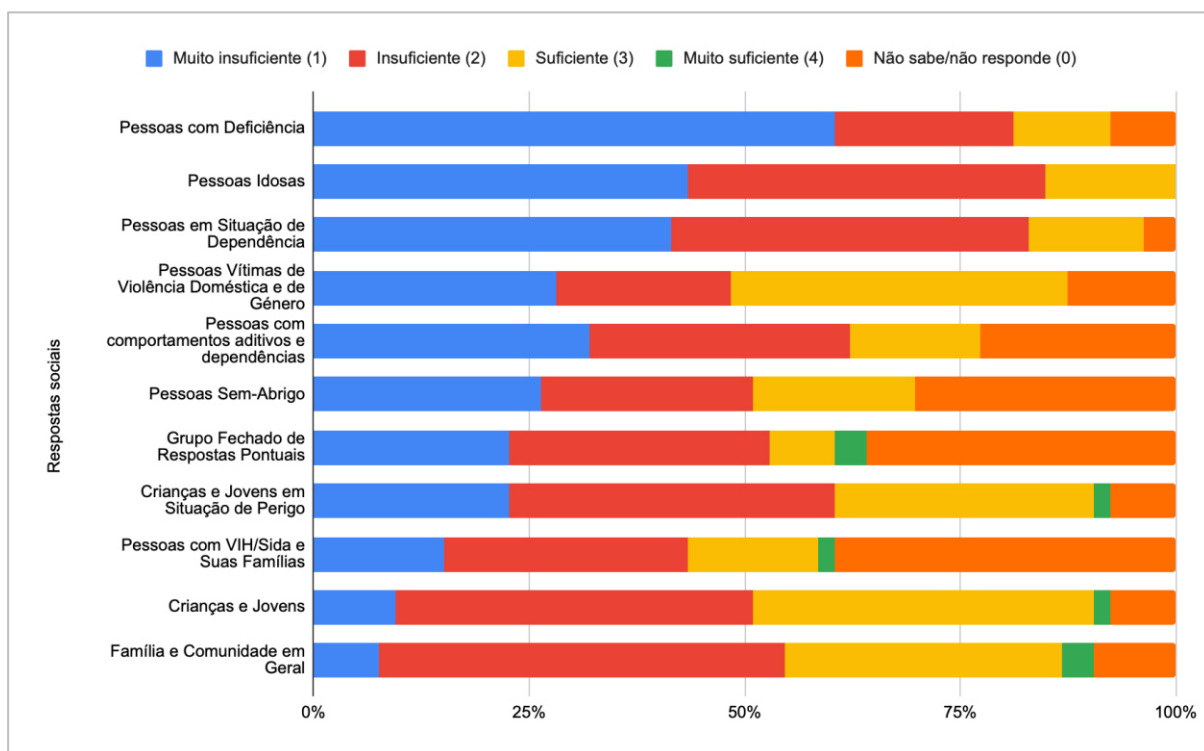


Gráfico 68. Representatividade do nível de suficiência das respostas sociais existentes no território onde atuam as instituições respondentes
Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022.

3.2. Outra resposta social que não foi citada? Descreva-a e classifique-a com: 1 - Muito insuficiente; 2 - Insuficiente; 3 - Suficiente; 4 - Muito suficiente.

A tabela abaixo mostra as respostas referentes a este campo. Através de uma leitura e análise das respostas, verifica-se que a maioria das respostas se relaciona, de forma direta ou indireta, com as respostas sociais referidas na questão anterior. Existe um claro domínio das referências relativas à saúde mental, seguidas da habitação social/arrendamento apoiado, apoio ao descanso dos cuidadores informais, e cuidados continuados. A maioria das respostas classificou as respostas sociais indicadas como “muito insuficientes”.

Tabela 32. Respostas sociais não indicadas no inquérito, sugeridas pelas instituições respondentes, com o número de referências e classificação

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022.

Resposta social referida	Referências (n.º)	Classificação*
Respostas e estruturas para pessoas com doença mental	11	1,5
Habitação social/arrendamento apoiado	4	1
Apoio ao descanso dos cuidadores informais	4	1,25
Cuidados continuados	4	1,7
Atividades e eventos para crianças com deficiências e famílias com carências económicas	3	1
Residências para pessoas com deficiência	2	1
Qualificação e competências transversais para o mercado de trabalho	2	-
Centros de noite, centros de convívio/comunitário	2	1
Rede de Apoio integrado para a redução do abandono e apoio na orientação vocacional e promoção da empregabilidade	2	1
Apoio/monitorização e transporte para a população sénior	1	1
Cuidados paliativos	1	1
Famílias de acolhimento de idosos	1	1
Envelhecimento com qualidade	1	1
Rede de partilha de metodologias e recursos de suporte ao ensino para ENEE e para o desporto adaptado para pessoas com deficiência	1	1
Residências para estudantes	1	2
Falta de respostas para migrantes e minorias étnicas	1	2
Equipas locais de intervenção precoce na infância	1	2
Apoio para transportes e melhor rede de transportes públicos acessíveis	1	2
Respostas para pessoas idosas com demência	1	2
Apoio à vítima	1	2
Reduzidos salários	1	2
Plano intermunicipal de promoção de comunidades salutogénicas	1	2
Casas para acolher vítimas e seus filhos	1	-
Respostas inovadoras para problemas sociais	1	-
Respostas de emergência	1	-
Centro Atendimento Integrado	1	-
Respostas sociais que promovam a integração social e laboral de pessoas com deficiência	1	-

(*) média das pontuações obtidas

3.3. Quais as 5 (cinco) respostas sociais que estão mais aquém das necessidades a nível do Alto Minho? Numere por ordem decrescente, sendo 1 = resposta social mais insuficiente de todas, 2 = 2ª resposta social mais insuficiente de todas, etc.

No Quadro seguinte, apresenta-se a análise das respostas dadas a esta questão, verificando-se que as respostas sociais consideradas mais insuficientes são dedicadas aos seguintes grupos-alvo: pessoas idosas; pessoas com problemas de saúde mental; pessoas com deficiência; crianças e jovens; e crianças e jovens em situação de perigo.

Respostas sociais consideradas mais insuficientes por ordem decrescente				
1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Pessoas Idosas (19 ref.)	Pessoas com Deficiência (10 ref.)	Vítimas de Violência Doméstica e de Género (8 ref.)	Crianças e Jovens (6 ref.)	Crianças e Jovens em Situação de Perigo (6 ref.)
Pessoas com Problemas de Saúde Mental (9 ref.)	Pessoas Idosas (9 ref.)	Pessoas Idosas (5 ref.)	Pessoas com comportamentos aditivos e dependências (5 ref.)	Crianças e Jovens (4 ref.)
Pessoas com Deficiência (7 ref.)	Pessoas em Situação de Dependência (5 ref.)	Crianças e Jovens em Situação de Perigo (5 ref.)	Família e Comunidade em Geral (5 ref.)	Pessoas com Deficiência (4 ref.)
Crianças e Jovens (4 ref.)	Pessoas com comportamentos aditivos e dependências (4 ref.)	Pessoas Sem-Abrigo (5 ref.)	Pessoas Idosas (4 ref.)	Família e Comunidade em Geral (3 ref.)
Crianças e Jovens em Situação de Perigo (2 ref.)	Pessoas com Problemas de Saúde Mental (3 ref.)	Pessoas com Deficiência (4 ref.)	Vítimas de Violência Doméstica e de Género (3 ref.)	Vítimas de Violência Doméstica e de Género (3 ref.)
Respostas sociais		Ordem de insuficiência		
Pessoas Idosas		1ª		
Pessoas com Problemas de Saúde Mental		2ª		
Pessoas com Deficiência		3ª		
Crianças e Jovens		4ª		
Crianças e Jovens em Situação de Perigo		5ª		

Quadro 16. Respostas sociais consideradas mais insuficientes por hierarquia decrescente, referidas pelas instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

3.4. Quais considera serem os principais fatores para a insuficiência das 5 (cinco) respostas sociais que identificou na pergunta anterior? Numere e descreva de forma sucinta de 1 a 5.

A tabela abaixo apresenta os fatores correspondentes para a insuficiência das respostas sociais apontadas no item anterior pelas entidades, destacando-se a insuficiência ou desadequação da rede, a falta de técnicos e os baixos recursos financeiros. É ainda dada relevância à necessidade de trabalhar em rede, na cooperação das instituições com a comunidade local.

Respostas sociais	Fatores responsáveis pela insuficiência
Crianças e Jovens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de investimento público e/ou privado; ▪ Insuficiência de respostas para 1^o Infância.
Crianças e Jovens em Situação de Perigo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzido número de centros de acolhimento; ▪ Escassas respostas de integração temporária ▪ Insuficientes respostas e recursos; ▪ Inexistência do aconselhamento parental; ▪ Reduzida resposta no aumento das competências.
Pessoas Idosas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzido número de instituições e vagas; ▪ Falta de recursos das famílias ▪ Ausência de políticas nacionais e locais de incentivo à criação de novas alternativas ▪ Ausência de financiamento; ▪ Aumento da lista de espera; ▪ Aumento da População Idosa ▪ Necessidade de diversificar os serviços de apoio
Pessoas com Deficiência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzido número de espaços/instituições com respostas; ▪ Centralização das respostas nas áreas urbanas; ▪ Listas de espera; ▪ Dependência das pessoas com deficiência; ▪ Excessiva centralização dos centros de decisão; ▪ Escassez de estruturas residenciais; ▪ Insuficiência de respostas sociais e desconhecimento da dimensão desta problemática; ▪ Falta de respostas de acolhimento específicas para a deficiência e saúde mental.
Pessoas Sem-Abrigo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Situação económica; ▪ Falta de resposta e acompanhamento para reintegração na sociedade; ▪ Escassez de estruturas de apoio à emergência social.
Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento insuficiente; ▪ Agravamento dos problemas sem resposta adequada e atempada; ▪ Falta de respostas descentralizadas; ▪ Rede de referenciação inadequada; ▪ Falta de equipas de intervenção/ acompanhamento local.

Respostas sociais	Fatores responsáveis pela insuficiência
Pessoas Vítimas de Violência Doméstica e de Género	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa resposta de casas de acolhimento ▪ Falta de incentivos e ajudas à contratação de equipas técnicas e multidisciplinares; ▪ Escassez de respostas sociais e instituições de resposta; ▪ Concentração das casas na sede do distrito; ▪ Desinvestimento e ausência de financiamento.
Família e Comunidade em Geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento insuficiente; ▪ Desajuste das respostas existentes relativamente às necessidades; ▪ Necessidade de maior suporte ao nível da comunidade a preços controlados; ▪ Falta de instituições para acolher crianças nas pausas letivas. ▪ Falta de aconselhamento e educação parental; ▪ Falta de apoio às famílias
Geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de verbas e financiamento; ▪ Ausência de implementação das políticas e orientações; ▪ Localização dos equipamentos; ▪ Falta serviços de proximidade, coordenação das intervenções e multidisciplinaridade das equipas; ▪ Necessidade de envolver os recursos das comunidades locais; ▪ Institucionalização e carência de redes informais de suporte; ▪ Falta de organização sistémica e desadequado planeamento estratégico integrado; ▪ Falta de recursos técnicos e humanos; ▪ Muita procura, pouca oferta e preços elevados; ▪ Falta de valorização da área social; ▪ Falta de força política e outros grupos organizados da população ▪ Insuficientes programas adequados de apoio financeiro ▪ Insuficiente capacitação da gestão ▪ Falta de retaguarda familiar ▪ Sobrecarga física e psicológica dos cuidados informais ▪ Falta de responsabilidade social das empresas ▪ Constrangimentos regulamentares ▪ Falta de escala das respostas criadas ▪ Desfasamento entre a perceção das necessidades e as respostas oferecidas; ▪ Dificuldades no acesso à informação centralizada; ▪ Complexidade na intervenção ▪ Falta de apoios económicos para criação e manutenção de respostas; ▪ Reduzida consciencialização das problemáticas ▪ Reduzidos estudos com dados estatísticos e análise espacial de problemas ▪ Falhas nos mecanismos de comunicação adequados.

Quadro 17. Fatores responsáveis pela insuficiência das respostas sociais mais relevantes sugeridas pelas instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

3.5. Quais as 5 (cinco) principais limitações ou dificuldades enfrentadas pelas entidades envolvidas na intervenção social no Alto Minho? Numere e descreva de forma sucinta de 1 a 5.

O Quadro seguinte descreve as respostas das entidades relativas às limitações e dificuldades enfrentadas na intervenção social no alto Minho.

Principais limitações ou dificuldades referidas	Número de referências
Falta de recursos humanos e dificuldade de recrutamento	20
Falta de financiamento e recursos materiais	20
Falta de planos estratégicos integrados a longo prazo, com definição de prioridades e dificuldade na articulação de respostas sociais	12
Dispersão territorial e elevados gastos com transportes e deslocações e dificuldade de acesso aos serviços	11
Ausência/carência de respostas sociais e reduzida capacidade de resposta das entidades	9
Falta de valorização da área social e baixo envolvimento da comunidade no apoio às instituições	7
Baixo poder económico	6
Elevada dependência do estado e setor público e dificuldades de articulação com entidades governamentais	5
Pouco investimento na implementação de políticas de sustentabilidade e empreendedorismo e inovação social	5
Capacitação insuficiente ao nível da gestão	4
Desigualdade nos incentivos e criação de projetos para as diferentes áreas sociais, bem como as burocracias necessárias e complexidade das candidaturas	4
Constrangimentos regulamentares/ procedimentais - Políticas de apoio social e normativos impostos pela tutela	4
Excesso de respostas de reduzida dimensão e capacidade apoio à construção e remodelação de equipamentos e substituição de material obsoleto	4
Centralização das respostas nas áreas mais urbanas	3
Dificuldade no âmbito de integração de pessoas idosas e/ou deficientes	2
Falta de Acordos de cooperação atípicos e respostas atípicas ou adaptadas	2
Baixa escolaridade da população	2
Falta de autonomia financeira para resolver os problemas identificados pela Instituição	1
Desconhecimento das características e necessidades das pessoas com deficiência, bem como dos recursos para a inclusão disponíveis	1
Falta de respostas para cuidadores informais	1
Dificuldade do acompanhamento de proximidade	1
Diminuição e envelhecimento da população	1
Agravamento da situação pela pandemia	1

Quadro 18. Principais limitações ou dificuldades referidas pelas instituições respondentes
 Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

Como principais limitações, destacam-se claramente as preocupações relacionadas com a falta de recursos técnicos e financeiros para a resolução dos problemas sociais. Seguem-se a falta de planeamento integrado, a definição de objetivos a longo prazo e a articulação tanto entre as instituições como com o Estado.

Em quarto lugar, foi referida a questão da dispersão territorial, que acarreta inconvenientes tanto para os utentes, que têm o acesso dificultado aos serviços (muitas vezes, não tendo transporte), como para as próprias instituições, já que têm que se deslocar mais frequentemente para contactar mais proximamente com a população, com óbvios gastos a nível temporal e financeiro. Seguem-se as limitações relacionadas com a ausência e/ou carência de respostas sociais e reduzida capacidade de resposta das entidades (em parte relacionada com as primeiras referências), assim como a falta de valorização da área social pelo estado e o baixo envolvimento da comunidade no apoio às instituições (por exemplo através de ações de voluntariado).

SECÇÃO 4 - RECURSOS E BOAS PRÁTICAS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL NO ALTO MINHO

4.1. Que práticas e iniciativas no Alto Minho podem ajudar a responder às necessidades sociais identificadas? Indique 5 exemplos de boas práticas, projetos ou soluções já implementados pela sua entidade (ou por outras entidades no território) que possam ser replicadas. Descreva de forma sucinta abaixo, numerando-as de 1 a 5.

No Quadro seguinte, elencam-se as 124 respostas das entidades a esta pergunta, sendo esta questão particularmente relevante para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social.

Boas práticas e iniciativas sugeridas

1. Organização de equipas de voluntariado (apoio da Sociedade civil)
2. Criação unidades de cuidados continuados
3. Criação de uma instituição para dar respostas aos doentes de saúde mental
4. Formação de cuidadores qualificados para dar respostas às necessidades das pessoas idosas
5. Criação de mais respostas para as crianças e jovens (ATL)
6. Criação de mais respostas/capacidade referentes a valência de lar (mais lotação de camas)
7. Intervenção em contexto natural de vida (por oposição à intervenção em equipamento social)
8. Desenvolvimento de atividades numa lógica de participação comunitária, o que combate o estigma e o preconceito e favorece a construção de uma comunidade mais inclusiva e solidária
9. Promoção do acesso à arte e à cultura para mitigar desigualdades e combater a exclusão
10. Criação de respostas sociais de pequena dimensão e integradas na própria comunidade, em detrimento de respostas de grande dimensão que promovem o desenraizamento social

Boas práticas e iniciativas sugeridas

11. Investimento na integração (escolar, profissional, social, etc.) de todas as pessoas numa lógica "mainstream", por oposição à segregação
12. Promoção de equipas multidisciplinares, com técnicos especializados e empenhados, locais e não distritais para responder na área da saúde mental (adições e dependências; depressão e ansiedade...)
13. Promoção da parentalidade positiva
14. Fomentar a formação e apoio para cuidadores informais
15. Realização de reuniões periódicas e regulares entre as várias entidades
16. Incremento do apoio a idosos em situação de isolamento e/ou exclusão social e crianças e jovens em situação de risco de pobreza
17. Promover a formação profissional centrada no desenvolvimento holístico da pessoa
18. Promover o voluntariado ao domicílio (ex.: projeto laços com afetos – OUSAM)
19. Promover o projeto “Cuidar de Quem Cuida - bolsa de voluntários e plataforma pedagógica de apoio aos cuidadores informais”
20. Promover o projeto Escola IN (promoção de comportamentos positivos)
21. Valorização da escola e dos resultados escolares;
22. Valorização da cidadania
23. Valorização do meio ambiente e da natureza
24. Promoção da saúde e prática desportiva
25. Promover o Centro Qualifica (educação de adultos/aprendizagem ao longo da vida)
26. Promover uma oferta educativa diversificada
27. Desenvolvimento e aposta em projetos nacionais e internacionais (Ex: Desporto Escolar, Ecoescolas, PES, Parlamento dos Jovens, Orçamento participativo, Plano 21.23 Melhoria da Convivência Escolar, ERASMUS + ...)
28. Incrementar o apoio das entidades públicas
29. Aumento dos salários de quem trabalha na área social
30. Criação de equipas especializadas no acompanhamento e proteção de Vítimas de Violência Doméstica
31. Criação de Equipas do Programa Escola Segura (EPES) que promovem a vigilância das zonas escolares e contatos de proximidade com toda a comunidade educativa
32. Desenvolvimento de ações de capacitação das instituições para a inovação social (ex.: formação, visitas a locais e projetos inovadores, etc.)
33. Criação de redes de articulação e momentos de partilha entre as instituições de forma a rentabilizar os seus recursos
34. Criação de centros custos entre as diversas instituições que permitam aquisição de bens e serviços a custos mais reduzidos
35. Criação de grupos de trabalho organizados e que deem voz aos problemas sociais identificados no território, nomeadamente a saúde mental
36. Capacitação das instituições para a o marketing social
37. Apoio na candidatura a programas como o Norte 2020, PARES, PRR para financiamento de mais áreas residenciais para pessoas com deficiência, alargamento de ERPI, SAD, etc...
38. Valorização do trabalho em rede
39. Promoção do projeto "Cultura para todos" - Projeto de inclusão social dinamizado pela CIM
40. Desenvolvimento de parcerias entre os municípios e as entidades públicas e/ou privadas (criação ou construção de respostas sociais perto ou nas zonas industriais)
41. Criação de equipas de apoio para a realização de candidaturas para a criação de projetos, aquisição de veículos e/ou recursos materiais com financiamento público e/ou privado
42. Redução ou isenção de determinadas taxas
43. Promoção do empréstimo de instalações e/ou bens de entidades públicas
44. Promoção do programa MIPP (modelo integrado de policiamento de proximidade da PSP)
45. Valorização do trabalho em rede

Boas práticas e iniciativas sugeridas

46. Partilha de recursos entre os diferentes parceiros para otimização dos mesmos
47. Promoção do programa Vida Ativa (envelhecimento saudável)
48. Promoção de terapias assistidas com animais
49. Promoção do Clube Sénior
50. Criação de OTL (jovens dos 16 aos 21 anos)
51. Promoção da Formação Parental
52. Apoio a candidaturas a projetos comunitários
53. Formação de técnicos para realizar candidaturas; constituição de equipas multidisciplinares
54. Promoção do trabalho em rede/articulação comunitária
55. Partilha de boas práticas entre instituições congéneres e parcerias
56. Simplificação do acesso aos Serviços de Emprego e Gabinetes de Inserção Profissional
57. Aumento do investimento em estruturas para responder às necessidades sentidas, aposta na intervenção na capacitação de recursos humanos
58. Criação de oficinas de tempos livres acessíveis
59. Criação de respostas de acolhimento para pessoas em situação de sem abrigo com comportamentos aditivos
60. Criação de programas de intervenção comunitária na saúde mental
61. Promoção de cuidados continuados ao domicílio
62. Promoção de programas de apoio ao arrendamento.
63. Ampliar as respostas sociais existentes na área da infância, idosos e deficientes
64. Criação de uma resposta social para a saúde mental
65. Promoção do projeto atividade dirigido ao envelhecimento ativo
66. Replicação do bus IPVC para as escolas com oferta de nível secundário no distrito, permitindo aos jovens do ensino secundário movimentarem-se no distrito e entre concelhos próximos para frequentarem cursos de acordo com os seus interesses vocacionais
67. Criação de uma equipa externa e independente das escolas que realize um trabalho de orientação escolar e vocacional com os jovens que frequentam o 3º ciclo, desde o 7º ano
68. Organização de visitas obrigatórias para os alunos do 9º ano conhecerem as escolas públicas e privadas com ofertas de nível secundário
69. Criação de incentivos às empresas que contratem jovens diplomados com nível IV de qualificação para o exercício de profissões em que no território há oferta de qualificação
70. Criação de campanhas de valorização social do ensino profissional e utilizar com frequência os meios de comunicação social para divulgar as atividades pedagógicas e projetos que são realizados nos cursos profissionais
71. Promoção, melhoria e incremento dos Lares Residenciais; CACI; Residências autónomas; Cuidados continuados e Centros de noite
72. Melhor e maior articulação entre as sinergias da comunidade e as instituições existentes.
73. Criação de respostas à doença mental
74. Alargamento da rede de respostas aos idosos
75. Elaboração da Carta Social do Concelho
76. Levantamento das necessidades prioritárias
77. Elaboração de candidaturas para financiamento
78. Realizar protocolos de colaboração com as IPSS
79. Fornecimento de apoio técnico e/ou financeiro às IPSS
80. Promoção de projetos de intervenção comunitária no âmbito da saúde mental
81. Promoção de projetos de acolhimento de emergência
82. Promoção de Famílias de acolhimento
83. Promoção de Programas de apoio ao arrendamento
84. Valorizar as práticas têm estruturais, com a colaboração das entidades regionais em conjunto com as nacionais e governamentais
85. Apoio alimentar pontual para famílias carenciadas,

Boas práticas e iniciativas sugeridas

86. Apoio no preenchimento de diversos documentos e encaminhamento das pessoas para os serviços nos quais podem obter os apoios necessários
87. Realização de reuniões temáticas com entidades distritais (articulação e partilha de experiências e metodologias)
88. Criação de mais vagas de Reserva em ERPI
89. Criação/investimento/parcerias em mais estruturas como o Casulo em Viana do Castelo
90. Criação/investimento/parcerias em mais estruturas como a Casa-Abrigo do GAF e equipas como o Recomeçar de âncora
91. Ampliação de equipas como as dos PLA e criação de vagas em estruturas de internamento/tratamento de doentes mentais (assumidos pela Saúde)
92. Criação de estruturas residenciais para a população deficiente, como a que está em curso em Ponte da Barca, por iniciativa da APPACDM
93. Colaboração entre entidades
94. Articulação entre entidades
95. Implementação de boas práticas de acessibilidades
96. Promoção de atividades para diversos grupos etários
97. Oferta Cultural para públicos diferenciadas
98. Constituição de unidades domiciliárias multidisciplinares de apoio aos idosos isolados Ex: candidatura Prémio BPI Sénior)
99. Promoção do programa Monção Social da CM Monção
100. Apoio ao arrendamento
101. Gestão adequada ao nível da habitação social
102. Maior transparência na admissão dos idosos nas diferentes valências
103. Adaptação do modelo do Bus Académico do IPVC para outras áreas (emprego fabril)
104. Promoção da Oficinas de lazer _ Grupo de Trabalho com as IPSS locais, designadamente ao nível da realização de atividades conjuntas
105. Criação de Equipas de intervenção multidisciplinar para a redução dos problemas ligados ao álcool (PLA)
106. Promoção do IADEM- Plano de Investigação-Ação nas Demências no concelho de Ponte da Barca, na área das demências
107. Apoio em candidaturas para alargamento da resposta social existente no âmbito da deficiência mental, de modo a possibilitar o apoio às famílias envelhecidas que têm a seu cargo pessoas com deficiência
108. Apoio psicológico a menores vítimas de crime
109. Construção de Lares-Erpi, Creches, Centros de dia, e criação de Unidades de cuidados continuados e SAD-serviço de apoio ao domicílio.
110. Criação de mais Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão, de lares residência para pessoas com deficiência, de respostas que permitam o descanso ao cuidador, alargamento das respostas em regime ambulatorio e criação de mais respostas vocacionadas para a inserção social e laboral das pessoas com deficiência
111. Elaboração de inquéritos
112. Elaboração de estudos
113. Realização de intercâmbios com outras regiões
114. Conhecimento de práticas de outros distritos
115. Promoção da formação com especialistas na área
116. Alargamento de Comissões de Acompanhamento de ENEE, com integração de profissionais da região de outras instituições e gestão integrada de recursos
117. Promoção do Plano para a Igualdade (que inclui ações para trabalhadores/as e estudantes)
118. Promoção do Bus-Académico em parceria com CIM e municípios, que poderia ser integrado com rede de transportes escolares para melhorar mobilidade e acessibilidades
119. Criação de rede de Clubes UBUNTU Alto Minho para partilha de formadores e atividades

Boas práticas e iniciativas sugeridas

120. Promoção do Gabinete de Emprego para apoio a gestão de carreira e promoção da empregabilidade, com Portal de emprego
121. Implementação de grupos de intervenção e acompanhamento para determinadas problemáticas de forma contínua
122. Formalização e dinamização de equipa de acompanhamento das Pessoas com Problemas ligados ao Álcool
123. Dinamização de lojas sociais (acesso a vestuário, calçado, têxtil-lar/equipamentos e mobiliário); banco de ajudas técnicas (acesso a produtos de apoio para compensar/atenuar incapacidade/dependência); parcerias com o banco alimentar contra a fome (atribuição de cabaz alimentares mediante necessidade comprovada); projetos que privilegiam o combate à pobreza e exclusão social, desemprego, ocupação de crianças e jovens em período de pausa letiva (através de oficinas lúdico-pedagógicas); e sessões de fisioterapia abertas à comunidade (a custo simbólico)
124. Promoção de dinâmicas interinstitucionais positivas, trabalho em rede e de terreno, projeto Movimento Alegre de promoção de atividade física; serviços de proximidade à população e projeto de voluntariado "afetos e companhia"

Quadro 19. Boas práticas e iniciativas sugeridas pelas instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

4.2. Quais os recursos já existentes no território do Alto Minho que podem ser mobilizados a nível das políticas de intervenção social? Descreva de forma sucinta abaixo, numerando-as de 1 a 5. (Exemplos: equipamentos e infraestruturas; instituições; capacidade técnica; recursos humanos, materiais e financeiros; parcerias; ...).

No Quadro seguinte, apresentam-se as respostas mais relevantes sugeridas pelas entidades, tendo estas sido organizadas em equipamentos, infraestruturas e instituições; capacidade técnica e recursos humanos; recursos materiais e financeiros; e parcerias.

Apesar da análise desta questão ser particularmente relevante para a fase seguinte de elaboração do PDS, verificam-se desde já algumas tendências que importa realçar, nomeadamente a identificação de equipamentos, infraestruturas e instituições que poderão ser mobilizados, o que reflete a vontade de cooperação das várias entidades no esforço conjunto de resolução dos problemas sociais.

Relativamente aos recursos humanos, verifica-se a necessidade de aumento da capacitação dos técnicos, tanto através da formação específica, como na promoção de parcerias e equipas multissetoriais, que se possam apoiar mutuamente. A nível de recursos materiais e financeiros, a escassez de respostas prende-se com a reduzida capacidade económica das instituições.

Finalmente, no que se refere a parcerias, verifica-se a necessidade e ensejo de trabalhar em rede, com a conjugação de esforços e capacidade técnica, material e financeira dos vários intervenientes

(incluindo a sociedade), sendo sugeridos diversos projetos que estão a ser desenvolvidos a nível local, mas que poderão ser transferidos para a escala intermunicipal.

Recursos existentes que podem ser mobilizados

Equipamentos, infraestruturas e instituições

1. Rede social CLAS
2. Equipas de RSI e NLI
3. Instituições educativas
4. Instituições religiosas
5. Instituições existentes - criar uma unidade C. Continuados
6. Edifícios sem funcionamento (ex.: antigas escolas) - criar um lar para pessoas com deficiência;
7. Escolas quando encerradas nas férias escolares - criar os ATL
8. Criar mais quartos
9. Equipamentos e respostas já existentes nas comunidades
10. Escolas
11. Juntas de Freguesia
12. Câmaras Municipais
13. Associações culturais e desportivas
14. Instalações já existentes para criação de um Centro de Acolhimento de sem-abrigo para todo o Alto Minho
15. Instituições
16. Equipamentos e infraestruturas
17. Recursos naturais
18. Recursos turísticos
19. Aproveitamento ou requalificação de equipamentos já existentes quer públicos quer privados
20. Instituições com um background e interesse em colaborar
21. Unidade Móvel de Saúde
22. Equipamentos e infraestruturas, instituições, capacidade técnica e parcerias
23. Edifícios públicos e de IPSS que possam ser alvo de reestruturação
24. Investimento em IPSS (criação de novos equipamentos)
25. Rede de equipamentos sociais do concelho
26. ERPI
27. Instituição Casulo em Viana do Castelo
28. Fórum Cultural de Cerveira
29. CAE
30. APPACDM
31. CIM
32. Comissão de Proteção e Promoção de Pessoas Idosas e Adultos Dependentes
33. Readaptação/ampliação das infraestruturas existentes para aumento de capacidade de resposta para a população idosa e crianças
34. Necessidade de infraestruturas, especialmente ao nível da infância e Juventude e idosos e canais de comunicação facilitadores que permitam agilizar os vários processos e encaminhamentos
35. Recomeçar + Perto (CAVVD)
36. Comunidade de Inserção
37. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
38. CRI de Viana do Castelo
39. Alojamento Urgente e Temporário
40. Equipamentos e infraestruturas: considerar o território do Alto Minho como um único na implementação de estratégias ao desenvolvimento local

Recursos existentes que podem ser mobilizados

Capacidade técnica e recursos humanos

1. Formação da área da 3ª idade, saúde mental, deficiência;
2. Equipas qualificadas e com grande conhecimento dos problemas sociais locais
3. Capacitar as instituições do 3º sector
4. Constituição de Equipas de Rua de apoio aos sem-abrigo que envolvessem várias entidades
5. Apoio e acompanhamentos das equipas técnicas e/ou recursos humanos dos municípios aos técnicos das respostas sociais e entidades de menor dimensão
6. Recursos humanos com experiência e capacidade técnica instalada
7. Ajustar a oferta formativa às necessidades de qualificação dos territórios (em termos de professores, espaços e equipamentos), de forma concertada
8. Definir na rede de cursos científico humanísticos o limite de turmas a aprovar em cada ano
9. Aumentar o número de equipas multidisciplinares, com técnicos especializados e empenhados, para apoio local e não somente distrital
10. Apostar na formação contínua dos professores e formadores em metodologias pedagógicas inovadoras e em recursos tecnológicos de ponta
11. Aumento da capacidade técnica para dar resposta na área da 3ª idade
12. Recursos humanos e técnicos das instituições
13. Recursos humanos de todas instituições de cariz social
14. Equipa de intervenção em vítimas de violência doméstica
15. Recursos institucionais e humanos da APPACDM
16. Equipas qualificadas para a resposta de intervenção comunitária
17. Formação dos profissionais
18. Capacidade de reivindicação de mudanças estruturais e implementação de respostas atípicas
19. Capacidade técnica para o apoio local na procura de respostas

Recursos materiais e financeiros

1. Recursos materiais e financeiros que são subaproveitados ou mal canalizados
2. Dotar as escolas de meios financeiros para melhorarem as suas instalações, adquirirem equipamentos e tecnologia de ponta ligada às áreas de formação e alinhados com os avanços tecnológicos das empresas

Parcerias

1. Redes Sociais concelhias
2. Parcerias estratégicas intersectoriais
3. Um trabalho em rede mais concertado com todos os técnicos dos projetos, entidades com intervenção na área social
4. Trabalho em rede
5. Parcerias com instituições, agenda cultural
6. Desenvolvimento de parcerias entre as várias entidades já existentes, no sentido de efetivar uma resposta social dirigida a imigrantes e minorias
7. Reforçar parcerias e aumentar o trabalho em rede
8. O princípio da subsidiariedade tem vindo a evoluir de forma positiva, mas a lei da proteção de dados dificulta por vezes a partilha de informação entre técnicos.
9. Parcerias efetivas entre as Instituições (partilha de recursos: infraestruturas, equipamentos, recursos humanos)
10. Parcerias já estabelecidas

Recursos existentes que podem ser mobilizados

11. Parceria Comunidade Anjos e Arcanjos S. Gabriel e S. Miguel
12. Atividades InterClas, Olimpíadas intergeracionais
13. Envolver os conselhos municipais de educação e as CIM/AM na concertação da oferta
14. Envolver todas as instituições para desenvolver um trabalho em conjunto mediante as necessidades de cada região. Maior articulação entre serviços
15. Parcerias públicas e/ou privadas
16. Apoio técnico e financeiro do Município
17. Capacidade de Articulação Interinstitucional
18. Diagnósticos locais participativos
19. Capacidade de trabalho em parceria com os diferentes parceiros sociais
20. articulação entre todos os intervenientes - instituições sociais e poder autárquico e central
21. Parcerias; recursos das redes sociais; outros movimentos de intervenção comunitária
22. Equipas de Psicólogos de Escolas e Autarquias e outras instituições que poderiam trabalhar numa rede integrada, com grupos organizados por temáticas de intervenção (ex.: Projeto Alto Minho Ser +Iguar e jovens NEET)
23. Gabinetes de Inserção Profissional e Gabinetes de Emprego e de Empreendedorismo existentes em autarquias e outras instituições como o IPVC, que poderiam criar uma Rede Colaborativa de (Re)qualificação e Empregabilidade do Alto Minho (ReCoRE) em cooperação com IEFP, numa perspetiva de partilha de informação e atividades conjuntas
24. Bibliotecas municipais e Escolas com equipamentos e meios de apoio a ENEE que poderiam trabalhar em rede (incluindo o Ensino Superior)
25. Associações Desportivas, Escolas e Desporto Municipal como várias infraestruturas e recursos técnicos que poderiam, em conjunto, criar um programa de desporto adaptado para a população do Alto Minho com deficiência, incluindo desporto escolar adaptado (em todos os níveis de ensino)
26. Observatório de modelos inovadores de intervenção para idosos (ex.: rede de IPSS), para partilha de práticas inspiradoras na intervenção social no envelhecimento ativo
27. Parcerias na procura de soluções e alternativas e reforço das parcerias
28. Boas dinâmicas de parceria

Quadro 20. Recursos existentes no Alto Minho, que podem ser mobilizados, indicados pelas instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

SECÇÃO 5 - CONTRIBUTOS ADICIONAIS

No Quadro seguinte apresentam-se os contributos adicionais mais relevantes, os quais serão tidos em conta em especial durante o processo de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Social, nomeadamente nas etapas de participação pública que se seguirão e em que serão realizados workshops temáticos com as várias entidades.

Contributos adicionais

- Problemas são complexos e multifatoriais, apelando a procura de soluções integradas e a intervenção concertada de diversos atores;
- Necessidade de política de boa parceria entre as entidades;
- Falta de conhecimento e valorização da rede social nas entidades e nos profissionais;
- Urgente necessidade de ajudar as famílias na educação dos filhos;
- Necessidade de as instituições trabalhar mais em rede, ajudando-se umas às outras e não competindo territórios e/ou utentes;
- Os serviços a que as IPSS recorrem (transportes, recursos humanos para falhas e férias, seguros, compras, etc.) que deveriam ser tratados em conjunto, numa estrutura de apoio dinâmica e simplificada;
- Instituir prática de envelhecimento ativo, com qualidade e respeito pela pessoa idosa;
- Necessária uma reflexão sobre o aumento da emigração na região, as suas consequências e capacidade de resposta local.

Quadro 21. Contributos adicionais referidos pelas instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho 2022

10. Conclusões

As mudanças demográficas e socioeconómicas que tem ocorrido no território do Alto Minho, em especial nos últimos anos, apelam por novas soluções sociais, face aos problemas diagnosticados, mas tendo em conta as valências existentes. Assumindo uma perspetiva de articulação, trabalho em rede e procura conjunta de soluções inovadoras e sustentáveis, o PDS do Alto Minho visa promover o planeamento estratégico, a monitorização e a implementação de abordagens intermunicipais na construção de um plano que permita não apenas mitigar as carências verificadas a nível local, mas principalmente a conjugação de esforços na criação de soluções conjuntas, inovadoras e sustentáveis. Assim, o PDS não pode ser meramente trabalhado a nível de equipamentos e serviços, mas deve apostar na inovação das medidas/programas, a integração das respostas e a articulação institucional, garantindo um aumento da eficácia (melhor cobertura e melhor serviço) e da eficiência (maior otimização dos recursos existentes) da rede de serviços e equipamentos.

Dada a análise efetuada, verifica-se que, em 2021, a população do Alto Minho cifrava-se em 244.836 habitantes, registando um decréscimo demográfico da ordem dos 5,5 %, superior ao verificado no contexto nacional e regional. Todos os concelhos registaram perdas populacionais, sendo estas mais evidentes nos concelhos mais interiores, denotando-se uma clara distinção com os concelhos litorais, tanto nas suas características socioeconómicas, bem como no tipo de problemas e respostas sociais existentes.

A nível demográfico, tem-se ainda assistido a um decréscimo das crianças e jovens (com uma representatividade de 20%, ligeiramente inferior às médias regional e nacional) em simultâneo com um aumento da população idosa (representando quase um terço da população, com valores bastante superiores às médias nacional e regional). Estes constituem dois grupos etários que surgem no topo das preocupações das instituições que trabalham em questões sociais, como se verificou nos momentos participativos que ocorreram ao longo dos trabalhos de elaboração do diagnóstico social.

Dados da CNPDPCJ mostram que o número de processos ativos de crianças e jovens sinalizados em situação de perigo apresenta um valor constante aos longo dos últimos quatro anos. Apesar de uma heterogeneidade para os vários concelhos, no Alto Minho, as incidências de crianças com situações de perigo comunicadas têm aumentado, embora o número de diagnósticos tenha diminuído, situação que poderá estar relacionada com a capacidade de resposta das entidades.

Além disso, é patente a necessidade de promover o apoio às famílias na parentalidade, bem como cativar a camada jovem para os estudos, apostando na sua formação, com vista a um aumento futuro da qualificação da população, o que irá ter impacto a nível socioeconómico, gerando mais capacidade financeira e uma maior literacia da população. Ainda no âmbito das crianças e jovens, e apesar da quantidade de equipamentos identificados para este grupo no âmbito da RSES, são referidas pelas várias entidades consultadas algumas carências, em especial a nível de respostas para a primeira infância (creches), equipamentos de apoio às crianças, e ocupação de tempos livres (em horários ajustados à situação laboral das famílias).

O forte aumento da população idosa no Alto Minho é responsável pelo aumento do índice de envelhecimento e índice de dependência de idosos (e, conseqüentemente, subida do índice de dependência total), que mostra uma subida gradual ao longo dos anos, refletindo-se numa diminuição do Índice de Sustentabilidade Potencial. Além das implicações a nível económico, existem também efeitos a nível da saúde e segurança, com o isolamento da população sénior. No âmbito da Operação “Censos Sénior” 2021, no distrito de Viana do Castelo (correspondente à área territorial do Alto Minho), foram sinalizados 1.142 idosos que viviam sozinhos e/ou isolados, ou em situação de vulnerabilidade, em razão da sua condição física, psicológica, ou outra que possa colocar em causa a sua segurança. Embora seja o terceiro distrito com menos casos identificados, esta não deixa de ser uma situação preocupante, nomeadamente devido à dispersão territorial que caracteriza o Alto Minho, e às dificuldades de acesso, transportes e mobilidade.

A nível socioeconómico, a taxa de atividade tem-se mantido mais ou menos constante, com um aumento dos salários em todos os concelhos do Alto Minho, verificando-se um progressivo equilíbrio interconcelhio, embora com valores significativamente inferiores aos observados na região Norte e Portugal continental. Também os valores médios das pensões da segurança social mostram ser inferiores ao contexto nacional e regional. Estas disparidades evidenciam uma maior vulnerabilidade da população, nomeadamente em termos do risco de pobreza.

O Alto Minho evidencia claras melhorias na qualificação da população, em particular nos últimos vinte anos, com um aumento da escolarização, porém com um decréscimo do número de alunos bem como de professores (facto relacionado com a diminuição da população jovem). Contudo, a proporção de população com o 3.º ciclo, ensino secundário e pós-secundário e ensino superior completos, encontra-se, ainda, aquém dos valores registados, tanto na região Norte, como no continente. A existência de

estabelecimentos de ensino profissional e superior (politécnico) constitui uma mais-valia ao aumento da formação da população, embora deva ser mais direcionada para as potencialidades locais e regionais e tendências atuais do mercado de trabalho.

No âmbito da saúde, é patente a necessidade de intervir na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo, bem como nas problemáticas associadas ao consumo de substâncias psicoativas e álcool, doença mental e situações de depressão, assim como na deficiência. Com o aumento da esperança de vida no Alto Minho (embora se mantenha ligeiramente inferior aos valores para o país e região), e o aumento da população idosa, torna-se urgente uma intervenção mais eficiente e específica na saúde. Todos os concelhos possuem equipamentos de saúde, embora em maior número nos territórios mais populosos, encontrando-se a proporção de médicos e enfermeiros na mesma ordem de valores que para o território nacional e regional, apesar do maior número de consultas. A taxa bruta de mortalidade evidencia valores mais altos nos concelhos do interior, onde habita uma maior proporção de população idosa, em oposição com os valores para o litoral.

A saúde mental assume uma importância cada vez mais relevante na sociedade, tendo sido particularmente afetada pela situação pandémica, verificando-se que as mortes geradas por transtornos mentais, nos concelhos do Alto Minho, são responsáveis por um número representativo de óbitos. As questões de associadas à saúde mental constituem uma das grandes preocupações das entidades, em particular devido à insuficiência de respostas.

Os cuidados de saúde continuados e os cuidadores informais constituem outro domínio de preocupação no Alto Minho, numa sociedade onde a população sénior tende a aumentar, gerando mais necessidades a nível de saúde, bem-estar e envelhecimento ativo. Os cuidadores informais constituem uma parcela da população de elevada importância, pelo trabalho que realizam, estabelecendo uma articulação direta entre as entidades e a sociedade, sendo salutar providenciá-lhes um maior apoio, a nível técnico, mas também psicológico. De facto, denota-se nas entidades, a procura de uma maior relação com a comunidade, tanto a nível de garantia de um serviço de proximidade (muitas vezes impossibilitado pela dispersão territorial e gastos financeiros e temporais associados), como na integração das pessoas na resolução dos problemas sociais de forma mais ativa (por exemplo, através de programas de voluntariado ou mesmo associações locais).

No que se refere aos comportamentos aditivos e dependências, o distrito de Viana do Castelo regista um decréscimo dos utentes em tratamento na rede pública, sendo este valor bastante superior para a

população masculina. Relativamente a problemas relacionados com álcool, o distrito possuía a mais alta proporção do país de utentes na faixa etária 15-74 anos, verificando-se, novamente uma maior incidência na população masculina. Dos utentes tratados no Alto Minho, mais de metade apresentava problemas ligados ao álcool, seguido por problemas devido ao consumo de outras substâncias psicoativas. De facto, a análise do tipo de substância usada pelos utentes no Alto Minho mostra uma clara representatividade do álcool, que ascende a 51% dos casos.

A discriminação por deficiência é bastante elevada em Portugal, verificando-se que, no Alto Minho, a proporção de pessoas com muita dificuldade ou incapacitada em realizar determinadas ações diverge entre os vários concelhos, com valores que variam entre um terço e mais de metade da população, situação que mais uma vez evidencia o desequilíbrio entre os concelhos do litoral e interior. Este facto é também evidenciado no estudo Referencial de Coesão Social, desenvolvido para Portugal, no qual se verifica uma forte incidência das situações mais graves de incapacidade (deficiência, pessoas com incapacidade perante o trabalho, pessoas beneficiárias de subsídio de doença ou acidente de trabalho, pensionistas por invalidez e beneficiários de subsídio mensal vitalício) no Alto Minho, em especial nos concelhos mais interiores. As atividades de andar ou subir degraus e as dificuldades de visão são as que afligem o maior número de pessoas.

No tocante à habitação, embora a grande maioria dos alojamentos sejam familiares clássicos, verifica-se que ocorreu, na última década, um aumento significativo do número de alojamentos familiares não clássicos (que não satisfazem inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção), a par com um claro decréscimo dos alojamentos coletivos e incremento dos alojamentos vagos.

Os valores das rendas evidenciam uma subida contínua ao longo dos anos, e embora inferiores à média regional e nacional, colocam em risco a capacidade financeira das famílias. Quanto às condições, verifica-se que menos de um quarto dos edifícios apresenta necessidades de reparação, predominando as pequenas reparações. O número de edifícios de habitação social mostra um aumento, sendo a maioria dos fogos das tipologias T2 ou T3, apesar de ser considerado pelas várias entidades que a disponibilidade de alojamento social é insuficiente, sendo igualmente um problema a crescente incapacidade da população para pagar a habitação (tanto para as classes sociais baixa como média). Verifica-se ainda que, em 2021, mostra que no Alto Minho, havia vários casais sem teto e sem

casa, nomeadamente nos concelhos de Caminha, Ponte da Barca, Valença e Viana do Castelo, situação que a crise económica e a pandemia vieram agravar.

A análise do tema “segurança” mostra que a criminalidade tem vindo a diminuir em Portugal, nos últimos 15 anos, verificando-se uma situação semelhante a nível regional e no Alto Minho. Neste território, o número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou pessoas análogas é ligeiramente superior ao verificado na região Norte, mas inferior quando comparado com o continente nacional, embora evidenciando uma tendência crescente. A violência doméstica e de género constitui um problema social com clara incidência no Alto Minho, tendo o número de ocorrências de violência doméstica participadas às forças de segurança mostrado oscilações entre 2013 e 2017, mas com uma larga subida até 2020, verificando-se a relevância dos crimes relacionados com problemas de alcoolismo, que contemplam cerca de metade dos casos totais. De acordo com a opinião das entidades auscultadas, as respostas a esta problemática tendem a ser insuficientes e bastante concentradas territorialmente.

A igualdade de género demonstra uma tendência relativamente positiva, no Alto Minho, face às realidades observadas na região Norte e continente, com um maior aumento da taxa de atividade do sexo feminino, embora este valor permaneça significativamente mais baixo, possivelmente, pelo maior peso da população idosa junto do total da população feminina e por uma maior alienação feminina do trabalho.

A população imigrante constitui um segmento da população potencialmente suscetível à pobreza monetária e exclusão social, principalmente, se constituída por indivíduos de estratos socioeconómicos mais baixos. No Alto Minho, o volume de população imigrante tem vindo a aumentar progressivamente, em especial nos anos mais recentes, evidenciando-se a comunidade brasileira, seguindo-se a comunidade espanhola e a comunidade oriunda dos países do Sul da Ásia. O número de pessoas acolhidas no distrito de Viana do Castelo, no âmbito do programa de recolocação em Portugal, revela uma baixa representatividade no contexto nacional, o que denota que este problema será pouco significativo. Ainda no âmbito das minorias étnicas é de relevância a comunidade cigana. Apesar de não existirem números concretos para esta realidade, em 2011, foram identificadas 7 “Comunidades” e núcleos residenciais, totalizando 91 pessoas ciganas residentes no distrito de Viana do Castelo (correspondendo a menos de 1% do valor nacional).

A análise da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais mostra que, no Alto Minho, existem 319 equipamentos, sendo evidente uma maior concentração no concelho de Viana do Castelo, onde se situa mais de um terço do total, e sendo ainda observável uma maior concentração geral dos equipamentos nas sedes de concelho. Apesar do número, verifica-se que, para algumas respostas sociais, estes são considerados insuficientes, ineficazes, não atempados, e mesmo obsoletos. Os serviços disponibilizados destinam-se a um conjunto de respostas sociais e públicos-alvo diversos, denotando-se a relevância dos serviços destinados à população idosa, seguido da família e comunidade em geral e crianças e jovens. Verifica-se ainda que os institutos de organizações religiosas são o tipo de entidade mais abrangente nas respostas sociais que disponibilizam, seguidas das associações e fundações de solidariedade social e centros sociais paroquiais. O apoio a pessoas com deficiência (e em especial dedicada a crianças e jovens) surge como o público-alvo com menos respostas, tendo em consideração a realidade deste território. Apesar das várias respostas à população idosa, estas são ainda consideradas insuficientes no Alto Minho, situação que tende a agravar com o aumento deste grupo demográfico.

As principais limitações ou dificuldades sentidas pelas entidades consultadas prendem-se com a falta de recursos técnicos e financeiros para a resolução dos problemas sociais, em especial com a falta de recursos humanos qualificados, valorizando a multidisciplinaridade. É também realçada a necessidade de planeamento integrado, com a definição de objetivos de longo prazo e a articulação tanto entre as instituições e o Estado, bem como o estabelecimento de parcerias com outras entidades e mesmo com a comunidade, adotando formas inovadoras e adaptativas de atuação.

O questionário realizado às entidades, entre outras questões, solicitou a partilha de boas práticas e iniciativas, assim como a identificação de recursos que pudessem ser mobilizados a nível de políticas de intervenção social. Estas questões acolheram inúmeras e interessantes sugestões, o que denota o elevado interesse das entidades na resolução dos problemas verificados, bem como o seu sentido empreendedor no desenvolvimento de ações para o realizar. É de realçar as dificuldades materiais e financeiras sentidas e a vontade de aumentar a capacitação técnica dos recursos humanos. As sugestões efetuadas a nível de parcerias indicam a necessidade de trabalho em rede, articular serviços, materiais, recursos e equipamentos, partilhar experiências, numa perspetiva de envolvimento conjunto, visando a integração de inovação social e sustentabilidade no desenvolvimento social do Alto Minho.

Bibliografia

- ACM – Alto Comissariado para as Emigrações (2015). *Plano Estratégico para as Migrações*.
- CIM Alto Minho (2020). *Estratégia “Alto Minho 2030”. Atualização estratégica*. Documento preliminar Síntese Pré-COVID 19. CIM Alto Minho.
- CIM Alto Minho (2020). *Estratégia Alto Minho 2030*.
- CLAS de Caminha (2013). *Plano de Desenvolvimento Social de Caminha 2013-2016*. Município de Caminha.
- CLAS de Melgaço (2014). *Plano de Desenvolvimento Social 2014-2016*. Município de Melgaço.
- CLAS de Monção (2013). *Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015*. Município de Monção.
- CLAS de Monção - Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Monção (2018). *Diagnóstico Social de Monção 2018*. Município de Monção.
- CLAS de Paredes de Coura (2013). *Plano de Desenvolvimento Social 2013-2016*. Município de Paredes de Coura.
- CLAS de Paredes de Coura (2019). *Plano de Ação 2019*. Município de Paredes de Coura.
- CLAS de Ponte da Barca (2013). *Diagnóstico Social*. Município de Ponte da Barca.
- CLAS de Ponte da Barca (2013). *Plano de Desenvolvimento Social 2013 – 2016*. Município de Ponte da Barca.
- CLAS Ponte de Lima (2013). *Diagnóstico Social*. Município de Ponte de Lima.
- CLAS Ponte de Lima (2014). *Plano de Desenvolvimento Social de Ponte de Lima 2014 – 2017*. Município de Ponte de Lima.
- CLAS Ponte de Lima (2016). *Plano de Ação*. Município de Ponte de Lima.
- CLAS Vila Nova de Cerveira (2018). *Diagnóstico Social de Vila Nova de Cerveira*. Município de Vila Nova de Cerveira
- CLAS Vila Nova de Cerveira (2021). *Plano de Ação 2021*. Município de Vila Nova de Cerveira
- CLAS Vila Nova de Cerveira (2019). *Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021*. Município de Vila Nova de Cerveira.
- CM Arcos de Valdevez (Sd). *Estratégia Local de Habitação de Arcos de Valdevez*. CM Arcos de Valdevez
- CM Vila Nova de Cerveira (2020). *Estratégia Local de Habitação*. Município de Vila Nova de Cerveira
- CM Paredes de Coura (2013). *Diagnóstico Social de Paredes de Coura*. Município de Paredes de Coura.

- CM Paredes de Coura (2020). *Estratégia Local de Habitação do Município de Paredes de Coura*. Município de Paredes de Coura.
- CM Valença (2021). *Carta Social do Concelho de Valença 2021*. Município de Valença.
- CM Valença (2020). *Diagnóstico Social do Concelho de Valença 2020*. Município de Valença.
- CM Valença (2020). *Estratégia Local de Habitação do Município de Valença*. Município de Valença.
- CM Valença (2021). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valença 2021-2025*. Município de Valença.
- CNPDPJ (2016). *Avaliação da atividade das Comissões de Proteção das Crianças e Jovens. Relatório anual 2015*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2017). *Relatório de Avaliação da Atividade 2016*. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2018). *Relatório de Avaliação da Atividade 2017*. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2019). *Relatório de Avaliação da Atividade 2018*. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2021). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2021). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- Cunha, G. (Coord.) (2005). *Carta Educativa Intermunicipal da Valimar ComUrb*. VALIMAR, ComUrb.
- Direção-Geral da Saúde (2017). *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025*. Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (Despacho n.º 12427/2016)
- Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho.
- Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas 2013 – 2020* - Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 17 de Abril.

- Fernandes, P. (Coord.) (2009). *Plano Estratégico de Intervenção Social da Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima*. Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima.
- Fumega, S. M. G. (2013). *Trajetos de Participação de Atores Sociais em Processos de Planeamento Estratégico: o caso do Programa Rede Social no Concelho de Sintra*. Tese de Mestrado. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento (2021). *Carta Social - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2020*. GEP/MTSSS.
- Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da ENIPSSA (2021). *Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - 31 de dezembro 2020*.
- IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*. IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social.
- INE (2022). *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC)*. Estado de saúde Rendimento e Condições De Vida 2021.
- Instituto Europeu para a Igualdade de Género (2020). *Índice de Igualdade de Género 2020 Portugal*.
- IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2015). *Referencial de Coesão Social 2014*. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Marques, T.S. e Maia, C. (Coord.) (2022). *Alto Minho – Desafio 2030. Dashboard sub-regional*. JPQ Consultores
- Meireles, R.P. (S.d.) *Monitorização da Carta Educativa de Ponte de Lima*.
- Meireles, R.P (2017). *Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Vila Nova de Cerveira*.
- Mendes, M.; Magano, O.; e Candeias, P. (2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*. Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).
- Mota, J. C. B. (2013). *Planeamento do Território: Metodologias, Actores e Participação*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Aveiro. <http://ria.ua.pt/handle/10773/13666>.
- Município de Caminha (2013). *Diagnóstico Social de Caminha*. Município de Caminha.
- Município de Caminha (2014). *Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Caminha*. Município de Caminha.
- Município de Caminha (2016). *Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)*. Município de Caminha.
- Município de Melgaço (2013). *Diagnóstico Social 2013*. Município de Melgaço.

Município de Melgaço (2021). *Estratégia Local de Habitação de Melgaço*. Município de Melgaço.

Município de Melgaço (2021). *Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Melgaço. Relatório*. Julho 2021.
Município de Melgaço.

Município de Monção (2020). *Carta Educativa 2020-2030*. Município de Monção.

Município de Monção (2021). *Estratégia Local de Habitação*. Município de Monção.

Município de Valença (2021). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valença 2021-2025*. Município de Valença.

Município de Valença (2021). *Proposta de reformulação da Carta Educativa*. Município de Valença.

Município de Ponte da Barca (2020). *Estratégia Local de Habitação para o Município de Ponte da Barca*.
Município de Ponte da Barca.

Nações Unidas (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

Observatório nacional Luta contra a pobreza (2021). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Relatório 2021*.

Oliveira, C.R. (2021). *Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal. Relatório Estatístico do Asilo 2021*. Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

ONLCP - Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza (2021). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Relatório 2021*. Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza.

Planum (2021). *Estratégia Local de Habitação de Ponte de Lima*. Município de Ponte de Lima.

Quaternaire (2006). *Cartas Educativas para os Concelhos do Vale do Minho*. Paredes de Coura.

Rede Social de Monção (2021). *Plano de Ação Social 2021/2022*. Município de Monção.

Smart Value (Sd). *Plano de Dinamização Estratégica do Concelho de Arcos de Valdevez*. CM Arcos de Valdevez.

Pinto, P.C. & Neca, P. 2020. *Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos 2020*. O Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH)/ ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SEF/GEPF (2021). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

SICAD (2021). *Relatório Anual 2020. A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

SICAD (2021b). *Relatório Anual 2020. A Situação do País em Matéria de Álcool*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

SICAD (2020). *Relatório Anual 2019. A Situação do País em Matéria de Álcool*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

SICAD (2019). *Relatório Anual 2018. A Situação do País em Matéria de Álcool*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

SICAD (2018). *Relatório Anual 2017. A Situação do País em Matéria de Álcool*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Sistema de Segurança Interna (2021). *Relatório Anual de Segurança Interna*.

UNICEF (2022). *Protecting child rights in a time of crises. Annual report 2021*.

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE (2016). *Plano Estratégico 2016*.

World Health Organization (2002). *Active ageing: a policy framework*. Geneva. WHO.

Anexos

Anexo I. Problemas e necessidades apontados pelos municípios do Alto Minho no âmbito dos Diagnósticos sociais municipais

Concelho	Eixo	Problemas prioritários
Arcos de Valdevez	Família e Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiência de respostas sociais para idosos e pessoas com deficiência ▪ Famílias disfuncionais ▪ Condições de habitabilidade precárias
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envelhecimento da população (isolamento dos idosos, formação insuficiente dos cuidadores informais) ▪ Alcoolismo ▪ Acessibilidade a cuidados especializados e a exames complementares diagnóstico
	Emprego e Formação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desemprego jovem ▪ Falta de oferta de emprego ▪ Desajuste entre a formação profissional e a oferta de emprego
Caminha	Envelhecimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de uma cultura que provoca o isolamento dos idosos ▪ Envelhecimento demográfico Isolamento físico e social dos idosos ▪ Idosos com diferentes níveis de dependências, com baixos recursos, sem necessidades satisfeitas e sem apoio familiar ▪ Idosos residentes nas freguesias do interior sem apoio domiciliário ▪ Dificuldades económicas no acesso à rede normal de apoio
	Habitação / Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade no acesso à habitação por parte de agregados carenciados – falta de habitação social ▪ Sobrelotação habitacional ▪ Sazonalidade urbanística – casas indisponíveis durante o tempo de verão – frequente em Vila Praia de Âncora ▪ Elevado número de habitações degradadas / inacabadas ▪ Más condições de habitabilidade, de conforto e de salubridade ▪ Existência de barreiras arquitetónicas nos edifícios, instituições e espaços públicos, condicionando a mobilidade
	Comportamentos Aditivos e Dependências	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desvalorização da problemática – alcoolismo promovido ▪ Toxicodependência jovem ▪ Consumo recreativo de álcool por parte dos jovens ▪ Fracas competências formativas e escolares, desemprego de longa duração e dificuldades de 1º emprego para os jovens ▪ Disfunções familiares ▪ Existência de situações de comportamentos de risco/ desvio social ▪ Respostas desajustadas face às necessidades ▪ Inexistência de respostas integradas de tratamento e prevenção de proximidade
	Equipamentos e Respostas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente cobertura de resposta social ao nível da violência doméstica ▪ Falta de respostas integradas na área da deficiência/ saúde mental

Concelho	Eixo	Problemas prioritários
	Família / Educação / Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Famílias desestruturadas provocando situações de exclusão social ▪ Graves problemas comunicacionais nas famílias ▪ Negligência parental ▪ Crianças e jovens com necessidades educativas especiais ▪ Problemas sociais na escola/diferenças sociais ▪ Baixo envolvimento e participação das famílias na vida escolar mais significativa com o aumento do nível de escolaridade
	Emprego / Formação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente orientação escolar / profissional nas escolas ▪ Desvalorização social das profissões técnicas ▪ Falta de criação de empregos ▪ Desemprego ▪ Ausência de empreendedorismo ▪ Insuficiente integração socioprofissional da população com deficiência <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desertificação do interior ▪ Falta de dinâmica empresarial / Estruturas Industriais – Setor Primário e Terciário
Melgaço	Isolamento e Envelhecimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Isolamento / Solidão da população idosa ▪ Necessidade de mais apoio aos idosos ▪ Relações de vizinhança / voluntariado pouco difundido ▪ Elevado índice de envelhecimento e baixa natalidade ▪ Baixos rendimentos ▪ Baixa escolaridade ▪ Necessidade de intensificação da relação entre juventude e 3ª idade ▪ Elevada prevalência de doenças mentais
	Respostas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de respostas sociais: centros de convívio, centros de dia, novo lar, apoio domiciliário, respostas sociais para a infância ▪ Falta de outros apoios: económicos, transportes ▪ Duplicação de respostas sociais (creche e apoio domiciliário) ▪ Falta de respostas de ocupação dos tempos livres para crianças e jovens ▪ Necessidade de melhor distribuição dos apoios ▪ Necessidade de análise mais rigorosa das candidaturas a apoios sociais
	Emprego / Desemprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de emprego ▪ Dificuldade de fixação de jovens ▪ Ausência de indústria ▪ Necessidade de maior apoio aos desempregados (económico, formação, oportunidades de emprego)
	Problemas Habitacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de habitação social ▪ Necessidade de melhorias habitacionais em situações que não se inserem nos programas de apoio existentes ▪ Rendas / impostos avultados ▪ Habitação degradada ▪ Necessidade de melhor controlo da habitação social
	Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de saneamento ▪ Rede de transportes públicos inexistente / insuficiente ▪ Falta de pavimentação dos caminhos ▪ Deficiente manutenção da rede viária

Concelho	Eixo	Problemas prioritários
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de construção de melhores redes viárias nas freguesias da montanha ▪ Necessidade de criação de melhores acessos viários ▪ Falta de rentabilização / ocupação dos espaços públicos
Monção	Ação Social	
	Economia, Emprego e Habitação	
	Educação, Formação e Cultura	
	Saúde e Ambiente	
Paredes de Coura	Desemprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desemprego ▪ Falta de recursos económicos
	Isolamento social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desertificação ▪ Envelhecimento ▪ Estratégias de fixação da população ▪ Acessibilidades ▪ Ausência de estratégia local de desenvolvimento ▪ Saúde ▪ Isolamento
	Competências pessoais e sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Competências Familiares ▪ Carências familiares ▪ Carências afetivas e económicas ▪ Famílias desestruturadas
	Dependências	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alcoolismo ▪ Dependências ▪ Respostas sociais para idosos
	Dinâmica Associativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinâmica interassociativa ▪ Falta de união
Ponte da Barca	Habitação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parque habitacional degradado ▪ Pouca habitação social disponível
	Formação/Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desarticulação entre as lógicas da escola, da família e da sociedade
	Família e Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comportamentos de risco: consumo de álcool, tabaco e drogas ▪ População Envelhecida ▪ Famílias cada vez mais carenciadas
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Doenças Cardiovasculares e mortes por Acidente Vascular Cerebral (AVC) ▪ Falta de acompanhamento específico às pessoas com doenças do foro psicocognitivo (Saúde mental)
	Equipamentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentabilidade Financeira das IPSS ▪ Insuficiência de respostas sociais dirigidas à infância e juventude
	Economia Local e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente Oferta de Emprego ▪ Índice Elevado de Desemprego ▪ Tecido Empresarial pouco Qualificado e Diversificado
	Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Más condições da rede Viária/caminhos e estradas ▪ Rede deficitária de serviços de transportes públicos
Ponte de Lima	Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desvalorização da escola por parte das famílias ▪ Falta de motivação e expectativas escolares por parte dos alunos
	Emprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desadequação entre oferta e procura de emprego ▪ Falta de estruturas de apoio ao emprego

Concelho	Eixo	Problemas prioritários
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emprego precário ▪ Desemprego jovem ▪ Desemprego feminino ▪ Deficiente rede de transportes públicos
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixo incremento da formação ao longo da vida ▪ Desadequação entre oferta de formação e mercado ▪ Baixa oferta de qualificação profissional de nível técnico
	Família	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão desadequada do orçamento / organização familiar ▪ Dificuldade na gestão da vida doméstica e familiar ▪ Negligência familiar que afeta crianças e idosos ▪ Influência do álcool na desestruturação das famílias ▪ Aumento de consumo de álcool nos jovens ▪ Rutura de relações / laços familiares ▪ Violência doméstica ▪ Enfraquecimento das redes familiares
	Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enfraquecimento das redes de vizinhança
	Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa cultura de cidadania
	Envelhecimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do índice de dependência e envelhecimento ▪ Baixos recursos económicos dos idosos ▪ Aumento das despesas com a saúde ▪ Desadequação entre as necessidades e as respostas existentes ▪ Assimetrias nas respostas sociais aos idosos ▪ Ausente / insuficiente suporte de apoio familiar ▪ Isolamento social ▪ Baixa participação comunitária e social ▪ Baixa autoestima ▪ Rotinas pouco saudáveis / diminuição da atividade ▪ Baixo nível de exigência nos cuidados pessoais ▪ Baixa acessibilidade a serviços básicos
	Respostas sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficientes respostas sociais para idosos ▪ Insuficiente número de lugares em Lares de Idosos face ao número pedidos ▪ Insuficientes respostas para a população com deficiência ▪ Falta de equipamento destinado a vítimas de violência doméstica ▪ Falta de CAT – Centro de Acolhimento Temporário para crianças e jovens ▪ Falta de Centro de Alojamento Temporário destinado a pessoas adultas em situação de carência ▪ Assimetrias das respostas sociais ▪ Sobreposição de respostas sociais no mesmo território
	Valença	Pessoas idosas

Concelho	Eixo	Problemas prioritários
	População de etnia cigana	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 2019, estima-se que a população de etnia cigana residente no concelho de Valença representava 0,4% a 0,5% da população residente (aproximadamente 100 pessoas) ▪ A maioria da população adulta tem baixa escolaridade ▪ Das 22 famílias, 9 residem em alojamentos não clássicos (barracas, contentor e carrinha) ▪ Apresentam vulnerabilidade ao nível da sua situação económica (alguns são beneficiários de RSI, outros encontram-se desempregados) ▪ Constrangimentos à integração da comunidade cigana também devido a preconceitos e estereótipos negativos por parte da comunidade maioritária
	Habitação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade de acesso a habitações sociais ou a custos controlados ▪ Aumento significativo do valor das rendas no território ▪ Número insuficiente de habitações para arrendar e adquirir no mercado privado ▪ Pouca oferta de habitação social ▪ Parque habitacional antigo e a necessitar de obras de requalificação ▪ Dificuldade de integração de pessoas em situação de emergência social em respostas habitacionais
	Saúde Mental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Respostas insuficientes face às necessidades ao nível da saúde mental ▪ Aumento do n.º de pessoas com perturbações mentais e do comportamento ▪ Insuficiência das respostas comunitárias de acompanhamento regular ▪ Sobrecarga dos cuidadores informais ▪ Existência de fatores como: Índice de Envelhecimento elevado, consumo de droga e álcool, situações de vulnerabilidade económica e isolamento social que podem potenciar situações de maior vulnerabilidade ao nível da saúde e da saúde mental em particular ▪ Falta de informação / iliteracia em saúde mental ▪ Insuficiente rede de transportes públicos que garantam o acesso aos serviços de saúde
	Ação social, família e comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta ou fragilidade de competências parentais, sociais e pessoais na população ▪ Situações de negligência parental sinalizadas à CPCJ ▪ Perceção de um aumento do n.º de situações de doença mental ▪ Situações de fragilidade económica das famílias ▪ Situações de absentismo e abandono escolar ▪ Insuficiente participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos ▪ Perceção negativa das famílias sobre o percurso escolar ▪ Horários laborais dos Encarregados de Educação poderão condicionar a sua participação em atividades escolares
Viana do Castelo	Demografia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envelhecimento da população ▪ Diminuição da taxa de natalidade ▪ Desertificação e isolamento populacional

Concelho	Eixo	Problemas prioritários
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento das famílias monoparentais ▪ Emigração dos mais jovens (dados sobre as crianças que abandonam sistema ensino devido à emigração dos pais, tendência crescente últimos dois anos)
	Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abandono escolar precoce ▪ Taxa de retenção e desistência no ensino secundário (2010/2011) ▪ Ausência de tempos livres, ocupação do período de férias e a participação cívica dos jovens e crianças ▪ Baixa qualificação escolar dos habitantes ▪ Pouco/Nenhum conhecimento da área das Tecnologias de Informação e Comunicação ▪ Aumento da atribuição de apoio social às crianças do ensino pré-escolar e 1º ciclo em consequência do agravamento da crise económica ▪ Resposta insuficiente do sistema educativo em relação a alunos com problemas comportamentais e emocionais ▪ Oportunidade de qualificação profissional desajustadas às necessidades do mercado
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento de problemas de saúde com o envelhecimento da população ▪ Falta de apoio às famílias com doenças degenerativas ▪ Aumento dos problemas relacionados com a Doença Mental (nomeadamente a depressão e o alcoolismo entre outros) ▪ Ausência de projetos / ações organizadas na área da promoção da saúde mental, prevenção da depressão e prevenção do suicídio, de acordo com as orientações da DGS ▪ Necessidade de concertar estratégias de intervenção, no âmbito da saúde escolar, para a prevenção do consumo de álcool e tabaco, exposição ao fumo de tabaco, promoção da atividade física e atividades de lazer, e, promoção da saúde mental nos jovens escolarizados ▪ Acesso aos serviços de saúde sobretudo da população idosa ▪ Ausência de apoio a doentes mentais graves e cuidadores ▪ Não caracterização e quantificação da literacia em saúde da população (realidade nacional, regional e local) ▪ Não caracterização do perfil de saúde mental da população
	Emprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Registo de 34.644 são pessoas consideradas inativas (dezembro de 2012) ▪ Registo de 5.803 pessoas inscritas no IEFP (janeiro, 2013). ▪ 19% dos desempregados tem baixas qualificações académicas (dezembro 2012) ▪ Apenas 2 % da população trabalha no sector primário (dezembro de 2012) ▪ 5.503 pessoas desempregadas registadas no IEFP (dezembro de 2012) ▪ Aumento de situações de vulnerabilidade socioeconómica da população local ▪ Ausência de empreendedorismo social e cultural ▪ Dificuldade de inserção profissional de pessoas com filhos menores, sem retaguarda familiar

Concelho	Eixo	Problemas prioritários
	Habitação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade de acesso da população a informação relacionada com o emprego, a formação e a inserção profissional ▪ Incapacidade das famílias em assumir os compromissos financeiros relacionados com créditos habitação ou rendas ▪ Dificuldade das Instituições públicas do sector social e da Autarquia em responder diariamente às várias solicitações decorrentes de problemas emergentes como o desemprego e a rutura familiar ▪ Ausência de uma estratégia de intervenção sócio habitacional no bairro do IHRU
	Atividade Económica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desvalorização da economia local ▪ Degradação da atividade Piscatória ▪ Ausência de apoio ao turista ▪ Ausência de certificação e divulgação de produtos regionais/tradicionais ▪ Volume de negócio do sector das pescas é o mais baixo de todos (0,4% do total) ▪ Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem é - 13% face à média nacional (901 euros, 2009) ▪ A remuneração base média mensal é - 13,7% face à média nacional (749 euros, 2009) ▪ O poder de compra per capita no Concelho, em 2009 era menos 10,3 pontos percentuais face à média nacional
	Proteção Social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio Insuficiente aos Idosos ▪ Aumento das situações de vulnerabilidade social ▪ Ausência de tempos livres para idosos ▪ Em março de 2013, no Concelho de Viana do Castelo, 576 famílias beneficiavam da prestação do RSI ▪ Em 2012, o nº total de pensionistas da segurança social era de 23.522 pessoas, destas 15.320 recebem pensão por velhice
	Segurança e Criminalidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os Crimes contra o património, no ano de 2012, foram os que registaram o maior número absoluto de participações correspondendo à taxa de criminalidade por categoria de crime mais elevada (13,4‰) ▪ Registou-se no seu concelho, um aumento de acidentes e vítimas excetuando-se as vítimas mortais, em 2012. ▪ Ausência de uma estratégia de Educação Rodoviária de acordo com o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária ▪ Operacionalização do Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011 - 2013), a nível Concelhio e Regional, nomeadamente ao nível estratégico de informar, sensibilizar e educar
	Grupos Vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A situação de dificuldade em “Andar e subir degraus” é a mais frequente na população ▪ O tipo e grau de dificuldade aumenta com a idade, havendo uma percentagem elevada (%) da população com mais de 65 anos apresenta algum tipo e grau de dificuldade ▪ Nos jovens, a dificuldade mais evidente é ao nível da “memória e concentração” ▪ Em 2012, a deficiência mental/intelectual e deficiência motora são as que apresentam maior número de casos novos.

Concelho	Eixo	Problemas prioritários
		<ul style="list-style-type: none"> Os indivíduos com dificuldade em ver são os que apresentam maior índice de empregabilidade Aumento das situações de negligência em 2012, exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança Aumento das situações de insucesso escolar Dificuldade no cumprimento dos planos de execução das medidas propostas, na marcação de consultas urgentes de Pedopsiquiatria e no encaminhamento de famílias para Entidades responsáveis por realizar avaliações e treino de competências sociais familiares e parentais
Vila Nova de Cerveira	Demografia	<ul style="list-style-type: none"> Redução da população residente Taxa de natalidade baixa e taxa de mortalidade elevada Diminuição significativa da população das freguesias do interior e crescimento da densidade populacional registado no litoral do concelho Aumento dos índices de envelhecimento, dependência de idosos e longevidade
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Elevada taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório face à média nacional Taxa de mortalidade por tumor maligno superior à registada a nível nacional Dificuldades no funcionamento e dinamização dos grupos de trabalho
	Educação	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de indivíduos residentes no concelho com formação superior abaixo da média nacional Diminuição de número de alunos nos diversos ciclos de ensino Oferta na formação profissional limitada
	Habituação	<ul style="list-style-type: none"> Fraca dinâmica do mercado do arrendamento e reduzida oferta de habitações para arrendar Escassa oferta de habitação social Fraca mobilidade dos moradores de fogos sociais Valor médio mensal das rendas superior à média nacional e à média do distrito do Minho-Lima Redução do n.º de novas construções para habitação familiar
	Proteção Social	<ul style="list-style-type: none"> Valor médio anual das pensões da Segurança Social do concelho inferiores aos valores registados no território nacional Redução do n.º de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos Insuficiente número de vagas ao nível das estruturas residenciais para idosos Resposta Insuficiente relativamente a ocupação de tempos livres Inexistência de equipamentos direcionados para a população com deficiência e de unidade de cuidados continuados
	Associativismo	<ul style="list-style-type: none"> Escassos apoios estatais para manutenção das próprias associações Reduzido n.º de associações RNAJ Fraco envolvimento da juventude nos cargos de dirigentes
	Cultura e turismo	<ul style="list-style-type: none"> Menor disponibilidade hoteleira do Alto Minho, apesar do aumento verificado
	Atividade económica	<ul style="list-style-type: none"> Decréscimo de empresas instaladas em 4.28%

Concelho	Eixo	Problemas prioritários
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recurso cada vez mais frequente à mão-de-obra sazonal e ao trabalho temporário em função dos ciclos de produção das empresas e da economia em geral ▪ Aumento dos ganhos mensais ▪ Significativas discrepâncias entre os valores mensais auferidos pelos trabalhadores femininos e masculinos sendo que as mulheres auferem valores mensais inferiores, em todos os sectores de atividade ▪ Valores mensais auferidos pelos Técnicos superiores no concelho significativamente inferiores à média nacional e da Região Norte
	População ativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade de inserção profissional dos desempregados com 55 anos ou mais e dos desempregados sem habilitações ▪ Destaque dos desempregados com o ensino secundário 56.80% dos desempregados estão inscritos há mais de 1 ano no CTE

Quadro 22. Problemas e necessidades apontados pelos municípios do Alto Minho no âmbito dos Diagnósticos sociais municipais

(Fonte: Diagnósticos Sociais dos vários municípios)

Anexo II. Base de dados de equipamentos de resposta social no Alto Minho

Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Ensino Básico

Estabelecimento de Educação Pré-escolar e Ensino Básico								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA MARIA MAIOR	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTA MARIA MAIOR	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	100	97
ACADEMIA DOS PIMPOLHOS	ACADEMIA DOS PIMPOLHOS, SOCIEDADE UNIPessoAL, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	75	56
ASSOCIAÇÃO SOCIAL RECREATIVA JUVENTUDE VILA FONCHE/JUVENTUDE	ASSOCIAÇÃO SOCIAL RECREATIVA JUVENTUDE VILA FONCHE/JUVENTUDE	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	2	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	25	25
CASA CERQUEIRA GOMES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Crianças e Jovens em Situação de Perigo	4	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	75	72
CASA DO POVO AFIFE	CASA DO POVO DE AFIFE	Casa do Povo (Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	Afife	50	18
CENTRO ESCOLAR DE CERVEIRA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA NOVA DE CERVEIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Vila Nova de Cerveira	UF de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	390	90
CENTRO ESCOLAR NORTE - CAMPOS	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA NOVA DE CERVEIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Vila Nova de Cerveira	UF de Campos e Vila Meã	260	83
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL GUILHADESES	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	6	Arcos de Valdevez	UF de Guilhadeses e Santar	62	41
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE BARROSELAS	CENTRO SOCIAL CULTURAL DE BARROSELAS	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	3	Viana do Castelo	Mujães	100	94
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PERRE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PERRE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Perre	50	47
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL VILA DE PUNHE	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA DE PUNHE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Vila de Punhe	54	55
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL ARCOS DE VALDEVEZ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL ARCOS DE VALDEVEZ	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela	75	55
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO ROMÃO DO NEIVA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DO NEIVA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	5	Viana do Castelo	São Romão de Neiva	85	58
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHOR DO SOCORRO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHOR DO SOCORRO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	Areosa	75	66
CRECHE E JARDIM DE INFANCIA DA CASA DO POVO DE LANHELAS	CASA DO POVO DE LANHELAS	Casa do Povo (Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens	2	Caminha	Lanhelas	50	24
CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA DE CHAFÉ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO CHAFÉ	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	Chafé	75	58
CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA DE S. TIAGO DA BARRA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	75	53
CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	69	70

CRECHE E JARDIM-DE-INFÂNCIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Melgaço	UF de Vila e Roussas	50	50
CRECHE FAVO DE MEL	Paróquia de Santa Maria de Vinha - Areosa	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens	2	Viana do Castelo	Areosa	27	
EB DE S. PEDRO DA TORRE	ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Valença	São Pedro da Torre	50	40
EB1 DE CARVALHO DA VINHA - LEOCÁDIA GERAZ DO LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARGÁ E LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	1	Viana do Castelo	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	75	56
EB1 DE LABOREIRA - DEÃO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARGÁ E LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	17	17
EB1/J.I CENTRO ESCOLAR - LANHESES	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARGÁ E LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Torre e Vila Mou	35	35
EB1/J.I DE TORRE	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARGÁ E LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Torre e Vila Mou	14	14
ESCOLA BÁSICA 1º CICLO EB1 – ESTRADA – MAZEDO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONÇÃO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Monção	UF de Mazedo e Cortes	45	50
ESCOLA BÁSICA DA FOZ DO NEIVA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Castelo do Neiva	50	57
ESCOLA BÁSICA DE ARCOZELO, PONTE DE LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARCOZELO, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Arcozele	100	66
ESCOLA BÁSICA DE CABEDELLO, CAIS NOVO, VIANA DO CASTELO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Darque	50	45
ESCOLA BÁSICA DE CÁLVARIO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Vila Franca	50	48
ESCOLA BÁSICA DE CAMINHA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Caminha	UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	50	32
ESCOLA BÁSICA DE CARVALHOS, CARVOEIRO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BARROSELAS, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Barroselas e Carvoeiro	25	25
ESCOLA BÁSICA DE CRASTO, PONTE DA BARCA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DA BARCA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte da Barca	UF de Crasto, Ruivos e Grovelas	39	28
ESCOLA BÁSICA DE CRUZEIRO, SEIXAS, CAMINHA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Caminha	Seixas	15	13
ESCOLA BÁSICA DE DEM, CAMINHA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Caminha	Dem	15	16
ESCOLA BÁSICA DE EIRA DO PENEDO, ARCOS DE VALDEVEZ	ESCOLAS DE VALDEVEZ, ARCOS DE VALDEVEZ	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Arcos de Valdevez	Soajo	16	6
ESCOLA BÁSICA DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS, PONTE DA BARCA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DA BARCA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte da Barca	UF de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	24	24
ESCOLA BÁSICA DE FACHA, PONTE DE LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Facha	100	100
ESCOLA BÁSICA DE FEITOSA, PONTE DE LIMA	ESCOLAS ANTÓNIO FEIJÓ, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Feitosa	80	80
ESCOLA BÁSICA DE FREIXO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FREIXO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Ardegão, Freixo e Mato	75	62
ESCOLA BÁSICA DE FRIESTAS, VALENÇA	ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Valença	Friestas	50	25

ESCOLA BÁSICA DE GANDRA, PONTE DE LIMA	ESCOLAS ANTÓNIO FEIJÓ, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Gandra	50	34
ESCOLA BÁSICA DE IGREJA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PINTOR JOSÉ DE BRITO, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Cardielos e Serreleis	25	17
ESCOLA BÁSICA DE IGREJA, ALVARÃES, VIANA DO CASTELO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Alvarães	50	39
ESCOLA BÁSICA DE IGREJA, MEADELA, VIANA DO CASTELO - JI DA MEADELA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ABELHEIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	150	141
ESCOLA BÁSICA DE IGREJA, NOGUEIRA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PINTOR JOSÉ DE BRITO, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	25	13
ESCOLA BÁSICA DE IGREJA, RIBEIRA, PONTE DE LIMA	ESCOLAS ANTÓNIO FEIJÓ, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Ribeira	50	46
ESCOLA BÁSICA DE LAGOAS, PONTE DE LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARCOZELO, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Estorãos	86	85
ESCOLA BÁSICA DE LOUÇÃO, CAMINHA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Caminha	UF de Venade e Azevedo	25	19
ESCOLA BÁSICA DE MELGAÇO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MELGAÇO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Melgaço	UF de Vila e Roussas	108	42
ESCOLA BÁSICA DE MONSERRATE	ESCOLAS DE MONSERRATE, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	100	70
ESCOLA BÁSICA DE MONTE	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Mazarefes e Vila Fria	50	39
ESCOLA BÁSICA DE MONTEADOR, VIANA DO CASTELO	ESCOLAS DE MONSERRATE, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Carreço	50	50
ESCOLA BÁSICA DE MUJÃES, VIANA DO CASTELO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BARROSELAS, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Mujães	25	16
ESCOLA BÁSICA DE OUTEIRO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PINTOR JOSÉ DE BRITO, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Outeiro	50	18
ESCOLA BÁSICA DE PAÇO - VITORINO DE PIÃES	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FREIXO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Navió e Vitorino dos Piães	30	24
ESCOLA BÁSICA DE PAREDES DE COURA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAREDES DE COURA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	50	40
ESCOLA BÁSICA DE PEDREIRA, VALENÇA	ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Valença	Ganfei	26	25
ESCOLA BÁSICA DE PIAS, MONÇÃO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONÇÃO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Monção	Pias	100	42
ESCOLA BÁSICA DE POMARES	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MELGAÇO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Melgaço	Paderne	25	12
ESCOLA BÁSICA DE PONTE DE LIMA	ESCOLAS ANTÓNIO FEIJÓ, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	125	108
ESCOLA BÁSICA DE PORTUZELO-MEADELA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PINTOR JOSÉ DE BRITO, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	25	19
ESCOLA BÁSICA DE REAL, VALENÇA	ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Valença	UF de Gandra e Taião	25	24

ESCOLA BÁSICA DE REFOIOS – PONTE DE LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARCOZELO, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Refóios do Lima	50	19
ESCOLA BÁSICA DE RIBEIRO JI	ESCOLAS ANTÓNIO FEIJÓ, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	1	Ponte de Lima	Rebordões (Souto)	25	21
ESCOLA BÁSICA DE S. ROQUE – POIARES	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FREIXO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Poiares	26	20
ESCOLA BÁSICA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PINTOR JOSÉ DE BRITO, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Santa Marta de Portuzelo	25	25
ESCOLA BÁSICA DE SENHORA DE OLIVEIRA, VIANA DO CASTELO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Darque	88	63
ESCOLA BÁSICA DE SUBPORTELA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Subportela, Deocriste e Portela Susã	25	16
ESCOLA BÁSICA DE TORRE, CAMINHA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Caminha	Vilar de Mouros	14	14
ESCOLA BÁSICA DE TROVELA, OLIVEIRA, PONTE DE LIMA	ESCOLAS ANTÓNIO FEIJÓ, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Fornelos e Queijada	70	70
ESCOLA BÁSICA DE VALENÇA	ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	100	90
ESCOLA BÁSICA DE VILA NOVA DE ANHA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Anha	75	68
ESCOLA BÁSICA DE VILAR DE LAMAS, ARÃO, VALENÇA	ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	50	50
ESCOLA BÁSICA DIOGO BERNARDES	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DA BARCA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	100	104
ESCOLA BÁSICA DR. MANUEL DA COSTA BRANDÃO, SABADIM, ARCOS DE VALDEVEZ	ESCOLAS DE VALDEVEZ, ARCOS DE VALDEVEZ	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Arcos de Valdevez	Sabadim	35	35
ESCOLA BÁSICA E JARDIM DE INFÂNCIA DE S. SEBASTIÃO - COVAS	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA NOVA DE CERVEIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	1	Vila Nova de Cerveira	Covas	78	19
ESCOLA BÁSICA EDUCADORA ZAIDA GARCEZ, DARQUE	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Darque	25	22
ESCOLA BÁSICA JOSÉ PINHEIRO GONÇALVES	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONÇÃO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Monção	UF de Monção e Troviscoso	82	65
ESCOLA BÁSICA PADRE HIMALAYA	ESCOLAS DE VALDEVEZ, ARCOS DE VALDEVEZ	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte da Barca	UF de Távora (Santa Maria e São Vicente)	50	54
ESCOLA EBI TANGIL	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONÇÃO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Monção	Tangil	44	41
ESCOLA EBI/JI DA CORRELHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Correlhã	100	58
J.I DE GÂNDARA - SANTA MARIA GERAZ DO LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARGÁ E LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	23	23
JARDIM DE INFANCIA CRECHE JOSÉ CARNEIRO BOUÇAS - SANTA CASA MISERICÓRDIA PONTE DA BARCA	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	75	59

JARDIM DE INFÂNCIA DE ASSENTO, ARCOS DE VALDEVEZ	ESCOLAS DE VALDEVEZ, ARCOS DE VALDEVEZ	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Arcos de Valdevez	Paçô	22	17
JARDIM DE INFÂNCIA DE BÁRRIO, VALENÇA	ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	1	Valença	Fontoura	18	15
JARDIM DE INFÂNCIA DE BOGIM	ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Valença	Cerdal	75	49
JARDIM DE INFÂNCIA DE CALVÁRIO, PONTE DE LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARCOZELO, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Calheiros	18	15
JARDIM DE INFÂNCIA DE CANADELO, PONTE DE LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARCOZELO, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Brandara	25	18
JARDIM DE INFÂNCIA DE CEPÕES, PONTE DE LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARCOZELO, PONTE DE LIMA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Bárrio e Cepões	43	30
JARDIM DE INFÂNCIA DE CORTES	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONÇÃO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Monção	UF de Mazedo e Cortes	59	60
JARDIM DE INFÂNCIA DE IGREJA, ÂNCORA, CAMINHA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Caminha	Âncora	50	25
JARDIM DE INFÂNCIA DE IGREJA, SANDIÃES, PONTE DE LIMA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FREIXO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Ponte de Lima	Associação de freguesias do Vale do Neiva	50	30
JARDIM DE INFÂNCIA DE LAMELA, GIELA, ARCOS DE VALDEVEZ	ESCOLAS DE VALDEVEZ, ARCOS DE VALDEVEZ	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela	50	43
JARDIM DE INFÂNCIA DE MEIO	ESCOLAS DE MONSERRATE, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Areosa	50	40
JARDIM DE INFÂNCIA DE MOLEDO, CAMINHA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Caminha	UF de Moledo e Cristelo	50	42
JARDIM DE INFÂNCIA DE MORENO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PINTOR JOSÉ DE BRITO, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Cardielos e Serreleis	25	19
JARDIM DE INFÂNCIA DE MOZELOS, PAREDES DE COURA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAREDES DE COURA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Paredes de Coura	Mozelos	75	30
JARDIM DE INFÂNCIA DE VILA FONCHE	ESCOLAS DE VALDEVEZ, ARCOS DE VALDEVEZ	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	50	29
JARDIM DE INFÂNCIA DE VILA PRAIA DE ÂNCORA, CAMINHA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Caminha	Vila Praia de Âncora	75	93
JARDIM DE INFÂNCIA DO CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO	CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	3	Viana do Castelo	Santa Marta de Portuzelo	75	59
JARDIM DE INFÂNCIA N.º 1 DE VIANA DO CASTELO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ABELHEIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	100	96
JARDIM INFANTIL DE SANTO ANTÓNIO	CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS HOSPITALEIRAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO	Institutos de Organizações Religiosas	Crianças e jovens	1	Caminha	UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	19	14
JARDIM INFANTIL DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE MEADELA	CENTRO SOCIAL E CULTURAL MEADELA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	51	37
JARDIM INFANTIL DO CENTRO SOCIAL PAROQ. N.º SRA. FÁTIMA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	50	35

LAR SANTA TERESA	LAR SANTA TERESA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	150	138
PATRONATO DE NOSSA SENHORA DA BONANÇA	PATRONATO DE NOSSA SENHORA DA BONANÇA	Institutos de Organizações Religiosas	Crianças e jovens	2	Caminha	Vila Praia de Âncora	50	44
PÓLO DE JARDIM DE INFÂNCIA DE CRISTELO	ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO - OUSAM	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Paredes de Coura	UF de Bico e Cristelo	50	29
PÓLO DE JARDIM DE INFÂNCIA DE RUBIÃES	ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO - OUSAM	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Paredes de Coura	Rubiães	75	30
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Caminha	UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	60	53
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	46	46
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA - SEDE E VILLA MORAES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	4	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	125	64
SANTA CASA MISERICÓRDIA MONÇÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Monção	UF de Monção e Troviscoso	100	96
SANTA CASA MISERICÓRDIA VILA NOVA DE CERVEIRA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE V. N. CERVEIRA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Vila Nova de Cerveira	UF de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	50	30

Creches

Creches								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE BARROSELAS	CENTRO SOCIAL CULTURAL DE BARROSELAS	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	3	Viana do Castelo	Mujães	84	68
ACADEMIA DOS PIMPOLHOS	ACADEMIA DOS PIMPOLHOS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	42	32
CASA CERQUEIRA GOMES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Crianças e Jovens em Situação de Perigo	4	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	60	60
CASA DO POVO AFIFE	CASA DO POVO DE AFIFE	Casa do Povo(Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	Afife	25	15
CASA DO POVO DE S. JULIÃO DE FREIXO	CASA POVO S. JULIÃO FREIXO	Casa do Povo(Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Ponte de Lima	Ardegão, Freixo e Mato	42	34
CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA - PÓLO DE DE MOSELOS	CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Paredes de Coura	Mozelos	24	22
CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Darque	114	41

CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARBEITA - CRECHE ARCO-ÍRIS	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE BARBEITA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	1	Monção	Barbeita	33	31
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FORNELOS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FORNELOS	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Ponte de Lima	Fornelos e Queijada	40	40
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL GUILHADESES	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	6	Arcos de Valdevez	UF de Guilhadeses e Santar	42	42
Centro Paroquial e Social Riba Lima	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE LANHESES	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Lanheses	33	30
CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE CERDAL	CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE CERDAL	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	1	Valença	Cerdal	38	34
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas Familia e Comunidade em Geral	6	Viana do Castelo	Carreço	42	38
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAMPOS	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAMPOS	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4	Vila Nova de Cerveira	UF de Campos e Vila Meã	76	75
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PERRE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PERRE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Perre	40	34
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA FRANCA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL VILA FRANCA	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Vila Franca	40	35
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL VILA DE PUNHE	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA DE PUNHE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Vila de Punhe	35	35
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL ARCOS DE VALDEVEZ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL ARCOS DE VALDEVEZ	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela	35	35
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AREOSA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AREOSA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	Areosa	37	36
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DEÃO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DEÃO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas Familia e Comunidade em Geral	4	Viana do Castelo	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	42	28
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO ROMÃO DO NEIVA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DO NEIVA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	5	Viana do Castelo	São Romão de Neiva	35	35
CONGREGAÇÃO NOSSA SENHORA DA CARIDADE - CRECHE BEIJA-FLOR	CONGREGAÇÃO NOSSA SENHORA DA CARIDADE	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	66	66
CPS DA FACHA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA FACHA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Ponte de Lima	Facha	35	33
CRECHE - ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO	ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO - OUSAM	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Paredes de Coura	Castanheira	25	24
CRECHE " MUNDO COLORIDO"DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ÂNCORA	CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ÂNCORA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Caminha	Vila Praia de Âncora	66	56
CRECHE ALCOFA - CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA MEADELA	CENTRO SOCIAL E CULTURAL MEADELA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	84	79
CRECHE BÊ-À-BÁ	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL AMIGOS DE PONTE DA BARCA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	33	15
CRECHE BERCINHO S. JOSÉ	POSTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALVARÃES	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Alvarães	33	33

CRECHE DE PADREIRO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	1	Arcos de Valdevez	UF de Padreiro (Salvador e Santa Cristina)	60	47
CRECHE DO GRÉMIO SOCIAL MAZEDO	GRÉMIO SOCIAL MAZEDO - GSM	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Monção	UF de Mazedo e Cortes	39	39
CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA DA CASA DO POVO DE LANHELAS	CASA DO POVO DE LANHELAS	Casa do Povo(Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens	2	Caminha	Lanhelas	32	32
CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA DE CHAFÉ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO CHAFÉ	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	Chafé	26	26
CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA DE S. TIAGO DA BARRA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	42	39
CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	82	68
CRECHE E JARDIM-DE- INFÂNCIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Melgaço	UF de Vila e Roussas	41	41
CRECHE ESPAÇO BÉBÉ	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL AMIGOS DE PONTE DA BARCA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Ponte da Barca	Oleiros	33	33
CRECHE FAVO DE MEL	Paróquia de Santa Maria de Vinha - Areosa	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens	2	Viana do Castelo	Areosa	10	
CRECHE SANTIAGO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Anha	76	66
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - CENTRO HUMANITÁRIO DE VALENÇA	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	Cruz Vermelha Portuguesa	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	75	41
EQUIP. SOC. DA CASA DO POVO VITORINO DOS PIÃES	CASA DO POVO VITORINO DOS PIÃES	Casa do Povo(Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens	2	Ponte de Lima	Navió e Vitorino dos Piães	30	22
JARDIM DE INFANCIA CRECHE JOSÉ CARNEIRO BOUÇAS - SANTA CASA MISERICÓRDIA PONTE DA BARCA	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	43	43
JARDIM DE INFÂNCIA DO CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO	CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	3	Viana do Castelo	Santa Marta de Portuzelo	42	41
Lar Casa de Magalhães	Casa do Povo de São Julião de Freixo	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Ardegão, Freixo e Mato		
LAR SANTA TERESA	LAR SANTA TERESA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	127	122
PATRONATO DE NOSSA SENHORA DA BONANÇA	PATRONATO DE NOSSA SENHORA DA BONANÇA	Institutos de Organizações Religiosas	Crianças e jovens	2	Caminha	Vila Praia de Âncora	35	34
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Caminha	UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	89	58
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	50	35

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA - CENTRO COMUNITÁRIO DE ARCOZELO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Ponte de Lima	Arcozele	30	30
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA - SEDE E VILLA MORAES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	4	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	96	96
SANTA CASA MISERICÓRDIA MONÇÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Monção	UF de Monção e Troviscoso	74	72
SANTA CASA MISERICÓRDIA VALENÇA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALENÇA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	1	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	53	50
SANTA CASA MISERICÓRDIA VILA NOVA DE CERVEIRA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE V. N. CERVEIRA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Vila Nova de Cerveira	UF de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	45	45

Centros de Atividades de Tempos Livres

Centros de Atividades de Tempos Livres								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA MARIA MAIOR	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTA MARIA MAIOR	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	60	53
Associação Juvenil de Deão	Associação Juvenil de Deão	Organização Comunitária	Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão		
ASSOCIAÇÃO SOCIAL RECREATIVA JUVENTUDE VILA FONCHE/JUVENTUDE	ASSOCIAÇÃO SOCIAL RECREATIVA JUVENTUDE VILA FONCHE/JUVENTUDE	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	2	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	83	80
ATL - ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO	ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO - OUSAM	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Família e Comunidade em Geral	2	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	40	35
CASA CERQUEIRA GOMES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Crianças e Jovens em Situação de Perigo	4	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	40	40
CATL - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens	1	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	50	50
CENTRO DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES ACISJF	JUNTA DIOCESANA DE VIANA DO CASTELO DA ASSOCIAÇÃO CATÓLICA INTERNACIONAL AO SERVIÇO DA JUVENTUDE FEMININA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	40	9
CENTRO DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES OZANAM - CENTRO DE JUVENTUDE	OZANAM - CENTRO DE JUVENTUDE	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	70	45
CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AREOSA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Areosa	30	30
CENTRO DE ATIVIDADES DOS TEMPOS LIVRES, (CATL)	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Melgaço	UF de Vila e Roussas	40	40

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS E LAR RESIDENCIAL DO CABEDELLO	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Adultas com Deficiência	3	Viana do Castelo	Darque	30	30
CENTRO PAROQUIAL DE ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE LOVELHE	CENTRO PAROQUIAL DE ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE LOVELHE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	1	Vila Nova de Cerveira	UF de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	40	0
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	6	Arcos de Valdevez	UF de Guilhadeses e Santar	20	16
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DOS ANJOS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DOS ANJOS	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	60	60
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE BARROSELAS	CENTRO SOCIAL CULTURAL DE BARROSELAS	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	3	Viana do Castelo	Mujães	137	100
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL CASTELO DO NEIVA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL CASTELO DO NEIVA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	Castelo do Neiva	50	37
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAMPOS	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAMPOS	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4	Vila Nova de Cerveira	UF de Campos e Vila Meã	40	30
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PERRE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PERRE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Perre	40	21
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO DE CHAFÉ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO CHAFÉ	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Chafé	30	29
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL MOLEDO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL MOLEDO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Caminha	UF de Moledo e Cristelo	50	40
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL VILA DE PUNHE	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA DE PUNHE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Vila de Punhe	40	25
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Anha	40	35
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO ROMÃO DO NEIVA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DO NEIVA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	5	Viana do Castelo	São Romão de Neiva	40	34
JARDIM DE INFÂNCIA DO CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO	CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	3	Viana do Castelo	Santa Marta de Portuzelo	50	18
LUDOTECA E BIBLIOTECA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE EDUCAÇÃO POPULAR	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE EDUCAÇÃO POPULAR	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	150	95
SANTA CASA MISERICÓRDIA MONÇÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	3	Monção	UF de Mazedo e Cortes	50	38

Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)

Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)

Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
---------------------	-----------------------	-------------------	--------------	-------------------------	----------	-----------	------------	---------

ALTI CEPÕES	ALTI CEPÕES	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2 Ponte de Lima	Bárrio e Cepões	30	79
APOIO DOMICILIÁRIO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MAZAREFES	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL MAZAREFES	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	1 Viana do Castelo	UF de Mazarefes e Vila Fria	30	26
ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL FREGUESIA DE BRITELLO	ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL FREGUESIA DE BRITELLO	Associação	Pessoas Idosas Familia e Comunidade em Geral	2 Ponte da Barca	Britelo	30	21
ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SÃO COSME E DAMIÃO DE PODAME	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SÃO COSME E DAMIÃO DE PODAME	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3 Monção	Podame	20	20
CASA DA CARIDADE DE N.ª SR.ª DA CONCEIÇÃO - CENTRO COMUNITÁRIO DE REFÓIOS	CASA DA CARIDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Fundação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3 Ponte de Lima	Refóios do Lima	30	27
CASA DA CARIDADE DE NOSSA SENHORA CONCEIÇÃO	CASA DA CARIDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Fundação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2 Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	55	30
CASA DO POVO DE S. JULIÃO DE FREIXO	CASA POVO S. JULIÃO FREIXO	Casa do Povo(Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4 Ponte de Lima	Ardegão, Freixo e Mato	40	22
CENTRO DE CONVÍVIO DO CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE REBORDÕES SANTA MARIA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE REBORDÕES SANTA MARIA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2 Ponte de Lima	Rebordões (Santa Maria)	82	34
CENTRO DE DIA DA ASSOCIAÇÃO DOS REFORMADOS E PENSIONISTAS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO	ASSOCIAÇÃO DOS REFORMADOS E PENSIONISTAS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3 Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	50	21
CENTRO DE DIA DE CUIDE DE VILA VERDE - DR.º ANTÓNIO CARNEIRO	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL AMIGOS DE PONTE DA BARCA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2 Ponte da Barca	Cuide de Vila Verde	30	11
CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA - PÓLO DE MOSELOS	CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3 Paredes de Coura	Mozelos	20	31
CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA - PÓLO DE PADORNELO	CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2 Paredes de Coura	Padornelo	25	25
CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DO ALTO MOURO	CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DO ALTO MOURO	Outra	Pessoas Idosas	1 Melgaço	UF de Parada do Monte e Cubalhão	31	29
CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4 Viana do Castelo	Darque	100	33
CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL REBOREDA	CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL REBOREDA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3 Vila Nova de Cerveira	UF de Reboreda e Nogueira	135	33
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARBEITA - SEDE	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE BARBEITA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3 Monção	Barbeita	35	30
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARROSELAS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARROSELAS	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3 Viana do Castelo	UF de Barrocelas e Carvoeiro	64	43
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CALHEIROS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CALHEIROS	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2 Ponte de Lima	Calheiros	30	14
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CHAVIÃES	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CHAVIÃES	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4 Melgaço	UF de Chaviães e Paços	75	30

CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE COVAS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE COVAS	Outra	Pessoas Idosas	2	Vila Nova de Cerveira	Covas	45	7
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FORNELOS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FORNELOS	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Ponte de Lima	Fornelos e Queijada	35	43
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL GUILHADESES	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	6	Arcos de Valdevez	UF de Guilhadeses e Santar	26	25
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE RIO FRIO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE RIO FRIO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Arcos de Valdevez	Rio Frio	35	26
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S. BENTO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SÃO BENTO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	1	Paredes de Coura	UF de Formariz e Ferreira	50	25
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA CRUZ DO LIMA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA CRUZ DO LIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Santa Cruz do Lima	25	40
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SÃO MARTINHO DE COURA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL SÃO MARTINHO DE COURA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Paredes de Coura	Coura	40	43
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SUBPORTELA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SUBPORTELA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	UF de Subportela, Deocriste e Portela Susã	40	24
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL FONTÃO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FONTÃO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Fontão	35	35
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL LAVRADAS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL LAVRADAS	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte da Barca	Lavradas	33	18
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL RIBA LIMA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE LANHESES	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Lanheses	73	28
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL S.TA MARIA BEIRAL DO LIMA	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL SANTA MARIA BEIRAL DO LIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Beiral do Lima	40	38
CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE SÃO PEDRO DE MERUFE	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE S. PEDRO DE MERUFE	Fundação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Monção	Merufe	40	25
CENTRO PAROQUIAL SOCIAL PADRE AGOSTINHO CALDAS AFONSO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL PADRE AGOSTINHO CALDAS AFONSO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Monção	Pias	43	26
CENTRO PAROQUIAL SOCIAL S.TA MARIA RIBA DE ÂNCORA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL S.TA MARIA RIBA DE ÂNCORA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Caminha	Riba de Âncora	20	30
CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS	CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Ponte da Barca	UF de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	72	50
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA DE CARDIELOS	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE CARDIELOS	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas Idosas	3	Viana do Castelo	UF de Cardielos e Serreleis	20	82
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DAS FREGUESIAS DE MESSEGÃES, VALADARES E SÁ	CENTRO SOCIAL CULTURAL DAS FREGUESIAS DE MESSEGÃES, VALADARES E SÁ	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	4	Monção	UF de Messegães, Valadares e Sá	40	30
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	6	Viana do Castelo	Carreço	50	30
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VILA PRAIA DE ÂNCORA	CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ÂNCORA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Caminha	Vila Praia de Âncora	30	35
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL CASTELO DO NEIVA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL CASTELO DO NEIVA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	Castelo do Neiva	50	36
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA MEADELA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA MEADELA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	40	9
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAMPOS	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAMPOS	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4	Vila Nova de Cerveira	UF de Campos e Vila Meã	35	27
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PERRE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PERRE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Perre	30	62
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO DE CHAFÉ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO CHAFÉ	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Chafé	25	13

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO TOMÉ DA CORRELHÃ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CORRELHÃ	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Correlhã	30	20
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA FRANCA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL VILA FRANCA	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Vila Franca	45	32
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO VALE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO VALE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Arcos de Valdevez	Vale	35	28
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL MOLEDO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL MOLEDO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Caminha	UF de Moledo e Cristelo	30	24
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO - VILARELHO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO VILARELHO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Caminha	UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	55	39
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SOAJÓ	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SOAJÓ	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	1	Arcos de Valdevez	Soajo	35	17
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL VILA DE PUNHE	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA DE PUNHE	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Vila de Punhe	27	20
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AFIFE	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL AFIFE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	Afife	20	27
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AREOSA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AREOSA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	Areosa	40	45
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. MARTINHO DA GANDRA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO MARTINHO DA GANDRA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Ponte de Lima	Gandra	30	20
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Anha	50	39
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DEÃO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DEÃO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas Familia e Comunidade em Geral	4	Viana do Castelo	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	40	31
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL GONDARÉM	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE GONDARÉM	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	1	Vila Nova de Cerveira	Gondarém	30	19
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO ROMÃO DO NEIVA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DO NEIVA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	5	Viana do Castelo	São Romão de Neiva	24	49
CPS DA FACHA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA FACHA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Ponte de Lima	Facha	30	30
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - CENTRO HUMANITÁRIO DE VALENÇA	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	Cruz Vermelha Portuguesa	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	60	40
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - DELEGAÇÃO DE ARCOS DE VALDEVEZ	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	Cruz Vermelha Portuguesa	Pessoas Idosas	1	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	56	33
EQUIP SOC DO CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DE GRADE	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DE GRADE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Arcos de Valdevez	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DE GRADE	59	24
EQUIP. SOC. DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas Familia e Comunidade em Geral	5	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	55	46
ESPAÇO SÉNIOR DE GONDARÉM	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LOCAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Vila Nova de Cerveira	Gondarém	35	30
HOSPITAL DA MISERICORDIA	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	128	31

LAR DE BICO - CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S. JOÃO BAPTISTA DE BICO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S. JOÃO BAPTISTA DE BICO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	4	Paredes de Coura	UF de Bico e Cristelo	61	30
LAR DE IDOSOS SANTA CASA MISERICÓRDIA VALENÇA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALENÇA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	2	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	30	35
LAR DE S.TIAGO - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	54	31
LAR SÃO JOSÉ	POSTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALVARÃES	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Viana do Castelo	Alvarães	40	28
MIMINHO AOS AVÓS	FILIGRANA - SERVIÇO SOCIAL, LDA	Entidade Lucrativa	Pessoas Idosas	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	40	0
PAGINAS DA VIDA, LDA	Paginas da Vida, Lda	Entidade Lucrativa	Pessoas Idosas	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela		8
PERFEITA ÂNCORA - UNIPESSOAL LDª	PERFEITANCORA, UNIPESSOAL LDª	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1	Valença	UF de São Julião e Silva	62	40
SAD - ORGANISMO UTILITÁRIO E SOCIAL DE APOIO MÚTUO	ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO - OUSAM	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	1	Paredes de Coura	Romarigães	35	20
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	2	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	30	39
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA MELGAÇO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	4	Melgaço	UF de Vila e Roussas	40	33
SANTA CASA MISERICÓRDIA MONÇÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	3	Monção	UF de Mazedo e Cortes	50	0
SAUDE EM SUA CASA	EDIR SOUSA, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	25	10
VILAGERAÇÕES - CENTRO SOCIAL INTEGRADO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	2	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	60	

Centros de Dia

Centros de Dia								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CHAVIÃES	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CHAVIÃES	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4	Melgaço	UF de Chaviães e Paços	25	16
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Anha	50	24
ALTI CEPÕES	ALTI CEPÕES	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Bárrio e Cepões	30	27
ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SÃO COSME E DAMIÃO DE PODAME	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SÃO COSME E DAMIÃO DE PODAME	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Monção	Podame	16	7

ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DONA PATERNA	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DONA PATERNA	Associação	Pessoas Idosas	2	Melgaço	Paderne	30	5
ASSOCIAÇÃO SOCIAL E RECREATIVA DOS APOSENTADOS E REFORMADOS DO CONCELHO DE VALENÇA	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E RECREATIVA DOS REFORMADOS E APOSENTADOS DE VALENÇA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	35	35
CASA DA CARIDADE DE N.º SR.ª DA CONCEIÇÃO - CENTRO COMUNITÁRIO DE REFÓIOS	CASA DA CARIDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Fundação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Ponte de Lima	Refóios do Lima	20	0
CASA DO POVO DE S. JULIÃO DE FREIXO	CASA POVO S. JULIÃO FREIXO	Casa do Povo(Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Ponte de Lima	Ardegão, Freixo e Mato	30	0
CENTRO DE DIA DA ASSOCIAÇÃO CASTRO SOLIDÁRIO	ASSOCIAÇÃO CASTRO SOLIDÁRIO	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Melgaço	UF de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	25	15
CENTRO DE DIA DA ASSOCIAÇÃO DOS REFORMADOS E PENSIONISTAS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO	ASSOCIAÇÃO DOS REFORMADOS E PENSIONISTAS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	50	26
CENTRO DE DIA DE CUIDE DE VILA VERDE - DRº ANTÓNIO CARNEIRO	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL AMIGOS DE PONTE DA BARCA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Ponte da Barca	Cuide de Vila Verde	30	30
CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA - PÓLO DE PADORNELO	CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Paredes de Coura	Padornelo	20	15
CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL REBOREDA	CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL REBOREDA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Vila Nova de Cerveira	UF de Reboreda e Nogueira	30	8
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARBEITA - SEDE	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE BARBEITA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Monção	Barbeita	20	6
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARROSELAS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARROSELAS	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Viana do Castelo	UF de Barroselas e Carvoeiro	30	19
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE COVAS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE COVAS	Outra	Pessoas Idosas	2	Vila Nova de Cerveira	Covas	20	7
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FORNELOS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FORNELOS	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Ponte de Lima	Fornelos e Queijada	15	8
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	6	Arcos de Valdevez	UF de Guilhadeses e Santar	15	8
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE RIO FRIO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE RIO FRIO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Arcos de Valdevez	Rio Frio	20	8
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SÃO MARTINHO DE COURA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SÃO MARTINHO DE COURA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Paredes de Coura	Coura	30	16
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SUBPORTELA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SUBPORTELA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	UF de Subportela, Deocriste e Portela Susã	30	25
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL LAVRADAS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL LAVRADAS	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte da Barca	Lavradas	40	30
Centro Paroquial e Social Riba Lima	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE LANHESES	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Lanheses	30	21
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL S.TA MARIA BEIRAL DO LIMA	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL SANTA MARIA BEIRAL DO LIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Beiral do Lima	30	12

CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE S. JORGE	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE S. JORGE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Arcos de Valdevez	UF de São Jorge e Ermelo	15	15
CENTRO PAROQUIAL SOCIAL PADRE AGOSTINHO CALDAS AFONSO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL PADRE AGOSTINHO CALDAS AFONSO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Monção	Pias	25	18
CENTRO PAROQUIAL SOCIAL S.TA MARIA RIBA DE ÂNCORA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL S.TA MARIA RIBA DE ÂNCORA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Caminha	Riba de Âncora	25	17
CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS	CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Ponte da Barca	UF de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	37	14
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA DE CARDIELOS	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE CARDIELOS	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas Idosas	3	Viana do Castelo	UF de Cardielos e Serreleis	30	15
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DAS FREGUESIAS DE MESSEGÃES, VALADARES E SÁ	CENTRO SOCIAL CULTURAL DAS FREGUESIAS DE MESSEGÃES, VALADARES E SÁ	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	4	Monção	UF de Messegães, Valadares e Sá	20	15
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	6	Viana do Castelo	Carreço	40	26
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VILA PRAIA DE ÂNCORA	CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ÂNCORA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Caminha	Vila Praia de Âncora	30	13
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA MEADELA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA MEADELA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	20	16
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO DE CHAFÉ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO CHAFÉ	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Chafé	30	12
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA FRANCA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL VILA FRANCA	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Vila Franca	20	5
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO VALE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO VALE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Arcos de Valdevez	Vale	25	11
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL MOLEDO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL MOLEDO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Caminha	UF de Moledo e Cristelo	30	30
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO - VILARELHO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO VILARELHO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Caminha	UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	40	21
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AFIFE	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL AFIFE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	Afife	40	25
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. MARTINHO DA GANDRA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO MARTINHO DA GANDRA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Ponte de Lima	Gandra	40	10
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DEÃO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DEÃO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	4	Viana do Castelo	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	30	22
CPS DA FACHA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA FACHA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Ponte de Lima	Facha	20	20
EQUIP SOC DO CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DE GRADE	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DE GRADE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Arcos de Valdevez	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DE GRADE	30	8
EQUIP. SOC. DA CASA DO POVO VITORINO DOS PIÃES	CASA DO POVO VITORINO DOS PIÃES	Casa do Povo(Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens	2	Ponte de Lima	Navió e Vitorino dos Piães	35	30
EQUIP. SOC. DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	5	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	40	35
ESPAÇO SÉNIOR DE GONDARÉM	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LOCAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Vila Nova de Cerveira	Gondarém	25	16

LAR DE BICO - CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S. JOÃO BAPTISTA DE BICO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S. JOÃO BAPTISTA DE BICO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	4	Paredes de Coura	UF de Bico e Cristelo	25	7
LAR SÃO JOSÉ	POSTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALVARÃES	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Viana do Castelo	Alvarães	30	10
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA - CENTRO COMUNITÁRIO DE ARCOZELO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Ponte de Lima	Arcozele	30	0
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA MELGAÇO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	4	Melgaço	UF de Vila e Roussas	10	9

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Anha	16	14
ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SÃO COSME E DAMIÃO DE PODAME	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SÃO COSME E DAMIÃO DE PODAME	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Monção	Podame	13	13
ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DONA PATERNA	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DONA PATERNA	Associação	Pessoas Idosas	2	Melgaço	Paderne	15	15
CASA DA CARIDADE DE N.ª SR.ª DA CONCEIÇÃO - CENTRO COMUNITÁRIO DE REFÓIOS	CASA DA CARIDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Fundação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Ponte de Lima	Refóios do Lima	29	28
CASA DA CARIDADE DE NOSSA SENHORA CONCEIÇÃO	CASA DA CARIDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Fundação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	66	57
CASA DO POVO DE S. JULIÃO DE FREIXO	CASA POVO S. JULIÃO FREIXO	Casa do Povo(Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Ponte de Lima	Ardegão, Freixo e Mato	47	47
CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DE VIANA DO CASTELO	CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DE VIANA DO CASTELO	Outra	Pessoas Idosas	1	Viana do Castelo	Darque	24	23
CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA - PÓLO DE DE MOSELOS	CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Paredes de Coura	Mozelos	19	19
CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Viana do Castelo	Darque	44	40
CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL REBORDA	CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL REBORDA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Vila Nova de Cerveira	UF de Reboreda e Nogueira	41	35
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARBEITA - SEDE	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE BARBEITA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Monção	Barbeita	56	56
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARROSELAS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARROSELAS	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Viana do Castelo	UF de Barroselas e Carvoeiro	32	32

CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FORNELOS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FORNELOS	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Ponte de Lima	Fornelos e Queijada	11	11
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL GUILHADESES	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	6	Arcos de Valdevez	UF de Guilhadeses e Santar	50	50
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE RIO FRIO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE RIO FRIO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Arcos de Valdevez	Rio Frio	43	42
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA CRUZ DO LIMA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA CRUZ DO LIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Santa Cruz do Lima	17	17
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL FONTÃO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FONTÃO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Fontão	19	19
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL RIBA LIMA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE LANHESES	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Lanheses	30	30
CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE S. JORGE	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE S. JORGE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Arcos de Valdevez	UF de São Jorge e Ermelo	52	35
CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE SÃO PEDRO DE MERUFE	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE S. PEDRO DE MERUFE	Fundação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Monção	Merufe	17	17
CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS	CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Ponte da Barca	UF de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	33	33
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA DE CARDIELOS	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE CARDIELOS	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas Idosas	3	Viana do Castelo	UF de Cardielos e Serreleis	21	21
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DAS FREGUESIAS DE MESSEGÃES, VALADARES E SÁ	CENTRO SOCIAL CULTURAL DAS FREGUESIAS DE MESSEGÃES, VALADARES E SÁ	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	4	Monção	UF de Messegães, Valadares e Sá	12	12
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	6	Viana do Castelo	Carreço	21	21
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VILA PRAIA DE ÂNCORA	CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ÂNCORA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Caminha	Vila Praia de Âncora	20	20
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO DE CHAFÉ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO CHAFÉ	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Chafé	26	26
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO TOMÉ DA CORRELHÃ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CORRELHÃ	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Correlhã	22	22
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA FRANCA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL VILA FRANCA	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	Vila Franca	26	26
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. MARTINHO DA GANDRA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO MARTINHO DA GANDRA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Ponte de Lima	Gandra	35	32
CONGREGAÇÃO NOSSA SENHORA DA CARIDADE CRUZ VERMELHA	CONGREGAÇÃO NOSSA SENHORA DA CARIDADE	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	150	150
PORTUGUESA - CENTRO HUMANITÁRIO DE VALENÇA	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	Cruz Vermelha Portuguesa	Crianças e jovens Pessoas Idosas	3	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	75	74
EDEN - CASA DE REPOUSO	EDEN - CASA DE REPOUSO	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1	Monção	UF de Monção e Troviscoso	20	20
EQUIP SOC DO CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DE GRADE	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SANTA MARIA DE GRADE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Arcos de Valdevez	UF de Grade e Carralcova	42	39
ERPI Nº SRª VALE - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO VALE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO VALE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	1	Arcos de Valdevez	Vale	12	12
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS - CASA DE REPOUSO DA CONFRARIA DO BOM JESUS DOS MAREANTES	CASA DE REPOUSO DA CONFRARIA DO BOM JESUS DOS MAREANTES	Fundação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	1	Caminha	UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	63	56

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS E CRECHE DO CSP DEÃO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DEÃO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	1 Viana do Castelo	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	30	31
HG RESIDENCES VIANA	HG RESIDENCES VIANA, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1 Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	45	45
HOSPITAL DA MISERICORDIA IDADE D' OURO - RESIDENCIA PARA SENIORES ARCOS VALDEVEZ	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4 Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	10	10
IDADE D'OURO - RESIDÊNCIA PARA SENIORES MELGAÇO	DIAS & LOBATO, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1 Arcos de Valdevez	Couto	40	40
LAR CANTINHO DOS AVÓS	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	1 Melgaço	UF de Vila e Roussas	31	30
Lar Casa de Magalhães	Casa do Povo de São Julião de Freixo	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens Pessoas Idosas	2 Ponte de Lima	Ardegão, Freixo e Mato		
LAR CONDES DA FOLGOSA DA SANTA CASA MISERICÓRDIA PONTE DA BARCA	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	1 Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	80	80
LAR D.ª MARIA TERESA SALGUEIRO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	3 Monção	UF de Monção e Troviscoso	103	95
LAR DE BICO - CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S. JOÃO BAPTISTA DE BICO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S. JOÃO BAPTISTA DE BICO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	4 Paredes de Coura	UF de Bico e Cristelo	30	30
LAR DE IDOSOS CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL SEIXAS	CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL SEIXAS	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	1 Caminha	Seixas	58	58
LAR DE IDOSOS SANTA CASA MISERICÓRDIA VALENÇA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALENÇA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	2 Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	75	58
LAR DE S.TIAGO - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	2 Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	54	52
LAR MARIA LUÍSA, SANTA CASA MISERICÓRDIA VILA NOVA DE CERVEIRA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE V. N. CERVEIRA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	1 Vila Nova de Cerveira	UF de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	80	70
LAR SANTA MARIA DO LIMA	LAR SANTA MARIA DO LIMA, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1 Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	60	56
LAR SANTA TERESA	LAR SANTA TERESA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4 Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	15	15
LAR SÃO JOSÉ	POSTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALVARÃES	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3 Viana do Castelo	Alvarães	40	40
LAR SENHORA DA PIEDADE- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	1 Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	40	40
LAR SOARES PEREIRA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	1 Arcos de Valdevez	Prozelo	75	75
QUINTA DE SANTANA - RESIDÊNCIA SÉNIOR	PRECIOUS TERRACE, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1 Viana do Castelo	UF de Barroselas e Carvoeiro	16	16
RESIDENCIA BELLA VIDA VIANA	GERIAVI 01V1, SA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	2 Viana do Castelo	Areosa	60	48

RESIDÊNCIA CARINHO - APOIO À TERCEIRA IDADE	MARTA DANIELA PENA PEREIRA DA SILVA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1	Viana do Castelo	UF de Subportela, Deocriste e Portela Susã	12	10
RESIDÊNCIA GERIÁTRICA SÃO FRANCISCO DE ASSIS	JOÃO ANTÓNIO BRAGA REBELO VIEIRA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1	Monção	UF de Monção e Troviscoso	13	13
RESIDENCIA SENIOR	LAR SANTA MARIA DOS ANJOS UNIPessoal LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	1	Ponte de Lima	Refóios do Lima	24	0
RESIDÊNCIA SÉNIOR - CASA DA CERCA	SAS - SERVIÇO DE APOIO SÉNIOR, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	2	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	34	33
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	2	Caminha	Vila Praia de Âncora	35	32
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	2	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	90	85
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA - CENTRO COMUNITÁRIO DE ARCOZELO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Ponte de Lima	Arcozele	45	45
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA - SEDE E VILLA MORAES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	4	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	85	84
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA MELGAÇO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	4	Melgaço	UF de Vila e Roussas	55	55
VILAGERAÇÕES - CENTRO SOCIAL INTEGRADO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	2	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	30	38

Centros de Convívio

Centros de Convívio								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE DARQUE	ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE DARQUE	Organização Comunitária	Pessoas Idosas	1	Viana do Castelo	Darque		
ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE BARROSELAS	ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE BARROSELAS	Organização Comunitária	Pessoas Idosas	1	Viana do Castelo	UF de Barroselas e Carvoeiro		
ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE DEÃO	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE DEÃO	Organização Comunitária	Pessoas Idosas	2	Viana do Castelo	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão		
ASSOCIAÇÃO SOCIAL E RECREATIVA DOS APOSENTADOS E REFORMADOS DO CONCELHO DE VALENÇA	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E RECREATIVA DOS REFORMADOS E APOSENTADOS DE VALENÇA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	30	20

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS E LAR RESIDENCIAL DO CABEDELLO	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Adultas com Deficiência	3	Viana do Castelo	Darque	60	15
CENTRO DE CONVÍVIO - ORGANISMO UTILITÁRIO E SOCIAL DE APOIO MÚTUO	ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO - OUSAM	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	1	Paredes de Coura	Cunha	25	3
CENTRO DE CONVÍVIO DO CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE REBORDÕES SANTA MARIA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE REBORDÕES SANTA MARIA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Rebordões (Santa Maria)	20	10
CENTRO DE DIA DA ASSOCIAÇÃO DOS REFORMADOS E PENSIONISTAS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO	ASSOCIAÇÃO DOS REFORMADOS E PENSIONISTAS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	3	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	40	19
CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA - PÓLO DE PARADA	CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DE MOSELOS, PADORNELO E PARADA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	1	Paredes de Coura	Parada	25	7
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CALHEIROS	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CALHEIROS	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	2	Ponte de Lima	Calheiros	20	15
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SÃO MARTINHO DE COURA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE SÃO MARTINHO DE COURA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	3	Paredes de Coura	Coura	20	9
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DAS FREGUESIAS DE MESSEGÃES, VALADARES E SÁ	CENTRO SOCIAL CULTURAL DAS FREGUESIAS DE MESSEGÃES, VALADARES E SÁ	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	4	Monção	UF de Messegães, Valadares e Sá	15	5
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE S. PEDRO DA TORRE	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE S. PEDRO DA TORRE	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	1	Valença	São Pedro da Torre	30	30
CENTRO SOCIAL SANTA LEOCÁDIA DE GERAZ DO LIMA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA LEOCÁDIA DE GERAZ DO LIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	1	Ponte de Lima	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	30	15
CRECHE E JARDIM DE INFANCIA DA CASA DO POVO DE LANHELAS	CASA DO POVO DE LANHELAS	Casa do Povo(Desp.13799/99 e Desp.17747/99)	Crianças e jovens	2	Caminha	Lanhelas	30	19
EQUIP. SOC. DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	5	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	15	10
ESCOLA BÁSICA EDUCADORA ZAIDA GARCEZ, DARQUE	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTE DA OLA, VIANA DO CASTELO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e jovens	1	Viana do Castelo	Darque	20	16
JARDIM DE INFANCIA CRECHE JOSÉ CARNEIRO BOUÇAS - SANTA CASA MISERICÓRDIA PONTE DA BARCA	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens	2	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	20	20
LAR DE BICO - CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S. JOÃO BAPTISTA DE BICO	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S. JOÃO BAPTISTA DE BICO	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	4	Paredes de Coura	UF de Bico e Cristelo	45	17

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
APPACDM DE VIANA DO CASTELO/ DELEGAÇÃO DE MELGAÇO	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	2	Melgaço	UF de Prado e Remoães	70	57
CACI DA AAPEL	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PESSOA ESPECIAL LIMIANA - AAPEL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Ponte de Lima	Arcozelo	20	20
CAO DA SCMPC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens com Deficiência Pessoas Adultas com Deficiência	2	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	20	17
CAO DE MONÇÃO	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Monção	UF de Monção e Troviscoso	25	21
CAO E LAR RESIDENCIAL BEM-INTEGRAR	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Adultas com Deficiência Família e Comunidade em Geral	3	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	30	30
CENTRO ATIVIDADES OCUPACIONAIS - AMA	FUNDAÇÃO AMA AUTISMO	Fundação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Viana do Castelo	Areosa	15	13
CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS - URSULINAS	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	30	29
CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS " JOÃO BARRETO"	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Viana do Castelo	Darque	30	24
CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS AREOSA	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Viana do Castelo	Areosa	150	90
CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS DE PONTE DE LIMA	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	30	30
CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS DE VALENÇA	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	30	28

CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO - PONTE DA BARCA	AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1 Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	25	24
CENTRO DE EMPREGO PROTEGIDO CEPVI CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA DE CHAFÉ	APPACDM DE VIANA DO CASTELO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO CHAFÉ	Associação de Solidariedade Social Centro Social Paroquial	Pessoas Adultas com Deficiência Crianças e jovens	1 Viana do Castelo 2 Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela Chafé	60	52

Lar Residencial (Deficiência)

Lar Residencial (Deficiência)								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
APPACDM DE VIANA DO CASTELO/ DELEGAÇÃO DE MELGAÇO	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	2	Melgaço	UF de Prado e Remoães	17	17
CAO E LAR RESIDENCIAL BEM-INTEGRAR	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Adultas com Deficiência Família e Comunidade em Geral	3	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	15	15
CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA DE CHAFÉ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO CHAFÉ	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens	2	Viana do Castelo	Chafé	18	18
LAR RESIDENCIAL 3 DE JULHO	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Viana do Castelo	Darque	16	16
LAR RESIDENCIAL DE MONÇÃO	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Monção	UF de Monção e Troviscoso	6	6
LAR RESIDENCIAL DE MOREIRA DO LIMA	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Ponte de Lima	Cabração e Moreira do Lima	17	17
LAR RESIDENCIAL DE VIANA DO CASTELO	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Viana do Castelo	Darque	12	10

Apartamento de Autonomização

Apartamento de Autonomização								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO I	CASA DOS RAPAZES E OFICINAS DE S. JOSÉ DE VIANA DO CASTELO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	1	Viana do Castelo	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	5	3
APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO II	CASA DOS RAPAZES E OFICINAS DE S. JOSÉ DE VIANA DO CASTELO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	1	Viana do Castelo	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	5	0

Refeitório/Cantina Social

Refeitório/Cantina Social								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	6	Viana do Castelo	Carreço	12	8
EQUIP. SOC. DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	5	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	84	36

Ajuda Alimentar a Carenciados

Ajuda Alimentar a Carenciados								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
AÇÃO SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA	CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA	Autarquia Local	Família e Comunidade em Geral	1	Vila Nova de Cerveira	UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	0	0
ACÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VALENÇA	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Autarquia Local	Família e Comunidade em Geral	1	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	160	160
ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL FREGUESIA DE BRITELo	ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL FREGUESIA DE BRITELo	Associação	Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	2	Ponte da Barca	Britelo		

ATL - ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO	ORGANISMO UTILITÁRIO SOCIAL DE APOIO MÚTUO - OUSAM	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Familia e Comunidade em Geral	2	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	104	94
BANCO ALIMENTAR DE VIANA DO CASTELO	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS BANCOS ALIMENTARES CONTRA A FOME		Familia e Comunidade em Geral	1	Viana do Castelo	Anha		
CAO E LAR RESIDENCIAL BEM-INTEGRAR	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Adultas com Deficiência Familia e Comunidade em Geral	3	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	140	140
CARITAS DIOCESANA DE VIANA DO CASTELO	Caritas Diocesana de Viana do Castelo		Familia e Comunidade em Geral	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela		
CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Pessoas Idosas Familia e Comunidade em Geral	6	Viana do Castelo	Carreço	200	172
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DEÃO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DEÃO	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas Familia e Comunidade em Geral	4	Viana do Castelo	UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	250	250
EQUIPAMENTO SOCIAL DA JF DARQUE	JUNTA DE FREGUESIA DE DARQUE	Autarquia Local	Familia e Comunidade em Geral	1	Viana do Castelo	Darque	280	262
GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	Fundação de Solidariedade Social	Familia e Comunidade em Geral Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias	3	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	270	265
REFOOD - NÚCLEO VIANA DO CASTELO			Familia e Comunidade em Geral	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela		
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA MELGAÇO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	4	Melgaço	UF de Vila e Roussas	106	106
SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONÇÃO	MUNICÍPIO DE MONÇÃO	Autarquia Local	Familia e Comunidade em Geral	1		UF de Monção e Troviscoso	218	218
SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	Autarquia Local	Familia e Comunidade em Geral	1	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	140	139
SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	Autarquia Local	Familia e Comunidade em Geral	1	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	493	493
SERVIÇOS MUNICIPAIS DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	Autarquia Local	Familia e Comunidade em Geral	1	Vila Nova de Cerveira	UF de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	110	110

Lar de Infância e Juventude

Lar de Infância e Juventude								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes

CASA CERQUEIRA GOMES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Crianças e Jovens em Situação de Perigo	4	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	45	25
LAR SANTA TERESA	LAR SANTA TERESA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e jovens Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	42	19

Atendimento/Acompanhamento Social (Família e Comunidade)

Atendimento/Acompanhamento Social (Família e Comunidade)								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
EQUIP. SOC. DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	5	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	525	864
GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	Fundação de Solidariedade Social	Família e Comunidade em Geral Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias	3	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	32	24
SAAS SCM ARCOS DE VALDEVEZ	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Família e Comunidade em Geral	1	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	200	0
SAAS SCM PONTE DA BARCA	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Família e Comunidade em Geral	1	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	28	0
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA - SEDE E VILLA MORAES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	4	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	200	200
SANTA CASA MISERICÓRDIA MONÇÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Família e Comunidade em Geral	3	Monção	UF de Mazedo e Cortes	200	200

Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM)

Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM)								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Viana do Castelo	Darque	16	16

HOSPITAL DA MISERICORDIA	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	18	18
INSTITUTO SÃO JOÃO DE DEUS - UNIDADE DE SAÚDE DA GELFA	INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas em Situação de Dependência	2	Caminha	Âncora	20	20
INSTITUTO SÃO JOÃO DE DEUS - UNIDADE DE SAÚDE DE MELGAÇO	INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas em Situação de Dependência	2	Melgaço	UF de Vila e Roussas	21	18
LAR D.ª MARIA TERESA SALGUEIRO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	3	Monção	UF de Monção e Troviscoso	17	17
RESIDÊNCIA SÉNIOR - CASA DA CERCA	SAS - SERVIÇO DE APOIO SÉNIOR, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	2	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	18	18
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas em Situação de Dependência	3	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	28	28
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA - CENTRO COMUNITÁRIO DE ARCOZELO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e jovens Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Ponte de Lima	Arcozele	30	29
ULDM SCM DE PAREDES DE COURA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas em Situação de Dependência	1	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	22	21

Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)

Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PONTE DA BARCA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	7	6
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO ROMÃO DO NEIVA	CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	4	Viana do Castelo	Darque	16	16
HOSPITAL DA MISERICORDIA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DO NEIVA	Centro Social Paroquial	Crianças e jovens Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	5	Viana do Castelo	São Romão de Neiva	25	25
INSTITUTO SÃO JOÃO DE DEUS - UNIDADE DE SAÚDE DA GELFA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	3	Monção	UF de Monção e Troviscoso	17	17
INSTITUTO SÃO JOÃO DE DEUS - UNIDADE DE SAÚDE DE MELGAÇO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas em Situação de Dependência	3	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	31	31
LAR D.ª MARIA TERESA SALGUEIRO	INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas em Situação de Dependência	2	Melgaço	UF de Vila e Roussas	8	6
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas em Situação de Dependência	2	Caminha	Âncora	20	20

Intervenção Precoce

Intervenção Precoce								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VIANA DO CASTELO	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens com Deficiência	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	37	37
CAO DA SCMPC	ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VIANA DO CASTELO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens com Deficiência Respostas Pontuais	2	Viana do Castelo	Santa Marta de Portuzelo	80	0
SERVIÇO DE INTERVENÇÃO PRECOCE	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens com Deficiência Pessoas Adultas com Deficiência	2	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	60	60
Apoio em Regime Ambulatório								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	N.º de Respostas Sociais	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VIANA DO CASTELO	ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VIANA DO CASTELO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens com Deficiência Respostas Pontuais	2	Viana do Castelo	Santa Marta de Portuzelo	300	227
ÍRIS INCLUSIVA - ASSOCIAÇÃO DE CEGOS E AMBLÍOPES	ÍRIS INCLUSIVA - ASSOCIAÇÃO DE CEGOS E AMBLÍOPES	Associação de Solidariedade Social	Respostas Pontuais	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	75	40

Lares de Apoio

Lares de Apoio								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
LAR DE APOIO 4	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens com Deficiência	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	8	7
LAR DE APOIO DE VALENÇA	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens	1	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	8	8

LAR DE APOIO JÚLIO DE LEMOS 1	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens com Deficiência	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	8	8
LAR DE APOIO JÚLIO DE LEMOS 2	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens com Deficiência	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	8	8

Centros de Acolhimento Temporário

Centros de Acolhimento Temporário								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	20	18
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CHAVIÃES	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CHAVIÃES	Centro Social Paroquial	Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas	4	Melgaço	UF de Chaviães e Paços	11	11

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	Fundação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	100	69

Lar de Infância e Juventude

Lar de Infância e Juventude

Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CASA DOS RAPAÇES E OFICINAS DE S. JOSÉ	CASA DOS RAPAÇES E OFICINAS DE S. JOSÉ DE VIANA DO CASTELO	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	46	16

Centro de Noite

Centro de Noite

Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO DE DIA DA ASSOCIAÇÃO CASTRO SOLIDÁRIO	ASSOCIAÇÃO CASTRO SOLIDÁRIO	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	2	Melgaço	UF de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	8	8
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARBEITA - CENTRO NOITE DE BELA	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL DE BARBEITA	Centro Social Paroquial	Pessoas Idosas	1	Monção	Barbeita	6	6

Centro Comunitário (Família e Comunidade)

Centro Comunitário (Família e Comunidade)

Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE EDUCAÇÃO POPULAR DA MEADELA	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE EDUCAÇÃO POPULAR	Associação de Solidariedade Social	Família e Comunidade em Geral	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	200	200

Unidades de Convalescença (UC)

Unidades de Convalescença (UC)

Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
RESIDENCIA BELLA VIDA VIANA	GERIAVI 01V1, SA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	2	Viana do Castelo	Areosa	24	24
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas em Situação de Dependência	3	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	23	23
UCC VALENÇA	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	14	0

Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e incapacidade (CAARPD)

Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e incapacidade (CAARPD)								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	ACAPO - ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS E AMBLÍOPE DE PORTUGAL	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	40	37

Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)

Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
ECCI BARROSELAS	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, IP	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Viana do Castelo	UF de Barroselas e Carvoeiro	20	0
ECCI DARQUE	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, IP	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Viana do Castelo	Darque	20	0
ECCI VALENÇA	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Valença	UF de Valença, Cristelo Covo e Arão	20	0
UCC ARCOS DE VALDEVEZ	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Arcos de Valdevez	UF de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	20	0
UCC CAMINHA	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Caminha	UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	20	0
UCC DEU-LA-DEU	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Monção	UF de Mazedo e Cortes	20	0
UCC MELGAÇO	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Melgaço	UF de Vila e Roussas	20	0

UCC PAREDES DE COURA	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Paredes de Coura	UF de Paredes de Coura e Resende	20	0
UCC PONTE DA BARCA	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Ponte da Barca	UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	20	0
UCC SAÚDE EM MOVIMENTO	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Vila Nova de Cerveira	UF de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	20	0
UCC SAÚDE MAIS PERTO	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Ponte de Lima	Arca e Ponte de Lima	20	0
UCC VIANA DO CASTELO	ULS ALTO MINHO, E.P.E.	Instituição Dependente de Outro Ministério	Pessoas em Situação de Dependência	1	Viana do Castelo	Santa Marta de Portuzelo	20	0

Centros de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (VIH/SIDA)

Centros de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (VIH/SIDA)								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	Fundação de Solidariedade Social	Família e Comunidade em Geral Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias	3	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	36	24

Centros de Alojamento Temporário

Centros de Alojamento Temporário								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO - CASULO ABRIGO	METHAMORPHYS- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	Associação de Solidariedade Social	Família e Comunidade em Geral	1	Viana do Castelo	Areosa	16	13

Comunidade de Inserção

Comunidade de Inserção								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
COMUNIDADE DE INSERÇÃO	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	Fundação de Solidariedade Social	Família e Comunidade em Geral	1	Viana do Castelo	UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	31	21

Apoio Domiciliário Integrado

Apoio Domiciliário Integrado								
Nome do Equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público-Alvo	Respostas Sociais (n.º)	Concelho	Freguesia	Capacidade	Utentes
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas Pessoas em Situação de Dependência	2	Caminha	Vila Praia de Âncora	20	18

EQUIPA TÉCNICA:



TERRITÓRIO XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente, Lda.
Rua D. João I, 298
4450-162 Matosinhos
T. +351 220 135 202
geral@territorioxxi.pt